

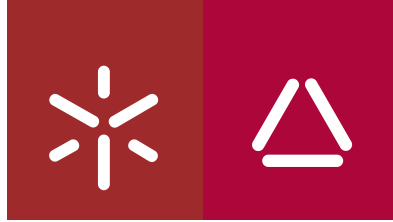


**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Maria Zênia Tavares da Silva

**Capitalismo, alimentação e mudança social:  
Um estudo sobre o consumo de alimentos  
ultraprocessados em famílias camponesas  
no Agreste de Pernambuco (Brasil)**





**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Maria Zênia Tavares da Silva

**Capitalismo, alimentação e mudança social:  
Um estudo sobre o consumo de alimentos  
ultraprocessados em famílias camponesas  
no Agreste de Pernambuco (Brasil)**

Tese de Doutoramento  
Doutoramento em Sociologia

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro**  
e da  
**Professora Doutora Maria Paula de Vilhena Mascarenhas**

## **DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS**

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

### ***Licença concedida aos utilizadores deste trabalho***



**Atribuição-NãoComercial-SemDerivações  
CC BY-NC-ND**

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## **Agradecimentos**

Concluir esta tese foi um exercício de dedicação e persistência. Em meio à escrita deste trabalho me encontrei angustiada frente à vários problemas que surgiram no caminho. Entretanto, como a vida não para, nem a vida acadêmica está afastada da vida pessoal, tive que viver tudo o que foi oferecido nesse período, sobretudo as tristezas, e escrever. Esta tese não existiria sem as energias, o afeto e o suporte de tantas pessoas que me acolheram e colaboraram nessa caminhada, em diferentes momentos da minha vida. Assim, quero expressar meus sinceros agradecimentos e carinho a todas as pessoas e instituições que, de uma forma ou de outra, fizeram este trabalho acontecer.

Ao meu orientador, professor Fernando Bessa, de maneira muito especial, por ter acreditado, apoiado e incentivado, desde o início, os meus interesses de estudos e ideias. Assim como à minha orientadora professora Paula Mascarenhas, pelo apoio e contribuições à tese.

Às professoras e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da UMinho pela formação acadêmica, especialmente à professora Emília Araújo, Diretora do Curso de Doutorado em Sociologia, por toda solidariedade e apoio.

A todas as famílias participantes desta investigação, que generosamente me acolheram em suas casas e dedicaram horas do seu tempo para conversarmos, partilhando suas histórias e experiências. Contribuições fundamentais para concretização deste estudo.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Brasil, que me liberou das atividades acadêmicas para cursar o doutoramento.

Às ex-professoras Edméia Sena, Elza Marques, Maria Inês Maciel e Nonete Guerra, pelas orientações na minha trajetória acadêmica e pelas amizades construídas nesse processo.

À minha ex-professora Laura Duque-Arrazola e à minha ex-aluna Michelle Maciel, hoje minhas amigas e colegas de trabalho, por nossa parceria, por todo incentivo e apoio aos meus estudos em Braga, Portugal.

A toda equipe do Departamento de Ciências Domésticas, atualmente Ciências do Consumo da UFRPE, no Recife, pelos aprendizados e desafios enfrentados, em particular à Edilene Pinto, Raquel Uchôa e Laurileide Barbosa.

Às equipes dos projetos de pesquisa e extensão, que além dos ambientes acadêmicos, seguimos em diversos espaços de lutas em busca de um país mais justo, menos desigual e sem fome:

*Projeto SISAN Universidades UFRPE-UFPB-UFRN*, realizado nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, particularmente à equipe pernambucana, nas pessoas de Maurício Sardá, Micheline Gonçalves, Reginaldo Xavier, Williams Silva e Ivaldo Ferreira.

*Projeto Plantar, Colher. Comer? 2*, realizado em Pernambuco, nomeadamente à Virgínia Aguiar, à Vanessa Oliveira e ao Centro Sabiá.

À Diana Mores, Sônia Lucena e Natanael Maranhão, por todo aprendizado junto ao Fórum Estadual de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (Fessan-PE) e ao Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (Consea-PE), assim como a Mariana Suassuna, superintendente das ações de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em Pernambuco, sempre aberta e disponível ao diálogo sobre a SAN no estado.

Às amigas e aos amigos em Braga: Ana Kelly Nóbrega, Ana Maria Lopes, Clarisse Queirós, Cynthia Luderer, Luís Afonso, Luísa Garnica, Marina Pacheco, Robiane Santos e Paulo Gonçalves, por tornar a vida do outro lado do Atlântico menos solitária.

À Rita Barbosa e à Família Lima Santana (Daisyvângela, Cesar, Fernando e Maria), pela amizade, por me acolherem em Braga e me fazerem sentir parte da família. E a Eduardo Santana, sempre disponível quando precisei.

Às amigas Jacira Dias, Maria Dias e Wedna Galindo, pelo suporte indispensável que me deram numa determinada fase da minha vida no Recife.

Por fim, gostaria de além de agradecer, dedicar este trabalho à minha família, por tudo o que vivenciamos, aprendemos e superamos em nossas vidas, especialmente nos anos recentes:

ao meu pai, Miguel (em memória) e a minha mãe, Josefa. *Grata por todo amor e cuidado!*

aos meus irmãos: Ivanildo (em memória), José, Marcos, Miguel Júnior e Zezinho,

às minhas irmãs: Maria José, Lourdes, Fátima, Helena (em memória), Cristina, Isabel e Lurdinha,

e a quem chegou depois de nós...

***MUITO OBRIGADA!!!***

Para vocês ofereço a música *Caminhos do Coração*, de Gonzaguinha, e uma fotografia de flores e plantas medicinais da casa de uma das famílias participantes desta investigação.

**Caminhos do Coração** (Gonzaguinha, 1982)

Há muito tempo que eu saí de casa  
Há muito tempo que eu caí na estrada  
Há muito tempo que eu estou na vida  
Foi assim que eu quis, e assim eu sou feliz

Principalmente por poder voltar  
A todos os lugares onde já cheguei  
Pois lá deixei um prato de comida  
Um abraço amigo, um canto pra dormir e sonhar

**E aprendi que se depende sempre  
De tanta, muita, diferente gente  
Toda pessoa sempre é as marcas  
Das lições diárias de outras tantas pessoas**

**E é tão bonito quando a gente entende  
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá  
É tão bonito quando a gente sente  
Que nunca está sozinho por mais que pense estar**

É tão bonito quando a gente pisa firme  
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos  
É tão bonito quando a gente vai à vida  
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração...



## **DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE**

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração. Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.



# **Capitalismo, alimentação e mudança social: Um estudo sobre o consumo de alimentos ultraprocessados em famílias camponesas no Agreste de Pernambuco (Brasil)**

## **Resumo**

Esta tese tem como objetivo analisar as formas como o consumo alimentar de famílias camponesas no Brasil estruturam-se hoje, no contexto da produção e organização capitalista globalizada e suas consequências para os modos de vida e a saúde da população camponesa. A alimentação é fundamental à vida e pode ser perspectivada como um fenômeno social total, pois incorpora e reflete as dinâmicas sociais e políticas que caracterizam a sociedade e o Estado. Progressivamente os mercados disponibilizam para os/as consumidores/as alimentos ultraprocessados, ou seja, formulações industriais com o propósito não apenas de complementar a alimentação, mas sobretudo de substituir alimentos *in natura*. O estudo foi realizado com doze famílias da agricultura familiar camponesa no município de Cumaru, localizado no agreste setentrional, semiárido pernambucano, no Brasil. Realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa. Os dados foram recolhidos através de observações empíricas diretas, registros fotográficos e entrevistas semiestruturadas. As análises foram construídas tendo como referência questões/eixos temáticos da pesquisa, a partir das falas transcritas. Os resultados da investigação apontam que em Cumaru, em linha com o que ocorre noutras cidades de pequeno porte, existem mudanças na alimentação, favorecidas principalmente pelo acesso à renda, programas sociais e aumento do salário mínimo. Há uma inserção de produtos ultraprocessados no cotidiano das famílias investigadas, sobretudo os que apresentam preços mais acessíveis, especialmente em famílias mais jovens, onde há uma maior presença de crianças e jovens. Os membros familiares mais velhos preferem os alimentos que mais os aproximam da natureza, em detrimento dos produtos modernizados, como os ultraprocessados. Conclui-se que a indústria de alimentos que penetra no setor rural como expressão de desenvolvimento contemporâneo e da modernidade é a mesma que destrói conhecimentos e se opõe à agricultura familiar camponesa. Apesar desse contexto, em certa medida existe quem resiste, cultivando e criando em pequenas extensões de terra na forma de produção agroecológica, algumas com o protagonismo das mulheres. A redução do consumo de produtos ultraprocessados exige políticas públicas que interfiram no sistema agroalimentar, desde a produção, industrialização, assim como na ação dos supermercados sobre o consumo de ultraprocessados. Portanto, o Estado tem papel fundamental para a mudança no sistema de produção e igualmente na mudança no sistema de consumo.

**Palavras-chave:** Capitalismo; Desenvolvimento; Segurança alimentar; Semiárido; Ultraprocessados.

# **Capitalism, food and social change: A study on the consumption of ultra-processed food in peasant families in the Agreste region of Pernambuco (Brazil)**

## **Abstract**

This thesis aims to analyze the ways in which the food consumption of peasant families in Brazil is structured today, in the context of globalized capitalist production and organization and its consequences for the lifestyle and health of the peasant population. Food is fundamental to life and can be seen as a total social phenomenon, as it reflects all the social and political dynamics that characterize society and the State. Markets progressively , the markets make ultra-processed foods available to consumers, that is, industrial formulations with the purpose not only of complementing food, but of replacing food *in natura*. The study was carried out with twelve families of peasant family farming in the municipality of Cumaru, located in the northern agreste region, semi-arid region of Pernambuco, Brazil. A qualitative approach research was carried out. Data were collected through direct empirical analyses, photographic records and semi-structured alterations. The analyzes were built with reference to the research issues/thematic axes, from the transcribed speeches. The results of the investigation show that in Cumaru, as well as other small towns, there has been a change in food, mainly favoring access to income, social programs and an increase in the minimum wage. There is an insertion of ultra-processed products into the daily lives of the investigated families, especially the most popular prices, especially in younger families, where there is a greater presence of children and young people. Older family members prefer foods that bring them closer to nature, to the detriment of modernized products, such as ultra-processed ones. It is concluded that the food industry that penetrates the rural sector as an expression of contemporary development and modernity is the same one that destroys knowledge and opposes peasant family farming. Despite this context, to a certain extent there are those who resist cultivating and creating on small tracts of land in the form of agroecological production, some with the leading role women. The reduction in the consumption of ultra-processed products requires public policies that interfere in the agrifood system, from production, industrialization, as well as in the action of supermarkets on the consumption of ultra-processed products. Therefore, the State has a fundamental role in changing the production system and equally in the change in the consumption system.

**Key words:** Capitalism; Development; Food safety; Semiarid; Ultra-processed.

## Índice

<b>DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS</b> .....	ii
<b>Agradecimentos</b> .....	iii
<b>DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE</b> .....	v
<b>Resumo</b> .....	vii
<b>Abstract</b> .....	viii
<b>Índice de Fotografias</b> .....	xi
<b>Índice de Quadros</b> .....	xii
<b>Índice de Figuras</b> .....	xii
<b>Lista de Siglas</b> .....	xiii
<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1: O capitalismo e os sistemas agroalimentares</b> .....	10
<b>1.1. Capitalismo e globalização: dinâmicas e mudanças</b> .....	10
1.1.1. Desenvolvimento e a indústria de alimentos no Nordeste do Brasil.....	16
1.1.2. Globalização: cultura, cotidiano e os efeitos no consumo alimentar.....	22
<b>1.2. A segurança alimentar e a soberania alimentar: conceitos e problematização dos principais debates</b> .....	31
1.2.1. Segurança alimentar: a construção do conceito.....	38
1.2.2. Soberania alimentar: contraposição à segurança alimentar.....	42
1.2.3. Segurança alimentar e nutricional: concepções, ampliação do conceito e sua trajetória legal no Brasil.....	44
1.2.4. Outras questões acerca do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e Soberania Alimentar.....	51
<b>1.3. Agriculturas: camponeses, agronegócio e a hegemonia dos mercados</b> .....	53
1.3.1. Origens da agricultura camponesa e os/as camponeses/as no Brasil.....	55
1.3.2. O agronegócio brasileiro e a hegemonia dos mercados.....	58
1.3.3. Supermercados e o consumo de ultraprocessados no Brasil.....	61
1.3.4. Produção agroecológica como alternativa? Políticas, resistências e a construção de uma outra economia no campo.....	70
<b>Capítulo 2: O percurso da investigação</b> .....	89
<b>2.1. Contexto e caracterização do universo da pesquisa</b> .....	89

2.1.1.0 Agreste pernambucano no Nordeste do Brasil .....	89
2.1.2. Município de Cumaru: local do trabalho de campo empírico.....	99
<b>2.2. Aspectos metodológicos de investigação .....</b>	<b>103</b>
<b>Capítulo 3: Desenvolvimento e mudança social: a produção e o consumo alimentar das famílias investigadas .....</b>	<b>109</b>
<b>3.1. Famílias camponesas na nova dinâmica social em Cumaru/PE .....</b>	<b>110</b>
3.1.1. Contexto social e trajetórias dos/as sujeitos/as da investigação: caracterização das famílias.....	110
<b>3.2. Terra, clima e água: incertezas e desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa em Cumaru/PE.....</b>	<b>123</b>
<b>3.3. Políticas públicas e a convivência com o semiárido em Cumaru/PE .....</b>	<b>125</b>
<b>3.4. Desafios na produção de alimentos no contexto do Semiárido.....</b>	<b>140</b>
<b>3.5. Consumo alimentar e a SAN no cotidiano das famílias camponesas .....</b>	<b>148</b>
3.5.1. Dos alimentos aos produtos ultraprocessados: mudança no consumo alimentar de famílias rurais em Cumaru/PE.....	151
3.5.2. Mercados e compras de alimentos .....	156
<b>3.6. Velhas e novas questões: mulheres e relações de gênero dos grupos familiares investigados .....</b>	<b>170</b>
<b>Considerações finais .....</b>	<b>175</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>186</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>204</b>
Apêndice N° 01: Roteiro de entrevistas.....	204
Apêndice N° 02: Termo de consentimento .....	206
<b>ANEXOS .....</b>	<b>207</b>
Anexo 01: Fotografias do local da pesquisa de campo .....	207
Anexo 02: Manifesto Comida de verdade.....	209

## Índice de Fotografias

<b>Fotografia 1:</b> Cisterna de placa para consumo doméstico e escolar.....	85
<b>Fotografia 2:</b> Cisterna calçadão para produção de alimentos e criação de animais .....	86
<b>Fotografia 3:</b> Paisagem da sede do município de Cumaru/PE.....	101
<b>Fotografia 4:</b> Situação de barreiros (reservatório de água) no período da investigação .....	130
<b>Fotografia 5:</b> Desmatamento em Cumaru.....	131
<b>Fotografia 6:</b> Carro pipa levando água para os/as agricultores/as .....	131
<b>Fotografia 7:</b> Moradores/as pegando água fornecida pela prefeitura .....	132
<b>Fotografia 8:</b> Utensílios para armazenamento de água na cozinha .....	132
<b>Fotografia 9:</b> Cisterna entre a residência e a roçada da família .....	134
<b>Fotografia 10:</b> Produção no entorno da cisterna .....	135
<b>Fotografia 11:</b> Banco de Sementes Doméstico .....	136
<b>Fotografia 12:</b> Banco de Sementes Associagro .....	136
<b>Fotografia 13:</b> Antigo moinho de pedra para milho .....	146
<b>Fotografia 14:</b> Agricultora cuidando das aves .....	148
<b>Fotografia 15:</b> Aspecto de uma alimentação básica.....	155
<b>Fotografia 16:</b> Criança assistindo TV e comendo biscoito recheado; Uma das agricultoras com pacote de salsicha comprada após o recebimento do Programa Bolsa Família; Agricultora preparando leite industrializado: <i>“é mais barato e prático”</i> .....	161
<b>Fotografia 17:</b> Feira livre de Cumaru.....	166
<b>Fotografia 18:</b> Mercado Público de Cumaru .....	166
<b>Fotografia 19:</b> Balcão frigorífico com iogurte e refrigerantes expostos .....	166
<b>Fotografia 20:</b> Prateleiras de um dos mercadinhos de Cumaru.....	167
<b>Fotografia 21:</b> Armazenamento doméstico das compras do mercado .....	169
<b>Fotografia 22:</b> Agricultora servindo a refeição do marido .....	171
<b>Fotografia 23:</b> Agricultora preparando o jantar e ensinando as tarefas escolares das crianças.....	171
<b>Fotografia 24:</b> Agricultora cuidando do roçado .....	173

## **Índice de Quadros**

<b>Quadro 1:</b> Produtos vegetais (nome popular) cultivados para alimentação e saúde humana das famílias investigadas, Cumaru, 2018-2020 .....	143
<b>Quadro 2:</b> Produtos processados e ultraprocessados comprados e consumidos por famílias agricultoras em Cumaru/PE, 2018-2020 .....	168

## **Índice de Figuras**

<b>Figura 1:</b> Localização da Região Nordeste e do Semiárido no Brasil, 2017 .....	90
<b>Figura 2:</b> Delimitação do Semiárido Brasileiro .....	90
<b>Figura 3:</b> Localização de Pernambuco no Brasil, com identificação do Agreste e destaque para o Agreste Setentrional.....	97
<b>Figura 4:</b> Localização de Cumaru, Agreste Setentrional de Pernambuco .....	100
<b>Figura 5:</b> Mapa do município de Cumaru/PE.....	101

## Lista de Siglas

APL	Arranjos Produtivos Locais
Associagro	Associação dos agricultores e agricultoras agroecológicos
Ater	Assistência Técnica e Extensão Rural
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.
Ceasa	Central de Abastecimento e Logística de Pernambuco
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
Condraf	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
Consea	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.
FMI	Fundo Monetário Internacional
Idec	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
ILPI	Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas
InSAN	Insegurança Alimentar e Nutricional
Losan	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NE	Nordeste
OCNI	Objeto Comestível Não Identificado
OGS	Organic Guarantee System
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PE	Pernambuco
Pnae	Programa Nacional de Alimentação Escolar

Pnapo	Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica
PNSAN	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PREALC	Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe
PT	Partido do Trabalhadores
Rede Penssan	Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
Sisan	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Sobal	Soberania Alimentar
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUS	Sistema Único de Saúde
Unicef	Fundo das Nações Unidas para a Infância



## Introdução

Esta tese tem como objetivo analisar as formas como o consumo alimentar de famílias camponesas no Brasil estruturam-se hoje, no contexto da produção e organização capitalista globalizada e suas consequências para os modos de vida e a saúde da população camponesa. A alimentação é fundamental à vida e pode ser perspectivada como um fenômeno social total, pois reflete toda a dinâmica social e política que caracteriza o Estado e a vida em sociedade. Tal como afirma Sen (2000), a alimentação é um eixo estruturante do desenvolvimento humano, social e econômico. Todavia, sabemos que o desenvolvimento de um país é também resultado de um processo histórico, que incorpora dinâmicas contraditórias de caráter político, econômico e social. Assim, por um lado, se o capitalismo moderno se caracteriza por mercados globalizados que imperam e atuam na uniformização de culturas e modos de vida (Wallerstein, 2001) é preciso considerar que este processo não se dá de fora de mecanismos de legitimação que condicionam as práticas e as “escolhas” individuais de grupos que são sujeitos a exploração da força de trabalho e nos quais predominam, no caso da América Latina, categorias sociais em situação de grande desigualdade, especialmente para homens e mulheres negras (Paula, 2017). Mesmo que se conheçam resistências, o capitalismo global, neoliberal é dominante e caracteriza-se, de acordo com Ribeiro, na esteira de Silva (2017) pela

(i) concentração do capital e da produção, decorrente de fusões e aquisições, muitas vezes hostis; (ii) a crescente subordinação do capital industrial ao financeiro; (iii) a exportação e a circulação intensiva de capitais, a esmagadora maioria deles especulativos; (iv) a divisão do mundo em zonas de influências (Ribeiro, 2017, p. 57).

Um dos eixos de concretização deste domínio é, como dissemos, o da alimentação, ou seja, as esferas de produção, acesso e consumo de alimentos. Com efeito, nos últimos anos, com a globalização dos mercados, grandes mudanças têm ocorrido no sistema agroalimentar. A criação de complexos agroindustriais e a industrialização dos alimentos transformaram-se em uma das mercadorias de consumo globalizado, substituindo cada vez mais os produtos *in natura* locais pelos industrialmente ultraprocessados. Os ultraprocessados são uma das categorias de alimentos que fazem parte da classificação NOVA (Monteiro, 2009; Monteiro *et al*, 2011). Nessa classificação, os alimentos são categorizados conforme a extensão e o propósito de seu processamento, a saber: alimentos *in natura* ou minimamente processados, ingredientes culinários, alimentos processados e alimentos ultraprocessados (Monteiro, 2016). Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (Brasil, 2014), os alimentos ultraprocessados são formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos, derivadas de constituintes de alimentos ou

sintetizadas em laboratório com base em matérias orgânicas como petróleo e carvão. Diferentemente dos *highly processed* (altamente processado), não trata apenas da intensidade do processamento, mas também do objetivo, ou seja, o propósito não é apenas complementar a alimentação, mas substituir alimentos *in natura*.

Assim, a indústria de produtos ultraprocessados, expressão da globalização alimentar, tem no agronegócio e no sistema agroalimentar vigente, sua sustentação. No Brasil o aumento da produção tendo em vista a exportação é cada vez mais acentuada, visando atender os interesses dos mercados globais (Cassol e Schneider, 2015). As consequências do sistema industrial de produção agrícola e alimentar tem sido cada vez mais visíveis, não só sobre a saúde da população, mas também no meio ambiente, na cultura e na questão social.

Em contrapartida a este processo e como forma de enfrentamento a este, destacamos que nas últimas décadas, especificamente no período de 2003 a 2016, ocorreram no Brasil, mudanças políticas, econômicas, sociais e culturais, com avanços significativos em relação à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), através de políticas públicas<sup>1</sup> o que facilitaram o acesso aos alimentos, especialmente para os grupos sociais mais precarizados e vulnerabilizados, ou seja, àqueles e àquelas a quem seus direitos são negados ou são impostos obstáculos na sua maneira de produzir. Exemplo desses grupos: crianças, mulheres, pessoas em situação de rua, população negra, quilombolas e indígenas. No entanto com relação à sua produção há muito que fazer, tendo em vista que grande parte da produção se encontra dentro da perspectiva mercantilista, com interesse no lucro e descomprometida em disponibilizar uma alimentação adequada e saudável para a população, sobretudo das classes e grupos sociais subalternizados.

No cenário brasileiro, o avanço tecnológico na produção agropecuária e na indústria de alimentos, a expansão da urbanização em pequenos municípios interioranos, bem como a globalização da economia, tem provocado mudanças na dinâmica societária, especialmente na região Nordeste do Brasil, a exemplo dos estilos de vida de caráter mais urbano e práticas modernas, contemporâneas de consumo alimentar agroindustrial da população, que tendem a assemelhar-se à dos grandes centros urbanos (Proença, 2010), com suas manifestações de gosto e distinção (Bourdieu, 2008).

Há alguns anos foram disponibilizados no Brasil, e aplicados no campo um montante de recursos materiais e financeiros para o agronegócio, programas sociais com contribuições da cooperação internacional europeia (italiana, alemã, francesa, suíça, entre outras); da cooperação multilateral (Banco Mundial, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco

---

<sup>1</sup> Mais informações na página eletrônica do Consea Nacional, Brasil. Disponível: <http://www4.planalto.gov.br/consea/>

Interamericano de Desenvolvimento - BID, Organização das Nações Unidas - ONU, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura - FAO, entre outras), mediante instituições estatais e Organizações Não Governamentais (ONG) e ações com movimentos sociais, bem como as políticas públicas nacionais de transferências de renda do Estado, como o Programa Bolsa Escola, no Governo de FHC, no fim dos anos 90, e o Programa Bolsa Família, no Governo Lula, entre 2003 e 2010, e no Governo Dilma, entre 2011 e 2016. A partir de 2016, esses recursos têm sido reduzidos nos Governos Temer e Bolsonaro. Tais recursos contribuíram para um acréscimo no orçamento das famílias camponesas e urbanas mais empobrecidas. Ainda que pequeno, deu condições de acesso ao consumo de produtos e serviços, que em anos anteriores eram considerados distantes do cotidiano das famílias camponesas, e não priorizados no campo, com destaque para os alimentos industrializados, e determinados bens de consumo doméstico.

Estes contextos deram origem a um processo de desenvolvimento rural cada vez mais marcado por dinâmicas urbanas e suas manifestações nos meios mediáticos. A própria agroindústria é uma dessas dinâmicas, cujas relações com o capital industrial, mais precisamente falando, capital internacional industrial, levanta nova(s) problematização(s) sobre as políticas públicas de desenvolvimento rural, extensão rural e assessoria técnica (Coelho e Paula, 2015). As localidades rurais e pequenas cidades interioranas, hoje adjetivadas de *novas ruralidades* (Silva e Grossi, 1996; Wanderley, 2003; Carneiro, 2008; Medeiros, 2017), vivenciam a mudança e transformação de seus mercados, comércio locais como as feiras livres, aparecendo cada vez mais lojas e supermercados *à moda* da cidade, substituindo muitos produtos agrícolas *in natura* de origem camponesa e da manufatura local por produtos industrializados nacionais e das grandes multinacionais radicadas no Brasil (Wilkinson, 2008). Em relação aos objetivos propostos para a investigação desta tese de doutoramento, procuro apreender e entender as mudanças ocorridas no Brasil, particularmente nas esferas ou setores rurais, refletidas também no seio e cotidiano das famílias camponesas com a entrada em seus lares de alimentos processados industrialmente. Igualmente, pretende-se compreender a dinâmica da distribuição dos alimentos e o acesso aos mesmos, bem como as relações sociais de poder a eles atrelados. A consolidação do processo de globalização tanto na produção como na distribuição de alimentos, concentrada cada vez mais em grandes empresas transnacionais, estimularam a necessidade de estudos em torno da alimentação, tendo como perspectiva a questão sociológica dos alimentos. De acordo com Cassol e Schneider, (2015, p. 144), outras dimensões contribuíram para fomentar esses estudos, nomeadamente: “(1) as questões de saúde pública (desnutrição e obesidade), (2) os problemas ambientais decorrentes da produção de alimentos

(poluição e contaminação com agroquímicos) e (3) a opulência do consumo e o consequente desperdício de alimentos”. Junto a tudo isso, no caso do Brasil, acrescenta-se outro componente que são as ações referentes à segurança alimentar e nutricional, bem como as políticas e ações dirigidas aos agricultores/as familiares.

Até algumas décadas atrás, as famílias camponesas produziam predominante para o autoconsumo, destinando o excedente para os mercados locais e de territórios vizinhos, caracterizando uma forma de economia de pequena circulação e alcance, a exemplo do processo de comercialização nas feiras locais. Ainda que a produção para o autoconsumo seja considerada uma estratégia importante, já que permite certa autonomia alimentar e estimula a diversidade na produção e na obtenção de produtos destinados à alimentação da família, além de ser de melhor qualidade (quando não utilizam agrotóxicos<sup>2</sup>, o que possibilita o consumo de alimentos saudáveis), é preciso refletir também sobre as formas de acesso ao mercado e circulação dos produtos no circuito econômico. Nesse processo é necessário considerar que a produção agrícola para o consumo da dieta alimentar, realizada pelas famílias camponesas, reduz sua dependência em relação aos mercados e diminui a necessidade de renda monetária para a aquisição de alimentos, além de constituir-se num importante instrumento de proteção aos agricultores e agricultoras frente às mudanças no mercado (preços, baixa produção, entre outros fatores) (UFRPE/DEd/DCD/NAC/NECEF, 2015; Assis, Priore e Franceschini, 2017). A dependência ao mercado interfere no orçamento familiar dos/das camponeses/as, o que demanda mais despesas ao adquirir os produtos industrializados, especialmente os alimentícios.

Importante destacar que a partir de 2003 o debate sobre a segurança alimentar e nutricional ganhou maior relevância no Brasil, instigando a necessidade de estudos e pesquisas que visem compreender o consumo alimentar para além dos aspectos da saúde, isto é, entendê-lo como um fenômeno social da sociedade capitalista contemporânea e sua sociedade de consumo. Tal requer entender a dinâmica das relações sociais e contradições entre a alimentação, arranjo(s) sociais do trabalho e os estilos de vida urbanos que particularizam mudanças locais fundamentais e regionais na sociedade capitalista contemporânea.

---

<sup>2</sup> De acordo com a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, agrotóxicos e afins são definidos como: “a) os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos; e b) as substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento (Brasil, 1989).

No dia 25 junho 2018, deputados federais do Brasil aprovaram, em Comissão Especial, o relatório referente ao Projeto de Lei (PL) 6.299/2002, popularizada como “PL do Veneno”, com o objetivo de flexibilizar e facilitar as regras de uso de novos agrotóxicos no país. O argumento de quem foi a favor da aprovação do relatório justifica que é uma forma de “modernização da agricultura”, interesse do capital ruralista. Não foi levado em consideração os argumentos e posicionamentos contrários de Instituições de Pesquisas, Ministérios e representantes da sociedade civil, entre eles, a Fundação Osvaldo Cruz - FIOCRUZ (maior instituição de pesquisa na área de saúde pública), Instituto Nacional do Câncer (INCA), Ministério Público Federal, Ministério do Trabalho, Defensoria Pública da União, Conselho Nacional de Saúde, Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Associação Brasileira de Agroecologia (ABA).

Ressaltamos que o aumento na produção agrícola e o avanço tecnológico, no setor da indústria agroalimentar, elevou a disponibilidade e o consumo de produtos alimentícios prontos ou semiprontos. Como explicam Barbosa e Campbell (2006, p. 26),

(...) consumo é ao mesmo tempo um processo social que diz respeito a múltiplas formas de provisão de bens e serviços e a diferentes formas de acesso a esses mesmos bens e serviços; um mecanismo social percebido pelas ciências sociais como produtor de sentido e de identidades, independentemente da aquisição de um bem; uma estratégia utilizada no cotidiano pelos mais diferentes grupos sociais para definir diversas situações em termos de direitos, estilos de vida e identidades; e uma categoria central na definição da sociedade contemporânea.

Sendo assim, o consumo de alimentos em famílias rurais deve ser compreendido e analisado para além da questão apenas nutricional, ampliando essa compreensão às relações que constituem as práticas de consumo, abrangendo questões histórica, cultural, geográfica, econômica, social e política em nível nacional e entre as nações e seu comércio internacional, por exemplo. Ao debruçarmos sobre esta análise estamos colocando-nos diante de um “fato social total”, na expressão de Mauss (2003) pois representa de certa forma uma totalidade da vida humana. Nessa perspectiva, o comer torna-se uma ação social capaz de promover novos valores, assim como modos de vida mais sustentáveis.

Destarte, se considerarmos a cultura como um componente histórico da sociedade, que não é estático e que participa da dinâmica contraditória da sociedade, estando sujeita a alterações, podemos perceber que a composição da sociedade e suas múltiplas relações sociais, contraditoriamente imbricadas, é muitas vezes caracterizada como um híbrido constituído entre o tradicionalmente valorizado por determinado(s) grupo(s) e o que é imbuído de valor na contemporaneidade. Nesta tese incide sobre toda esta problemática que é muito vasta e inclui objetos de estudos potenciais muito diversificados e complexos. De modo a destacar as relações que se estabelecem entre modelos de organização política e econômica e as práticas dos sujeitos e desvelar as formas de condicionante estrutural do consumo, a presente tese centra-se no estudo dos chamados alimentos industrializados e/ou ultraprocessados e procuramos, através do seu mapeamento e cartografia, desconstruir essas relações de dominação que se estabelecem entre as dinâmicas capitalistas e as vidas cotidianas dos sujeitos.

Os agroalimentos industrializados (considerados relativamente mais baratos, práticos e variados), alteram cada vez mais os modos e estilos de vida das famílias, tanto urbanas com rurais, nomeadamente por ação das mensagens vinculadas pela publicidade (Gracia-Arniz, 1997; Costa, 2009; Contreras e Gracia, 2011; Brasil, 2014; Fogel, 2018). As mensagens da publicidade geralmente relacionam os atributos dos produtos à felicidade, vitalidade, disposição, saúde física e mental. Entre

as características conferidas aos produtos destacam-se a superioridade, a credibilidade, a confiança, a alta qualidade, a inovação e o benefício para a saúde. A ação da publicidade reflete diretamente na segurança alimentar e nutricional da população.

De resto, com a grande variedades de produtos disponíveis no mercado, a publicidade é fundamental para indústria de transformação<sup>3</sup>, sendo a indústria de alimentos e bebidas a que tem maior representatividade, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias e Alimentação (ABIA, 2017). Se considerarmos que o consumo não é apenas um sistema que articula coisas e pessoas, podemos através das práticas de consumo interpretar a cultura do consumo de produtos industrializados por famílias de origem camponesas e interioranas, o que para alguns setores sociais pode constituir-se em um elemento de avanço social, uma expressão de desenvolvimento e de mobilidade social, bem como uma possibilidade do surgimento do cidadão e da cidadã<sup>4</sup>. De acordo com Rocha (2002, p. 18), “O consumo é um processo ritual através do qual construímos nossas cercas e pontes, com as quais damos concretude e sentido ao mundo que nos cerca”.

Como referimos acima, a presente investigação buscou conhecer esse fenômeno social no bojo, cerne da *totalidade* do capitalismo contemporâneo, globalizado e altamente industrializado e sua sociedade de consumo com uma indústria alimentícia de produtos processados, criados, recriados, bem como os produtos industrializados comíveis, embora não sejam alimentos, a exemplo de bebidas açucaradas (refrigerantes e sucos), invadem cada vez mais as prateleiras dos mercados interioranos e supermercados.

Nesse pressuposto e com esse objetivo, a investigação debruça-se de forma mais aprofundada sobre o consumo alimentares industrializados nas famílias camponesas. Considero que o estudo do consumo em relação ao desenvolvimento, em particular no setor rural, justifica-se, não só pela relevância de conhecer o fenômeno do consumo mas também a cultura de consumo que se desenvolve na dinâmica societária do capitalismo contemporâneo e globalizado. Mas também porque importa compreender, mais criticamente *esse desenvolvimento* em termos econômicos, mudança nos estilos de vida, dinâmica familiar, qualidade de vida ou bem estar das famílias em relação aos sujeitos e sua reprodução e existência social enquanto tais. Contexto instigante ademais para entender o processo de desenvolvimento no capitalismo contemporâneo. Este estudo igualmente procura dar um contributo em termos teóricos, políticos e práticos, porque tem o ensejo de desvelar a realidade do capital contemporâneo, mediante a cultura do consumo, que tem a ver com as condições de vida e

---

<sup>3</sup> Diferentes setores formam a indústria de transformação, como por exemplo, os artigos de vestuários e acessórios, a fabricação de veículos automotores, os produtos farmacêuticos e farmoquímicos, o de alimentos e bebidas, entre outros.

<sup>4</sup> A esse respeito ver, entre outros/as autores/as, Nestor Garcia Cancline em *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*, Rio de Janeiro: Editora UFRJ (1997)

precarização do trabalho (formal e informal, rural e urbano), comprometendo o orçamento familiar, ao penetrar a vida interiorana. O consumo precisa ser desvelado e problematizado desde os processos de acumulação do capital com base a “satisfação de necessidades”.

Paula (2017) argumenta que as demandas por políticas de segurança alimentar e nutricional surgem a partir do próprio sistema agroalimentar, tendo em vista que as corporações transnacionais no campo da indústria favorecem o consumo inadequado de produtos processados em grande escala, com efeito maléfico à saúde humana, como já referido. Assim, e reiterando o que expusemos antes, a investigação procurou, desde uma perspectiva de totalidade (Kosik, 1967), compreender um consumo cotidiano das famílias rurais, dentre elas as famílias camponesas<sup>5</sup>, marcado pelo processo contraditório do desenvolvimento capitalista contemporâneo ou tardio, como diria Mandel (1982). Quer dizer, um cotidiano que expressa concretizações particulares e significativas para a compreensão do desenvolvimento do capitalismo da maturidade (*idem*) e sua sociedade de consumo e os desafios de transformação que esta realidade nos coloca.

As questões que orientam a tese são as seguintes: (i) quais são os impactos dos produtos alimentares industrialmente processados nas famílias camponesas do Agreste pernambucano brasileiro? Mais especificamente, (ii) em que medida estes produtos alimentares, produzidos globalmente pelas multinacionais que dominam a indústria dos alimentos no mundo, incluindo o Brasil, produzem efeitos nas produções agrícolas das famílias camponesas e no seu consumo alimentar? Deste modo, como objetivos específicos elenco os seguintes: (i) identificar o consumo de produtos industriais agroalimentares no cotidiano de famílias rurais; (ii) verificar nas famílias camponesas, os componentes que orientam suas práticas de consumo agroalimentar atualmente; (iii) indagar a forma em que o consumo de alimentos processados interfere na segurança alimentar e nutricional das famílias rurais; (iv) identificar os impactos desse consumo alimentar na produção agrícola das famílias camponesas e sua incidência no desenvolvimento rural local.

Por isso, a investigação empírica toma como objeto empírico do estudo o município de Cumaru, Agreste de Pernambuco, no Nordeste do Brasil. A partir do tema do desenvolvimento, indústria alimentícia e consumo, procura-se entender o processo de mudança na dinâmica de famílias rurais, o sistema agroalimentar, e a ação do Estado no comprimento de sua *função burguesa* para o capital (Mandel, 1982), na elaboração de políticas públicas que visem a soberania e a segurança alimentar e nutricional da população, frente ao império do capital transnacional e suas indústrias multinacionais. Nesse sentido, empreendemos um caminho metodológico compreensivo, com base na

---

<sup>5</sup> No Brasil campesinato implica uma controvérsia teórica e prática. Dentre as/os estudiosas/os do tema, ver Wanderley (2003) e Marques (2012).

recolha e análise de informação qualitativa, por meio de pesquisa observacional e etnográfica que implicou a minha estadia nas áreas em estudo e o desenvolvimento de várias estratégias de interação com diversas famílias. Os princípios da pesquisa participante serviram de orientação para realização das ações da investigação (Brandão, 1981; Thiollent, 2011), onde estiveram presentes o contexto histórico-social, o diálogo durante todo o processo da pesquisa e a problematização da vida. Assim, de acordo com a disponibilidade, a investigação contou com a participação de diferentes membros da família, uma vez que num estudo sobre alimentação na perspectiva do desenvolvimento, as variáveis gênero e geração são imprescindíveis serem consideradas. Foi verificada a participação de cada componente da família na produção de alimentos e no preparo da comida, bem como em outras atividades na esfera doméstica, como a compra e a comercialização dos alimentos. Não obstante a intensa atividade laboral das mulheres em diferentes atividades na área rural, tanto no espaço doméstico como no campo (roça), o trabalho na esfera da produção ainda é invisibilizado, marginalizado (Duque-Arrazola e Silva, 2007; Siliprandi, 2013). Logo, o estudo e análise da alimentação requer conhecer também a distribuição de poder e autoridade, bem como a divisão sexual e estratificação social do trabalho doméstico (Mascarenhas, 2007).

A dimensão geracional, relativa às diferentes idades dos membros da família, assim como a questão de gênero, representa um fator essencial para a análise da cultura alimentar. A presença de crianças, adolescentes e idosos tem impacto diverso no cotidiano e na economia familiar. No caso das crianças e adolescentes, há o exercício de forte papel influenciador nas escolhas alimentares, muitas vezes sendo a “porta de entrada” de alimentos industrializados ultraprocessados no cotidiano das famílias. Este fato guarda relações com os lugares de ocupação e socialização destes sujeitos no espaço público. Destacamos os casos da alimentação escolar (apesar da legislação brasileira recomendar o não uso de ultraprocessados, ainda são consumidos com bastante frequência, a exemplo de bebidas lácteas), e a publicidade voltada de forma violenta para este público. Em sentido oposto, a presença de idosos tende a representar uma maior resistência às mudanças alimentares em determinada direção, isto é, à introdução dos alimentos ultraprocessados na alimentação cotidiana (Contreras e Garcia-Arniz, 2011).

Com relação ao consumo de alimentos no passado e atualmente, foi dada relevância à origem, o tipo de processamento, ao acesso e ao hábito alimentar com atenção na cultura alimentar. Essas informações foram obtidas através da observação direta, entrevistas e conversas descontraídas em momentos de descanso. Assim, a partir da opção trabalhar com diferentes membros das famílias, tivemos contatos com 31 pessoas, sendo 18 pessoas de referência na investigação e 13 filhos/as,



netos/as ou outro membro que compõem o núcleo familiar. Observamos as práticas de produção de alimentos para o autoconsumo e sua comercialização, a conquista da terra, as mudanças na estratégia produtiva, através de caminhadas pelo sítio, entrevistas semiestruturadas sobre o acesso e uso da terra e da água, estratégias produtivas usadas pelas famílias para produção de alimentos. A partir da perspectiva histórica conhecemos as estratégias e técnicas econômicas na produção e consumo dos alimentos.

Além dessa introdução, este trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro refere-se ao capitalismo e aos sistemas agroalimentares. Procuramos tratar do desenvolvimento e da indústria de alimentos no Nordeste do Brasil, evidenciando o papel da globalização na cultura e seus efeitos no consumo alimentar. Ainda neste capítulo abordamos a segurança alimentar e nutricional, a soberania alimentar, o agronegócio, a hegemonia dos mercados, assim como a produção agroecológica como estratégia para garantir a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional.

O segundo capítulo discorre sobre o percurso da investigação, apresentando o contexto e a caracterização do universo da pesquisa, como também os aspectos metodológicos. Nele é apresentado a abordagem de pesquisa adotada, com ênfase na descrição da caminhada no decorrer da investigação empírica. Em seguida, o terceiro capítulo alude sobre o desenvolvimento e mudança social, tendo em vista a produção e o consumo alimentar das famílias investigadas. Por último, apresentam-se as conclusões da pesquisa realizada, evidenciando a importância da adoção de medidas que possibilitem a produção e o consumo de comida de verdade, o que requer mudança no sistema agroalimentar vigente e aponta a necessidade da continuidade de estudos sobre o tema.

## **Capítulo 1: O capitalismo e os sistemas agroalimentares**

Este capítulo tem por escopo tratar do referencial teórico que serviu de base para o tratamento da questão que instigou a investigação em relação ao problema apresentado na presente tese. Para tanto, serão contextualizados o capitalismo e o seu desenvolvimento, com foco na abordagem das dinâmicas e mudanças ocorridas no sistema capitalista globalizado dos mercados e o sistema agroalimentar. Igualmente será realizado um resgate histórico do capitalismo, desde uma perspectiva do pensamento crítico histórico e dialético, relacionando essa questão e suas especificidades com a questão alimentar no mundo e no Brasil, como uma das expressões do desenvolvimento desigual e combinado do capital (Padrão, 2015; Furtado, 2009; Mandel, 1982; Löwy, s.d). Em seguida tratarei da evolução do conceito de soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional, nos aspectos econômico, político, social e ambiental. Destaco que a denominação nutricional foi inserida no Brasil após vários debates, onde foi evidenciado a necessidade de discutir não só a segurança alimentar, mas também as questões nutricionais alusivas à alimentação, tal qual a soberania alimentar como forma de possibilitar aos países autonomia sobre a produção e consumo de alimentos, tendo como referência o combate à fome<sup>6</sup> nas suas distintas dimensões. Ainda abordarei nesse capítulo o tema da agricultura, explanando a forma camponesa em contraposição ao agronegócio e à hegemonia do mercado.

### **1.1. Capitalismo e globalização: dinâmicas e mudanças**

Tal como explicado na introdução, interessa-nos nesta tese discorrer sobre o capitalismo e a globalização no setor agroalimentar, mudanças na cultura alimentar e nos modos de vida da população em uma sociedade capitalista. Por isso, começo o capítulo referindo Giddens (2008), que dá conta da relevância do supermercado como local importante para analisar fenômenos sociais, especificamente ao tratar de mudanças ocorridas na sociedade com o acelerado fenômeno da globalização, associado ao processo de acumulação capitalista.

No alinhamento deste autor, podemos afirmar que o modo de produção capitalista é um sistema que produz várias consequências ao longo da história, sempre objeto de crítica e debate. Tratam-se de mudanças sucedidas no âmbito econômico, social, político, cultural e ideológico, com impacto muito forte sobre o meio ambiente e com grandes prejuízos na natureza em grande parte do

---

<sup>6</sup> É importante distinguir a fome. A fome aguda/momentânea, trata da urgência em se alimentar, diferente da fome crônica/permanente (a que nos interessa nesta discussão), advém da carência na alimentação diária, de energia para manutenção do organismo, bem como para a realização das atividades habituais (Monteiro, 2003).

mundo e de modo especial no Ocidente, incluindo a América do Sul. O final do século XVIII, marcado pela dianteira da Inglaterra na passagem da produção agrária e artesanal para a produção baseada na fábrica e na máquina, alavancou a chamada economia industrial que mudou a história das sociedades ao espalhar-se para o restante do mundo, tornando-se hegemônico em todo planeta, nos seus impactos negativos, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento desigual entre regiões e nações.

Uma das características marcantes do modo de produção capitalista decorre de assumir como naturais apropriação e acumulação da mais-valia, resultante o tempo de trabalho não pago aos trabalhadores/as, porém, apropriado e acumulado pelos proprietários dos meios de produção (Marx, 2011b). Trabalhadores/as que, no processo de produção das diferentes mercadorias, transferem sua força de trabalho (usada, gasta, consumida) na materialização do produto produzido com seu trabalho, ou seja, na produção manual, tecnológica, industrial, entre outras. Por sua vez, a separação/oposição dessa divisão do trabalho, configuram as classes sociais – a classe trabalhadora que vive do trabalho e vende sua força de trabalho em troca de salário e a classe proprietária do capital. Processo legitimado pelo Estado e suas leis, em nome da propriedade privada, dos meios de produção e das diferentes formas de capital, entre elas a acumulação do lucro pelos proprietários empresariados capitalistas (Antunes, 2002; Silva, 2009).

No capitalismo, as formas de produção da vida material e social estão em incessante desenvolvimento, num movimento dialético, explícito no avanço de tecnologias de produção e evolução de ferramentas, máquinas e equipamentos, juntamente com os avanços da distribuição e circulação das mercadorias, entre países e ao interior de cada um deles, o que traz melhoria nas habilidades dos/as trabalhadores/as, tendo em vista o desenvolvimento das sociedades. No entanto, numa sociedade de classes, onde os capitalistas, donos dos meios de produção e quem determina a forma de produção, avançam sobretudo as formas locais e regionais do desenvolvimento desigual e combinado (Padrão, 2015).

O capitalismo é impulsionado pela produção e reprodução do capital, ou seja, sua essência se fundamenta na busca e acumulação do lucro, por produtores/as e/ou empresários/as, o que produz e materializa a dicotomia acumulação e exclusão (Chesnais, 1995; Santos, 2001). Assim sendo, é um processo sustentado pelas desiguais e contraditórias relações de classe em que homens e mulheres estão inseridos/as, na imbricação dialética com as relações de classe-gênero-raça e etnia. Essa questão da reprodução do sistema capitalista tem sido explicada a partir da perspectiva marxista, tendo

em conta a incessante procura do lucro que se desenvolve com a acumulação de capital (Marx, 2011b), efeito de um processo histórico duradouro e intenso.

Wallerstein (2001), aborda essa questão explicando que o capitalismo é por essência um sistema social histórico, alicerçado numa economia-mundo de trocas desiguais, que cria sua própria civilização histórica, sendo uma de suas particularidades a mercantilização de tudo, tanto dos bens materiais como da vida, seja humana ou não. Ao analisar essa economia-mundo o autor a problematiza com rigor,

Longe de ser um sistema natural, como alguns apologistas tentaram argumentar, o capitalismo histórico é um sistema patentemente absurdo. Acumula-se capital para que se possa acumular mais capital. Os capitalistas são como ratos brancos em uma roda de gaiola, correndo cada vez mais rápido para poder correr cada vez mais rápido. Nesse processo, algumas pessoas vivem bem, mas outras vivem miseravelmente; e por quanto e até que ponto vivem bem aqueles que vivem bem? Quanto mais refleti sobre esse sistema, mais absurdo ele me pareceu. Acredito que a grande maioria das populações do mundo esteja – objetiva e subjetivamente – em piores condições materiais do que nos sistemas históricos anteriores” (Wallerstein, 2001, p. 38).

Assim, esse modo de produção, que provoca intensas separações e desigualdades, e que se orienta pela produtividade de baixo custo - principalmente a mão-de-obra - e o lucro intensivo desde o século XIX, é dominante na maior parte do mundo e está cada vez mais ampliado e globalizado, resultado dos processos de transformações sofridos. Mudanças essas, ocorridas de forma rápida e complexa, que de acordo com Dowbor (2020, p. 22), podem ser adjetivados, ou ordenados em fases para expressá-lo, tais como: “capitalistas imperialistas, liberal, rentista, neoliberal ou global, dependente ou dominante, central ou periférico”, que transforma em capital até a constituição dos seres humanos, da classe trabalhadora e os setores sociais subalternados (gênero, raça, ...) cada vez mais precarizados e subalternizados (Antunes, 2002).

Diferentes expressões desse capitalismo multifacetado são abordadas ao analisar o capitalismo, podendo citar entre outras, o setor informacional de produção ou chamada sociedade em rede apresentada por Castells (1999); o capitalismo financeiro adotado por Chesnais (1995) e Harvey (2006), o capitalismo parasitário discutido por Bauman (1999), ou ainda o sistema mundo trabalhado por Wallerstein (2001). Ao analisar as mudanças ocorridas no modo de produção capitalista, Castells (2005) toma como perspectiva a característica do setor informacional e a sociedade em rede. A lógica da sociedade em rede é global, tendo em vista a organização e integração do capital, de bens e serviços, da comunicação, da informação e da ciência e tecnologia alcançarem países de todo o planeta, isto é, há uma rede internacional de negócios, que vai desde a produção, distribuição,

comercialização e consumo, que não se atém às fronteiras de determinado país. Para esse autor, a divisão social mais significativa nessa nova configuração da sociedade recai na competência sobre o uso da informação pelo indivíduo ou empresas, ou seja, é preciso não só saber onde está, mas como encontrar a informação e construir o conhecimento desejado (Castells, 1999).

O avanço da tecnologia possibilita estratégias de comunicação e informação importantes para o alcance de resultados em qualquer tipo de ação, dependendo da dinâmica sociocultural, seja no plano local ou global, o que favorece o fenômeno da globalização, ao intensificar e ampliar as relações entre diferentes povos do mundo (Castells, 1999; Giddens, 2008). No entanto, inovações científicas e tecnológicas não significam avanço para toda sociedade, nem para todos os grupos sociais que constituem cada sociedade, tendo em vista que as desigualdades sociais são cada vez mais visíveis em todo o mundo.

Assim, o investimento em tecnologias não está ausente de interesses específicos, uma vez que é considerada grande fonte de produtividade e poder. Haja vista o aumento da industrialização na agricultura e no processamento de alimentos como um claro exemplo de busca de poder pelas grandes empresas transnacionais do setor industrial, tecnológico e informacional, além dos bancos do setor financeiro, entre outros mais que com o seu efeito cascata, repercute também em outros campos, como o da comercialização e da publicidade, essenciais para garantir a continuidade da produção no campo e nas fábricas. O empenho no domínio dos meios de produção, através de inovações científicas e tecnológicas (ex.: as sementes transgênicas), atendem os interesses das empresas e negócios transnacionais, bem com os interesses de determinados grupos sociais nacionais de cada país dos países dependentes, designadamente da indústria alimentícia, juntamente às do uso de produtos químicos na elaboração e conservação de produtos comestíveis. Produtos esses denominados de alimentos, com característica fortemente mercadológica e predominantemente com fins lucrativos, ou seja, produzem mais valia. No entanto, essa lógica privada do capital, além de afetar a saúde por ser gerador de doenças (o que beneficia o setor farmacêutico, de caráter transnacional de grande parte de suas mercadorias), provoca desigualdades econômicas e sociais na população, dados os desiguais processos produtivos, os mercados que configuram, a divisão social do trabalho que constituem e a apropriação e acumulação de mais valia que extraem. O que, em termos dos processos produtivos e de trabalho no setor rural, são gritantes as desigualdades sociais que se evidenciam nas famílias camponesas da agricultura familiar nas suas condições de vida e de trabalho, como já afirmado anteriormente.

Se considerarmos as várias tecnologias produzidas ao longo da existência humana, verificamos que a elaboração do conhecimento e da informação sempre existiram. A grande diferença pode ser explicada pela velocidade com que atualmente as tecnologias chegam em diferentes cantos do planeta, ao serem divulgadas e acessadas como na dinâmica de fatos sociais e a transformação do processo de produção e o consumo de mercadoria que produzem mais lucros para o capital (Castells, 2005).

Os autores Chesnais (1995) e Harvey (2006), economista e geógrafo respectivamente, ao analisarem o capitalismo o fazem sob a ótica da financeirização do capital. Chesnais (1995, p. 15), afirma que “a economia global é excludente, pois é dirigida pelo movimento do capital e nada mais”. Assim, as transformações de grandes indústrias, a exemplo das que estão circunscritas no setor do agronegócio, bem como o monopólio no mercado mundial, que vai desde a produção ao consumo, é fundamental para assegurar a produção e reprodução tanto material como intelectual do capitalismo. Ao mesmo tempo que o capital prega a liberdade cidadã e do crescimento dos empreendimentos, oferece escravidão e destruição (social, ambiental, da dignidade humana), o que Harvey chama de contradição político-econômica do capital, e propõe a redução da influência do mercado na sociedade.

Ao argumentar sobre o processo de globalização no capitalismo, Ianni (1995), assinala que,

Desde o princípio, o capitalismo revela-se como um modo de produção internacional. Um processo de amplas proporções que, ultrapassando fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais, influencia feudos e cidades, nações e nacionalidades, culturas e civilizações. ... Em sua marcha pela geografia e história, influenciou decisivamente os desenhos dos mapas do mundo, com os desenvolvimentos da acumulação originária, do mercantilismo, do colonialismo, do imperialismo, do multinacionalismo, do transnacionalismo e do globalismo. Ainda que tenha sido sucessiva e simultaneamente nacional, regional e internacional, juntamente com sua vocação colonialista imperialista, o capitalismo se torna no século XX um modo de produção não só internacional, mas propriamente global (Ianni, 1995, p. 135).

A globalização é excludente e ambígua, como afirma Bauman (1999), pois ao mesmo tempo une e separa, incorpora e fragmenta, inclui e exclui, dado que o aumento de exclusão social, em nível mundial, é inerente ao sistema capitalista, tendo em vista seu alcance às pessoas em diferentes lugares do mundo ou popularmente falando nos quatro cantos da terra, o que ocorre de modo e formas diferenciadas. Porquanto, a concentração de riqueza, e conseqüentemente o aumento e a persistência da pobreza, da fome, dos semterra, é fruto do modo hegemônico de produção capitalista, atrelada à apropriação da força de trabalho da camada trabalhadora (Santos, 2001; Antunes, 2002; Acoforado, 2003; Estenssoro, 2003).

O surgimento de novas tecnologias da comunicação e do transporte<sup>7</sup>, contribuem com a interligação e interconexão global para assegurar a apropriação do capital e os rendimentos do lucro tanto nos países centrais como dos periféricos ou dependentes. O que ocasionam profundas e rápidas transformações em relação ao espaço, assim como ao tempo, com consequências em diferentes aspectos da vida, muitas vezes ignorados por ser do cotidiano, tão rotineiro, como é o caso da alimentação. Esse setor é fortemente atingido, com grandes transformações na cultura alimentar, facilitada pelo aumento na quantidade e na variedade de produtos disponíveis nos mercados durante todo ano, proveniente de diferentes lugares do mundo, conforme destacado por Goody (1998) e Giddens (2008).

Desta forma, o avanço tecnológico no capitalismo contemporâneo está presente em toda cadeia alimentar, que vai desde a produção agrícola, sua industrialização, técnicas de conservação e congelamento industriais, distribuição, comercialização dos alimentos, preparação dos alimentos, até chegar na mesa do/a consumidor/a e comensal (Fischler, 1995 e 2001). Muitas vezes os produtos são apresentados/divulgados pela publicidade veiculadas pelos meios de comunicação, onde a imagem e a informação e os desejos de consumo desses produtos chegam em locais muito longínquos, o que faz da globalização também um fenômeno local (Bauman, 1999), que reverbera no cotidiano<sup>8</sup> da população em qualquer parte do mundo. A globalização é “[...] a intensificação de relações sociais mundiais que unem localidades distantes de tal modo que os acontecimentos locais são condicionados por eventos que acontecem a muitas milhas de distância e vice versa” como afirma Giddens (1984, p. 64).

Portanto, é no local, na vida cotidiana que as mudanças acontecem, e novas configurações são constituídas, novos modos de produzir, de comercializar, de consumir, assim como novas maneiras de pensar, comunicar, se comportar, organizar, como também de adoecer. Ou seja, “a globalização só se realiza concretamente no lugar. A globalização só adquire sentido enquanto totalidade, como um conjunto de lugares, onde a vida de relações se manifesta, permitindo a expressão de sua unidade e de suas diferenças” (Silva, 2002 *apud* Rigotto, 2008, p. 29).

Na década de 1990, a globalização ganhou maior relevância no Brasil, principalmente pela adoção do neoliberalismo como modelo econômico que objetiva a mínima intervenção do Estado na

---

<sup>7</sup> Visto que o avanço tecnológico está intrinsecamente relacionado à globalização, o desenvolvimento dos meios de transportes (aviões a jato, navios cargueiros de grande dimensão e velozes), e o sistema mundial de comunicação (via satélite), tornou possível o deslocamento mais rápido e contínuo no mundo, como também facilitou a comunicação das pessoas de forma quase que imediata (Giddens, 2008). A internet viabiliza a comunicação de forma quase imediata, e o celular com seus aplicativos intensifica essa comunicação.

<sup>8</sup> De acordo com Agnes Heller (2000, p. 20) a “vida cotidiana não está fora da história, mas no ‘centro’ do acontecer histórico: é verdadeira essência da substância social (...) Toda grande história concreta torna-se particular e histórica precisamente graças a seu posterior efeito na cotidianidade (...). A vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”.

economia, o que levou a privatizações de empresas estatais e maior liberdade de abertura para o mercado externo, isto é, o livre comércio. O Brasil passou a ser denominado de país subdesenvolvido, mas ainda com dependência econômica, principalmente com a abertura do mercado para indústrias e companhias multinacionais/transnacionais, com subsídio do Estado, com o discurso de assegurar o crescimento econômico e junto com ele, o desenvolvimento (Estenssoro, 2003).

Além de ampliar o mercado consumidor, essas empresas vinham em busca de mão-de-obra barata e maior acesso à matérias-primas. No entanto, apesar de gerar mais emprego, ofereciam condições de trabalho precarizado. A ambivalência, analisada por Bauman (1999), no processo de globalização é muito mais visível em países subdesenvolvidos ou semiperiféricos conforme denomina Wallestein (2001), a exemplo do Brasil, onde há um aumento de emprego, produção e venda, porém, sob condições precárias de trabalho e com maior concentração de renda, por parte dos proprietários/as do capital e dos meios de produção, fruto de um desenvolvimento desigual e combinado. Apesar de ter vivenciado nas duas últimas décadas, mais precisamente no período de 2002 a 2016, uma diminuição das desigualdades, o Brasil ainda é um dos países mais desiguais do mundo estando entre os quinze que apresentam essa configuração (Alves e Rocha Neto, 2014).

Nos anos de 1950, Celso Furtado afirmou que o subdesenvolvimento é fruto de dominação cultural e política (Furtado, 2009), o que significa dizer que o desenvolvimento, assim como o combate a fome depende da vontade e interesse político. Investigações realizadas sobre o desenvolvimento em dois estados nordestinos, Bahia (Acoforado, 2003) e Ceará (Rigotto, 2008), reafirmam a tese de Furtado ao concluir que o principal inibidor do desenvolvimento em países semiperiféricos e periféricos do capitalismo mundial é consequência do progresso obtido pelos países desenvolvidos, com a crescente acumulação de capital e avanço técnico, resultante das desigualdades sociais e regionais. É possível inferir também que países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, algumas regiões se desenvolvem a partir das desigualdades sociais e econômicas geradas pelas opções políticas de investimentos em determinada região em detrimento de outras, particularmente o Nordeste do país, objeto da próxima discussão.

#### 1.1.1. Desenvolvimento e a indústria de alimentos no Nordeste do Brasil

O desenvolvimento, expressão do movimento de avanços do sistema capitalista, é quase sempre considerado como sinônimo de melhoria da qualidade de vida para a população de determinada localidade, região, país. O termo é frequentemente usado a partir do paradigma do crescimento



econômico, satisfação das necessidades básicas e como elemento da sustentabilidade ambiental. Em outras palavras o desenvolvimento é compreendido como “transformação, mudança, progresso, criação e distribuição de riqueza” (Alcoforado, 2003, p. 378). O que não condiz com a realidade vivenciada em diferentes países, regiões, lugares do mundo.

O slogan economicista é o mais utilizado por empresas privadas e governamentais ao justificarem a importância da instalação de fábricas/indústrias na região de interesse, com o discurso de desenvolvimento e crescimento municipal e regional, juntamente com a promessa de geração de mais empregos, renda e, conseqüentemente, melhores condições de vida. Melhor dizendo, o desenvolvimento é descrito e associado como uma sociedade industrial e urbana, com riqueza gerada pelo acúmulo da renda monetária (Alcoforado, 2003; Rigotto, 2008; Santos *et al*, 2012).

O problema da desigualdade no Brasil faz parte da sua formação histórica, e os contrastes regionais agravam ainda mais as diferenças econômicas e sociais. De tal modo que o tema do desenvolvimento ganha relevância, sobretudo no final dos anos de 1950, quando o governo de Juscelino Kubitschek implantou um projeto desenvolvimentista, com o objetivo de ampliar a industrialização no país por meio de investimentos na instalação de indústrias, prioritariamente concentrada no Centro-Sul, especialmente no estado de São Paulo, localizado na região Sudeste do país, onde desde os anos 1930 comanda a expansão capitalista no Brasil. O capital, tanto nacional como internacional, sempre busca localidades e regiões que ofereçam condições adequadas para maximizar e acumular o lucro, em relação a recursos humanos, recursos naturais, mercado, infraestrutura econômica e social, entre outros. O Nordeste não atendia esses critérios (Alcoforado, 2003).

Os interesses diferenciados para a população brasileira, centrado nas desigualdades de oportunidades e conseqüentemente de avanços fez do Nordeste como enfatiza Oliveira (2003), o reservatório de mão de obra, o que provocou o êxodo de grande massa de nordestinos/as, iniciando os fluxos migratórios para os estados do Centro-Sul do país. Esse desenvolvimento desigual do capitalismo, deu evidência à questão regional no país, principalmente no que se refere às diferenças econômicas e sociais. Para o economista nordestino, Celso Furtado (1959), o desenvolvimento de determinado país/região ocorre às custas da exploração e expropriação dos países/regiões pobres, denominados de subdesenvolvidos. Promover desigualdades é próprio do capitalismo, tanto em nível mundial, entre diferentes nações como também numa mesma região ou país, como é o caso do Brasil, inserido entre os quinze países mais desiguais do mundo (IBGE, 2020). País de dimensão geográfica continental e com regiões detentoras de particularidades tão específicas, isto é, características territoriais e ambientais que interferem nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais.

As diferenças regionais no Brasil influenciaram de forma negativa o seu crescimento. A região do Nordeste, considerada atrasada e subdesenvolvida, foi sensivelmente prejudicada no seu desenvolvimento, devido às desigualdades estabelecidas na sua formação socioeconômica. A falta de investimentos na região, por ser preterida em relação ao Centro-Sul do país, a fez ficar praticamente estagnada durante décadas (Gumieiro, 2017), desde sua formação, com registro de áreas com índices de pobreza das mais elevadas do mundo.

Ao analisar o processo de crescimento no Brasil, Furtado (1959) o via como um grande problema, que seria explicado a partir da dualidade estrutural que o sustentava. Duas dinâmicas contrárias regiam o crescimento no país, ou seja, no Centro-Sul a economia acontecia de forma dinâmica, com industrialização e mão de obra mais qualificada, e conseqüentemente os municípios se urbanizavam. Enquanto no Nordeste a economia continuou estagnada, intensificada pela decadência da cana-de-açúcar e a falta de investimento no setor industrial, tendo em vista sua ação complementar, ao fornecer produtos primários (produção e exportação) para outras regiões. Isto é, a economia do Nordeste se estruturou desde o interesse econômico e a demanda do Centro-Sul, polo dominante da economia brasileira (Gumieiro, 2017).

A exclusão do Nordeste no processo de desenvolvimento do Brasil, sendo uma das justificativas as condições climáticas desfavoráveis levou as outras regiões, principalmente as do Centro-Sul a culpabilizar a população nordestina pela situação vivenciada, dito com outras palavras, os/as nordestinos/as eram responsáveis pelo atraso, ignorância, desconhecimento, e não pela falta de investimentos na região para superar os problemas estruturais fruto das contradições da acumulação capitalista (Baptista e Campos, 2013).

Assim sendo, o aumento das desigualdades nos anos 1950 expôs a situação precária e difícil do Nordeste, o que também elevou as tensões sociais na região. Essa situação motivou a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado por Celso Furtado, com a proposta política de incentivar o desenvolvimento na região e com isso contribuir para sua saída da estagnação devido à crise econômica agroexportadora, dependente da cana de açúcar, além de combater a exclusão e gerar riqueza para o país.

A partir de um diagnóstico realizado pelo GTDN (1959), com o objetivo de conhecer os obstáculos para o desenvolvimento no NE, foi compreendido que procurar resolver apenas a questão climática, com soluções hidráulicas, não acabava com o círculo de pobreza e do subdesenvolvimento na região. Era necessário investir em energia, reestruturar a agricultura e efetivar uma política de industrialização forte. Assim, o Estado com o objetivo de impulsionar e coordenar o desenvolvimento no

Nordeste, criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>9</sup>, sendo a industrialização considerada essencial para dinamizar e assegurar maior autonomia para o crescimento da região.

Como dito anteriormente, no Brasil a industrialização ganhou impulso principalmente no Centro-Sul, local onde a indústria de alimentos também se consolidou e promoveu abertura e ampliação para empresas estrangeiras. A presença de indústrias de alimentos multinacionais no Brasil é antiga. Nos anos iniciais do século XX, a empresa norte-americana Bunge<sup>10</sup> foi responsável pela instalação do primeiro moinho brasileiro, em 1921 foi a vez da Suíça inaugurar a Nestlé<sup>11</sup>, uma das primeiras empresas estrangeiras no Brasil, local onde deu início às atividades da multinacional em um país não desenvolvido. Primeiro começou com a importação e distribuição de alimentos, para em seguida investir em fábricas de leite condensado e farinha láctea (Fredericq, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, com as oportunidades disponibilizadas pelo crescimento econômico e a ampliação dos mercados urbanos, intensificaram os investimentos de empresas multinacionais. Com o projeto desenvolvimentista já iniciado nos anos de 1950, e o momento favorável, no ano de 1970 a empresa francesa Danone<sup>12</sup> aproveitou para instalar sua indústria de produtos lácteos, com a fabricação do primeiro iogurte com polpa de frutas no país.

De tal modo que grandes empresas transnacionais têm entrado e dominado o mercado de alimentos e o ramo da distribuição no Brasil, onde antes eram controlados por capitais brasileiros (Flexor, 2006). Mais adiante, a partir da década de 1990 e com mais força após os anos 2000, especificamente no período 2003 a 2016, nos governos de Lula e Dilma Rousseff, particularmente com a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), em 2007. Dentre os objetivos iniciais do PNDR estavam a redução das desigualdades regionais e intensificação das potencialidades de desenvolvimento regionais, com ações voltadas principalmente para regiões de menor interesse do mercado, a fim de explorar e valorizar as diversidades locais (Resende *et al*, 2015).

Assim, no início do século XXI, o Nordeste também passou por mudanças significativas, via políticas de desenvolvimento. O Estado em coordenação com grupos empresariais tanto no âmbito regional, nacional como internacional, isto é, juntamente com grandes representantes do capital, procuraram expandir as forças produtivas com aumento da participação da indústria na região, em

---

<sup>9</sup> Lei Nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/l3692.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3692.htm)

<sup>10</sup> A empresa norte-americana Bunge Limited, com sede em São Paulo, funciona no Brasil desde 1905. Presente em mais de 40 países. Informações disponíveis em: <https://www.bunge.com/>

<sup>11</sup> Em 1976, a Nestlé já tinha ampliado para 16 fábricas instaladas em estados da Região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais) e na Região Sul (Rio Grande do Sul). Principais produtos fabricados: laticínios, sopas, caldos, refeições prontas e bebidas desidratadas e líquidas. Há um investimento na diversificação e especialização em produtos alimentícios modernos, rápidos e de fácil preparação (Coradini e Frederico, 2009). Atualmente mais de 100 itens são comercializados no país.

<sup>12</sup> Marca conhecida em 120 países. No Brasil, a marca Danone virou sinônimo de iogurte.

áreas anteriormente não atrativas para investimentos industriais. Deste modo, tendo em vista o desenvolvimento e o crescimento econômico, através da política de fortalecimento de investimentos fiscais, Pernambuco favoreceu a instalação de unidades industriais de empresas de grande porte (fortemente tecnificada e capitalizada), de diferentes segmentos no estado, inclusive do setor alimentício.

Dentre as empresas instaladas nos últimos anos estão a multinacional brasileira BRF<sup>13</sup> e a multinacional americana Mondelez<sup>14</sup> em Vitória de Santo Antão, a multinacional japonesa Nissin Foods do Brasil<sup>15</sup> em Glória do Goitá, municípios situados na região da Mata, a multinacional Nestlé<sup>16</sup> e a Unilever em Garanhuns na região do Agreste do estado, no semiárido pernambucano.

A ampliação de instalações de empresas em locais antes não vislumbrados ocorre pelo interesse em garantir a acumulação do capital em um mercado cada vez mais mundializado e competitivo. Para isso as indústrias têm procurado vantagens tanto com relação ao local como com relação aos custos da força de trabalho da população, isto é, têm procurado se instalar onde a terra e o solo urbano ainda custam “barato”, comparando a regiões do centro sul do Brasil, por exemplo, assim como a mão-de-obra. Com isso se beneficiando também das vantagens oferecidas em relação aos incentivos fiscais e o mercado interno protegido. Outra questão bastante relevante diz respeito à necessidade que os países desenvolvidos têm em proteger seu território contra danos ambientais, em resposta aos interesses dos/as consumidores/as em adquirir produtos e serviços de empresas que se preocupam com a preservação da natureza.

A facilidade oferecida para o empresariado do setor alimentício contribuiu para que o Nordeste, especificamente Pernambuco, se tornasse local de destino para essas novas empresas, com a promessa da chegada do progresso, o que tornava a proposta bem vinda por grande parte da população e governos locais. Outro argumento usado fortemente é a geração de emprego e renda, o

---

<sup>13</sup> A BRF surgiu em 2009, a partir da fusão de duas empresas do sul do Brasil (Perdigão e Sadia), dando origem a um dos maiores complexos agroindustriais do mundo. Considerada uma das maiores companhias de alimentos do mundo, está presente em mais de 130 países (Disponível: <https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/quem-somos/>)

<sup>14</sup> Empresa estadunidense Mondelez Internacional é especialista em lanches (“Capacitando as pessoas a comer bem”), comercializa seus produtos em mais de 150 países. Em 2011, inaugurou sua empresa em Pernambuco, com a bandeira Kraft Foods, onde produz biscoitos, chocolates e goma de mascar. Essa empresa também fabrica bebidas açucaradas. O Brasil é considerado um dos lugares de maior crescimento da empresa. (Disponível: <https://www.mondelezinternational.com>)

<sup>15</sup> Empresa do Grupo Nissin Foods, líder no Brasil no segmento de macarrão instantâneo. Tem fábricas em São Paulo e Pernambuco. Em 2007, a empresa lançou a linha de produtos “Nosso Sabor”, exclusiva para o Norte e Nordeste do Brasil, onde privilegia temperos regionais. Em 2017 lançou uma campanha de marketing, direcionada para Pernambuco, onde foi destaque características regionais “unindo cozinha, praia e carnaval”, com o objetivo de estreitar a relação com consumidores/as do estado. (Disponível: [www.maxpress.com.br](http://www.maxpress.com.br))

<sup>16</sup> Em 2018, a Nestlé instalou a terceira empresa no Nordeste, no Agreste pernambucano, com investimento de 5 milhões de reais. As duas primeiras estão instaladas no estado da Bahia. Com o objetivo de ampliar as atividades da Nestlé Brasil, Pernambuco concedeu à empresa o desconto de 90% no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), através do Programa de Desenvolvimento de Pernambuco (Prodepe). Em agosto de 2020 a fábrica foi fechada, demitindo 59 funcionários/as. Justificativa dada pela Nestlé Brasil: “a decisão foi tomada com foco na sustentabilidade dos negócios e na manutenção de competitividade da empresa no mercado” (Diário de Pernambuco). Tal caracteriza falta de compromisso com a população e as questões sociais do estado.

que constitui a proposta atraente e irrefutável, tendo como perspectiva diminuir/acabar com a pobreza e a miséria, questões sociais historicamente estabelecidas na região.

Ao anunciar a chegada do polo industrial em um dos municípios do estado, o governo municipal e a agência de fomento do governo de Pernambuco colocaram um outdoor na entrada da cidade com a seguinte frase “*O desenvolvimento começou; distrito industrial de Glória do Goitá*”, claramente expressando a promessa de um desenvolvimento regional, de melhoria de qualidade de vida para a população com instalação do polo industrial no município. Argumento questionável, uma vez que a equação “industrialização = emprego + renda = desenvolvimento (+ qualidade de vida)” (Rigotto, 2008, p. 25), nem sempre é uma realidade, além de não ocorrer de forma igual para toda população do mundo, pois poucos países periféricos e semiperiféricos conseguem atrair parte da riqueza global (Arrighi, 1999). O Brasil, país semiperiférico, é o único na América Latina que possui uma empresa de alimentos que está entre os dez principais fabricantes de alimentos do mundo, a JBS (Santos e Glass, 2018). No entanto é um dos países mais desiguais do mundo, com índices de desenvolvimento bastante diferenciado entre suas regiões (IBGE, 2020), o que inviabiliza o desenvolvimento econômico e social do país, principalmente da população nordestina, frequentemente reduzida à força de trabalho precarizada, porém no bojo da sociedade de consumo, marginalizadas.

As mudanças provocadas na vida das pessoas, em particular das famílias da agricultura familiar camponesa, com a emergência das sociedades industriais capitalistas - o que não se traduz em desenvolvimento -, recai nas relações sociais, nas novas formas de trabalho, na economia, no meio ambiente e na paisagem local. Há uma redefinição dos espaços, uma vez que ao provocar o êxodo rural e ampliar a população urbana, com objetivo de atender as necessidades do mercado orientado pelo lucro, o processo de industrialização gera novos problemas, tanto no campo como na cidade. Entre os inúmeros problemas, um dos mais relevantes na cidade/metrópoles diz respeito à configuração de seus territórios, à aglomeração e seu crescimento desordenado, contrário a um dos problemas do campo, que é justamente a diminuição da população rural e conseqüentemente menos trabalhadores/as rurais.

Outro aspecto a ser observado é que a população que permanece no campo também está sujeita às influências da industrialização e às dinâmicas mundializadas do capital no uso e consumo de seus produtos, muitos dos quais passam a ser objeto de seus desejos de consumo, A produção e reprodução no campo, igualmente na cidade, passa por transformações que são definidas pelo capital

que monopoliza e territorializa, o que inviabiliza o/a camponês/a produzir de forma satisfatória seus próprios meios de vida<sup>17</sup>, ficando assim, sujeito à lógica do capital (Alcoforado, 2003; Rigotto, 2008).

A industrialização, especificamente de alimentos, estabelece novas relações sociedade-natureza, promove ruína ou redefinição do meio rural, com novas formas de produzir e consumir. Com isso a alimentação também passa por um processo de transição/transformação, modificando os hábitos alimentares de um povo, criando novas significações a este respeito. Sendo assim, tratar do capitalismo contemporâneo requer discutir a dinâmica da sociedade do consumo atual, demarcada pela globalização da cultura e das mercadorias, a exemplo da questão alimentar, considerada como uma questão do desenvolvimento (modernização, progresso), com a introdução e ampliação de novos produtos comestíveis pelas indústrias alimentares. Com isso institui novos padrões alimentares, no cotidiano da população do meio urbano de grandes municípios/metrópoles, bem como as cidades interioranas e seus espaços rurais. Deste modo, os efeitos da globalização na cultura alimentar serão discutidos a seguir.

#### 1.1.2. Globalização: cultura, cotidiano e os efeitos no consumo alimentar

Na sociedade moderna urbanizada e globalizada, regida pela lógica produtiva e da acumulação, suscitar vida e saúde não é o objetivo principal empresarial da produção capitalista de alimentos. Importa sublinhar que a comida é considerada uma mercadoria<sup>18</sup> de consumo globalizado como qualquer outra, com fins de gerar lucro e acumulação de capital, independente das consequências que acarretem para a população e a natureza. No entanto, a comida é um produto diferenciado, é uma “mercadora especial” como afirma Holt-Giménez (2017, p. 57), uma vez que é necessária/vital para sobrevivência humana em qualquer sociedade. Sem ela nenhum sistema econômico, inclusive o capitalista, sobrevive. Mesmo com essa característica especial, de manutenção/sustento da vida, a produção, industrialização e comercialização de produtos comestíveis cada vez mais atendem à demanda e exigências do mercado (compra e venda), deixando de lado o que é essencial para viver, ou seja, o valor de troca (mercadoria) sobrepõe o valor de uso (alimentar as pessoas) dos alimentos.

---

<sup>17</sup> Por exemplo, para uma família agricultora pobre do semiárido brasileiro permanecer em sua terra necessita de investimentos (ter cisterna, energia elétrica e crédito), para produzir para seu consumo e comercializar o excedente, o que lhe permite viver de forma digna. A ausência dessas condições acarreta pobreza, fome e abandono das terras em busca de centros urbanos, com isso aumenta a pobreza nas cidades, e conseqüentemente possibilita maior concentração fundiária rural (Campello *et al.*, 2018).

<sup>18</sup> Ponto central no capitalismo, “a mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão” (Marx, 2011b, p. 157). Assim, tudo no capitalismo é transformado em mercadoria, e o alimento não foi excluído, desde a semente ao prato. Não interessa como foi produzido, de onde vem ou se realmente é necessário, a comida mercadoria, está cada vez mais disponível no mercado.

Progressivamente os mercados disponibilizam para os/as consumidores/as Objeto Comestível Não Identificado (OCNI), conforme denomina Fischler (1995).

Assim, a expansão do capitalismo e a globalização dos mercados têm provocado mundialmente mudanças significativas na sociedade, em diferentes setores, sendo uma das grandes transformações o processo de produção, abastecimento e consumo de alimentos, atualmente administrado por corporações transnacionais que determinam a organização das economias e sociedades nacionais, como afirma Paula (2017). Portanto,

... estando ligada à convergência dos mercados a nível global, logo económica, a globalização não se circunscreve apenas a este campo, exercendo uma influência muito intensa sobre os mais diversos domínios da vida quotidiana. Também não se confina a um continente, região ou grupo de Estados, antes abrangendo todo planeta (Ribeiro, 2017, p. 140).

E não há nada mais cotidiano e cultural do que a alimentação. Cada vez mais transformada num negócio lucrativo, comandado por um pequeno grupo de empresas transnacionais (empresas do agronegócio e de redes varejistas, especialmente de supermercados e hipermercados), que controlam o sistema agroalimentar mundial, desde as sementes até a comercialização<sup>19</sup> (Esteve, 2017). Os interesses do mercado capitalista agroindustrial passam, assim a influenciar as atividades agrícolas, com isso gera novos padrões alimentares, tendo em vista que no capitalismo o alimento, como qualquer outra mercadoria, precisa ser padronizada para facilitar e aumentar a produção, com o fim de obtenção do lucro.

Desse modo, além de atender as necessidades fisiológicas e nutricionais, as escolhas alimentares são determinadas também pelas condições ambientais, tais como o acesso, a qualidade, a publicidade e, principalmente, o preço dos alimentos (Claro *et al*, 2016). Esse último afeta sobremaneira a comercialização de produtos oriundos da agricultura familiar camponesa, uma vez que são nivelados sem a preocupação com o tempo gasto na sua produção. Concordo com Brandão (1981), quando afirma que as práticas alimentares dependem do acesso e do possível, em outras palavras, da disponibilidade e renda para obtenção do alimento.

Essa realidade tem proporcionado às grandes empresas do setor alimentício condições ambientais favoráveis à circulação de bens e serviços de forma intensiva, com enorme variedade de produtos industrializados comestíveis disponibilizados nas prateleiras dos supermercados para escolhas do consumidor/comedor/comensal (Contreras e Gracia, 2011; Pollan, 2008). Dentre os

---

<sup>19</sup> Um exemplo de produto globalizado, que circula em todos os cantos do mundo, é o extrato do tomate. De acordo com Mallet (2017a), é o produto industrial mais acessível no capitalismo. Encontra-se, tanto em restaurante em San Francisco como em barracas das aldeias pobres da África. A Holanda é o maior exportador de molho e de extrato de tomate da Europa, no entanto toda matéria prima para sua fabricação, é importada de diferentes lugares do mundo. Na China barris de extrato de tomates saem dos lugares mais distantes do mundo, para serem comercializados pelas grandes empresas da indústria agroalimentar: Kraft-Heinz, Unilever, Nestlé, Kagomé, del Monte, Pepsico e o grupo norte-americano McCormick (Mallet, 2017b).

produtos mais consumidos estão os ultraprocessados, como biscoitos, embutidos, refrigerantes, salgadinhos, derivados de origem animal, lácteos, massas, refeições prontas, misturas industrializadas, entre outros, que não faziam parte de cultura alimentar, e passaram a inserir-se cotidianamente na dieta das famílias, interferindo entre elas as famílias camponesas e urbanas dos setores sociais subalternizados, entre outras mais interferindo também nos estilos de vida (IBGE, 2010; Martins *et al*, 2013; FIESP-CIESP, 2018; OPAS, 2018; IBGE, 2020).

Uma vez que a manifestação do estilo de vida ocorre através do consumo de certos bens, produtos e serviços, pela forma como são usados, consumidos e/ou exibidos socialmente ou significados (Bourdieu, 2008), nesse sentido, os alimentos também estão refletindo novos estilos de vida, por servirem para a produção de diferentes significados e valores, que são expressos na dinâmica sociocultural de determinados grupos sociais mediados por relações sociais estabelecidas entre eles e pelo significado simbólico que lhes atribuem. Assim, o consumo de alimentos deve invariavelmente ser compreendido a partir de sua dimensão cultural e simbólica, que é construída pelos diferentes grupos sociais dentro dos diferentes espaços de sua circulação. E não apenas em termos de oferta e demanda. A hegemonia na forma alimentar na contemporaneidade, provocada pela globalização e com consequências nas culturas alimentares, pode ser explicada pela grande inserção de produtos ultraprocessados no cotidiano das famílias, em detrimento dos gêneros alimentícios frescos (como legumes, verduras e frutas) ou minimamente processados (Claro *et al*, 2016). Esses produtos, promovidos pela indústria agroalimentar e pela mídia, com altos custos ambientais, são qualificados pela Organização Mundial da Saúde (2003) e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira (GAPB) (Brasil, 2014), como inadequados e nocivos para saúde ao serem promotores de doenças devido ao alto índice de gorduras, açúcares, cloreto de sódio, conservantes e aditivos químicos neles contidos. Características que afetam diretamente a segurança alimentar e nutricional da população, além de contribuírem para a presença da fome. Uma vez que a quantidade, a qualidade e os aspectos social, cultural e ético relacionados aos alimentos são substituídos por rapidez, economia e praticidade, ou seja, a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional não são escopos da indústria alimentícia nem do agronegócio, a qual este está atrelado. Note-se que o agronegócio é, concretamente “uma dinâmica de caráter econômico que busca alta produtividade de alimentos de baixa qualidade e alta durabilidade e gera concentração de renda para poucos...” (Azevedo, 2021, p. 4). Ampliando assim, as desigualdades sociais e gerando fome.

As duas edições do Guia Alimentar para a População Brasileira, publicadas no Brasil, uma em 2006 e outra em 2014, tiveram como objetivo orientar a realização das práticas alimentares com vistas



à prevenção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT). O contexto de consumo alimentar, os valores culturais e sociais ao comer (aspectos antropológico e sociológicos), as diversas formas de conhecimentos (saberes populares), além da autonomia das pessoas foram integrados no GAPB de 2014. As orientações passaram a incorporar os referenciais teóricos da saúde e das ciências humanas e sociais, a fim de “abarcando o caráter multidimensional da alimentação, a complexidade da vida dos indivíduos e sua interação com a sociedade” (Oliveira e Amparo-Santos, 2020, p. 2521). Ou seja, ao considerar as implicações sociais, culturais, econômicas e ambientais nas escolhas alimentares, as orientações do GAPB 2014 centraliza e valoriza a comida, não os nutrientes. No entanto, o que a indústria de alimentos elabora são produtos ricos em aditivos alimentares, com o objetivo de intensificar as características palatáveis aos/às consumidores/as. O que contribui para a mudança na dieta da população e eleva o surgimento de doenças. É o caso da obesidade, uma das doenças que mais tem crescido nos últimos anos e contribuído para o aumento da mortalidade no mundo. É também fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes, doenças cardíacas, doenças respiratórias crônicas, diferentes tipos de câncer e acidente vascular cerebral (Pollan, 2008; Grenha, 2011; Brasil, 2014; Vicentini, 2015; Paula, 2017; OPAS, 2018; IBGE, 2020).

Pesquisa realizada em 1998 já chamava a atenção sobre a qualidade do padrão alimentar ocidental e a mudança de hábitos no Brasil, ao constatar que “a fome hoje é resultante não só da pouca disponibilidade alimentar para grupos de baixa renda, mas também da redução da qualidade dos alimentos, excessivamente industrializados” (Bleil, 1998, p. 1). Este é um problema de saúde pública, que atinge todos os estratos sociais, mas mais fortemente a população de menor poder aquisitivo. Dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), compilados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (IBGE, 2020), revelam que a desigualdade social no Brasil implica fortemente no acesso aos alimentos. A despesa com alimentação é mais elevada na medida que o orçamento familiar diminui, o que motiva a compra de produtos mais acessíveis que nem sempre são adequados para saúde, nem para o meio ambiente, devido aos danos que causam no processo de produção e distribuição<sup>20</sup>.

Nas últimas décadas, mudanças têm ocorrido de forma significativa e alterado os padrões alimentares no mundo, em particular nos países economicamente emergentes, como é o caso do Brasil. Em todas as regiões brasileiras, os alimentos *in natura* como arroz, feijão, mandioca, batata,

---

<sup>20</sup> A renda do grupo mais pobre, formado por famílias que recebem até dois salários mínimos mensal (na época da pesquisa, o valor era de R\$ 1.908,00, o que equivale a aproximadamente € 301,00), comprometem 22% do total das despesas mensais com alimentação. Já a renda do grupo mais rico era superior a quinze salários mínimos por mês (na época da pesquisa, quinze salários mínimos era igual à R\$ 28.620,00, o que corresponde a aproximadamente € 4.521,00), a despesa com alimentação representa 7,6%. Ao comparar os percentuais de rendimentos, observa-se que o peso com alimentação é três vezes maior para famílias pobres.

legumes e verduras estão sendo substituídos por produtos industrializados (Jardim, 2018; Lima, 2017; Brasil, 2014, IBGE, 2020). Estudos constataram que as áreas rurais também são afetadas pelo novo padrão alimentar, alguns agricultores/as comercializam seus produtos e adquirem produtos comestíveis industrializados (Moreira, 2010, UFRPE/DEd/DCD/NAC/NECEF, 2015). Certos fatores podem esclarecer as mudanças ocorridas no meio rural com relação ao consumo de alimentos, entre eles, a ampliação do acesso à energia elétrica e água, a chegada da televisão, tal como a vivência em locais urbanos, em virtude da necessidade de executar trabalhos não-agrícolas. Necessário destacar que a prática da troca de produtos *in natura* por industrializados não é nova, o que chama atenção é o tipo de produto e a intensidade deles no dia a dia das famílias (Martins, 2013).

De acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018: Análise do Consumo Alimentar Pessoal no Brasil (IBGE, 2020), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), houve uma queda na aquisição de arroz, feijão e farinha. Em comparação com o ano de 2003, a obtenção per capita nos domicílios era de 52 kg, já em 2018 caiu para 28 kg, o que equivale a uma queda de 46% no consumo do prato mais tradicional da culinária brasileira, o feijão com arroz. Em contrapartida, tanto o documento do IBGE quanto o relatório da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2018), alertam que produtos processados industrialmente, principalmente ultraprocessados de alta densidade energética e baixa qualidade nutricional, assim como refeições prontas, estão em grande abundância nos mercados e nas mesas das famílias. Ou seja, cada vez mais ocorrem mudanças nas compras que vêm do mercado.

Em grande medida, a inserção de industrializados/ultraprocessados e as mudanças provocadas por eles, ao serem incorporados como integrante do novo modo de vida, também podem ser justificados devido à variedade de produtos disponibilizados e distribuídos, nacionais ou importados, além da presença do setor publicitário nas mídias, com ênfase na comunicação televisiva. Relacionado a isto há uma tendência crescente para o consumo de alimentos industrializados com o argumento de praticidade, facilidade ao utilizar, economia de tempo, formas de preparo e modernidade dos mesmos, o que estimula sentimentos de prestígio, e principalmente pelo preço, haja vista que os hábitos alimentares sofrem interferência do rendimento das famílias, como já expresso anteriormente. O que provoca um distanciamento no consumo de alimentos da cultura local, como é o caso do feijão com arroz, a comida básica, comum, corriqueira, cotidiana, presente em todas as regiões do Brasil (Diez-Garcia, 2003; Gracia-Arnaiz, 2005, Paula, 2017, IBGE, 2020).

Nesse processo, a publicidade tem um papel significativo no cenário das mudanças da cultura alimentar brasileira, uma vez que, além de apresentar o produto, ela atrai, seduz e usa o discurso

científico veiculado pelos meios de comunicação para legitimar-se, como afirma Costa (2009). São apresentadas as vantagens práticas, como a facilidade e rapidez no preparo, atrelado ao discurso médico-nutricional, ao evidenciar os aspectos de alimento seguro e saudável, com ênfase no valor nutricional (Contreras e Gracia, 2011, Nestle, 2019). A publicidade parece dirigir-se a cada uma das famílias (rurais e urbanas), em particular, sobretudo às mulheres, especificamente as mães, ainda consideradas as maiores responsáveis pela compra, armazenamento, preparo e servir os alimentos (Gracia-Arniz, 1997; Mascarenhas, 2007; Ávila, 2009; Contreras e Gracia, 2011; Fonseca et al, 2011; Oliveira e Santos, 2020). Igualmente incide nas crianças e adolescentes, para quem, uma variedade de produtos são publicizados e comercializam com ofertas de brinquedos e passam a preferir o alimento industrializado em substituição ao que é produzido nos sítios, com seus desdobramentos no orçamento familiar e na segurança alimentar e nutricional (Freitas e Pena, 2007; Mascarenhas, 2007; Brasil, 2014; OPAS, 2018).

Entre as atividades humanas, a alimentação é considerada uma das mais importantes, uma vez que além de envolver questões biológicas, ela liga-se intrinsecamente à cultura, à economia, ao meio ambiente, à ciência, à política, aspectos essenciais na evolução das sociedades (Murrieta; 2001; Canesqui e Diez-Garcia, 2005; Mascarenhas; 2007; Proença, 2010, Contreras e Garcia, 2011). Cabe destacar também as relações internacionais – comerciais, industriais, turismo, lazer, entre outras -, de forma que cada país, região e grupos sociais apresentam consumos alimentares distintos uns dos outros. Murrieta (2001, p. 39) argumenta que “(...) poucas dimensões da vida humana [estão] profundamente conectadas com a sobrevivência básica, e, ao mesmo tempo, com elementos sociais e simbólicos construídos do que a alimentação”.

Esta característica atribuída aos alimentos faz com que o seu consumo possa ser interpretado principalmente a partir de sua capacidade reveladora de relações, processos históricos, políticos e culturais que envolvem a produção e vão além dela, marcados e significados pela dinâmica do capital, as relações desiguais que o implicam e suas contradições, bem como todo um universo de significações que envolvem também aspirações, desejos, identidades, prestígio, progresso, assim como conflitos, recusas e resistências. Sendo a alimentação uma das dimensões básicas da cultura, ela traz consigo marcadores culturais do seu povo e da sociedade. No caso do Brasil, a base dos hábitos alimentares da população, formadora da sua identidade alimentar, foi construída sob influência da culinária dos povos indígenas, que já habitavam o território desde antes da colonização, primeiramente Portugal e depois outras nações-reinos europeus, como França, Holanda e Espanha. Assim, a culinária dos colonizadores portugueses e a culinária dos escravos africanos somou-se à culinária indígena.

Estas foram enriquecidas e diversificadas a partir das características específicas de cada região, concernente às condições históricas, culturais e ambientais (Cordeiro, 2003; Cascudo, 2004; Maciel e Castro, 2013).

As condições sociais, a memória familiar, como a identidade cultural de um povo estão refletidas nas práticas alimentares, através das escolhas, preparações e consumo de alimentos, afirma Diez-Garcia (2003). Ou seja, os padrões alimentares, compreendidos como aqueles alimentos prioritários ao consumo por determinada população, são motivados pelos aspectos sociais, culturais, afetivos, econômicos e políticos, cada vez mais movidos pela globalização, com consequências visíveis no cotidiano da população. Deste modo, os hábitos alimentares da população de uma determinada localidade/região traduz a identidade do seu povo, as tradições, os valores coletivos e de solidariedade, expressos na história, na cultura e nos valores étnicos (DaMatta, 1986; Freyre, 1996; Cascudo, 2004).

DaMatta (1986, p. 56) expressa bem essa constatação ao afirmar que a comida não é apenas uma substância alimentar, mas também um modo, um estilo e um jeito de alimentar-se. E “o jeito de comer define não só aquilo que é ingerido, como também aquele que o ingere”. Em outras palavras, o comportamento alimentar exerce sua função biológica ao mesmo tempo que define o ser social, dado que “o homem biológico e o homem social, a fisiologia e o imaginário estão estreita e misteriosamente mesclados no ato de alimentar” (Fischler, 1995, p. 14).

No dizer de Bourdieu (2008), as práticas alimentares não são hábitos meramente repetidos mecanicamente, e com regras preestabelecidas, são frutos de um *habitus*, formados por meio das disposições e atitudes adquiridas ou incorporadas pelos indivíduos ao longo da vida cotidiana<sup>21</sup>, ou seja, na sua trajetória de vida. As experiências do indivíduo fazem parte da sua identidade cultural, essas estimulam suas percepções e ações, assim sendo, influencia o comportamento de consumo, nesse caso, o consumo alimentar revelador das predisposições do *habitus*.

Assim, a cultura alimentar, ativa e específica de um povo é conectada ao seu modo de vida alterado pelas situações de mercado que não existiam anteriormente e que estão historicamente disponíveis. Ao provocar novas necessidades de consumo, a indústria de alimentos apropria-se do que é entendido como tradição, cria produto apetecível e, mesmo quase indispensável na culinária. Desse modo modifica a forma de alimentar e o cotidiano das famílias. Com relação às famílias camponesas, não altera apenas a forma de comer, mas também a de produzir. A produção de alimentos em larga

---

<sup>21</sup>De acordo com Agnes Heller (2000) a vida cotidiana refere-se ao dia a dia com o conjunto de atividades que o caracteriza sobretudo as relacionadas com a reprodução dos seres humanos particulares, quer dizer homens e mulheres, de diferentes gerações, classes sociais e raças em diferentes momentos históricos. O que indica para essa autora que a vida cotidiana também tem história. Nessa cotidianidade, suas atividades se caracterizam pela continuidade, repetição, rotina. No entanto, na vida cotidiana esse particular humano se desenvolve num ambiente imediato marcado pelas relações sociais que determinam a sociedade histórica. Explicitando um pouco mais, a partir de Betânia Ávila (2009, p. 154), entendemos a vida cotidiana “como um processo através do qual podemos analisar as relações e práticas sociais. O cotidiano está marcado por um tempo histórico e pelo tempo do dia a dia (...)”.

escala, o aumento de vida útil do produto, a facilidade no transporte e na comunicação, além da ampliação das redes de distribuição, têm rompido com barreiras de espaço e tempo na produção e no acesso aos alimentos, o que faz com que produtos oriundos de lugares distantes do local de consumo estejam acessíveis ao comensal/consumidor em qualquer época do ano e em lugares mais isolados (Canesqui e Diez-Garcia, 2005; Gracia-Arnaiz, 2005; Proença, 2010; Contreras e Gracia, 2011).

Dessa maneira, produtos modernos industrializados contribuíram para o distanciamento entre a sociedade e a natureza. Ao serem inseridos no cotidiano alimentar de determinada população, modificam não só a forma de consumir, com a inserção de produtos que os limites geográficos de sua fabricação são desconhecidos, tendo em vista que a produção, a matéria-prima, o processamento e a distribuição encontram-se em distintos territórios (nacional ou internacional), como o distancia de práticas alimentares de produtos autóctones, bem como a sua relação com a vida doméstica cotidiana, no preparo e consumo de alimentos.

Percebe-se que os alimentos ultraprocessados provocam mudanças radicais no cotidiano das pessoas, cultural, social e ambientalmente, além de suas marcas no corpo (obesidade) e as relacionadas à saúde. No que se refere à cultura há uma padronização mundial das marcas, embalagens, rótulos e conteúdo desses produtos, produzindo novos gostos e práticas de consumo (Brasil, 2014).

Segundo Ribeiro (2017), articular cultura e economia é uma das características atuais do mundo globalizado. Com relação à alimentação, essa articulação torna-se cada vez mais forte, ao transformar o alimento em mercadoria industrializada, com um processo de distanciamento humano, entre quem produz e quem consome. O elo de ligação do alimento com o/a consumidor/a fica por conta da rotulagem, com informações do somatório dos componentes nutricionais (que nem sempre corresponde ao conteúdo do produto). Desse modo, a alimentação passa a ser um ato individualizado, sem valores sociais e culturais do coletivo local, com a predominância na questão econômica, isto é, “a cultura se torna decididamente econômica, e esse tipo especial de economia claramente define uma agenda política, ditando formas de ação política” (Jameson 2002 *apud* Ribeiro 2017, p. 38).

A mudança na cultura alimentar foi fortemente influenciada pela industrialização no campo e na alimentação, assim como com a ampliação da rede de distribuição, a publicidade, o aumento da população, a urbanização, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o aumento do nível de vida e escolaridade, o tempo no trabalho e lazer, o aumento de informações sobre alimentos e a medicalização dos mesmos (Fischler, 1995; Gracia-Arniz, 1997; Poulain, 2002; Mascarenhas, 2007; Contreras e Gracia, 2011). Com relação à mudança social, sendo os produtos ultraprocessados

formulados e embalados para serem consumidos sem necessidade ou quase sem nenhum preparo, podendo ser consumidos a qualquer hora e em qualquer lugar, não necessita da mesa de refeições, nem da vida social em família (Proença, 2010; Oliveira e Santos, 2020). O compartilhar em torno à mesa de refeições com seus rituais torna-se mais escasso tendo em vista os tempos cronometrados e acelerados que a vida moderna urbana contemporânea, industrializada exige.

As mudanças geradas com o consumo dos ultraprocessados dizem respeito também ao ambiente, já que a produção industrial de origem agropecuária (matéria prima), a manufatura, distribuição e comercialização de muitos desses produtos implicam processos danosos, ameaçam a sustentabilidade do planeta, degradam e poluem o ambiente, além de reduzir a biodiversidade e comprometer as reservas de água, de energia e outros recursos naturais (Goody, 1998; Mascarenhas, 2007; Brasil, 2014). As consequências no ambiente e a erosão dos recursos naturais não são preocupações centrais dos capitalistas, uma vez que o interesse deles é a expansão e a circulação do capital. Assim, além das forças de trabalho, a terra, a água, o ar e os recursos naturais também são transformados em mercadorias (Ribeiro, 2017; Silva, 2017).

Uma vez que produção-consumo são interdependentes, a mudança nas formas de consumir é resultado da transformação na produção, processamento, distribuição e disponibilidade de alimentos. Ao massificar a alimentação, acaba por afetar sobremaneira a vida cotidiana urbana e rural, com consequências também na produção da agricultura familiar camponesa. Conforme Friedmann (2002, p. 87),

As mudanças na economia política internacional da alimentação afetarem as formas de trabalho e o *modus vivendi* cotidiano das pessoas. O que as pessoas fazem para conseguir alimento, como o preparam e o dividem, o que elas comem, quando e com quem, tudo isso é influenciado pela cadeia alimentar. Estas, por sua vez, estão inteiramente ligadas à forma de vida familiar.

Sendo assim, a globalização do mercado de alimentos e a padronização do modelo alimentar, ao substituir as culturas alimentares própria de um país ou região, por uma cultura homogeneizadora, acaba por modificar e extinguir formas de produção e comportamentos alimentares de gerações, como também destrói o conhecimento tradicional acumulado, tanto na produção como nas práticas de conservação e preparo de alimentos. A autora acima mencionada destaca que com relação a alimentação, as tradições são frutos de mudanças nas formas de produzir e consumir, que acontecem desde tempos remotos. As tradições alimentares sofrem alterações ao serem construídas e reconstruídas a partir de interesses econômicos e políticos, que vão do plantio, industrialização, distribuição e comercialização dos alimentos.

Deste modo, a alimentação não pode ser vista/pensada dissociada da terra, da agricultura, das questões sociais, econômica e política. Assim, nos últimos anos, especificamente a partir de 2003, os temas da fome, da insegurança alimentar, da qualidade do alimento consumido no Brasil, foram colocados na agenda nacional do país. O que contribuiu para estabelecer algumas conquistas e avanços com o escopo de garantir o direito humano à alimentação, a exemplo da volta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)<sup>22</sup>, que teve atuação importante para assegurar “a valorização da agricultura familiar e camponesa, o combate à extrema pobreza, a erradicação da fome e da miséria e a democratização da educação – o que permitiu o acesso a povos indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais – orientaram as políticas públicas” (Consea, 2018, p. 16). Questões fundamentais para o desenvolvimento, ao compreendê-lo como uma construção social e política inserido nas dinâmicas seculares do sistema mundial moderno e de sua economia-mundo capitalista “no qual a ação do Estado e das elites políticas e econômicas desempenhou [desempenha] um papel chave” (Ribeiro, 2017, p. 43).

A valorização dos saberes tradicionais, o respeito e o resgate da cultura alimentar tem sido discutido no Brasil, e ampliado a reflexão sobre a necessidade de considerar que uma alimentação saudável é consequência do que ocorre em toda rede de produção. É necessário que seja saudável desde a forma de produzir, ou seja deve ser saudável para as plantas e os animais, sem uso de agrotóxicos e sem transgenia; saudável para quem produz, para o meio ambiente, e por fim para quem consome. São exigências que estão na contramão do que é priorizado no mercado mundial de alimentos.

Desde de 2016 as conquistas alcançadas no Brasil para efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável passam por reformulações, com um certo abandono das políticas de proteção social, de SAN e de produção alimentar. A partir desse contexto, a trajetória sobre a construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil, será discutido a seguir.

## **1.2. A segurança alimentar e a soberania alimentar: conceitos e problematização dos principais debates**

A fome tem existido desde épocas remotas. Entretanto, as saídas propostas pelas medidas e/ou políticas estatais para superá-las tem sido objeto de críticas, consideradas equivocadas por Castro

---

<sup>22</sup> Espaço de articulação da sociedade civil e governo para definição de políticas públicas no campo da segurança alimentar e nutricional. O Consea será mais detalhado no item que trata da soberania e segurança alimentar.

(1966). Ao longo do século XX e nas décadas corridas do século XXI, as saídas propostas não têm sido consensuais, particularmente quando trata da segurança alimentar e da soberania alimentar.

A construção do conceito de segurança alimentar será discutido numa perspectiva histórica, com ênfase nas constantes redefinições por parte de organizações internacionais, bem como o conceito adotado no Brasil, que agrega saúde, sustentabilidade ambiental, econômica e social. Se faz necessário compreender a soberania alimentar na perspectiva histórica, mas também política, econômica e social às qual está atrelada, em contraponto ao sistema agroalimentar vigente.

Partimos do entendimento de que o debate da segurança alimentar está intimamente ligado à fome, questão que ainda persiste atualmente em diversos países do mundo, incluindo América Latina e nela o Brasil<sup>23</sup>. Essa realidade da fome não é nova, nem tampouco desconhecida nos meios acadêmicos e políticos. É um problema que vai além da questão biológica e da saúde, pois não se trata apenas da escassez de alimentos, mas também do modo como se concretizam as relações capitalistas e as classes sociais, às quais dão origem, determinando o acesso à terra e aos meios de produção para cultivá-la, bem como aos meios relativos a outras formas de produção e de trabalho rural e urbano. Consequentemente, essa realidade da fome está relacionada, também, com o abastecimento, distribuição e acesso dos diferentes processos produtivos do campo e da cidade, bem como os serviços, que permitem melhorar a condição e qualidade de vida das famílias subalternas rurais e urbanas, em particular às mais vulneráveis.

Se bem que a questão social tem sua gênese no século XIX, nos inícios da industrialização visibilizava-se enquanto “expressão da contradição entre capital e trabalho e a extração da mais valia como fonte de acumulação do capital” (Mota, 2012, p. 26). Organicamente vinculada ao desenvolvimento do capitalismo, a penúria e miséria que nessa época manifestava-se e crescia “... deixavam de ser determinadas pelo baixo desenvolvimento das forças produtivas e se transformam numa condição para a produção de excedentes que são apropriados pelos proprietários dos meios de produção” (Mota, 2012, p. 26).

Como explica Mota (2010 *apud* 2012), o modo de produção capitalista institui ao mesmo tempo os/as trabalhadores/as assalariados/as e o patronato, bem como o pauperismo (manifestação da questão social) e seus rebatimentos na fome de significativa parcela das famílias das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora da cidade e do campo.

---

<sup>23</sup> Apesar de não ser reconhecida pelo atual presidente do Brasil. Em 2019, em entrevista com jornalistas estrangeiros, ele afirmou: “falar que se passa fome no Brasil é uma grande mentira”. Disponível: [https://brasil.eipais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685\\_513257.html](https://brasil.eipais.com/brasil/2019/07/19/politica/1563547685_513257.html). No entanto, conforme dados do IBGE (2020b), de 2017 a 2018, revelaram que 84,9 milhões da população brasileira já apresentavam algum nível de insegurança alimentar. Desses, 10,3 milhões encontravam-se em insegurança alimentar grave, ou seja, faltava alimentos para todas pessoas residentes no domicílio.



A respeito, referindo-se mais especificamente à região do Nordeste brasileiro, Vieira (2012) considera que nesta região do Brasil o processo de avanço das desigualdades de renda e a pobreza são “geradas pelo modo de produção capitalista (idem, p. 119-120) na medida em que gera “a pauperização dos que só tem sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência e a da família”. Contudo, assinala a referida autora, essa desigualdade e pobreza pode assumir outras formas “... dependendo da exploração e da luta para seu enfrentamento” (Idem, p. 121). Por outro lado, tais processos dizem respeito a posicionamentos e interesses políticos de governos das nações.

Assim, antes de adentrar nos conceitos de segurança alimentar e soberania alimentar faz-se necessário discutir a questão da fome, uma vez que ela é fruto de ações políticas estatais e econômicas das classes hegemônicas urbanas e rurais, no contexto das relações da economia mundo capitalista com seu desenvolvimento desigual e combinado conforme já foi dito e evidenciadas principalmente com as crises do capital.

Durante muito tempo, o problema da fome foi invisibilizado, silenciado, considerado um tabu, uma vez que era aceito como um “produto da natureza”. Era considerada um flagelo impossível de superar, igual à peste na Idade Média (Castro, 1966; Freitas, 2003; Ziegler, 2012). O cientista brasileiro, Josué de Castro<sup>24</sup>, foi um dos primeiros estudiosos a denunciar a fome como uma questão política e social, consequência da ação humana, agregada à miséria e às desigualdades sociais, atingindo principalmente os homens e mulheres mais vulneráveis ou melhor dizendo os/as mais precarizados/as da classe trabalhadora e suscetíveis às suas consequências. Pensamento contrário ao de Malthus, que justificou a necessidade da fome para limitar o número de pessoas no mundo, pois a superlotação (superpopulação) poderia trazer graves consequências econômicas de abastecimento, sobretudo de alimentos. Defendia a lei da necessidade. Castro afirmou a necessidade de tomada de consciência por parte dos/as governantes nacionais e de quem governavam o mundo. Para esse autor, a subalimentação, a má nutrição e a fome são resultantes de políticas vigentes possíveis de serem extintas. O que exigia pesquisar as causas e combatê-las, tendo em vista que a fome refletia negativamente na sociedade, tanto para famintos como para saciados (Ziegler, 2012).

Ao analisar a fome como uma questão social, Castro questiona o modelo de desenvolvimento e seus efeitos para os países considerados subdesenvolvidos, dependentes, bem como sua relação com a ampliação da pobreza no mundo. O processo de colonização, que continuou mesmo após a

---

<sup>24</sup> Josué Apolônio de Castro nasceu no Recife, Pernambuco, em 1908, e morreu em Paris, França, em 1973. Médico, geógrafo, militante dos direitos humanos, considerado um dos mais respeitados estudiosos sobre o tema da fome no mundo, colocou essa questão como um problema político e acadêmico, tanto no Brasil como no mundo. Das suas publicações, duas ganharam repercussão nacional e internacional, Geografia da Fome (1946), onde tratou das questões do Brasil e Geopolítica da Fome (1951), em nível mundial. Em 1951 assumiu a presidência da Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura (FAO). Em 1957, junto com outras personalidades internacionais, criou a Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam), e em 1960 presidiu a primeira Campanha de Defesa Contra a Fome, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU). Disponível: <http://www.josuedecastro.org.br/jc/jc.html>. Acesso em 19/07/2019.

independência do Brasil em 1822, a dependência política e econômica às grandes metrópoles europeias permaneceu. No século XX esta dependência, focou-se, sobretudo, no imperialismo americano. Colonialismo esse que favoreceu a concentração de propriedade fundiária, expropriação de terras dos povos nativos, a destruição da cultura indígena, trazendo como resultado miséria, pobreza e fome no país (Castro, 1984). Vale salientar que essas questões ainda estão presentes nos dias atuais, com uma estrutura econômica e social que favorece sua reprodução, principalmente as regiões mais pobres, como é o caso do Nordeste Brasileiro. Noutras palavras, processos esses relacionados ao desenvolvimento capitalista, "... produto não do acaso, mas sim de dinâmicas políticas, econômicas e sociais com espessura histórica..." que para Ribeiro,

... a compreensão de suas múltiplas dimensões deve considerar o sistema mundial moderno e sua economia-mundo capitalista. ... quadro teórico de alcance global permite situar o desenvolvimento no contexto histórico em que nasceu e se expandiu, fornecendo explicações teóricas alternativas que rompem com as baseadas nas teorias da modernização (Wallerstein, 2000, *apud* Ribeiro, 2017, p. 51)

Destarte, a fome é uma mazela, produto de relações sociais da exploração capitalista e de dominação econômica e política, de classe, gênero, racial/étnica, segundo os países, com fatores de diferenciação e hierarquização entre nações (países do Norte e países do Sul, industrializados e dependentes, subdesenvolvidos, emergentes), relações internacionais de comércio, de intercâmbio, distribuição. Assim sendo, é um fenômeno que ainda persiste atualmente, mesmo com uma produção de alimentos em nível mundial que pode garantir o abastecimento e atender as necessidades básicas da população mundial das diferentes regiões (ONU, 2019)<sup>25</sup>. Não são as necessidades essenciais da população que orienta a produção e o acesso ao que é produzido, e sim os interesses dos países capitalistas hegemônicos. Isto é, para a problemática específica desta tese de doutoramento, o mercado de alimentos é controlado por uma burguesia empresarial, e seus representantes, de grandes corporações, contemporaneamente transnacionais, no setor agrícola e da agroindústria, que define a destinação do que é produzido, bem como o que será produzido e as condições de sua produção, a exemplo dos alimentos ultraprocessados, e das sementes tecnologicamente modificadas (Santos e Glass, 2018). Em contraposição, produz-se a marginalização da agricultura familiar e camponesa (agroecológica ou não), que produz essencialmente para o autoconsumo. De tal modo, é importante entender o controle, tanto da produção como da distribuição, tendo em vista que condicionam o acesso e a destinação do que é produzido (Silva, 2006; Coca, 2016).

---

<sup>25</sup> A agricultura mundial tem condições de alimentar em torno de 12 bilhões de pessoas, isto é, quase o dobro da população do mundo (7,7 bilhões de pessoas) (ONU, 2019).

De acordo com dados do relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>26</sup> (2019), sobre o estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo, houve uma alteração nos números sobre a fome. Até 2013 teve uma queda, com estabilidade até 2015, e começa a crescer sucessivamente nos últimos anos. Em 2018, foi identificado que 821 milhões de pessoas (1 em cada 9 pessoas), sofreram privações de alimentos, dessas 5 milhões, residem no Brasil. Em 2020, a pandemia Covid-19 contribuiu ainda mais para o aumento da subalimentação e a fome no mundo. Em um ano a subnutrição passou de 8,4% para 9,9%. 811 milhões de pessoas vivenciaram situação de fome em 2020, aproximadamente um décimo da população mundial (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2021). Dados do Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), evidenciaram que houve um aumento da fome no país, aproximadamente 19 milhões de pessoas passaram fome em 2020 (Rede Penssan, 2021). Esses dados são preocupantes, uma vez que o número de famintos no mundo só aumenta, e revelam a necessidade de maior empenho para atingir a meta de acabar com a fome em 2030, conforme preconizado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o segundo objetivo, que trata da “Fome Zero e agricultura sustentável”, ou seja, erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover agricultura sustentável<sup>27</sup>.

Os relatórios que tratam do estado da segurança alimentar e da nutrição no mundo (ONU 2019; FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF, 2021) afirmam que a situação econômica dos países, é uma das causas da fome, bem como os conflitos armados e os fenômenos climáticos. Destaca que as mudanças no clima afetam plantações, a produção de alimentos e a disponibilidade de água, o que reverbera nos sistemas alimentares, e acarreta conseqüentemente, de forma negativa, o acesso ao alimento. As condições ambientais desfavoráveis e do clima, com relação a plantação e produção, repercute na vida rural, econômica-produtiva, social, familiar. Com o aumento do êxodo rural, uma das conseqüências, dá-se na diminuição de agricultores/as no campo. Essa é uma situação muito comum em regiões onde a chuva é escassa e a seca é persistente, realidade encontrada no Nordeste brasileiro, especificamente nas regiões do semiárido de Pernambuco, denominada Agreste e Sertão.

---

<sup>26</sup> Agências da ONU que assinam o documento: Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização Mundial da Saúde (OMS), Agência da ONU para Refugiados (Acnur); Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef); Programa Mundial de Alimentação (PMA) e o Escritório das Nações Unidas de Assistência Humanitária (Ocha).

<sup>27</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estão fundados num compromisso internacional, tendo em vista o bem-estar e a conservação da natureza. Esse acordo está estruturado em 17 objetivos, com 169 metas a serem atingidas até 2030. Mais informações em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/2/>

O tema da fome, considerado tabu durante muito tempo, só passou a ter relevância após a realização de duas grandes guerras mundiais e uma revolução social<sup>28</sup>, com consequências nefastas para população, com mortes provocadas em sua grande maioria pela fome (Castro, 2003). Portanto, só no início do século XX é que o flagelo da fome passou a ser considerado um problema mundial, principalmente após economias terem sido devastadas, especificamente no continente europeu. Assim, governantes de diferentes nações passaram a preocupar-se e enfrentar conjuntamente essa realidade, a fim de garantir a segurança alimentar dos seus povos.

Em 1948 foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com isso a alimentação é definida como direito humano fundamental. Anos mais tarde, em 1966, foi constituído o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Pidesc), que compreende que a concretização do Direito Humano à Alimentação Adequada, ocorre: "... quando cada homem, cada mulher ou criança, só ou em comunidade com outros, tem acesso físico e econômico, a qualquer momento, à alimentação adequada ou a meios para obtê-la" (ONU, 2013).

Apesar da alimentação ser um direito humano fundamental, isso não impede sua constante violação, em diversos lugares do mundo, inclusive no Brasil. Entre os direitos definidos no Pidesc, o direito à alimentação é o mais transgredidos em todo o mundo, considerando o elevado número de pessoas em situação de fome e de insegurança alimentar. O modelo de sociedade hegemônico vigente gera desigualdades e conseqüentemente pobreza e fome, além de afetar o meio ambiente. Entre a população mais vulnerável à fome conjuntural, estão os pobres que residem na zona rural, os pobres da zona urbana e os pobres que são vítimas de catástrofes ambientais, sendo na sua grande maioria mulheres e população negra, os mais afetados (Consea, 2007, 2017; Ziegler, 2012).

Quase 1 bilhão de pessoas no mundo sofre de fome crônica. Segundo dados da FAO, os danos provenientes da falta ou escassez de alimentos de qualidade, acarreta prejuízos irreversíveis, tanto em termos neurológicos, cognitivos e emocionais (Rosaneli *et al*, 2015), como também no crescimento e desenvolvimento. No entanto, as causas não se restringem apenas à produção de alimentos, mas também ao acesso aos mesmo, por todas as pessoas atingidas, sem restrição de nacionalidade, etnia, religião, gênero, geração. Dados do Programa Mundial de Alimentos (2015) revelam que entre as principais causas da fome estão a pobreza, a falta de maiores investimentos na agricultura (infraestrutura, armazenamento, distribuição), as mudanças climáticas, desastres naturais, guerras, instabilidades no mercado, migrações e desperdícios de alimentos. Essas causas provocam distintas formas de fome, denominadas de fome estrutural e fome conjuntural, sendo a fome estrutural

---

<sup>28</sup> A revolução russa.

resultado das relações de produção capitalistas assentadas na propriedade privada dos meios de produção, entre eles a terra – mesmo sendo um bem da natureza, igualmente que a água, porém transformadas em mercadorias. Trata-se de relações estruturadoras da produção-consumo-distribuição-circulação ou troca, como explica Marx (2011b). Relações essas que determinam a divisão social do trabalho (classes sociais) à que se imbricam a divisão social e racial do trabalho. Essas relações marcam o desenvolvimento dos processos produtivos, a exemplo da produção camponesa, agricultura familiar, produtoras dos alimentos básicos da dieta alimentar local, bem como os processos de trabalho agrários, industrial e de serviços, entre outros. A *fome estrutural*, sendo permanente, é pouco percebida e reproduzida de forma ideológica. Esse tipo de fome gera a destruição psíquica, física e da dignidade humana. Já a *fome conjuntural*, fruto de catástrofes natural (seca ou inundações), ou guerras, são mais visíveis e espetacular, tem como consequência dificuldade na produção de alimentos, destroem a economia, desintegram a sociedade, além de fragilizar instituições (Ziegler, 2012).

A partir do exposto, podemos dizer que a expansão do capitalismo e seus processos de globalização ou mundialização, o estado da economia mundial incide nos processos de crescimento econômico bem como nas crises dos países dependentes ou periféricos, a exemplo dos países latino americanos, entre eles o Brasil.

Soares (2001) ao tratar das desigualdades sociais na América Latina e os impactos nos processos de ajustes em relação a seus componentes estruturais salienta que as abordagens explicativas sobre a realidade da desigualdade social na América Latina visando políticas sociais em situação de crise e ajuste neoliberal, tem focado a superação da pobreza, desde variados pontos de vistas. O primeiro aborda o tema da “equidade em relação a destruição desigual do progresso técnico e seus frutos”, no segundo o debate está centrado “nos estilos de desenvolvimento” e finalmente, o terceiro ponto de vista diz que as preocupações voltaram-se para “as mudanças na estrutura social e o problema da pobreza” com suas evidências na questão da fome e nos programas de alimentação que surgiram. Para enfrentar tal realidade e combater a pobreza têm sido propostas políticas sociais de ajustes neoliberal ou estrutural as quais são recomendadas pelas agências de financiamento internacional, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI). Contudo, estudos realizados pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1990 e 1992, mostram o incremento da pobreza nos anos oitenta concentrando-se sobretudo nas áreas urbanas. No entanto, a indigência (pobres extremadamente pobres) subiu tanto nas áreas urbanas (26%) como nas rurais (28%). O que para Soares (2001, p. 39), essa severidade da pobreza “... representa também um

elemento imprescindível para julgar o desafio e o potencial das políticas públicas e sociais de combate à pobreza”, e a fome acrescentamos, nesta perspectiva a soberania e a segurança alimentar e nutricional.

No caso do Brasil, para 1989 a precarização do grupo mais pobre, aponta a referida autora, “(...) reduziu sua participação para 10,4% da renda nacional e o mais rico aumentou para 17,3%. A estrutura de distribuição de renda é, portanto, um fator muito significativo nas diferenças de indicadores sociais observados entre os países” (Soares, 2001, p. 41). A respeito do exposto, Soares (2001) retoma o documento da CEPAL, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/ONU), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Programa Regional do Emprego (PREALC), no qual surgem estratégias de superação da pobreza e salienta-se a necessidade sócio-política e econômica de articulação entre políticas específicas de combate à pobreza e políticas e estratégias de desenvolvimento social, chamando a atenção para a relação entre as políticas econômicas e as políticas sociais, como duas dimensões inseparáveis do desenvolvimento.

Na seção a seguir exponho a trajetória histórica da segurança alimentar, destacando que é um conceito em disputa, em evolução, com limitações, tendo em vista resolver problemas do mercado capitalista, e não da soberania alimentar. No Brasil, com a participação de movimentos sociais ligados a defesa do direito à alimentação saudável e a uma agricultura livre de agrotóxicos e transgênicos, o conceito de segurança alimentar incorporou a soberania alimentar e o direito humano a alimentação adequada e saudável como princípios. No entanto, ainda há fragilidades no conceito, tendo em vista as características que o mesmo apresenta.

### 1.2.1. Segurança alimentar: a construção do conceito

As duas grandes guerras mundiais levaram diferentes governos a procurar garantir que a população de seus países não passasse por privação de alimentos. Após a Primeira Guerra (1914-1918), a Europa passa a usar a denominação segurança alimentar. A origem do conceito segurança alimentar está relacionada com a segurança nacional e a autossuficiência alimentar do país, da nação. Isto é, autonomia e garantia estratégica dos Estados em produzir sua alimentação, a fim de evitar a vulnerabilidade a interdições ou boicotes por questões militares e políticas (Moruzzi Marques, 2010; Abrandh, 2013; Silva, 2014).

A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esse conceito começa a ganhar maior expressão na Europa, em decorrência da incapacidade dos países em guerra de produzirem seu

próprio alimento, o que gerou fortes privações e mortes, como resultado da fome e de suas consequências na saúde da população dos países em conflito bélico. Assim, a preocupação inicial era em torno da capacidade de cada país em produzir seu alimento, ou ter estoque alimentícios suficientes, a fim de evitar ameaças à segurança nacional. O conceito de segurança alimentar não expressava preocupação com as pessoas ou famílias, o interesse/preocupação desses países era o enfrentamento dos problemas de abastecimento, em nível global, nos países em guerra (Maluf, 2007; Ziegler, 2012).

O alimento e a garantia de sua disponibilidade e acesso tinha como cerne manter as estruturas de controle social e os interesses que o Estado representa. Nesse sentido a garantia da oferta de alimentos exigia articulação de natureza produtivista, isto é, prioritariamente produção para o mercado, bem como poder, na condição de guerra e pós guerra. O aumento da produção resolveria a escassez de alimentos, pois além de garantir disponibilidade para os países ricos, o excedente podia ser distribuído e comercializado com os países pobres. A causa da insegurança alimentar era compreendida como insuficiência da produção dos países pobres (Silva, 2014; Gomes Júnior, 2015).

Assim, cooperações internacionais foram estabelecidas para combater a fome e a pobreza no mundo. Entre as estratégias para viabilizar essa ação foram criadas várias organizações e firmados acordos internacionais, onde eram discutidos temas “como comércio internacional, desenvolvimento da agricultura, ajuda humanitária, entre outros” (Silva, 2014, p. 9). O debate sobre o problema da fome foi ampliado, complexificado e entendido como causa múltiplas.

Nos Estados Unidos, em 1943, antes do fim da II Guerra Mundial, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura, que teve como resultado a elaboração de uma declaração que afirmava ser a pobreza a primeira causa da fome e da desnutrição, o que necessitava um desenvolvimento que proporcionasse à população poder de compra, a fim de garantir as necessidades diárias de nutrientes. Além da pobreza também foi destacada a ampliação na produção de alimentos para abastecer a população (Maluf, 2007). No ano seguinte, em 1944, com o objetivo de debater e estabelecer uma nova ordem econômica no mundo, foi realizada a Conferência de Bretton Woods<sup>29</sup>, que culminou com a criação do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. Esses dois organismos entendiam, diria que ainda entendem, que a garantia da segurança alimentar passa por mecanismos de mercado (Abrandh, 2013).

---

<sup>29</sup> Pequena cidade do estado de New Hampshire, Estados Unidos.

Com a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO)<sup>30</sup>, o tema da segurança alimentar se solidifica, tendo como prioridade o combate à fome e à insegurança alimentar. Assim, o tema começa a ter uma maior importância mundial, uma vez que a FAO tem como principal missão ampliar os níveis de nutrição dos povos (Alem *at all*, 2015).

Porém, entre os organismos criados, a compreensão diferenciada do combate a fome resultou em tensão política devido a disputa de poder hegemônico entre países mais ricos, com interesse em manter e impor a superioridade frente aos outros países. Enquanto a FAO defendia a segurança alimentar como o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano, o FMI, o Banco Mundial e outros defendiam e argumentavam em base às estruturas de mercado. Isto é, alegavam que não havia disponibilidade suficiente de alimentos, o que justificava o aumento da produção. Assim, uma das estratégias para combater a fome após a Segunda Guerra Mundial foi enviar os excedentes da produção dos países ricos para os pobres, por meio da assistência alimentar (Abrandh, 2013; Valério, 2019). Noutras palavras, o que se observava é a manutenção das relações de dependência dos países pobres, entre os quais os latino-americanos e do Caribe, frente aos países imperialistas e ricos: garantia dos lucros, controle mundial da economia e finanças por parte dos países ricos e politicamente hegemônicos.

A partir do entendimento que era necessário aumentar a produção, investimentos foram realizados com a chamada Revolução Verde, que se impôs mundialmente com novas práticas no campo, com uso de fertilizantes sintéticos, uso intensivo de agrotóxicos, irrigação, mecanização e ampliação da fronteira agrícola, monocultura para exportar, bem como a invenção e produção de novas sementes (híbridas), com novas variedades genéticas e dependentes de insumos químicos de alto rendimento, entre outros. No entanto, essa estratégia não teve efeitos totalmente positivos, pois a forma de produção trouxe como consequência danos ambientais, econômicos e sociais, além da desvalorização da cultura dos/as agricultores/as tradicionais (Leão, 2013; Maluf, Menezes, Marques, 2014; Alem *at all*, 2015).

Como já referido, a partir de 1948, a alimentação passou a ser considerada um direito humano. No entanto, mesmo com o incentivo para o aumento na produção de alimentos com a chamada Revolução Verde, não garantiu que a população pobre tivesse acesso aos mesmos, especificamente a população rural. Devido a uma crise mundial na produção de alimentos, na década de 1970 houve

---

<sup>30</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial foi firmado um acordo entre 26 governos para defender a paz e impedir a realização de guerras no futuro. O acordo foi firmado por meio da Declaração das Nações Unidas, cujo texto serviu como referência para criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1 de janeiro de 1942. Anos mais tarde, em 16 de outubro de 1945, foi criada a Food and Agriculture Organization (FAO), uma das Agências da ONU. Com sede em Roma, participam da FAO, 191 países-membros, mais a Comunidade Europeia. Países desenvolvidos e os considerados em desenvolvimento, se reúnem para negociar acordos, debater políticas e impulsionar iniciativas estratégicas. Desde a fundação da FAO, as áreas rurais são suas prioridades, tendo em vista que 70% da população de baixa renda e passam fome, residem nesses territórios. (Disponível em <https://nacoesunidas.org/agencia/fao/>).



uma queda no abastecimento e estoque, o que, por sua vez, elevou os preços dos alimentos, gerando em 1974 mais um encontro de países, sob a Conferência Mundial de Alimentação, organizada pela FAO para discutir a segurança alimentar no mundo. Nessa conferência, ficou acordado que a segurança alimentar só seria alcançada com a garantia de suprimento alimentar adequado, em nível mundial. Para isso, necessitava aumentar a produção, o que precisava também de uma política de armazenamento e oferta de alimentos. O produto ainda era a abordagem central no conceito. Não era considerado que, mesmo que o país tivesse produção suficiente para alimentar a população, poderia haver a possibilidade de não ter condições de acesso aos mesmos.

Com o investimento na produção em larga escala, os estoques também tiveram aumento, o que diminuiu os preços dos alimentos, e o excedente passaram pelo processo de industrialização, antes de ir para o mercado. No entanto, a população não tinha meios de adquirir os produtos, pois a pobreza ainda persistia. Entre os motivos estavam: conflitos internos, a falta de terra para trabalhar e colher, não ter recursos financeiros, e/ou por ser a renda insuficiente para permitir o acesso a alimentos que atendesse as necessidades mínimas. A fome ainda permanecia. Precisamente, essa foi a próxima discussão sobre o conceito, na década de 1980, isto é, foi incorporado ao mesmo, a necessidade da garantia do acesso físico e econômico por todas as pessoas, com quantidade suficiente de alimentos de forma permanente (Maluf, 2007; Abrandh, 2013; Alem *at all*, 2015).

Nos anos de 1990, a FAO realizou a Conferência Internacional de Nutrição, onde foi discutido a relevância das questões da qualidade (nutricionais, sanitárias e tecnológicas), da segurança (livre de contaminantes químicos e biológicos) e do acesso à informação. O conceito foi alargado para Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Também nessa década foram realizados outros dois encontros, a Conferência Internacional de Direitos Humanos e a Cúpula Mundial da Alimentação, que culminou com um movimento de reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada<sup>31</sup> para garantir a segurança alimentar, tendo em vista a indivisibilidade dos direitos humanos (Valente, 2002).

Apesar dos vários avanços, constatamos que a construção do conceito de segurança alimentar recaí no entendimento da garantia da produtividade e disponibilidade, em atendimento aos interesses do mercado global, em detrimento às necessidades de cada povo em diferentes épocas. Por ser um conceito complexo, que abarca diferentes preocupações, vive em permanente disputa, o que exige mudanças constantes para acompanhar os avanços que o tema exige. O mesmo é controverso e questionável nos meios acadêmicos, no campo político, no mundo dos negócios, assim como nos

---

<sup>31</sup> Preconizado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PIDESC, firmado em 1966. Disponíveis em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/> e [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm).

movimentos sociais (Alem *at all*, 2015). Deste modo, os movimentos sociais do campo propuseram a concretização da soberania alimentar de todos os povos, como forma de garantir a produção e o acesso a alimentos por parte de cada nação.

### 1.2.2. Soberania alimentar: contraposição à segurança alimentar

Por entender que a segurança alimentar, a partir do conceito definido pela FAO, bem como as ações/políticas realizadas pelo referido órgão, não atendem as reivindicações/interesses dos povos, no que se refere as questões relacionadas a produção e acesso aos alimentos, camponeses e camponesas reagiram, rebatendo e sugerindo outro conceito que proporcionasse formas de combater a fome. Assim sendo, durante a realização da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, na cidade de Roma, através da Via Campesina<sup>32</sup>, camponeses e camponesas inseriram no debate o conceito de soberania alimentar, por compreender que cada povo deve ser livre e soberano. A soberania é concretizada quando os povos têm a liberdade de definir o que produzir, como e para quem produzir, uma vez que a soberania passa, essencialmente, pela capacidade de cada nação de produzir seu alimento (Bello, 2010; Moruzzi Marques, 2010; Gomes Jr, Newton e Aly Junior, 2015; McMichael, 2016; Coca, 2016).

Se em 1996 a preocupação em discutir a soberania alimentar como forma de garantir alimentos saudáveis para todos/as foi iniciativa dos/as camponeses/as, hoje o debate ampliou-se para o meio urbano, sendo defendida tanto pelos povos do campo como da cidade, em diferentes países, denominados ricos ou pobres.

No conceito de soberania alimentar, apontado pela Via Campesina é bem demarcado a necessidade de autonomia, melhores condições de vida e de trabalhos para os/as camponeses/as. Esse conceito foi criado com o objetivo de expor o posicionamento contrário ao conceito de segurança alimentar proposto pela FAO, além de colocar um conteúdo político, ecológico e cultural na definição (Bravo, 2007; Bello, 2010; McMichael, 2016).

Assim, a soberania alimentar é entendida como

---

<sup>32</sup> Organização internacional composta por movimentos sociais do campo, constituída em 1993. Nesse ano um grupo de representantes de diferentes organizações de agricultores e agricultoras da África, Ásia, América e Europa criaram o Movimento Internacional de camponeses e camponesas denominada de Via Campesina. O objetivo é articular a mobilização social dos povos do campo em nível internacional, ou seja, coordenar organizações camponesas de pequeno e médio agricultores e agricultoras, comunidades indígenas, trabalhadores agrícolas, a fim de construir um modelo de desenvolvimento de agricultura que garanta a soberania alimentar. Para saber mais: <https://viacampesina.org/en/>  
No Brasil, a Via Campesina foi formada em 1999, composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) (Fernandes, 2004)

... o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001, p. 1).

No conceito defendido pela Via Campesina, a alternativa viável, para eliminar a fome e a insegurança alimentar no mundo, seria por via da soberania alimentar, por meio da valorização da agricultura familiar e camponesa, guiado pelo princípio de produção de base agroecológica, agroflorestal ou de técnicas preservacionistas e comercialização local (o que valoriza a relação produtor/a e consumidor/a). Além de oferecer alimentos saudáveis e seguros (livre de venenos e transgênicos), a produção de base agroecológica, proporciona manejos e práticas que não violam o direito das futuras gerações a um mundo benéfico. Adicionalmente, defendem o respeito à cultura e o modo de vida de cada povo. Vale destacar que a Via Campesina enfatiza que, a base principal da soberania alimentar, passa pelo desmonte do latifúndio, com suas práticas de monoculturas, especialmente de milho, soja, trigo, arroz, (o que configura-se a atual base da nossa alimentação), ampliando e fortalecendo o agronegócio e a agroindústria de transformação alimentar. Para reverter esse quadro é necessário ações que possibilitem o acesso fundiário para os/as agricultores/as (que não têm terra ou tem pouca terra), medidas que garantam água (protegida como bem público, e que deve ser compartilhada de forma sustentável), livre acesso às sementes (sem transgenia), e ao crédito. Outras medidas importantes para garantir a soberania diz respeito ao Estado apoiar a agricultura camponesa sustentável, e proteger sua produção agrícola, a fim de evitar a entrada de produtos estrangeiros com preço abaixo do produto nacional. Tudo isso pode contribuir para que a nação se torne independente da produção internacional, livre dos grandes mercados (Conti, 2009; Moruzzi Marques, 2010; Conti, Bazotti e Finokie, 2015).

Além da resistência ao modo de produção capitalista, a soberania alimentar envolve propostas provenientes de diferentes movimentos sociais, não só dos camponeses, entre eles o movimento ambientalista. Importante chamar a atenção que a soberania alimentar “é uma reação moderna à conjuntura neoliberal, que não tem soluções sustentáveis para seus problemas modernos” (Bello, 2010, p. 148).

A soberania alimentar tem como proposta, orientar princípios de luta e objetivos baseado nos interesses dos movimentos sociais tendo como referência o local, mas com atuação nacional e

repercussão internacional. Um dos principais princípios da soberania alimentar é o compromisso com a produção de base agroecológica (McMchaell, 2016). O autor refere que,

... a soberania alimentar é um movimento civilizacional, que combina uma crítica conjuntural à “segurança alimentar” neoliberal (como um jogo de poder corporativo e uma estratégia para equiparar a agroexportação ao conceito de “alimentar o mundo”) com os princípios *longe dureé* de autodeterminação reconfigurada como direitos democráticos para e de cidadãos e seres humanos. A ética central – o alimento como um direito, não como *commodity* – expressa a politização contemporânea de “segurança alimentar”. Ao mesmo tempo, a soberania alimentar refuta o regime alimentar do capital como um todo, como uma estrutura institucionalizada que subordina uma diversidade de valores de troca, nesse processo criando um “regime de fome” (McMchaell, 2016, p. 201).

Assim, juntamente com a soberania alimentar, faz-se necessário também a soberania política, que possibilite à nação condições de efetivar políticas que propiciem independência na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. O que requer o direito dos povos contribuírem nas decisões políticas do país, a fim de historicamente estabelecer seu modo de vida, com respeito pelas tradições, saberes e práticas alimentares, consideradas um dos patrimônios culturais de reconhecimento de cada povo, num determinado espaço social (Conti, 2015, Jr, Newton e Aly Junior, 2015).

O Brasil ampliou o conceito de segurança alimentar, incorporando o direito humano à alimentação e à soberania alimentar. O que o torna desafiante, ao ter que dar conta das diferentes dimensões que o tema requer.

### 1.2.3. Segurança alimentar e nutricional: concepções, ampliação do conceito e sua trajetória legal no Brasil

Da invisibilidade, por ser considerado um tema perigoso, ao reconhecimento da fome como um problema de ordem política e social (Castro, 2003), várias ações foram estabelecidas com o objetivo de suplantar esse flagelo mundial, tanto em nível internacional como nos territórios nacionais, como é o caso do Brasil. A discussão em torno da fome e da insegurança alimentar, como afirmei anteriormente, gerou vários documentos e compromissos firmados entre diferentes nações do mundo, o que contribuiu para a construção do marco legal.

A partir da década de 1980, com a redemocratização, a Constituição de 1988<sup>33</sup>, e a descentralização no Brasil, a segurança alimentar ganhou maior relevância (Maluf, 2007). O conceito

---

<sup>33</sup> Constituição de 1988, batizada como a Constituição Cidadã.

de segurança alimentar, foi proposto durante a 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição<sup>34</sup> em 1986 e consolidado na 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar em, 1994. Assim, a segurança alimentar foi definida como:

a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para a existência digna (Brasil, 1986, s/n<sup>35</sup>).

No referido conceito são consideradas as dimensões alimentar e nutricional. A dimensão alimentar trata das questões relacionadas com a disponibilidade, isto é, a produção, comercialização e o acesso ao alimento. Já a dimensão nutricional, aborda os aspectos alusivos à escolha, preparo, consumo e sua relação com a saúde, bem como a utilização biológica do alimento. Portanto, a SAN só poderá ser concretizada com a garantia dessas duas dimensões (Maluf e Menezes, 2000; Abrandh, 2013). A partir de então o Brasil altera o termo, acrescentando o componente nutricional.

A preparação para a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, e a formação do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN)<sup>36</sup>, em 1998, contribuíram para que a denominação SAN ganhasse maior visibilidade no Brasil. Os debates ocorridos nas organizações e movimentos sociais, no meio acadêmico e no setor governamental contribuíram para o avanço e o entendimento de um tema complexo e desafiante como é a SAN. Alguns autores defendem que três períodos caracterizam a trajetória política da SAN no país: abastecimento e assistência alimentar (1920-1980), ação da cidadania contra a fome e pela SAN (1980-2002) e construção participativa de políticas de SAN (2003-2015) (Conti, 2009; Nascimento e Andrade, 2010).

Na década de noventa, a mobilização da sociedade e a adesão do governo propiciou iniciativas de combate à fome no âmbito federal, uma vez que foi estabelecido como prioridade pelo governo da época. Também nessa década, em 1993, foi instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)<sup>37</sup>, que junto com o movimento da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, organizou em 1994 a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar<sup>38</sup>, que conferiu a SAN como um projeto integrador das ações setoriais capaz de instituir-se como eixo estratégico de um novo modelo de desenvolvimento. Tendo em vista que a concentração de renda e de terra é fator

---

<sup>34</sup> Realizada durante a VIII Conferência Nacional de Saúde. Na 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição a alimentação foi reconhecida como um direito de cidadania.

<sup>35</sup> s/n = sem numeração

<sup>36</sup> FBSAN foi criado em 1998, é uma articulação de pessoas, organizações, redes, movimentos e instituições de pesquisa na luta pelo Direito Humano à Alimentação. Trabalha com diferentes perspectivas do sistema alimentar: produção, processamento, abastecimento e consumo. A partir de 2008, passou a ser denominado de Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) (Disponível em: <https://fbssan.org.br>).

<sup>37</sup> Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), criado no governo de Itamar Franco, órgão de aconselhamento da Presidência da República, com composição mista, por ministros de estado e representantes da sociedade civil. Formato inovador para o tema (Maluf e Reis, 2013).

<sup>38</sup> Nessa Conferência foram debatidos os seguintes temas: questão agrária e desenvolvimento rural; política agrícola e de abastecimento alimentar, desenvolvimento urbano; assistência social; educação; geração de emprego e renda; participação popular e alimentação em nutrição (CONSEA, 1995).

determinante para a insegurança alimentar, essa situação foi uma das grandes preocupações registrada no relatório final da conferência. Essa Conferência foi considerada um marco para agenda de SAN no país (Silva, 2014). No início do ano de 1995, no governo do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, o Consea foi extinto<sup>39</sup> e só retomou suas atividades em 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Burlandy, 2009). O novo Consea<sup>40</sup> foi responsável pela realização da 2ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), ocorrida em 2004, onde mais uma vez o conceito de SAN passa por reformulação, configurando-se como marco na compreensão ampla do conceito. Os debates e propostas resultantes da conferência, serviram de base para elaboração da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) (Abrandh, 2013).

Assim, na 2ª CNSAN foi definida a necessidade da criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), com políticas públicas na área, legislação específica e orçamento próprio. Destarte, em 2006, o Sisan foi instituído através da Lei 11.346/2006, que trata da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), onde preconiza o conceito da SAN, discutido e aprovado na 2ª CNSAN:

A realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006, p. 4).

A Losan institui definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do Sisan, como objetivo de assegurar o direito humano à alimentação adequada. A alimentação foi inserida no artigo 6º da Constituição Federal em 2010<sup>41</sup>, após 22 anos de luta, visto não ser possível colocar no texto da Constituição Federal no ano de 1988, e passa a compor um princípio importante, base para as políticas públicas de SAN (Brasil, 2006, 2010). Outro princípio fundamental inserido no Art. 5º da Losan, diz respeito à soberania, “A consecução do direito humano à alimentação adequada e da segurança alimentar e nacional requer o respeito à soberania, que confere aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos” (Brasil, 2006, p. 5).

A autonomia alimentar é considerada essencial para a soberania de um povo, o que evita a dependência de importações e flutuações de preços sujeitos ao mercado internacional, isto é, a soberania alimentar, vai além do abastecimento, sendo preciso que as pessoas que produzem

---

<sup>39</sup> Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso lança o Programa Comunidade Solidária, que resultou em retrocesso nas discussões da SAN, devido a equívocos sobre a questão alimentar, o que acarretou também, perda de prioridade na agenda nacional (Maluf e Reis, 2013)

<sup>40</sup> O Consea integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Órgão de assessoramento da Presidência da República, composto por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes governamentais. A presidência é exercida por um/a representante da sociedade civil, indicado/a entre os seus membros e designado/a pela Presidência da República (Brasil, 2006).

<sup>41</sup> Emenda Constitucional nº 64: A alimentação adequada torna-se direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal (Brasil, 2010).

alimentos tenham o direito de acesso aos mercados. O conceito de SAN no Brasil, fruto de discussões com a academia, movimentos sociais e governos, confere ao mesmo a necessidade do diálogo constante com os conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada e à Soberania Alimentar, a fim de concretizar a intersectorialidade das políticas, programas e ações governamentais e/ou não governamentais (Nascimento e Andrade, 2010; Conti, 2015).

A evolução do conceito no país exprime uma complexidade nos seus vários conteúdos, bem como na sua natureza intersectorial. O conceito preconizado e utilizado na Losan (Brasil, 2006), amplia o mesmo para além da produtividade, disponibilidade e acesso ao alimento e passa pela garantia dos direitos sociais, económicos e culturais, o que além de abranger questões de qualidade e quantidade, assegura a continuidade de condições para que a humanidade e os recursos naturais não desapareçam. Logo, é importante levar em consideração quatro conteúdos inseridos no conceito SAN no Brasil, a saber: “oferta e produção de alimentos regulares e suficientes; acesso permanente à alimentação; alimentos seguros e domínio sobre a real base genética do sistema agroalimentar no país” (Gomes Júnior, 2015, p. 117).

Para o desenvolvimento e efetivação da SAN, a intersectorialidade é condição indispensável, tendo em vista as várias dimensões que o conceito abarca, o que requer considerar os fatores económicos, psicossociais, éticos, políticos, culturais e sociais, que determinam a alimentação. Tal constitui também um grande desafio.

Uma vez que a questão alimentar e nutricional desperta diferentes interesses, o conceito de SAN, bem como a intersectorialidade que ele incorpora, vivem em constante disputa e elaboração. Sendo considerado um tema complexo e dinâmico, que envolve distintas concepções, o debate em torno da SAN, requer revisão permanente, por diferentes grupos, tanto no Brasil como no mundo, em decorrência das necessidades dos povos, do avanço da história humana, com a consequente mudança na organização social e na transformação nas relações de poder (Abrandh, 2014).

Os princípios da intersectorialidade, do DHAA e da soberania alimentar, vinculados ao conceito de SAN, difere do entendimento e uso frequente do termo segurança alimentar, tanto por organismos internacionais, como por governos e grandes corporações ligadas ao agronegócio (Maluf, 2007). Tomando como referência os avanços no conceito e o entendimento da necessidade de regular ações que favorecesse a produção, a comercialização, o abastecimento e o consumo de alimentos saudáveis no território brasileiro, vários debates, propostas e ações foram desenvolvidas nas plenárias do Consea

Nacional, pautados, principalmente pelos movimentos e representações da sociedade civil<sup>42</sup>. As reflexões e debates contribuíram na reformulação e formulação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento de Agricultura Familiar (Proanf)<sup>43</sup>, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>44</sup> e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae)<sup>45</sup>. Esses programas têm como objetivo incentivar a produção proveniente da agricultura familiar e camponesa para abastecer o comércio local, instituições de ensino público e órgãos governamentais.

É importante destacar a importância da participação da sociedade civil organizada, de diferentes movimentos sociais, na construção dessas políticas, principalmente do FBSSAN<sup>46</sup>, que desde sua criação tem possibilitado encontros e seminários temáticos acerca da soberania alimentar e a SAN, alimentando os debates e reflexões no Consea Nacional, bem como com representações internacionais, especialmente de países da língua portuguesa. Como a amplitude de questões inseridas no conceito de SAN exige sua intersectorialidade, o Fórum tem procurado desenvolver discussões, ações com representações de diferentes segmentos, dentre eles: direitos humanos, reforma agrária, agricultura familiar, agroecologia, meio ambiente, saúde, nutrição, gênero, educação popular, economia solidária, entre outros.

Outro aspecto importante nessa concertação para construção de políticas públicas é a criação da Câmara Intersetorial de SAN (Caisan), composta por representante do governo dos ministérios afeitos ao tema da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, 2017). Essa participação foi fundamental para que o Brasil avançasse nas políticas concretas de enfrentamento da fome, o que contribuiu decididamente para no futuro sair do Mapa da Fome da FAO (2014).

A partir de discussões realizadas no 8º Encontro Nacional do FBSSAN, cujo tema foi “Que alimentos (não) estamos comendo?”, foi discutido na plenária do Consea Nacional a necessidade da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional<sup>47</sup>, realizada em Brasília, no ano de 2015,

---

<sup>42</sup> Representações de mulheres, agricultores/as, pescadores/as, indígenas, povos tradicionais, consumidores/as, órgãos de classes profissionais, entre outros.

<sup>43</sup> O Pronaf visa fortalecer a agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Objetiva fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares (Schottz, 2017).

<sup>44</sup> O PAA, possui como finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. O programa compra alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de SAN e pela rede pública e filantrópica de ensino. O programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos; fortalece circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, incentiva hábitos alimentares saudáveis e estimula o cooperativismo e o associativismo (Schottz, 2017).

<sup>45</sup> O Pnae determina a utilização de, no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para alimentação escolar, na compra de produtos da agricultura familiar e empreendedores rurais, priorizando os assentamentos de Reforma Agrária, as comunidades indígenas e quilombolas (Schottz, 2017).

<sup>46</sup> O FBSSAN contribuiu para criação da Frente pela Regulação da Publicidade de Alimentos; faz parte da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida, e da Rede Regional de Soberania Alimentar e Nutricional da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (Redsan-CLPL) (Disponível em: [fbssan.org.br](http://fbssan.org.br). Acesso: 13/08/2019).

<sup>47</sup> Última Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN). A próxima seria realizada em 2019, mas foi cancelada pelo atual governo federal. As Conferências ocorreram nos seguintes anos:



continuar com esse debate. Assim, essa conferência teve como lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, e como objetivo,

Ampliar e fortalecer os compromissos políticos para a promoção da soberania alimentar, garantido a todos e todas o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), assegurando a participação e a gestão intersetorial no Sisan, na política e no Plano de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea, 2015, p. 15).

O conceito de comida de verdade foi construído coletivamente durante anos nas plenárias do Consea, e após ser discutido amplamente na 5ª CNSAN, culminou com uma extensa definição, chegando à conclusão que “Para comer comida de verdade, é preciso conhecer a verdade sobre a comida!” (Consea, 2015, p. 29). Assim, 1.283 participantes da Conferência, em defesa da soberania alimentar e da necessidade de efetivar o direito humano à alimentação adequada e saudável para todos os povos do mundo, estipularam que,

Comida de verdade é a salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses/as, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.

Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.

Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses do mercado... é caracterizada por alimentos *in natura* e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo... (Consea, 2015, p. 28).

Se nos conceitos de SAN e soberania alimentar encontram-se vários desafios, o da comida de verdade não fica atrás. É mais um conceito longo, complexo e desafiante. Traz na sua essência a necessidade de observar as várias dimensões da comida, em seus diferentes aspectos. O conceito diz

---

1994: 1ª CNSAN – Fome: uma questão nacional

2004: 2ª CNSAN – A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

2007: 3ª CNSAN – Por um desenvolvimento sustentável, com soberania e segurança alimentar

2011: 4ª CNSAN – Alimentação adequada e saudável: direito de todos

2015: 5ª CNSAN – Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar

que a comida de verdade é aquela que além de promover a nutrição e a saúde, é popularmente consumida e faz parte da história alimentar da população brasileira. É oposta ao artificialismo presente nos produtos comercializados e consumidos como alimentos, ou seja, os ultraprocessados. Também é afirmado que a comida de verdade é socialmente justa e não está sujeita aos interesses do mercado. No entanto, no cenário atual, o alimento é considerado cada vez mais como uma mercadoria, um produto, fruto da intensificação do trabalho produtivo, industrialização e globalização do sistema agroalimentar, que causa distanciamento e desconhecimento de como o alimento é produzido, além de interferir nos modos de viver, na cultura alimentar, no cozinhar e comer da população, afetando fortemente sua soberania e segurança alimentar e nutricional.

A extinção do Consea Nacional, em 2019, pelo Governo Bolsonaro, através da Medida Provisória nº 870/2019, no seu primeiro dia de mandato, tornou mais premente a necessidade da divulgação do conceito de comida de verdade. Sendo essa, atualmente, uma das grandes incumbências dos Conselhos estaduais e municipais de SAN no Brasil, a fim de que os indivíduos tenham condições de exercer o controle social das políticas públicas de SAN, sob a luz da ética alimentar, do valor da diversidade alimentar e cultural do país. Deste modo, em defesa da permanência do Consea Nacional, o FBSSAN apoiou uma iniciativa da sociedade civil, denominada de Banquetaço<sup>48</sup>, que teve como objetivo chamar a atenção da população sobre a necessidade da permanência do Conselho, devido sua importância e contribuição para discutir e propor políticas públicas que enfrentem a insegurança alimentar e que assegure a soberania e a SAN para toda população residente no Brasil, por meio da consolidação do SISAN.

Em 2019, o FBSSAN realizou uma Oficina de mobilização em defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)<sup>49</sup>, para discutir a conjuntura nacional e a realização de uma conferência nacional popular em defesa da SSAN, tendo em vista que o atual governo tem ampliado a ação de grandes corporações e do agronegócio, além de proporcionar medidas que favorecem o uso do agrotóxico de forma intensiva, o desmonte do sistema de proteção social e de políticas públicas inseridas no Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Planasan) e o Plano Nacional de Agroecologia, atingindo principalmente agricultores/as familiares e camponeses/as, os povos indígenas e os Povos de Comunidades Tradicionais (PCT). A partir das discussões, foi definido a realização da *Conferência Nacional, Popular, Autônoma: Por Direitos, Democracia, e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*, sem a participação de representantes de governos, e em

---

<sup>48</sup> No dia 27 de fevereiro de 2019 foram servidas no Banquetaço 15 mil refeições em 20 estados e 35 cidades do Brasil, com produtos oriundos da agricultura familiar e de base agroecológica.

<sup>49</sup> Estiveram presentes 60 representantes de organizações e movimentos da sociedade civil e ativistas.

continuidade ao processo de mobilização e participação social institucional, por meio dos Conseas estaduais e municipais, em defesa da soberania alimentar (FBSSAN, 2019). Devido à pandemia da Covid-19, estão ocorrendo vários encontros virtuais preparatórios para a Conferência, com previsão de realização em 2022.

Apesar de toda a trajetória de avanço no conceito e no marco legal da SAN no Brasil, com amplo reconhecimento internacional, isso não garante a continuidade, nem impede o desmonte da política e do SISAN, se o combate à fome e à insegurança alimentar não for prioridade de governo, em diferentes níveis, especialmente no nível nacional.

Ainda como medida extrema, recentemente as imagens da Floresta Amazônica Brasileira sendo destruída por incêndios assustou todo o mundo e tem provocado uma série de contestações e reclamações interna e externamente, mas essa medida faz parte da discussão anterior, ou seja, aumentar a fronteira agrícola da Amazônia que já perdeu ao longo do tempo 20% da sua floresta nativa com o objetivo de plantar alimentação para criar gado de corte para exportação através do agronegócio.

É de conhecimento de todos da área de SAN a necessidade em tomar medidas urgentes para reformular a alimentação da população mundial, visto que o aumento no consumo da proteína animal tem se dado em decorrência da criação extensiva de animais de cortes, especialmente frangos, bois e porcos provocando a degradação total do meio ambiente, especialmente em países pobres e emergentes<sup>50</sup>.

#### 1.2.4. Outras questões acerca do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional - SAN e Soberania Alimentar

A partir do exposto, considero que apesar dos avanços em relação ao conceito de segurança alimentar tanto em nível internacional como no Brasil, há diferenças significativas na compreensão do conceito de soberania alimentar. Mesmo que a legislação brasileira tenha avançado no seu marco legal, com a incorporação da soberania alimentar como um dos princípios para consecução da SAN, observamos que os objetivos e a ideologia da SAN e da soberania alimentar são específicos de cada um.

O conceito de SAN está em permanente disputa, até para se manter em uso, necessita de acréscimos que vão se incorporando ao longo da história, para se ajustar às novas exigências conjunturais. Mas sua essência é a mesma, isto é, a produtividade e a disponibilidade. Assim, bastaria

---

<sup>50</sup> Conforme dados da ONU (2012), a população mundial chegará a mais 8 bilhões de pessoas no mundo. Para acompanhar esse crescimento demográfico é preciso reformular os sistemas alimentares desde a produção ao consumo, tendo em vista a sustentabilidade ambiental.

uma política de geração de emprego e renda para que as pessoas pudessem ter acesso a alimentos, isso proporcionaria o aumento da produção e do consumo, e eliminaria a fome e a miséria. Nessa perspectiva, o conceito de SAN tem como objetivo o acesso, sem ou pouco questionamento sobre a forma de produção, e o fato de estar concentrada em algumas empresas transnacionais, com objetivo do agronegócio, e o alimento sendo considerado apenas mais uma mercadoria. O que gera dependência da nação às grandes produções e fragiliza os pequenos produtores, uma vez que os mesmos não têm capacidade técnica suficiente e de recursos financeiros para enfrentar as transnacionais e grandes corporações, nem a população tem meios suficientes de adquirir alimentos, tanto a população do campo como da cidade (Alem *at all*, 2015). Portanto,

... a discussão sobre segurança alimentar evolui num contexto em que, por um lado, a capacidade de produzir e os recursos técnicos modernos estão bastante avançados, e por outro lado, o acesso efetivo aos alimentos é fortemente desigual, quer no que se refere às diferentes áreas do Planeta quer no que diz respeito aos distintos segmentos populacionais de uma mesma área geográfica (Silva, 2006, p. 28).

Em contraposição, a forma de garantir o acesso à alimentação, acabar com a fome e a miséria, e defender a autonomia da nação, o conceito de soberania alimentar junta questões relacionadas ao modelo de produção, acesso, qualidade do alimento, questões ambientais e culturais. Atributos como produção livre de agrotóxicos, de base agroecológica, respeito ao conhecimento tradicional e à valorização da cultura alimentar de cada povo, prioridade para comercialização local, são incorporados no conceito de soberania alimentar. As escolhas e definições sobre a produção e comercialização são decisões que devem ser definidas “para que os pequenos produtores, os trabalhadores rurais, os camponeses, os povos sem-terra e os indígenas recuperem a capacidade de produzir de maneira socialmente justa, ecologicamente responsável e economicamente sustentável” (Alem *at all*, 2015, p. 23)

O conceito de soberania alimentar faz oposição ao neoliberalismo e à globalização, concebe um panorama de lutas sociais, com manifestação dos interesses e direitos dos povos. O que implica uma mudança na estrutura da organização da sociedade. No entanto, é importante chamar atenção que, se o conceito de SAN apresenta algumas limitações, considero que o de soberania alimentar também deixa lacunas, quando concentra sua discussão na produção, e insuficiente questionamentos e discussões quanto a estrutura do sistema de abastecimento e da indústria de alimentos, elevando o caráter político do conceito de soberania alimentar.

Apesar das diferenças e lacunas nos conceitos, tanto a SAN como a soberania alimentar tem como princípio nortear políticas e iniciativas da produção, comercialização e consumo de alimentos,

que assegurem o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas – DHANA. (Gomes Jr e Aly Junior, 2015). Conforme defende o Consea, a alimentação é um direito, nesse sentido é obrigação do estado garantir que todas pessoas, tanto as que não tem condições de comprar (o estado é responsável pelo seu provimento), como àqueles que podem, tenham acesso a alimentos saudáveis, sem gerar violações a outros direitos humanos. O fato de que nos últimos anos aumentou no Brasil, o número de instalações de indústrias de alimentos ultraprocessados, especialmente no Nordeste, especificamente em Pernambuco, com grandes empresas de massas e embutidos, o Estado contribuiu para que alimentos/produtos artificiais cheguem na mesa da população, o que fere o princípio do DHANA. Isso configura-se como um grande desafio a ser enfrentado na sociedade capitalista.

### **1.3. Agriculturas: camponeses, agronegócio e a hegemonia dos mercados**

Os espaços rurais e aqueles que vivem dos recursos naturais (extrativismo) são integrantes das áreas onde se vive da agricultura. O que significa dizer que a agricultura não está circunscrita apenas à produção de alimentos, sendo necessário perceber e entender essa complexidade territorial e suas diferentes dimensões. Segundo Mazoyer e Roudart (2010), a agricultura foi e é a base sobre a qual as civilizações se ergueram, sendo seu elemento estruturante, base do arranjo sociocultural e político<sup>51</sup> das sociedades humanas sedentárias.

Portanto, é preciso considerar que os aspectos físicos, sociais, culturais, econômicos e políticos, juntamente com os sistemas agrários<sup>52</sup> de determinada sociedade, definem historicamente a organização da agricultura. Dependendo da localização geográfica para sua realização, a agricultura sofre alterações específicas, sendo classificada diferentemente, e com características particulares tanto em relação às distintas agriculturas como aos de diferentes agricultores/as (Mazoyer e Roudart, 2010).

Desde sua origem, no período colonial, a agricultura brasileira conserva sua estrutura agrária marcada pelas grandes propriedades (centralizada em poucas mãos<sup>53</sup>) as medianas e pequenas propriedades, bem como pelos empreendimentos especializados em monoculturas para exportação, atreladas ao trabalho escravo, a exemplo da produção da cana-de-açúcar e do algodão em

---

<sup>51</sup> Alguns exemplos dos arranjos que possibilitaram a prática da agricultura são a “divisão das terras, obras hidroagrícolas, formas de repartição da produção e de criação dos equipamentos para o cultivo” (Mazoyer e Roudart, 2010: 484).

<sup>52</sup> “Sistema agrário é a expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado. Ele é composto de um ecossistema cultivado característico e de um sistema social produtivo definido, que permite explorar sustentavelmente e fertilidade do ecossistema cultivado correspondente. O sistema produtivo é caracterizado pelo tipo de instrumento e de energia utilizado para transformar o ecossistema, para renovar e para explorar sua fertilidade. O tipo de instrumento e de energia utilizados é, por sua vez, condicionado pela divisão do trabalho que predomina na sociedade da época” (Mazoyer e Roudart, 2010: 75-76). Fruto histórico da sociedade rural, é no sistema agrário que as paisagens, a economia local, as relações de sociabilidade ligadas ao modo de ocupação do meio rural se formam e transformam a agricultura.

<sup>53</sup> O censo de 2006 revela a elevada desigualdade na distribuição de posse de terra, bem como a enorme desigualdade fundiária ainda permanece nos dias atuais. A distribuição de posse de terra é marcada por uma grande proporção de área total agrícola ocupada por estabelecimentos com tamanho maior ou igual a 1 mil hectares, o que representa apenas 0,95 do total de estabelecimentos e ocupam 44,4 da área total do país (IBGE, 2009).

Pernambuco e do café em São Paulo. Entretanto, como já insinuado também no período colonial, uma parcela da população desprovida de terras e trabalho passou a ocupar áreas desprezadas pelos grandes proprietários, produzindo basicamente para subsistência (Andrade, 1989; Erthal, 2000; Castro, 2012, Wanderley, 2015).

É oportuno asseverar que a agricultura no Brasil apresenta duas configurações: (i) a agricultura camponesa e/ou agricultura familiar, baseada no trabalho familiar diversificado, que valoriza e preserva o conhecimento tradicional, o que a faz ser excluída como forma de desenvolvimento, (ii) o agronegócio, baseada no modelo dominante de produção em larga escala, com concentração fundiária e coerente com os princípios do capital (Wanderley, 2009).

Destarte, nesse capítulo será abordado a questão do campesinato brasileiro e a modernização da produção, representada no agronegócio sua forma de expressão atual. Todavia, esta problemática ainda exprime nas ciências sociais a relevância do conceito de campesinato que nos anos 1950, trouxe a luz este setor da classe trabalhadora do campo, sobretudo com o surgimento das Ligas Camponesas<sup>54</sup> no Nordeste do Brasil, as que evidenciaram a desmedida concentração de terras e acentuada desigualdade social no campo brasileiro. Conseqüentemente, o conceito se constituiu como identidade política, conexas às necessidades e exigências políticas dos camponeses organizados (Sabourin, 2009; Marques, 2008).

A partir dos anos de 1960-70, a agricultura brasileira passou por transformações modernizadoras desde a perspectiva do capital, que alteraram a forma de produção e o uso da terra e as relações de trabalho, em contraposição ao campesinato, que se afirmava politicamente: considerado atrasado e incapaz de produzir sob a forma da racionalidade capitalista tendo em vista uma população com alto crescimento demográfico. Deste modo, ao desvalorizar o modo de produção camponesa, deixando-os de fora do projeto de modernização da agricultura, os militares comprometeram a garantia da SAN para esse grupo populacional. Houve todo um investimento, por parte dos militares, para modernizar a agricultura dando origem a formas de produção industrializada, hoje denominada de agronegócio (Felicio, 2006; Marques, 2008). Assim, também serão discutidas questões relacionadas a imposição do agronegócio e as grandes corporações no sistema alimentar, que cada vez mais fortalece o modelo de agricultura baseada na monocultura com fins de exportação.

---

<sup>54</sup> Movimento de camponeses, iniciado em Pernambuco e expandido para outras regiões do Brasil.

### 1.3.1. Origens da agricultura camponesa e os/as camponeses/as no Brasil

O campesinato no Brasil foi constituído inicialmente por indígenas, portugueses pobres e africanos, primeiros responsáveis pela produção e reprodução social camponesa brasileira (Sabourin, 2009; Paulino e Krüger, 2010). A partir da ocupação de terras desprezadas pelos grandes latifundiários monocultores foi se constituindo um modo de viver e produzir próprios, contrários à forma de produção baseada na monocultura de produtos exportáveis, mas também com características da colonização europeia, isto é, pequenas propriedades policultoras e voltada para o mercado interno (Erthal, 2000). A formação do campesinato no país ocorreu “no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista” (Marques, 2008, p. 60).

A partir dos anos 1990, no Brasil, o termo agricultura familiar passou a ser utilizado em detrimento ao termo campesinato, ou pequena produção, isso após sua definição pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf<sup>95</sup>), por considerar que são grupos semelhantes. Esses termos estão relacionados com a conjuntura e o papel destinado aos sujeitos no desenvolvimento em diferentes momentos (Schmitz e Mota, 2010). Para Wanderley (1997, p. 10), a “agricultura familiar é um conceito genérico, que incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares”, com muitos atributos característicos da agricultura camponesa, uma vez que o campesinato tradicional é uma das formas da agricultura familiar. Em outras palavras, nem toda agricultura familiar retrata o modo de vida camponês, que procura resistir ao avanço do capitalismo no campo, mas toda agricultura camponesa é familiar.

Consequentemente, o campesinato não se restringe a ser mais um setor da economia, é preciso compreendê-lo também como classe social, com forma de organização e modo de vida próprio, sendo esse o patrimônio transmitido entre gerações, muito mais do que a terra. Caracteriza-se esse modo de vida próprio por ser praticado pelos membros da família (sendo o saber tradicional ou popular uma das suas características mais importantes), com relativa autonomia no tempo dedicado à realização das atividades, bem como na definição dos espaços e das atividades que serão desenvolvidas na unidade de produção. Assim, o fundamental na produção camponesa é a economia familiar, tendo em vista que o limite da sua produção e a própria reprodução familiar é a sobrevivência, e não o lucro, tendo como fim o consumo direto da família, sendo meio de subsistência imediata. Contudo, vive numa sociedade capitalista industrializada e urbanizada, numa sociedade de consumo, em que o excedente de sua

---

<sup>95</sup> A instituição do Pronaf popularizou o termo agricultura familiar, preconizado na Lei nº 11.326. Termo também utilizado no Censo Agropecuário de 2006. O Pronaf foi a primeira política a favor da agricultura familiar, sendo seu objetivo fortalecer, por meio de financiamento, as atividades realizadas em estabelecimentos rurais com o escopo de melhorar a qualidade de vida das famílias.

produção camponesa torna-se mercadoria na sua comercialização no mercado local, para adquirir outras mercadorias necessárias à reprodução e sobrevivência da família, satisfazendo assim suas necessidades (Silva, 1998; Oliveira, 2007; Shanin, 2008; Marques, 2008; Sabourin, 2009; Wanderley, 2015).

De acordo com Tavares dos Santos (1978 *apud* Oliveira, 2007), a produção camponesa está estruturada em nove elementos essenciais, a saber: força de trabalho familiar, ajuda mútua entre os/as camponeses/as, parceria, trabalho acessório, jornada de trabalho assalariada, socialização do modo camponês de viver, propriedade da terra, propriedade dos meios de produção e, por fim, a jornada de trabalho.

A identidade camponesa é caracterizada pelo modo de viver dos/as camponeses/as e de sua forma de relacionar-se com outros grupos sociais e a natureza, sendo a cultura, as músicas, as danças, a religiosidade, os hábitos alimentares, as comidas típicas, bem como a relação e o cuidado com a terra formas de caracterizar o camponês e a camponesa brasileiro/a, mesmo na sociedade capitalista contemporânea e sua sociedade de consumo. Como qualquer grupo social, o campesinato tem sua história própria, relacionada com o seu lugar de vida e trabalho (com estratégias específicas de produção e as relações de mercado), sendo a terra o lugar de reprodução e valorização da vida. Assim, o campesinato com toda sua biodiversidade caracteriza-se pela sua conexão com os recursos naturais, com o aprendizado sobre como funciona os ciclos naturais (chuva/seca, plantas e animais que vivem no local) e a construção de conhecimentos tradicionalmente repassados de geração à gerações (Van Der Ploeg, 2008; Silva, 2011).

Entendido como uma categoria social de classe, importante para a formação social do Brasil, o campesinato é múltiplo, diverso, resiliente e fortemente alicerçado na economia familiar. Foi constituindo-se excluído do processo de desenvolvimento urbano-industrial do país, a ponto de alguns autores afirmarem o seu fim, tendo por base o critério econômico, desconsiderando o social, o cultural e o ambiental. No entanto, com resistência e resiliência o campesinato continua existindo, mesmo que a luta pelo acesso à terra ainda seja realidade em todo o Brasil (Oliveira, 2004, Wanderley, 2015). Alguns autores e autoras chamam atenção para a capacidade de luta e resistência dos camponeses que estimula compreender a continuidade e ressignificação do campesinato, bem como os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições (Oliveira, 2004; Shanin, 2008; Paulino e Krüger, 2010; Wanderley, 2015).

Durante um período no Brasil, o conceito de campesinato foi deixado de lado, negado, mas nos últimos anos tem sido retomado tanto pelos movimentos sociais como pela academia, sendo



considerado fator importante para compreender a questão agrária brasileira, a partir da análise histórica e dos processos sociais e políticos bem como das contradições de um capitalismo globalizado/mundializado em que a histórica concentração de terras e das desigualdades sociais ocorrem no campo. Assim sendo, o conceito de campesinato “remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade” (Marques, 2008, p. 59).

Destarte, é preciso considerar que,

“... o campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição, ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais” (Conselho Editorial, 2008, p. 10).

Deste modo, como já expresso anteriormente, o campesinato pode ser considerado como uma classe social com modo de vida diferenciado, subordinado ao capitalismo, que nos momento de crise se ergue (Marques, 2008). É o que se pode observar com a atual crise, escancarada e ampliada com a presença da pandemia do Covid-19, o que faz alguns autores/as afirmarem ser a maior crise do sistema capitalista (Gouvêa, 2020; Schneider, 2020).

Apesar de ser responsável por 70% das culturas que são destinadas ao abastecimento do mercado interno brasileiro de acordo com o IBGE (2010), a produção da agricultura familiar camponesa é preterida e considerada secundária por parte do Estado e suas políticas, pois, ao desconsiderá-la a desvaloriza enquanto unidade estratégica para garantir a segurança alimentar e nutricional por meio da oferta de alimentos básicos que compõem a comida da população brasileira, isto é, garante o modo, o estilo, a cultura alimentar do país, bem como a soberania alimentar da nação (Paulino e Krüger, 2010; IBGE, 2010).

Contrário ao campesinato e a seus princípios, o agronegócio ganhou espaço significativo no Brasil, visto ser um país continente com muitas terras agricultáveis, o que favorece o interesse do setor financeiro para investir no sistema agrícola do agronegócio. O agronegócio apresenta diferenças significativas do mundo camponês, segundo suas regiões geográficas, territoriais, com explica Fernandes,

O sistema agrícola do agronegócio é distinto do sistema agrícola do campesinato. No sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala são algumas das principais referências. Nos sistema agrícola camponês, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são algumas das principais referências (Fernandes, 2008, p. 49)

Considerando a importância do agronegócio e o domínio do mercado varejista de alimentos para consolidar a indústria de ultraprocessados no Brasil, esse será o próximo item a ser abordado.

### 1.3.2. O agronegócio brasileiro e a hegemonia dos mercados

Mudanças significativas ocorreram no Brasil no final dos anos de 1950 e início dos 1960, período em que a industrialização e a urbanização ganhavam maior relevância no país. Tal levou a agricultura a ser alvo de discussão sobre sua adequação às novas exigências de desenvolvimento do país. Com o escopo de sair de uma agricultura tradicional, dependente da natureza e com uso de técnicas rudimentares, na década de 1970, período pós-golpe civil-militar de 1964, o regime militar conduziu e intensificou as transformações no meio rural, com a implementação da modernização técnica da agricultura, fruto das exigências promovidas pelo mercado (grandes indústrias e capital financeiro), com a chamada Revolução Verde<sup>56</sup>. Essa foi a solução encontrada para o problema da fome e da miséria, fortemente presente no país. Com a justificativa de que a produção não era suficiente para abastecer a população, investiram na questão técnica, desviando assim o sentido político e social da luta camponesa pela reforma agrária, contra a fome e a miséria (Paulino e Krüger, 2010; Santarelli e Burity, 2019).

Desse modo, com a promessa e a intenção de aumentar o volume e rendimento da produção agrícola passou-se a empregar de forma intensificada o uso de insumos industrializados e a praticar uma agricultura mecanizada, com uso de máquinas e equipamentos para cultivos em larga escala. Além disso, o Estado induziu e criou condições para que o processo de modernização se concretizasse, implementou políticas públicas que favoreceram estrategicamente alguns setores, ou seja, grandes empresas produtoras de equipamentos e insumos. Também promoveu uma quantidade excessiva de crédito agrícola e facilitou a entrada de insumos e a integração em grandes circuitos de negócios/vendas. Com isso provocou a dependência dos/as agricultores/as a financiamento bancários, condicionando a liberalização de recursos à adoção do pacote da revolução verde (Paulino e Krüger, 2010; Chã, 2018; Santarelli e Burity, 2019).

O estímulo à ocupação das fronteiras agrícolas, com o objetivo de expandir a agricultura, deu origem e visibilidade “a existência de uma ‘agricultura moderna’ ou de uma ‘agricultura capitalista’ no Brasil, de ‘empresas rurais’ ... e de ‘empresários rurais’.” (Heredia, Palmeira e Leite, 2010, p. 159). O que observa-se é que a modernização da agricultura, ao adotar os padrões capitalistas favorece grupos específicos de produtores e seus produtos, oriundos da monocultura, especialmente de *commodities* alimentares (soja, milho, trigo e arroz). Logo, é preciso entender que a modernização vai além da

---

<sup>56</sup> A Revolução Verde foi uma iniciativa norte-americana, e tinha como objetivo implementar a irrigação, as sementes híbridas e os fertilizantes na atividade produtiva agropecuária, com apoio dos Estados através de fornecimento de crédito, para aumentar a produção e produtividade de *commodities* alimentares. Essa política visava transferir conhecimentos tecnológicos para países em desenvolvimento, prioritariamente na América Latina, América Central e Ásia. Isso beneficiou indústrias americanas que produziam fertilizantes e pesticidas (Santarelli e Burity, 2019).

mecanização e tecnificação da agricultura, isto é, sua industrialização dos recursos produtivos, requer também considerar as mudanças ocorridas nas relações sociais de produção.

Com a industrialização da agricultura, o Brasil tornou-se um dos maiores produtores de alimentos do mundo, ocupando o quarto lugar em extensão de área agricultável, sendo sua produção basicamente para atender mercados internacionais, acatando o rigor dos padrões da modernidade e da sofisticação tecnológica, principalmente nas regiões de fronteiras agrícolas (Porto, 2014; Wanderley, 2015), isto é, regiões de reservas florestais e áreas pouco povoadas, avaliadas como impróprias para agricultura, ocupadas por indígenas e posseiros (Heredia, Palmeira e Leite, 2010). Mesmo com o discurso de ser uma área imprópria para a agricultura, o que torna questionável essa afirmativa, é uma área que desperta grande interesse e disputa dos grandes produtores rurais. Essa realidade é motivo de intensos e agressivos conflitos<sup>57</sup> pela posse das terras que duram décadas, herança histórica da colonização que deixou uma das piores e perversas distribuições de terra do mundo.

Embora tenha passado por várias transformações, a atividade agrícola no Brasil ainda é realizada sob uma estrutura agrária que permanece muito desigual, com relação ao uso e posse da terra. O país ocupa o 5º lugar de desigualdades no acesso à terra, com média de 41% do território ocupado por estabelecimentos agropecuários, A desigualdade se agrava onde o agronegócio prevalece, como é o caso da Região Centro Oeste do Brasil, onde há uma maior concentração de terras privadas, com imóveis rurais no tamanho de 339 hectares, em contraposição ao tamanho nacional que é em torno de 79 hectares. Nessa mesma região os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares somam apenas 6% do total, no entanto concentram 71% da área agropecuária. (IBGE, 2017; Santos e Glass, 2018).

Atualmente, o complexo sistema que compreende a articulação da agricultura, a indústria, o mercado e as finanças, denominado de agronegócio por Davis e Godeberg (1957 *apud* Fernandes e Welch, 2008) é controlado por corporações transnacionais. Importante ressaltar que o agronegócio, dominando o sistema agroalimentar no mundo, nas suas diferentes cadeias, tem também se apropriado do conhecimento, de tecnológicas e políticas agrícolas.

O agronegócio brasileiro é referência mundial em praticamente todos os seus segmentos exportadores. Se destaca na produção de soja, milho, arroz, feijão e cana-de-açúcar. A fruticultura e horticultura também vêm crescendo, bem como a produção de frangos, suínos e bovinos (Brainer, 2008; MAPA, 2011; IBGE, 2017-2019). Com base no ano de 2015, dados da Associação Brasileira do

---

<sup>57</sup> Várias mortes aconteceram e ainda acontecem devido a luta de indígenas, quilombolas, posseiros, agricultores/as sem-terra, pelo direito da terra, no seu uso e posse.

Agronegócio<sup>58</sup>, a produção do país é suficiente para alimentar um bilhão de pessoas, o que não justifica a presença da fome no território brasileiro, tendo em vista que o crescimento da produção agrícola com objetivo de exportação é superior à produção de alimentos para consumo interno.

No período de 1990-2008, a produção de cana-de-açúcar cresceu 146% e a de soja 200%, enquanto o crescimento da produção de feijão foi de 55%, de arroz 63% e de trigo 95% (Consea, 2010). O aumento na produção destes monocultivos ocorreu não só pela expansão da fronteira agrícola, mas também pela incorporação de terras destinadas a produção de outros alimentos.

Apenas quatro culturas de larga escala (milho, soja, cana e algodão) ocupavam, em 1990, quase o dobro da área total ocupada por outros 21 cultivos. Entre 1990 e 2009, a distância entre a área plantada dos monocultivos e estas mesmas 21 culturas aumentou 125%, sendo [que], a área plantada destas última retrocedeu em relação a 1990 (Consea, 2010, p. 9).

O crescimento globalizado do agronegócio, com a produção direcionada para a exportação, as *commodities* agrícolas, impõe concentração de terras, desaparecimento ou encolhimento de pequenas propriedades agrícolas e conseqüentemente diminuição da oferta de alimentos biológicos (ou ecológicos), constituindo-se numa ameaça para a soberania alimentar<sup>59</sup> e segurança alimentar e nutricional (Costa, 2016). Isso acontece não só no Brasil, mas no mundo todo, tendo em vista que a expansão do agronegócio é realidade em muitos países, inclusive, com “regiões inteiras em que se observa apenas uma espécie plantada como a soja, a cana-de-açúcar, eucalipto, a acácia, etc. Soma-se a isso o intenso uso de agrotóxico e espécies transgênicas que apresentam risco à saúde humana” (Costa, 2016, p. 155).

Um dos setores que exerce grande influência para manutenção e expansão do agronegócio, ao mesmo tempo que faz parte dele, e que tem estreita relação com a indústria alimentícia é o setor varejista, especificamente os supermercados. Eles são “a expressão máxima de relação íntima entre o agronegócio e a indústria de alimentos ultraprocessados” (Peres e Matioli, 2020, p. 10), como também é o elo com o/a consumidor/a final, ao disponibilizar produtos alimentícios à venda. O que significa que os supermercados têm poder para definir o que produzir tanto na agropecuária como na indústria, e conseqüentemente pauta o consumo alimentar, com oferta de biscoitos, salgadinhos, refrigerantes, iogurtes, macarrão instantâneo, entre outros produtos ultraprocessados tanto nas grandes metrópoles, em média e pequenas cidades, como em comunidades ribeirinhas e áreas rurais do Brasil, e em diferentes partes do mundo. Ou seja, a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentícios

---

<sup>58</sup> Disponível em: <http://www.abag.com.br/conteúdos/interna/abag-alimentar-o-mundo>.

<sup>59</sup>A soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional serão abordados no item que trata desse assunto.

são controlados pelos supermercados. Destarte, a participação do supermercado no sistema alimentar será o ponto de reflexão no próximo item.

### 1.3.3. Supermercados e o consumo de ultraprocessados no Brasil

*Agronegócio e supermercado são causa e consequência. São ovo e galinha. São irmãos. Não importa quem nasceu primeiro: um não existira sem o outro* (Peres e Matioli, 2020, p. 18).

O desenvolvimento econômico no campo, baseado em sistemas alimentares globalizados, cuja preocupação final não é a oferta de alimentos em si, mas a produção de *commodities*, assente no agronegócio, sustentada pela indústria de alimentos e intermediada pelo setor supermercadista (Peres e Matioli, 2020). Assim sendo, o aumento na produção agrícola com maior volume de matéria prima destinada à indústria de alimentos, bem como as melhorias nas formas de distribuição contribuíram para o alargamento da disponibilidade de alimentos ultraprocessados no cotidiano da população brasileira, inclusive entre a população rural. A modernização otimizou a logística de distribuição e divulgação (publicidade) dos gêneros alimentícios industrializados, o que conferiu maior poder ao setor varejista. Posto que, os seus diferentes segmentos, com destaque para as redes de supermercados, ao dominarem o mercado alimentar, têm grande responsabilidade em disseminar os produtos ultraprocessados. Desse modo, ao submeter necessidades básicas, como é o caso da alimentação, às lógicas comerciais e aos interesses econômicos de grandes empresas do ramo, os supermercados têm alterado a forma de consumir e comer da população (Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016; Machado 2016; Esteve, 2017; Peres e Matioli, 2020).

Os supermercados, lojas destinadas ao comércio de alimentos e produtos de conveniência, têm como particularidade o autosserviço. Esse tipo de serviço destaca-se pela comercialização de bens de consumo cotidiano, a exemplo da alimentação, sendo caracterizado pela (i) forma acessível que as mercadorias estão expostas/organizadas em prateleiras para o/a consumidor/a se servir, evitando a presença de intermediário no momento da compra; (ii) existência de carrinhos ou cestas para colocar os produtos e, (iii) possuir caixas (máquinas) registradoras na saída da loja, onde os itens são conferidos e somados antes de ser efetuado o pagamento. O autosserviço surgiu nos Estados Unidos da América, lentamente foi conquistando o mercado de alimentos no Canadá, no Japão, em países europeus acabando por se espalhar por todo o mundo, transformando-se em grandes empresas multinacionais, principalmente após a consolidação no seu país de origem, reduzindo-se assim o

potencial de crescimento, por força também da intensificação da concorrência (Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016; Machado, 2016; Machado, Oliveira e Mendes, 2016; Peres e Matioli, 2020).

A expansão global, ampliação e o estabelecimento das cadeias transacionais de supermercados em grande medida ocorreram com os processos de urbanização de países em desenvolvimento, com a melhoria dos rendimentos, pelo assalariamento, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, a inserção de marcas estrangeiras de produtos, a ampliação da publicidade e dos meios de comunicação e os preços mais acessíveis dos produtos (Gracia-Arniz, 1997; Mascarenhas, 2007; Machado, 2016). Esse último aspecto, fundamental no modelo de negócios dos grandes supermercados, é obtido através da negociação com fornecedores, sistematicamente submetidos a pressão para redução dos preços, proporcionando assim aos varejistas lucros apreciáveis. Junto a tudo isso, destacamos os estímulos proporcionados pelos governos para garantir a entrada e permanência de empresas transnacionais, tanto da indústria alimentícia como do segmento varejo de alimentos. Foram implementadas políticas de liberalização para o investimento direto estrangeiro, incluindo também o setor varejistas e dos espaços comerciais. Outras ações que igualmente contribuíram para o fortalecimento desse segmento comercial estão relacionadas ao emprego de novas tecnologias e a melhoria no sistema de embalagem, transporte e estocagem de produtos (Goidansch, 2012; Machado, 2016; Santos e Glass, 2018; Preiss e Schneider, 2020). Ou como sublinha Ribeiro (2017), a compreensão destas alterações não podem ser desligadas de algumas das principais dinâmicas decorrentes da globalização, incluindo a da contentorização que, ao facilitar o transporte de mercadorias a longa distância, proporcionou uma vantagem competitiva às grandes multinacionais do setor alimentar sobre a produção e consumo locais.

Além de consolidar essa forma de comercialização de alimentos, os incentivos recebidos contribuíram também para a concentração de um grupo bastante reduzido de empresas, com maior participação no mercado. Essas empresas têm um importante papel na economia mundial, pois dispõem do poder de determinar o que produzir, distribuir e comer. Quer dizer, as necessidades básicas de alimentação da população são submetidas aos interesses econômicos e à lógica comercial das grandes redes varejistas de distribuição de alimentos (Flexor, 2007; Silva, 2010; Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016; Esteve, 2017; Santos e Glass, 2018; Peres e Matioli, 2020).

Ao comandar o processo de distribuição das mercadorias, as grandes empresas do varejo, nomeadamente o setor de supermercados, estabelecem preços tanto para os fornecedores como para venda aos consumidores/as. Elas impõem uma “ditadura no varejo”, como afirma Silva (2010, p. 1). O preço das mercadorias é uma das medidas que ajudam na mudança de consumo de qualquer

produto e serviço, especialmente de alimentos, particularmente por grupos de menor poder aquisitivo, onde o gasto com alimentos é maior na medida que o orçamento familiar é menor. Para esse estrato social, no Brasil, a alimentação é o segundo componente de consumo, atrás apenas da habitação. Quando aumenta o custo de vida, a alimentação torna-se um dos primeiros itens a ser atingido (Belik, 2020a, 2020b). Assim, é seguro afirmar que a estratégia dos supermercados em reduzir preço e aumentar o volume de compras é considerada uma iniciativa muito bem aceita pelos/as consumidores/as. Destarte, esse tipo de ação influencia grandemente a escolha do local de compra, assim como os produtos a serem adquiridos, quanto e quando comprar. Geralmente favorecidos, principalmente em áreas de desertos alimentares onde não há oferta de alimentos saudáveis e/ou *in natura*, como frutas e os vegetais (Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016; Silva Filho e Gomes Júnior, 2020)

Os supermercados e hipermercados, enquanto espaços de comercialização convencional, são a expressão da procura pelo lucro sobre o alimento na forma de mercadoria, assim como são responsáveis pela padronização alimentar e o aumento do consumo de produtos industrializados (processados e ultraprocessados), sendo as mercadorias ultraprocessadas, disponibilizadas geralmente nos corredores centrais ou nas cabeceiras dos corredores, o que facilita a visibilidade dos produtos juntamente com o preço, como já aludido. Esses são alguns dos fatores que contribuíram para a expansão das cadeias transnacionais de supermercados em diferentes lugares do mundo. No Brasil, país considerado com alto potencial de crescimento, ao longo do século XX, a chegada das primeiras lojas desse tipo de empreendimento comercial ocorreu na década de 1950, concorrendo com lojas de mercearias, açougues e feiras livres. Conquistando maior espaço, consolidou-se na década de 1970, quando o país passou a ser predominantemente urbano. Mesmo assim o contato com agricultores/as ainda se mantinha presente na população urbana, principalmente por meio das feiras livres (Silva, 2010; Machado, 2016; Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016; Peres e Matioli, 2020; Preiss e Schneider, 2020).

A entrada de indústrias no Brasil, que resultou em aumento da produção e a chegada dos supermercados com sua evolução no país, condiz com os interesses da globalização da economia, especialmente a partir dos anos de 1990, com o processo de reestruturação produtiva e a acelerada transformação no setor. O modelo econômico possibilitou ampliar o investimento estrangeiro no país e posteriormente a crescente entrada de redes internacionais no mundo do varejo (*v.g.*, Carrefour e Wall Mart). Porém, nesse processo de globalização, também surgiram no Brasil grandes redes nacionais (Pão de Açúcar), a partir de fusões de empresas, inicialmente na região sudeste, nas cidade de São

Paulo e Rio de Janeiro. O movimento de concentração financeira acarretou novos arranjos e maior competitividade ao setor supermercadista, especialmente no mercado de alimentos. A concentração em poucas redes transnacionais proporcionou graves mudanças nos sistemas alimentares com a inserção e o domínio de produtos ultraprocessados no Brasil, à semelhança do que se verificou em muitas outras partes do globo. (Concha-Amin e Aguiar, 2006; Silva, 2010; Machado, 2016; Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016).

Três tendências orientam a expansão de supermercados nos países. Primeiramente a partir do tipo de produto a ser comercializado nesses estabelecimentos, ou seja, inicialmente comercializam os ultraprocessados e os processados, em seguida alimentos *in natura*. Uma segunda tendência diz respeito às condições socioeconômicas da população. Neste caso, o interesse é voltado para consumidores/as de maior poder aquisitivo. Por fim, a terceira tendência está relacionada com o local de instalação das lojas, preferencialmente os grandes centros urbanos. Sendo priorizados para neles iniciar as operações progressivamente os supermercados e hipermercados disseminam-se para outros municípios de menor porte, atingindo também a população rural. Os grandes centros urbanos e setores de maior rendimento são escolhidos por garantirem melhores possibilidades de lucros num contexto de forte concorrência entre as grandes redes. Em consequência, a redução de custos é fundamental, implicando a centralização logística e de compras, permitindo assim barganhar com os fornecedores de diferentes produtos, especialmente os ultraprocessados. Daqui decorre uma pressão significativa para aquisição ou fusão de empresas locais, de modo a melhorar a penetração em municípios de menor dimensão (Machado, 2016; Peres e Matioli, 2020).

Os mercados emergentes, como o Brasil, tornaram-se um novo nicho para comercialização de ultraprocessados por meio das grandes redes varejistas, uma vez que nos países de maior poder aquisitivo a comercialização desse tipo de produto está cada vez mais disputada (Machado, 2016). De acordo com a Associação Brasileira de Supermercado (Abras), os supermercados são responsáveis por 87,3% dos alimentos comercializados e consumidos no Brasil, o que significa um grande volume de produtos alimentícios adquiridos nesses estabelecimentos de vendas e consumo (Hilário, 2017, Belik, 2020a). Ao concentrar em um único lugar diferentes produtos alimentícios, como os industrializados, produtos frescos (hortícolas e frutícolas), serviços de padaria e de açougue, possibilita aos supermercados oferecer a preço mais acessível, uma grande diversidade de produtos, ainda que a



qualidade seja objeto de discussão e de muitas dúvidas. Esse ambiente alimentar<sup>60</sup> cerceia o acesso a alimentação saudável, com isso interfere também na qualidade de vida das pessoas.

Igualmente ao que ocorre em muitos outros países e, em especial nos mais afluentes, as comodidades concedidas pelos supermercados têm feito com que ocorra no Brasil uma ascensão de grandes redes supermercadistas, especificamente os Grupos Pão de Açúcar (GPA)<sup>61</sup>, Carrefour<sup>62</sup> e o Big (ex-Wall Mart Brasil)<sup>63</sup>, com suas extensas lojas (Hipermercados: Extra, Carrefour, Pão de Açúcar e Wall Mart), instaladas em áreas de maior poder aquisitivo, e lojas de menor porte localizadas em bairros populares dos grandes centros urbanos, como é o caso das lojas de Atacarejo, onde é possível comprar no atacado e no varejo por ser um mercado híbrido, ao comercializar produtos em grandes e/ou pequenas quantidades. Nos primórdios da sua ação, o objetivo principal desse tipo de estabelecimento era abastecer pequenas empresas do comércio. Porém, as vendas expandiram-se até alcançar o abastecimento alimentar doméstico, em razão dos custos. Assim, atualmente promove a venda de produtos tanto para pessoas físicas e seus consumos domésticos como para pessoas jurídicas e seus consumos para fim de comércio, especialmente produtos alimentícios e material de limpeza, entre outros itens de comercialização. Nessa forma de compra, atacarejos de autosserviço, o valor a ser pago depende do volume da aquisição. Quanto maior a quantidade do mesmo produto a ser comprado, menos se paga. A estrutura é mais enxuta comparada com os hiper e supermercados, com aparência de um armazém, sem o conforto encontrado nos hiper e supermercados, e sem grande variedade de marcas de produtos. Serve também de depósito dos produtos a serem vendidos, localizados nos corredores e em grandes estantes dos galpões.

Os Atacarejos geralmente são instalados em locais afastados do centro da cidade, em bairros populares das metrópoles e se expandindo para municípios interioranos, no caso de Pernambuco, a exemplo dos municípios de Caruaru, Garanhuns e no Agreste pernambucano e em Serra Talhada e Petrolina no Sertão de PE. Outros municípios de menor porte também já contam com rede de lojas de atacarejos pertencentes a empresários do estado. Ao expandirem-se para municípios distantes das metrópoles vão criando novos ambientes alimentares, novos produtos serão ofertados, e passam a fazer parte da cultura alimentar local. Estudos mostram que o domínio das grandes redes

---

<sup>60</sup> Ambiente alimentar entendido como ambiente físico (disponibilidade, qualidade e promoção), econômico (custos), político (políticas governamentais) e sociocultural (normas e comportamento), em que se vive, estuda e/ou trabalha, e que propiciam oportunidades e condições que afetam a salubridade da alimentação e o estado nutricional dos indivíduos e da comunidade.

<sup>61</sup> O Grupo Pão de Açúcar é uma das maiores empresas de comércio varejista no Brasil (em 2018 foi considerada a maior do setor), atua em todas as regiões do país. É controlado pelo grupo francês Casino, e integra as lojas Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem e Assaí (Disponível: <https://www.gpabr.com/pt/>)

<sup>62</sup> O Grupo francês Carrefour chegou no Brasil em 1975. Desde 2015 está presente em todos os estados e no Distrito Federal, sendo atualmente a maior rede varejista de alimentos do país. Controla entre outras marcas: Carrefour Hipermercado, Carrefour Bairro, Carrefour Market, Carrefour Express e Atacadão (Disponível: <https://www.grupocarrefourbrasil.com.br/>)

<sup>63</sup> O Grupo Big (ex-Wall Mart Brasil), detém as lojas Big, Big Bompreço, Todo Dia, Nacional e Maxi Atacado. Em março de 2021, esse grupo anunciou a venda para o Grupo Carrefour Brasil. (Disponível: <https://www.grupobigbrasil.com.br>)

varejistas no mercado de alimentos tem prejudicando o comércio e a distribuição em menor escala, fragilizando e fazendo desaparecer estabelecimentos de bairros nos grandes centros urbanos e nos municípios interioranos, provocando também a perda de emprego, o que repercute negativamente na economia local e nas condições de vida da população. Além do comércio local, as cadeias de supermercados excluem a participação dos agricultores familiares no comércio tradicional, a exemplo das feiras livres, uma vez que ficam impossibilitados de concorrer em condições tão adversas em relação aos preços impostos e o forte investimento na publicidade por parte dos supermercadistas (Machado, 2016; Belik, 2020a, Belik, 2020b; Peres e Metiole, 2020).

A reflexão sobre o setor e a sua expansão ajuda a revelar as mudanças ocorridas no Brasil, particularmente nas esferas ou setores rurais, com destaque para o cotidiano das famílias camponesas com a entrada em seus lares de produtos ultraprocessados. Tal pode ser compreendido pela dinâmica da distribuição dos alimentos e o acesso aos mesmo, bem como as relações sociais de poder a eles atrelados. Não só produzem novos hábitos como concorrem para acentuar o caráter distintivo do consumo alimentar, segundo o sentido dado por Bourdieu (2008). Lugar da construção e afirmação das diferenças alimentares, os consumos alimentares também refletem as práticas de emulação das classes populares, também elas condicionadas nas suas escolhas pela publicidade e suas sugestões conspícuas cuja presença no campo alimentar é muito forte. Neste sentido a disponibilidade e preços acessíveis interferem sobremaneira no consumo alimentar da população, ou seja, além das questões culturais e sociais, as escolhas alimentares são influenciadas pelo ambiente alimentar disponível.

A invasão das redes varejistas do setor alimentícios provocou grandes mudanças no ambiente alimentar da população dos setores populares, enfraquecendo os pequenos mercados e as feiras livres, tornando-o cada vez mais distante do cotidiano da população. É possível afirmar que o atacarejo se beneficia do isolamento dos que vivem na periferia dos centros urbanos, da situação de pobreza e da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN) da população brasileira, ou seja, esse setor se alimenta e se fortalece da vulnerabilidade socioeconômica existente no país, agravada com o surgimento da pandemia da Covid-19 (Silva Filho e Gomes Júnior, 2020).

Quando abrem empresas tipo atacarejo em cidades polos de alguma região, como é o caso de Pernambuco, com o Atacadão e o Assaí, pertencentes a grupos franceses interferem nos padrões tradicionais da alimentação, desenvolvidos e transmitidos em diferentes gerações. Essas empresas, dominantes no setor de varejo de alimentos e pertencentes às maiores multinacionais que nele atuam, constituem-se atores decisivos de globalização capitalista no campo da alimentação. Atualmente, no Brasil, a compra de quase todos os alimentos consumidos pela sua população é realizada em

supermercados (Belik, 2020), controlados pelo GPA e o Carrefour, principalmente após esse último ter adquirido o Grupo Big, o que contribuiu para sua expansão e fortalecimento, ampliando com isso seu controle alimentar no país. Desse modo, a alimentação da população é refém desse duopólio francês, com a permissão do Estado brasileiro.<sup>64</sup>

Os supermercados são grandes incentivadores do consumo de produtos industrializados, em detrimento de frutas e hortaliças *in natura*. Nas lojas de atacarejos, por vender predominantemente no atacado, prevalece majoritariamente o comércio de uma variedade de produtos ultraprocessados que imitam alimentos e que, devido à facilidade de estoque/armazenamento, maior durabilidade, uma vez que a vida útil é longa, podendo ficar até um ano ou mais expostos, geralmente são os de piores qualidades (menor valor nutricional). Nesses locais de comercialização, os/as consumidores/as são frequentemente persuadidos/as a adquirir esses produtos formulados, com preços altamente competitivos, principalmente por meio das promoções diárias, o que estimulam compras por impulsos e os tornam bastante procurados pela população de baixa renda, ao que acrescenta as embalagens com seus formatos e materiais percebidos como utensílios de vários usos. Em consequência, aumenta a influência desse setor no consumo alimentar da população, tornando-a cada vez mais distante da comida de verdade. Ademais, o acesso físico e econômico são fatores relevantes nas escolhas alimentares, assim como a expansão da publicidade e dos meios de comunicação e as informações acerca dos produtos (no caso de produtos industrializados a rotulagem é um dos veículos de informações, o elo entre a empresa e o/a consumidor/a) e a qualidade dos alimentos, no que se refere aos aspectos nutricionais e de higiene (alimento seguro) (Gomes Júnior, Pinto e Leda, 2016; Esteve, 2017; Peres e Matioli, 2020; Belik, 2020a; Belik, 2020b, Silva Filho e Gomes Júnior, 2020).

A alta do preço dos alimentos, cada vez mais elevado no Brasil, assim como a fome são questões que levam a inquirir a quantidade e a qualidade dos alimentos disponíveis e acessíveis à população brasileira. A baixa qualidade dos produtos disponíveis nos supermercados, como os ultraprocessados, traduzem em danos à saúde, a exemplo da obesidade, deslocando o problema da falta de alimentos para o excesso, gerando e configurando numa nova insegurança alimentar (Preiss e Schneider, 2020)

O estilo de vida urbano, que exige cada vez mais praticidade e otimização do uso do tempo, influenciou a maneira das pessoas lidarem com os alimentos, desde a compra, o preparo e o consumo. Há uma crescente substituição por produtos industrializados, especialmente aqueles de

---

<sup>64</sup> Segundo a Associação Brasileira de Supermercados (Abras, 2018), 41% do faturamento do varejo alimentar concentra-se no Carrefour, GPA, Wal-Mart e seus sucessores, ou seja, lojas pertencentes a esses grupos. Disponível em: <https://www.abras.com.br/clipping/noticias-abras/67505/setor-supermercadista-fatura-r-3557-bilhoes-em-2018>

menor preço. Ao investir na praticidade e rapidez nos serviços oferecidos, os supermercados tendem cada vez mais concentrar uma variedade de produtos, além de oferecer outros serviços, disponibilizar estacionamento e segurança para os/as consumidores/as. Tudo isso facilita à população agrupar suas compras em determinado lugar, e evitar ir às feiras livres ou mesmo a pequenos estabelecimentos de bairros ou de municípios pequenos. Tal tem favorecido grandemente as grandes redes de supermercados, tanto nas lojas para um público de maior poder aquisitivo como nos atacarejos. Nos últimos anos os atacarejos, têm procurado melhorar as condições de infraestrutura das lojas, além do estacionamento e segurança, disponibilizando também área para lanches rápidos, que geralmente tem um cardápio recheado de ultraprocessados, a exemplo de embutidos, *ketchup*, mostarda, maionese, entre outros.

Em contraposição aos minimercados, supermercados e atacarejos de grandes redes, as feiras livres são ambientes alimentares onde há uma maior disponibilidade de alimentos considerados saudáveis, caso sejam produzidos sem o recurso ao agrotóxico, situação em que perdem essa qualidade. As feiras livres e outros ambientes tradicionais de comercialização de alimentos frescos, como os mercados públicos e os açougues, estão cada vez mais distantes do/a consumidor/a, ou seja, tais ambientes, especialmente as feiras livres, deixam de ser a principal fonte de abastecimento alimentar. De acordo com dados do IBGE (2017), há uma tendência de crescimento das compras em supermercados em oposição ao varejo tradicional e feiras livres. Cada vez mais esse setor ganha espaço em relação ao comércio tradicional independente, característico de cada região.

Com relação a feira livre, cabe uma breve reflexão. Diferentemente dos supermercados, que tem suas instalações próprias, acessíveis ao público, a feira livre funciona em lugar público destinado à comercialização, melhor dizendo, “consiste na reunião de vendedores e compradores em determinado local e hora, em um local quase sempre descoberto, onde se desenvolvem trocas, venda e comércio de mercadorias” (Miranda, 2009, p. 30). É imprescindível sublinhar que além ser um ambiente de abastecimento alimentar e de comercialização de uma grande variedade de produtos (roupas, sapatos, utensílios domésticos, acessórios de casa, artesanato, instrumentos de trabalhos rurais, entre outros), geralmente compra e venda a preços mais baixos, a feira livre é uma pequena representação da dinâmica local em determinado momento da sociedade, revela a produção local e as mercadorias que estão em circulação, assim como outras mercadorias que também são comercializadas nos supermercados. Representando um espaço social de diferentes usos, na feira se tece a sociabilidade entre feirantes e consumidores/as, pois é uma área de encontro, de reunião, de colocar a conversa em dia, de debater política, de trocar conhecimentos, de lazer, além de ser um lugar rico em expressão da

cultura popular, especialmente nas cidades interioranas do Nordeste brasileiro. O dia de feira, geralmente na quarta-feira e/ou no sábado, é considerado o dia de maior movimento nos pequenos municípios. Nesse dia aumenta o movimento no comércio, os/as trabalhadores/as rurais vão vender seus produtos no setor urbano da município, além de comprar o que necessita, ir ao médico e resolver outras questões pessoais e de negócios (Minnaert, 2008; Miranda, 2009; DaMatta, 1997). Isto significa que a feira é um espaço público onde atividades econômicas, culturais e sociais se articulam e se desenvolvem.

As feiras livres estão cada vez mais ameaçadas. Os supermercados ao se transformarem como o principal fornecedor e distribuidor de alimentos, modificaram rapidamente os modos de vida da população. Os/as consumidores/as perdem o contato com quem produziu e até mesmo com quem comercializa; as relações nos supermercados são distanciadas, os/as funcionários/as, colaboradores/as são pessoas “invisíveis”, anônimas. Ao investir na comercialização de vegetais (frutas e hortaliças), os supermercados além de enfraquecer as feiras tradicionais contribuem para o aumento no consumo de ultraprocessados, uma vez que esse espaço alimentar utiliza da publicidade para divulgar produtos não essenciais na alimentação, mas imprescindível para o lucro do empresariado do setor.

Compreendido por alguns como o protótipo do desenvolvimento capitalista e do sistema agroalimentar que se impõe, os supermercados com toda uma estrutura que facilita a compra de diferentes produtos, especialmente alimentícios, são a vitrine para um leque amplo e diversificado de itens industrializados, padronizados, monótonos e que levam ao afastamento, a uma ruptura com a natureza, como já expresso anteriormente. São o elo entre a produção e o/a consumidor/a, com forte influência sobre um e outro, uma vez que o modelo de negócios do setor supermercadista é uma forma de exploração capitalista concebido visando a liderança da cadeia alimentar, desde a produção agrícola e pecuária, indústria, transporte, distribuição, comercialização. Que dizer, nossas escolhas já foram definidas, vamos comer sob manipulação da indústria alimentar em atendimento ao setor supermercadista, donos do mercado de alimentos, como afirmam Peres e Matioli (2020). O referido setor, assim como concentra poder, também gera impactos sociais, econômicos e ambientais. Em relação aos impactos sociais, ao incentivar a padronização da alimentação, os supermercados contribuem para extinguir culturas alimentares, e para o desconhecimento acerca da comida e sua importância local. A bem dizer, os supermercados tornaram-se um espaço de expressão material e simbólica do consumo. Articula o consumo a partir de suas dimensões material e simbólica, expressão do consumismo na contemporaneidade, pois enquanto ambiente que comercializa ingredientes,

alimentos e comida é um dos responsáveis por apagar da memória as tradições e culturas alimentares, ao definirem o que vender sem considerar produtos regionais e a cultura alimentar local, regional.

A ascensão das grandes redes de supermercados provocaram sobremaneira mudanças no sistema de distribuição de alimentos. Ao definir o que produzir e comercializar, conseqüentemente esse ambiente alimentar passou a interferir significativamente nas escolhas e aquisição dos alimentos, bem como na forma de preparo e no consumo alimentar da população, uma vez que as escolhas passaram a ser feitas a partir do que é disponível adquirir, influenciadas pelo preço, mas também pelas normas culturais e sociais, nem sempre levadas em consideração pela indústria alimentícia (Luz e Maluf, 2019; Luz, 2020). Tal expõe a importância de definição de políticas direcionadas para a disponibilidade e o acesso a alimentos saudáveis, por meio da comercialização que atenda a diversidade socioambiental e cultural de cada localidade. Fica mais uma vez evidenciada a importância das políticas públicas, fruto de mobilização social, para a expressão do compromisso de governos com a sociedade.

A questão alimentar revela cada vez mais a importância de estudos que tratem das relações de consumo e dos sistemas de produção agroalimentares para compreender o comportamento dos indivíduos na sociedade moderna (Cassol e Sérgio, 2015; Azevedo, 2021). Tal exige considerar que os valores e modos de vida sustentáveis que podem ser influenciados pela simples atividade social, tão corriqueira e repetitiva que é o ato sociocultural de comer. O poder dos supermercados na produção e comercialização de alimentos é contestado e questionado, aparecendo alternativas e propostas para o enfrentamento a esse monopólio, a exemplo da produção agroecológica. Assim, no próximo item serão discutidos as políticas, resistências e a construção de uma outra economia no campo, com olhar diferenciado para a distribuição e o abastecimento alimentar.

#### 1.3.4. Produção agroecológica como alternativa? Políticas, resistências e a construção de uma outra economia no campo

Nos últimos anos, o debate em torno da agroecologia tem-se ampliando no Brasil, principalmente a partir da perspectiva social e política. A implantação do Sisan, em 2010, que tem como propósito assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e a SAN da população, tem uma parcela significativa de contribuição em colocar esse tema na pauta de governos e ampliar o debate dentro de movimentos sociais do campo e da cidade. Nesse sentido, a proposta deste item é refletir sobre como a agroecologia pode contribuir para a construção de modos de agricultura que valorizem e preservem a

vida, a cultura e o meio ambiente a fim de assegurar um desenvolvimento sustentável, desde o ponto de vista ambiental, social e econômico no meio rural, e destacar sua relevância ao respeitar as particularidades e características regionais com relação a cultura alimentar de cada povo, ao disponibilizar/fornecer alimentos saudáveis para o consumo da população, em detrimento da ingestão de produtos processados e ultraprocessados industrialmente. Com isso promove o consumo de comida de verdade e a alimentação adequada, o que reverbera na saúde.

Desde os anos de 1960, a modernização da agricultura estimulada no Brasil é fortemente centrada no uso de insumos e tecnologias industriais, tais como o com uso de fertilizantes, químicos, agrotóxicos, sementes geneticamente melhoradas, além da utilização de equipamentos industriais, como máquinas pesadas. Esse modelo de produção foi imposto sob o domínio da prática, da teoria e da política (Ploeg et al, 2000), ou seja, a noção de progresso técnico determinou a inserção do capital na agricultura, desvalorizando a produção agrícola nos moldes tradicionais, com características culturais dos ecossistemas locais, como afirma Petersen (2013). O entendimento é de que quanto maior o potencial de produção mais desenvolvido é o meio rural. Realidade não vivenciada pelos homens e mulheres que fazem a agricultora familiar camponesa, especialmente na região semiárida do Nordeste brasileiro.

Esse modelo de produção, disseminado pela Revolução Verde, com referência na indústria de grande produção e especialização de determinadas mercadorias, levou a um crescimento desigual e parcial da agricultura, com produção de monoculturas, concentração fundiária e renda, pobreza e êxodo rural (Silva, 1982; Moreira e Carmo, 2004). Isto é, não promoveu o desenvolvimento de forma abrangente e justa para todos/as que vivem no campo, nem tão pouco acabou com a miséria e a fome, graves problemas que assolam o Brasil desde tempos remotos. Ao ampliar as desigualdades e provocar o êxodo rural gerou outros problemas nas cidades, ao contribuir para o aumento e concentração da população, o desemprego, a exclusão social e econômica, assim como intensificou a marginalização urbana (Schneider e Escher, 2011). É um modelo que não beneficiou quem mora no campo e muito menos os que vivem em áreas urbanas. As consequências negativas desse modelo “moderno” de produção, tanto para o meio ambiente como para o bem-estar da sociedade, levou alguns autores a denominarem as mudanças como “modernização dolorosa” (Silva, 1982) ou “modernização conservadora” (Ricardio, 2011). No entanto, o investimento na agricultura convencional, de natureza agroquímica e industrial, não deteve a continuação da prática de diferentes formas de agricultura, orientadas pelo princípio da valorização socioambiental, sem depredação do

meio ambiente e que por milênios asseguraram a continuidade de grupos tradicionais, a exemplo das populações indígenas, quilombolas e povos de terreiro de matriz africana no Brasil.

Os problemas oriundo da industrialização da agricultura baseada no uso das técnicas e insumos agroquímicos tóxicos, sementes melhoradas, entre outros que alicerçaram a Revolução Verde, fundamentaram a criação da agroecologia, uma nova ciência que surgiu com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, ao promover uma “agricultura reconectada à sociedade e à natureza” (Petersen, 2013, p. 82). O seu enfoque científico auxilia na transição da agricultura convencional para a agricultura sustentável (Caporal, 2008). Importante salientar que essa transição não significa apenas mudar a forma insustentável de produzir, com uso de novas técnicas, mas principalmente mudar a forma de agir e de se posicionar frente à produção alimentar, do mesmo modo o posicionamento no mundo, tendo como princípio a valorização e o respeito aos recursos naturais e as relações sociais e humanas.

Considerando as várias dimensões que aborda, essa nova ciência, a agroecologia, está inserida no campo da complexidade, como afirma Caporal (2008). Esse autor cita Morin ao chamar a atenção para o campo que a agroecologia ocupa enquanto matriz disciplinar, e a “... identifica como do ‘pensar complexo’, em que ‘*complexus* significa o que é tecido junto’. O pensamento complexo é o que se esforça para unir na confusão, mas operando diferenciações” (Morin, 1999 *apud* Caporal, 2008, p. 5). Complexo, pois diferentes campos do conhecimento contribuem para a constituição da agroecologia. Inicialmente suas bases de formação delimitavam-se na agronomia e na ecologia, ampliando-se depois para outras áreas de saber, entre elas a sociologia, antropologia, história, geografia, economia, física e ética (Caporal, Costabeber, Paulus, 2006). O que significa que a agroecologia rompe com o isolamento das diferentes ciências ao articular e integrar saberes distintos, desde os acadêmicos aos populares. Há uma profunda mudança de paradigmas da ciência e da agricultura.

A base conceitual e metodológica da agroecologia começou a ser divulgada e socializada na década de 1980, embora os estudos sobre esse tema já aconteciam desde o início do século XX. Os cientistas americanos Miguel Altieri e Stephen Gliessman iniciaram sua divulgação alicerçados na perspectiva ecológica e técnico-agronômica. De acordo com Altieri (2004), a agroecologia constitui um campo de conhecimento que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para estudar a atividade agrária e a sociedade, sendo o agroecossistema a unidade de estudo. No entender de Gliessman (2000), a agroecologia é uma ciência que adota conceitos e princípios da ecologia para estudos, desenhos e manejo de agroecossistemas sob influência de sistemas tradicionais de cultivo mais sustentáveis, isto é, dos saberes tradicionais.



A partir dos anos 2000 investigadores europeus ampliaram os estudos, aprofundando as questões sociais e passaram a dar maior visibilidade às dimensões socioeconômica, cultural e sociopolítica dos agroecossistemas (Moreira e Carmo, 2004). Casado, Molina e Sevilla-Guzmán, estudiosos europeus, afirmam que a agroecologia

tem uma dimensão integral na qual as variáveis sociais ocupam um papel muito relevante dado que (...) as relações estabelecidas entre seres humanos e as instituições que as regulam constituem uma peça chave dos sistemas agrários, que dependem do homem para sua manutenção (Caporal, 2019, p. 250).

Articular as questões práticas, teóricas e sociais é fundamental nessa ciência emergente. Sevilla-Guzmán (2006, p. 1) evidencia as dimensões social e política quando afirma que “a agroecologia pode ser definida como o manejo ecológico dos recursos naturais através de formas de ação social coletiva que apresentem alternativas para a atual crise civilizatória”. Pensamento também compartilhado por Caporal (2019, p. 14) ao considerar que “(...) esta nova abordagem teórica aparece como resposta à crise civilizatória evidenciada pelas sucessivas crises econômicas do capitalismo e pelas crises sociais e ambientais que se agravam a cada dia”. Para esses autores a agroecologia é entendida como um novo paradigma que o desenvolvimento rural sustentável, que pode resolver suas crises decorrentes da forma de produção capitalista. Ou seja,

... a agroecologia se consolida como enfoque científico na medida em que este campo de conhecimento se nutre de outras disciplinas científicas, assim como de saberes, conhecimento e experiências dos próprios agricultores, o que permite o estabelecimento de marcos conceituais, metodológicos e estratégicos com maior capacidade para orientar não apenas o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, mas também processos de desenvolvimentos sustentáveis (Caporal e Costabeber, 2004, p. 13).

Com base nos componentes fundamentais da agroecologia, Sevilla Guzmán e *et al* (2012) definiram três dimensões que a sustentam: a ecológica e técnico-produtiva, a socioeconômica e cultural e a sócio-política. São dimensões que interagem e sofrem influências entre si ao articular o conhecimento científico com os saberes populares, tradicionais, com a finalidade de contribuir para realização de novas práticas produtivas que levem ao desenvolvimento de uma agricultura ambiental, social e economicamente sustentável (Caporal, 2019), o que garantirá a sobrevivência e continuidade dos povos e das espécies.

Novas práticas produtivas, melhor dizendo, a retomada/reconexão às práticas tradicionais e sua relação de respeito com a natureza requer o reconhecimento do direito dos povos de cada nação definirem suas estratégias de produção e o controle de seu alimento, com respeito a diversidade cultural, produtiva e da natureza, o que lhe assegura a soberania tanto em relação ao alimento como

de sua própria vida. Nesse sentido, a prática agroecológica é fundamentada também pelo princípio da soberania alimentar (Stédile e Carvalho, 2013; Maluf, Reis e Magalhães, 2013).

A partir de reivindicações das trabalhadoras rurais, conscientes da necessidade de serem percebidas como sujeitas de direitos e evidenciar sua condição de subordinação na administração de propriedades rurais, tal qual a desvalorização e invisibilidade das atividades domésticas realizadas por elas, sendo a ocupação com a alimentação da família uma das mais relevantes, a abordagem de gênero passou a ser também questão reconhecida e estudada no campo da agroecologia, considerando o papel significativo que as mulheres desempenham nessa área, e entendendo que as relações de gênero estão imbricadas dialeticamente com as relações sociais de classe, raciais e étnicas, sendo co-extensivas também a outras relações sociais: geracionais e etárias e orientações sexuais, compreendendo também a nacionalidade desses/dessas sujeitos/as. Nos países do hemisfério sul, as mulheres têm uma expressiva participação na produção de alimentos, sendo responsáveis entre 60 e 80% do total produzido. Contudo, ao não ser contabilizado na macroeconomia, esse trabalho é invisibilizado, considerado uma ajuda. São elas, sobretudo, as que historicamente, dada a divisão sexual do trabalho, assumiram o protagonismo de conservar e ampliar os saberes acumulados da alimentação. Assim, têm contribuído para a conservação, expansão e cuidado nos sistemas agrícolas mais sustentáveis, especialmente no manejo da agrobiodiversidade, seguindo os princípios agroecológicos no cuidado com pequenos animais, nas hortas, nos pomares, no beneficiamento caseiro de produtos (Duque-Arrazola, Silva e Silva, 2012; Silva e Duque-Arrazola, 2012; Siliparndi, 2015, Esteve 2017; Mussoi e Anjos, 2018). Se as questões relacionadas às mulheres, sejam agricultoras, cientistas ou de movimentos sociais, a exemplo da luta feminista contra o patriarcado e a violência, não consistir como preocupação da agroecologia que se denomina uma nova forma de fazer ciência e agricultura, junto a isso também um movimento político social, isto é, com práticas que pretendem contribuir com a emancipação de agricultores/as familiares camponeses/as, não atenderá seu propósito, nem contribuirá para o desenvolvimento desejado, de forma integral e sustentável, tendo em vista a relevância das mulheres para a sociedade, e a premência de serem reconhecidas e compreendidas como sujeitas de direitos.

A agroecologia ganhou maior visibilidade através dos meios acadêmicos. No entanto apesar da forte contribuição da academia na construção do conceito da agroecologia e de sua inserção enquanto campo de conhecimento científico, alguns autores/as entendem que agricultores/as, movimentos e organizações que defendem espaços rurais mais democráticos e sustentáveis também fazem a agroecologia. Apoiado nessa concepção, Weze *et al* (2009) afirmam que a agroecologia pode ser

considerada como ciência, prática e movimento político social. É uma ciência dialógica, crítica e comprometida com conteúdo socioeconômicos ao mesmo tempo que formula e gera conceitos e metodologias que vão contribuir para modelos de produção mais sustentáveis; é uma prática da agricultura de base ecológica que se funda no reconhecimento da reprodução das culturas tradicionais e no acúmulo do saber popular, também é um movimento político social na luta por um campo mais justo e sustentável ao mobilizar

atores envolvidos prática e teoricamente na sua construção, assim como crescentes contingentes da sociedade engajados na defesa da justiça social, da saúde ambiental, da segurança e soberania alimentar, da economia solidária e ecológica, da equidade de gêneros e das relações mais equilibradas entre o mundo rural e as cidades (Petersen, 2013, p. 99)

Destarte, a agroecologia vai se fortalecendo, tendo seu conhecimento expandido de forma participativa e com troca de saberes, através da socialização das experiências de agricultores/as de diferentes localidades (Caporal e Costabeber, 2004), como também, no caso do Brasil, com a criação de cursos de agroecologia em diferentes níveis<sup>65</sup> e o envolvimento dos que fazem os movimentos sociais do campo. Mais recentemente com a inserção de movimentos urbanos na divulgação dessa ciência, dessa forma de fazer agricultura<sup>66</sup>. Outro fator que tem levado à valorização e ao interesse da sociedade pela agroecologia foi a necessidade de pensar e agir mais sobre questões ecológicas, considerando a tomada de consciência por parte da população do campo e da cidade referente aos problemas socioambientais, oriundo do modelo de desenvolvimento capitalista predatório<sup>67</sup>.

Os princípios que guiam a agroecologia fazem dela uma significativa estratégia para analisar os impactos socioambientais, igualmente orientar a implementação de programas e políticas de desenvolvimento que supram as necessidades atuais sem afetar nas necessidades das gerações futuras, ou seja, um desenvolvimento com equidade e justiça social, com soberania dos povos, especificamente a soberania alimentar, o que requer fortalecer a agricultura familiar camponesa e que seja efetivamente sustentável.

A estruturação de uma agricultura sustentável, como propõe a agroecologia, conseqüentemente promove a disponibilidade e oferta de produtos alimentícios saudáveis, livres de agrotóxicos e transgênicos. Ao valorizar a diversidade de produtos locais/regionais, a partir do contexto local, a estratégia agroecológica investe na heterogeneização dos produtos em detrimento a sua

---

<sup>65</sup> Técnico, graduação/licenciatura e pós-graduação mestrado e doutorado.

<sup>66</sup> Processo esse que de alguma maneira, com a pandemia do COVID-19, começa a consolidar em diversos bairros da Região Metropolitana do Recife (RMR), com feiras, barracas com produtos da agricultura familiar de base agroecológica. Quer dizer está sendo uma expressão linguística que se expande “na boca do povo”.

<sup>67</sup> Modelo que impulsiona crises sanitárias como a que estamos vivenciando atualmente com o Covid-19 em dimensão mundial, ou seja, o vírus também como um processo globalizado. Se o vírus é um fenômeno biológico, a pandemia é questão econômica, ambiental, social e política (Ribeiro, Leite, Felizes, 2020; Gouvêa, 2020).

homogeneização, com isso contribui para a consecução do DHAA, preserva a cultura alimentar da região e movimentada a economia local. Ação contrária à homogeneização promovida pela indústria alimentícia, especificamente com os produtos ultraprocessados. Para que isso ocorra faz-se necessário que agricultores/as familiares camponeses/as tenham acesso à terra, assessoria técnica e igualmente a políticas públicas fortes. Importante uma assessoria técnica que contribua para a produção de alimento livre de venenos e que tenha como orientação os princípios da agroecologia, tendo em vista que nos últimos anos o uso de agrotóxico no Brasil está cada vez mais abusivo e indiscriminado, o que ampliou a crítica social nacional e internacional, sobre essa questão, principalmente a necessidade de deter o avanço do uso de agrotóxicos e adotar práticas de agricultura mais sustentáveis e de produção orgânica (Maluf, 2013).

A produção orgânica para fins de comercialização dispõe garantir produtos de qualidade para os/as consumidores/as mediante padrões internacionais orientados pelo Sistema de Garantia Orgânica (Organic Guarantee System – OGS), em que a ênfase nos produtos é muito mais valorizado do que os processos, isto é, há uma substituição de insumos químicos por orgânicos e uma padronização dos procedimentos, podendo igualmente ser produzido em latifúndios mecanizados, ausente de trabalhadores/as do campo e com fins majoritariamente financeiros, isto é, segue a mesma lógica do agronegócio, a obtenção de lucro (Sambuichi *et al*, 2017). Podemos também colocar nessa esteira a lógica da economia verde e da economia de baixo carbono.

Isto posto, a agroecologia pelas razões anteriormente apresentadas surge como uma opção de referência e campo de ação ao incorporar na agricultura cuidados com o meio ambiente, atenção aos problemas socioculturais e territoriais, tal qual a garantia da sustentabilidade ecológica com base nos sistemas de produção (Moreira e Carmo, 2004; Maluf, 2013). É imprescindível reforçar que as necessárias transformações no sistema alimentar tem na agroecologia um forte recurso para promover e materializar o DHAA, a soberania e a segurança alimentar, tanto quanto fomentar “processos de mudanças almejados pelas perspectivas alimentares voltadas ao bem e bom comer” (Giordani, Bezerra e Anjos, 2017, p. 449). Para Maluf (2013, p. 7), “a apreensão holística da agroecologia traria consigo o “re-encantamento” da comida”, ao preservar a cultura e autonomia através de transmissão de resgate de práticas alimentares e da culinária de um povo.

Ao favorecer a produção local e cadeias curtas de comercialização, com redução de intermediários, a transição agroecologia sofre resistências daqueles que detém o poder econômico e político no atual modelo de sistema alimentar, e que tem a capacidade de intervir, influenciar na atuação do Estado e nas políticas, impor incentivos que estimulem e fortaleçam o sistema

predominante vigente. No entanto, houve um pequeno avanço em relação às políticas públicas, tema frequentemente em debate e disputa, para agricultura familiar e camponesa, o que motivou a produção agroecológica e lhe deu maior visibilidade. Especificamente no período de 2003 à 2016<sup>68</sup>, ocasião em que foi permitido pelos governos da época maior participação de diferentes movimentos sociais em espaços de controle social e de concertação entre governo e sociedade civil<sup>69</sup>, com reconhecimento de direitos, tornou possível intervir na reformulação e formulação de políticas públicas no Brasil, resultando em ganhos significativos para a população tanto do campo como da cidade, especificamente no que se refere a produção, acesso e consumo de alimentos.

Ainda que os sistemas agroalimentares estejam sob o domínio de um pequeno grupo de grandes empresas, para quem os alimentos são apenas mercadorias lucrativas, a eficiência de conselhos de políticas públicas, a exemplo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) (extinto em 2019) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrاف) no Brasil contribuíram para intervir na agenda pública e na formulação de políticas de SAN, o que assegurou a promoção e a proteção do DHAA. Como já apresentado no item anterior, apresentam-se três significativos exemplos do avanço: a criação do Sisan por meio Losan<sup>70</sup>, a Emenda Constitucional que inclui o DHAA no artigo 6<sup>o</sup><sup>71</sup> e a regulamentação da alimentação escolar que preconiza que pelo menos 30% do valor da compra para a alimentação escolar seja proveniente da agricultura familiar.

Uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída em 2010, trata da “promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos” (Brasil, 2017, p. 40). A articulação de vários atores sociais e diversos movimentos que consideram a agricultura familiar e a agroecologia essenciais na estruturação da SAN levaram essa pauta para dentro do Consea Nacional, tornando-o um grande e importante aliado no que culminou com a formulação e implantação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), sendo esta uma forte iniciativa para o estímulo e apoio à produção de base familiar e camponesa. Esse programa e outros serão discutidos com mais detalhes mais adiante (Schmitt e Grisa, 2013; Porto, 2014).

---

<sup>68</sup> Período correspondente aos governos de coalizão, sob a presidência de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016), ambos do Partido do Trabalhadores (PT). O governo de Dilma sofreu impeachment no segundo mandato, em 31 de agosto de 2016.

<sup>69</sup> A Constituição de 1988 ocasionou novos espaços de participação social bem como reconheceu direitos da população brasileira, resultado das lutas sociais em diferentes categorias gênero, racial, idoso/a, consumidor/a. Para maiores entendimentos conceituais ver entre outros: Coutinho, Carlos Nelson e Nogueira, Marco Aureli (1988). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gohn, Maria da Glória (2003). *Conselhos, Gestores e Participação sociopolítica*. 2 ed. São Paulo: Cortez, Coleções Questões da Nossa Época, v. 84

<sup>70</sup> Losan - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, nº 1.346/2006

<sup>71</sup> “Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta C.nstituição” (Constituição Federal do Brasil).

Em 2012 foi instituída a Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica<sup>72</sup> (Pnapo), sendo seu objetivo principal “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (Brasil, 2012). Essas duas políticas, PNSAN e Pnapo, são importantes iniciativas com o escopo de propiciar a autonomia das famílias agricultoras, bem como aproximar produtores/as e consumidores/as, ou seja, desfazer o distanciamento provocado pelo sistema alimentar mundial. Ao mesmo tempo em que ampliam a disponibilidade e acesso à alimentação adequada e saudável, “terminologia genuinamente brasileira” (Paiva *et al*, 2019, p. 1), e conceituada como

Alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local. Deve atender aos princípios da variedade, qualidade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões de gênero, raça e etnia, e às formas de produção ambientalmente sustentáveis, livre de contaminantes físicos, químicos e biológicos e de organismos geneticamente modificados (Consea, 2007, p. 31)

No conceito argumentado acima, as dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais estão articuladas com os aspectos biológicos e sanitários da alimentação, o que atribui novos significados tanto à alimentação como aos alimentos. Da mesma maneira ratifica a relevância do direito humano à alimentação adequada e saudável, o que faz da agroecologia, alicerçada nos seus princípios, o meio necessário para efetivá-lo.

Em consequência das opções de desenvolvimento adotadas pelos governos, as ações do Estado brasileiro continuamente invisibilizaram e aumentou a vulnerabilidade da agricultura familiar, anteriormente chamada pelas instituições governamentais (Sudene; Secretaria de Agricultura, Emater, Pronaf, entre outras, e os programas de desenvolvimento rural com o BIRD/Banco Mundial: Polo Nordeste, APCR), de pequena produção (terminologia questionável, visto o volume da produção em relação ao tamanho da terra utilizada), sendo as políticas públicas direcionadas prioritariamente para agricultura patronal, de médio e grande porte, e com objetivo mormente para exportação. No entanto, a oportunidade conquistada da participação da sociedade civil com novos atores, reconhecidos também

---

<sup>72</sup> Essa foi uma das reivindicações antiga dos movimentos sociais do campo, reforçada em 2011 na Marcha das Margaridas. A Marcha é uma ação organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), realizada sempre no dia 12 de agosto, em Brasília, dia do assassinato (ocorrido em 1983 a mando de latifundiários), da trabalhadora rural e líder sindical Margarida Maria Alves, que lutava pelos direitos dos trabalhadores no estado da Paraíba. Nas primeiras edições da Marcha, a luta era “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, depois outros temas foram inseridos, como o “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, e na última edição ocorrida em 2019, o lema foi “Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência” (Contag).

como sujeitos de direitos, nos espaços em defesa de políticas públicas consistentes, especialmente em relação a SAN e a Soberania Alimentar, possibilitou diminuir a invisibilidade da agricultura familiar e reconhecê-la como categoria social de políticas governamentais, bem como definir novos instrumentos de política pública direcionadas à agricultura e aos espaços rurais (Grisa *at all*, 2011; Grisa e Schneider, 2014; Assis, Priore e Franceschini, 2017).

Ao reconhecer a importância econômica e social da agricultura familiar e camponesa, o Estado brasileiro implementou políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, especificamente para essa categoria produtiva, precisamente com mais relevância no período de 2003 a 2016, o que contribuiu para que agricultores/as familiares produzissem e abastecessem o mercado interno brasileiro.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi um dos primeiros voltados para o fortalecimento da agricultura familiar. A sua criação em 1995 objetivou aumentar e diversificar a produção familiar, a fim de promover o desenvolvimento sustentável no meio rural. Esse programa impulsionou a necessidade de políticas diferenciadas para agricultores/as familiares. Destarte, serão abordados programas implementados ou reformulados a partir de 2003, como o PAA e o PNAE, tendo em vista fortalecer a agricultura familiar e a agroecologia com a finalidade de promover a SAN e a soberania alimentar das famílias rurais.

Devido a especificidade do semiárido, além do PAA e do PNAE, outros programas foram implementados para atender a realidade local e garantir produção, consumo e comercialização dos produtos, entre eles o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos); o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas) e o Programa Garantia-Safra. Os dois primeiros programas também serão apresentados mais adiante.

#### *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)*

Entre as políticas públicas para fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil está o Programa de Aquisição de Alimentos<sup>73</sup> (PAA), considerado um dos mais relevantes à garantia da SAN ao integrar a política de SAN à política agrícola (Schmitt, 2005; Delgado, Conceição e Oliveira, 2005; Schmitt e Grisa, 2013).

---

<sup>73</sup> Programa de Aquisição de Alimentos foi criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003.

Esse programa foi instituído em 2003, no contexto do Programa Fome Zero. Conforme demanda discutida e formulada no âmbito do Consea, com o objetivo de instituir relação entre o auxílio para o consumo estabelecido no Fome Zero e a carência de mercado para agricultura familiar, a fim de promover a SAN das populações mais vulneráveis, por meio da compra de produtos oriundos da agricultura familiar. Ou seja, apoiar os que fazem a agricultura familiar e camponesa<sup>74</sup>, com suporte desde a produção, abastecimento, comercialização e proporcionar o consumo de alimentos para quem se encontra suscetível à insegurança alimentar. Em outras palavras, assistir famílias em vulnerabilidade social, igualmente o público de escolas da rede pública ou filantrópica de ensino, creches, restaurantes universitários, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, presídios, asilos ou Instituição de Longa Permanência para Pessoas Idosas (ILPI), hospitais e bancos de alimentos (Delgado, Conceição e Oliveira, 2005; Schimitt, 2005; Siliprandi e Cintrão, 2011; Schimitt e Grisa, 2013).

O Programa também facilita que cooperativas e associações (organizações sociais) criem seus próprios estoques para aproveitar momento mais favorável para comercializar, mediante conjuntura do mercado. O que significa que o PAA com sua função estratégica de apoiar a formação de estoques públicos de alimentos e abastecer o mercado institucional por meio de compras públicas de alimentos, abrange a visão intersetorial da SAN, visto que resolve a carência de acesso à alimentos da população em situação de InSAN como também, atende as necessidades dos agricultores/as de comercializarem seus produtos (Porto; Schimitt e Grisa, 2013). Ao facilitar a aquisição de produtos da agricultura familiar, o PAA visa:

- (i) o suporte da rede pública de equipamentos de alimentação e nutrição e da rede de instituições socioassistenciais; (ii) a estruturação de circuitos locais de abastecimentos; (iii) a formação de estoques para prestar assistência alimentar a populações específicas, populações atingidas por catástrofes e populações escolares em situação de insegurança alimentar (Grisa *et al*, 2011, p. 35)

Diante dessas características do PAA, esse programa tem incentivado a produção de variadas espécies agrícolas e de criação de animais para abastecer o mercado interno, atributo do modo de vida camponês, tendo em vista que nos últimos anos houve um distanciamento provocado pela modernização da agricultura, ao priorizar a produção especializada, a monocultura e a produção de *commodities*, com destino preferencial ao mercado externo, como já aludido anteriormente. Além da diversificação ao vincular a oferta à demanda<sup>75</sup>, esse Programa também tem impulsionado a produção

---

<sup>74</sup> O PAA, programa de compras públicas orientado exclusivamente para agricultura familiar. Assim, são público de seu interesse: homens e mulheres agricultores/as familiares, pescadores/as artesanais, silvicultores/as, extrativistas, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos, agricultores/as assentados/as de reforma agrária, trabalhadores/as rurais sem-terra, acampado, agroextrativistas, famílias atingidas por barragens. Os produtos fornecidos são pagos pelos preços de referência (Siliprandi e Cintrão, 2011).

<sup>75</sup> Exemplos de itens adquiridos pelo PAA: frutas, verduras, produtos de origem animal e processados (Grisa *et al*, 2011).



que preserve o meio ambiente, valorize a biodiversidade, aproveite os recursos locais, utilize as sementes crioulas e que respeite a diversidade cultural e os saberes locais (Schmitt, 2011; Grisa *at all*, 2011; Porto, 2014), ou seja incentive a produção de base agroecológica como alternativa ou o melhor caminho para o acesso a alimentos saudáveis e adequados e à comida de verdade.

De acordo com Porto (2014), ao mudar o paradigma de compras na esfera governamental, o PAA fez inovações nas políticas públicas. Entre as medidas adotadas no Programa, sobressaem,

- i) recorte de público (agricultura familiar e assentados da reforma agrária, passando a incorporar também povos indígenas e comunidades tradicionais);
- ii) compra sem processo de concorrência pública (licitação), nas aquisições oriundos da agricultura familiar por parte do Estado;
- iii) o estabelecimento dos preços compatíveis aos praticados no mercado, levando em consideração as especificidades regionais; e
- iv) gestão compartilhada entre seis ministérios. (Porto, 2014, p. 44)

Devido ao auxílio à compra de produtos da agricultura familiar por instituições governamentais, o PAA ganhou importância nacional e internacional, tendo em vista fortalecer organizações da agricultura familiar, melhorar a alimentação escolar e influenciar na economia dos municípios, interferindo nas dinâmicas locais (Grisa e Schneider, 2014). Ao adotar o procedimento de estímulo à produção relacionada ao consumo, o PAA ajudou na valorização e consumo de alimentos locais/regionais e no uso da biodiversidade, o que significa retomar e salvaguardar costumes, hábitos e culturas que estavam desvalorizadas e esquecidas pelas famílias produtoras, ao mesmo tempo que aumenta, diversifica e melhora a qualidade da alimentação (Delgado, Conceição e Oliveira, 2005; Schmitt e Grisa, 2013; Porto, 2014).

Outro benefício conferido ao PAA diz respeito à promoção de alimentos para o mercado local, como comercialização em feiras<sup>76</sup> e pequenos mercados, bem como a contribuição na redução das consequências dos preços na alimentação. Essa estratégia confronta o modelo de produção centrado nas grandes empresas, onde o alimento vem de “nenhum lugar” (Schmitt e Grisa, 2013; p. 264), com um padrão globalizado, com vida útil ampliada através do processamento (principalmente dos ultraprocessados), procedente de monoculturas transgênicas e de uso progressivo de agrotóxicos, com fins meramente lucrativos, desconsiderando os saberes e sabores locais (Triches, 2010; Grisa *at all*, 2011; Fernandes e Romano, 2016; Ghizelini, 2018).

Diante da capacidade do PAA de fomentar formas mais justa e igualitária de produzir alimentos - valorizar a biodiversidade e estimular a produção orgânica e agroecológica -, incitar o surgimento de novas organizações como o cooperativismo e o associativismo - para aderir ao Programa ou ascender

---

<sup>76</sup> Em Pernambuco existem 82 feiras de orgânicos ou espaços agroecológicos, abastecidas pela produção de agricultores/as familiares do próprio municípios ou de municípios vizinhos (Mais informações Mapa de Feiras Orgânicas - IDEC: <https://feirasorgânicas.org.br>)

novos mercados e suscitar respostas políticas e econômicas - (Grisa, *at all*, 2011), reverbera positivamente na economia local. Em outras palavras, na medida em que fortalece mecanismos de estratégias de inclusão social e desenvolvimento sustentável, o PAA amplia liberdades (Sen, 2000), ao integrar políticas públicas, nomeadamente de SAN e Agrícolas, com vistas à soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional.

No entanto, apesar dos resultados positivos na esfera social, econômica e ambiental, o Programa começou a sofrer perdas em 2013, o que contribuiu para diminuir o crescimento do PAA, os recursos foram reduzidos, com cortes orçamentários prejudicando assim populações que historicamente foram deixadas nas margens das políticas públicas e que vinham conquistando espaços significativos para o desenvolvimento de agricultura sustentável. Com o intenção de cobrir as perdas proveniente do governo federal, governos de estados e municípios do Brasil passaram a dar suporte ao Programa, uma vez que são necessários recursos para sua continuidade, dada a sua relevância como fator estruturante do desenvolvimento através do incremento na agricultura familiar e da SAN, bem como sua contribuição para a soberania alimentar das famílias.

O PAA foi demandado, formulado e proposto dentro do Consea Nacional. Esse conselho também teve importante papel na revisão e reformulação do Programa de Alimentação Escolar – PNAE. Igualmente o PAA, a participação social e governamental representada por atores de diferentes espaços institucionais foi fundamental para impelir a discussão sobre a evolução política institucional do PNAE em torno dos temas sobre alimentação saudável, DHAA, SAN, agricultura familiar e agroecologia. Por essas razões, o PNAE será tratado a seguir.

#### *Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE*

O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das mais antiga e ampla política pública de alimentação que abrange todo território brasileiro. Esse programa, do mesmo modo que o PAA é estratégico para a SAN e o desenvolvimento rural, pois ao atender milhões de escolares, movimentada na compra de alimentos bilhões de reais. Instituído em 1954, passou por várias reconfigurações. Ao ser restruturado em 2009 através da Lei N° 11.947/2009<sup>77</sup>, popularmente conhecida como Lei da Alimentação Escolar, com o intuito de combater a fome e a insegurança alimentar, foram inseridos princípios da SAN, que resultaram na garantia do DHAA (respeito à aptidão agrícola e aos hábitos

---

<sup>77</sup> O FBSSAN teve um papel relevante nessas discussões ao articular movimentos de diferentes campos de ação para discutir e propor no âmbito dos encontros reuniões questões relevantes para política de SAN, o que também alimentou às plenárias do Consea Nacional, no sentido de formular propostas para formulação da referida política.

alimentares regionais, bem como oferta de alimentação saudável), no fortalecimento do controle social<sup>78</sup> e na responsabilidade partilhada entre as três esferas de governo (União, estados e municípios) (Schmitt e Grisa, 2013; Triches, 2015).

Outra inovação do Programa consta da obrigatoriedade do total dos recursos destinados à alimentação escolar ter um percentual mínimo de 30%, adquirido preferencialmente à produção da agricultura familiar municipal ou de municípios próximos. A intenção é que o Estado crie um elo estratégico entre produção de alimentos da agricultura familiar local ou regional, a oferta nas escolas de alimentos saudáveis referenciados nos hábitos alimentares e o desenvolvimento local (Maluf, 2009). Portanto, o PNAE deixa de ser um instrumento para resolver apenas questões da nutrição e educação e passa a ser influenciador também de modelo de desenvolvimento rural sustentável e um mecanismo de SAN. Como efeito da opção pelas compras públicas procedente da agricultura familiar, nos moldes de produção mais sustentáveis de alimentos básicos para alimentação escolar, o PNAE além de promover hábitos alimentares e estilos de vida mais saudáveis, vem na defesa de um modelo de desenvolvimento social onde a questão alimentar deve ser vista de forma abrangente, onde o acesso à terra e à água é fundamental para sua consecução (Schmitt e Grisa, 2013; Porto, 2014; Triches, 2015).

O respeito pela diversidade e a sustentabilidade cultural são princípios da alimentação saudável preconizados na Losan (Brasil, 2006), o que requer dos programas públicos atenção à cultura alimentar de cada povo, em detrimento dos padrões alimentares estrangeiros sustentados em produtos industrializados, desvalorizando os produtos naturais, a exemplo das frutas substituindo seus sucos<sup>79</sup> por refrigerantes e outras bebidas açucaradas como os “sucos” industrializados, diferentes dos produtos alimentícios da cultura local. Antes da reformulação do PNAE em 2009, as compras para alimentação escolar eram definidas principalmente pelos interesses da indústria alimentícia, que ofertava para todo território brasileiro o mesmo tipo de produto ou seja, alimentos formulados e industrializados adquiridos de um grupo de empresas (Braga, 2004; Triches, 2015; Triches e Grisa, 2015).

Nos últimos anos, com mais força até 2016, o PAA e o PNAE ao ofertar alimentos saudáveis consoante a realidade local, têm sido referências de iniciativas na superação da pobreza, fome, desnutrição e subalimentação no Brasil, com reduções tão significativas que em 2014 a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) reconheceu o esforço e avanço do país

---

<sup>78</sup> As entidades executoras têm a obrigatoriedade de instituir o Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento.

<sup>79</sup> Sucos é o mesmo que sumo em Portugal.

nesse sentido, com destaque para o papel do PAA em articular programas de proteção social e incentivo à produção agrícola (FAO, 2014).

Apesar dos avanços com as inovações de compras públicas para o PNAE, a legislação coloca alguns desafios que precisam ser ultrapassados, entre eles dificuldade de organização dos/as agricultores/as, falta de produção da agricultura familiar no município, ausência de articulação entre gestores e agricultores/as. São dificuldades passíveis de serem solucionadas, que exige a intervenção estatal tanto no que se refere à legislação como às mudanças estruturais e políticas, que depende do envolvimento e poder de ação dos atores envolvidos e da vontade política de gestores/as.

Como já mencionado, outros programas com vista a assegurar a SAN e contribuir para o desenvolvimento da região foram implementados no semiárido nordestino tendo em vista a escassez de água e a necessidade de garantir produção e acesso a alimentos saudáveis para população, bem como oferecer condições às famílias para se inserirem no PAA e fornecer produtos para o PNAE e outras instituições. A discussão sobre o acesso à água, alimento imprescindível para SAN e essencial para produção da agricultura, é constante entre a população do seminário e organizações que atuam nessa área, bem como entre governos, a partir de sua perspectiva política, de combate à seca ou de convivência com o semiárido. Dentre os programas existentes, serão mencionados o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas) e o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos).

#### *Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água (Programa Cisternas)*

Conhecido como Programa Cisternas existe desde 2003, é um dos mais importantes para o semiárido ao solucionar limitações advindas da seca e problemas de abastecimentos de água, através da captação da água da chuva para famílias rurais. Nasceu a partir das experiências (guardar água) sistematizadas de agricultores/as, e reivindicação da sociedade civil juntamente com organizações não governamentais em parceria com o Estado, sendo incorporado à PNSAN. Seu objetivo é a promoção do acesso à água potável para o consumo humano e animal e para a produção de alimentos através da implementação de tecnologias sociais simples e de baixo custo (Fotografias 1 e 2). A partir da parceria do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), atualmente Ministério da Cidadania (MC),

com a Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA)<sup>80</sup>, foram implementados mais de um milhão de cisternas no âmbito do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido Brasileiro: Um milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), famílias rurais participam do processo de formação e mobilização social, onde obtêm orientações com relação ao manejo da terra e da água para o consumo humano e produção de alimentos de origem animal e vegetal para o auto-consumo e geração de renda (Baptista, 2013; ASA, 2017).



**Fotografia 1:** Cisterna de placa para consumo doméstico e escolar  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

---

<sup>80</sup> Articulação do Semiárido (ASA), rede que tem a participação de várias organizações da sociedade civil dos estados do Nordeste e do estado de Minas Gerais.



**Fotografia 2:** Cisterna calçada para produção de alimentos e criação de animais  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Diante da sua relevância ao combate à desertificação e acesso à água, em 2017 recebeu das Nações Unidas, o Prêmio Políticas para o Futuro que tem como objetivo definir as melhores iniciativas de preservação da terra, água e solos. O Programa Cisternas é uma das seis melhores políticas do mundo no combate à desertificação (Baptista, 2013; ASA, 2017). Política pública fundamental para garantir o acesso à água para populações pobres no semiárido brasileiro. No entanto, atualmente, passa por uma descontinuidade pelo atual governo federal, o Governo Bolsonaro com redução significativa de recursos e atrasos no acesso aos mesmos. Essa situação dificulta a compra de produtos da agricultura familiar por parte do governo federal, assim como não supri as necessidades dos/as agricultores familiares, nem das organizações e entidades atendidas pelo Programa. Assim, o governo de Pernambuco instituiu, em janeiro de 2021, a *Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e estabelece as diretrizes para o Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Pernambuco*. Um dos objetivos é promover a agroecologia, fortalecer o sistema orgânico de produção agropecuária de Pernambuco e contribuir para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida das populações do campo e da cidade (Pernambuco, 2021). Essa é uma reivindicação antiga dos movimentos sociais do campo, da agricultura familiar e da agroecologia

### *Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água (Água para Todos)*

Criado em 2011, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água, popularmente conhecido como Água para Todos. Esse programa visa promover o desenvolvimento humano de forma plena e a SAN das famílias que vivem em situação de vulnerabilidade social. Para isso procura promover a universalização do acesso à água para consumo humano em áreas rurais do semiárido, assim como disponibilizar água para produção agrícola e o consumo alimentar. O grupo prioritário para acessar o programa é o das famílias sem acesso a água e cadastradas em Programas Sociais do Governo Federal (Brasil, MDS, 2011).

Embora ainda persista uma grande e perversa desigualdade no Brasil, durante o período de 2003 a 2016, através de ações, projetos e políticas construídas com a participação de organizações sociais, o país conseguiu reduzir, mesmo que minimamente, desigualdades sociais ao propiciar a inclusão produtiva de famílias, e ao estimular a produção local de alimentos diversificados por meio da agricultura familiar. As políticas públicas instituídas nos últimos anos foram e são fundamentais na estruturação de alternativas econômicas para agricultura familiar e camponesa. O PAA, fruto da mobilização social como já aludido, contribui para combater a fome ao atender pessoas ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável no campo. (Schmitt e Grisa, 2013; Porto, 2014; Grisa, 2015).

Com isso esse Programa articulado com outros, a exemplo do PNAE, evidenciaram que é possível realizar uma outra economia no campo, com respeito pelas diferenças e preservação de conhecimentos tradicionais, relacionados com as práticas culturais e alimentares locais, em detrimento da padronização alimentar motivada pelo consumo massificado de produtos comestíveis industrializados (ultraprocessados), desconhecidos, de cadeias longas de abastecimentos, advindos sob influências de grandes indústrias alimentícias multinacionais, por meio da publicidade. O que acarreta danos ambientais (uso insustentável de recursos naturais), como também sociais, ao marginalizar os/as agricultores/as e elevar a pobreza no campo.

Vale salientar que em um curto período de tempo o Estado brasileiro vivenciou uma maior participação popular na formulação, implementação e execução de políticas públicas, com temas antes invisibilizados por governos, mas importantes no combate à pobreza e à insegurança alimentar (má alimentação e fome), e na promoção do desenvolvimento. Entretanto, se por um lado o debate sobre o desenvolvimento rural sustentável e o enfoque agroecológico voltado para a agricultura familiar entrou na pauta de governos até recentemente, por outro lado fez grandes investimentos para expandir e

fortalecer o agronegócio com políticas agrícolas e econômicas direcionadas para esse segmento, com liberação de uso indiscriminado de agrotóxicos, concentração de terras, ampliando as desigualdades sociais. Tal interfere na efetivação do DHAA. O PAA e o PNAE questionam o atual sistema agroalimentar e apontam caminhos para evitar a exclusão de agricultores/as familiares com o estímulo à produção de uma agricultura sustentável de base agroecológica que produz comida de verdade e contribui para o desenvolvimento rural.

Assim, o desenvolvimento enquanto movimento, processo, é uma realidade histórica e marcada pelas contradições decorrentes das dinâmicas políticas, econômicas e sociais. Para sua compreensão deve ser considerado no bojo do sistema mundial moderno e a economia-mundo capitalista. Isto se considerarmos que o capitalismo moderno, é um “sistema social composto por grupos de indivíduos que constituem classes sociais que se confrontam e procuram configurá-lo de modo que funcione segundo os seus interesses” (Ribeiro, 20017, p. 53). É, também um modelo econômico dominante, centrado na exploração e no agravamento das desigualdades sociais (Paula, 2017). Deste modo, o desenvolvimento configura-se como um processo importante para compreender a realidade do mundo hoje, em que a globalização busca unificar os mercados, com isso incentiva a padronização de hábitos de consumo, acelerando sua massificação, conseqüentemente ameaça as diferenças culturais entre os povos, ao mesmo tempo em que provoca riscos com relação à dependência a outras nações, principalmente no que se refere aos alimentos, ao interferir na soberania política e alimentar de um povo.



## **Capítulo 2: O percurso da investigação**

Neste capítulo será apresentada uma caracterização da região do semiárido brasileiro, com destaque para a região Agreste, mais precisamente o Agreste Setentrional pernambucano, com um enfoque no município de Cumaru, local de realização do trabalho de campo empírico. Após a caracterização da região serão apresentados os aspectos metodológicos de investigação.

### **2.1. Contexto e caracterização do universo da pesquisa**

#### 2.1.1. O Agreste pernambucano no Nordeste do Brasil

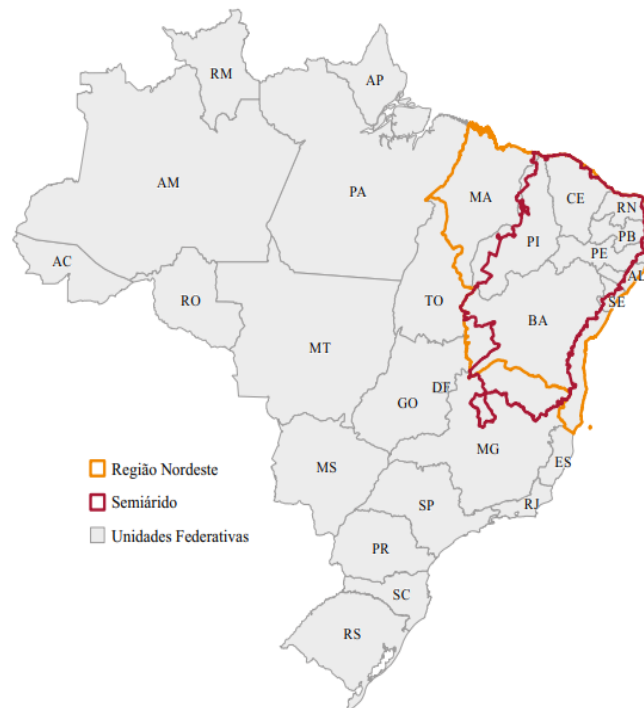
A investigação foi realizada no município de Cumaru, localizado no Agreste do Estado de Pernambuco, no Semiárido<sup>81</sup> do Nordeste do Brasil (Figuras 1 e 2). O Nordeste é uma das cinco regiões brasileira, constituído por nove Estados<sup>82</sup>, o que equivale a um terço dos estados e compreende 18,3% do território nacional, com uma área de 1.561.177,8 km<sup>2</sup>, desse total 969.589,4 km<sup>2</sup> abarca o semiárido com 1.171 municípios<sup>83</sup>, 80% da região nordestina. É a terceira maior região do país, com uma população de 57.071.654 milhões de habitantes sendo que 22 milhões de pessoas residem no semiárido (Andrade, 1998; Sudene, 2019; IBGE, 2019).

---

<sup>81</sup> O semiárido nordestino apresenta grande variabilidade espacial e temporal das chuvas, com precipitações irregulares concentradas em poucos meses. Essa região também é caracterizada com alto potencial para evaporação da água, em função da grande disponibilidade de energia solar, das temperaturas elevadas e da baixa umidade do ar (Assis, Souza & Sobral, 2015).

<sup>82</sup> Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Os estados são formados por um conjunto de municípios.

<sup>83</sup> Devido às mudanças climáticas, a cada década a delimitação do semiárido é atualizada de acordo com critérios estabelecidos, sendo um deles, o risco de seca ser maior que 60%. Atualmente, o semiárido compreende todos os estados do Nordeste mais o estado de Minas Gerais (91 municípios), situado na Região Sudeste, totalizando assim, 1.262 municípios localizados no semiárido brasileiro (Sudene, 2017).



**Figura 1:** Localização da Região Nordeste e do Semiárido no Brasil, 2017  
**Fonte:** BNB Etene, 2020



**Figura 2:** Delimitação do Semiárido Brasileiro  
**Fonte:** Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), 2017

O clima no Nordeste é uma das características marcantes da região, pois seu regime pluvial define a paisagem natural das três sub-regiões: Mata, Agreste e Sertão. A Zona da Mata é de clima quente e úmido, com um período chuvoso e outro seco. A região do Sertão, além de ser seca e quente, apresenta períodos de secas, com escassez de água, o que acaba por destruir a vegetação e animais, o que, no entanto pode ser minimizado com ações de prevenção de acesso à água para população. Por outro lado, a região do Agreste é caracterizada pela multiplicidade de paisagens presentes com pequenas distâncias entre elas, “funcionando quase como uma miniatura do Nordeste, com suas áreas de muita secas e muito úmidas” (Andrade, 1998: 32). O Agreste é a região de transição, localizada entre as duas mesorregiões citadas anteriormente, tendo características próximas a umidade da Mata e a seca do Sertão. As secas sazonais, característica tanto do Sertão como do Agreste, é um fenômeno natural que durante a estação de estiagem faz com que a fauna e a flora sofram com a falta da água, às vezes chegando a morrer. A escassez de condições adequadas para viver, como o limite ao acesso à água, contribui para migração da população para outras regiões do país, sobretudo a masculina. A saída de indivíduos desses territórios, em busca de melhores condições de vida ocorre, não pelo fenômeno da seca, mas principalmente pela concentração fundiária, atrelada à falta de infraestrutura e políticas públicas que contribuíam para permanência da população nas referidas regiões (Andrade, 1998; Baptista e Campos, 2013).

Os distintos atributos físicos do Nordeste refletem-se nas atividades econômicas e sociais da população. É uma região muito discutida, mas ainda pouco conhecida em relação às suas particularidades e aos problemas regionais. Caracteriza-se por ser uma das regiões com indicadores sociais muito baixos e considerada por alguns autores como região problema. No entanto, na dinâmica contraditória do capital, nem por isso é uma ilha fora dos processos de desenvolvimento do capitalismo globalizado contemporâneo e sua expressão, chamada sociedade do consumo.

Os baixos Índices de Desenvolvimento Humano (0,663), o menor do país<sup>84</sup>, revela que historicamente não houve investimento ao desenvolvimento adequado nessa região, o que rebate diretamente na qualidade de vida. A infraestrutura social, como as condições de saúde, educação, transporte, oferta de serviços básicos (água, luz, segurança pública, cultura, lazer), assim como a infraestrutura econômica, como ao acesso à emprego e renda, expressa o avanço de determinada região com relação ao bem estar de sua população. Desse modo o Nordeste carece de maiores ações que contribua para o desenvolvimento econômico e social da região (IBGE, 2010; Baptista e Campos, 2012; Lima e Gatto, 2014).

---

<sup>84</sup> Com perspectiva de ser agravado devido às consequências da pandemia provocada pelo Covid-19, que atingiu o mundo desde fins do ano 2019. No Brasil o primeiro diagnóstico de Covid-19 ocorreu em fevereiro de 2020. Em Pernambuco em março do mesmo ano.

A inexistência de água de qualidade e de saneamento básico adequado na maioria dos municípios torna a diarreia uma das principais doenças, juntamente com outras enfermidades existentes, como verminoses, tétano e infecções respiratórias. Essa realidade é fruto de ações humanas, de interesses políticos de pessoas e governos, que trazem consequências desastrosas tanto para quem vive na cidade como no campo. Outro agravante na região, resultado de ações políticas-econômicas é a presença da fome, “...expressão biológica de males sociológicos” (Castro, 1984), fenômeno social profundamente relacionado com as aberrações econômicas do subdesenvolvimento. As populações tradicionais<sup>85</sup>, o povo negro e as populações rurais são os que mais sofrem os efeitos das desigualdades econômicas/sociais, com rebatimento no aumento da fome e precarização da vida na região (Baptista e Campos, 2013, IBGE).

No entanto, apesar de todas as adversidades com relação ao clima e a falta de investimentos públicos, é na Região Nordeste, especificamente no semiárido, que se encontra a maior quantidade de área da agricultura familiar. Agricultores/as familiares ocupam 89% dos estabelecimentos rurais. O que leva Nazareth Wanderley (2001) afirmar que a agricultura é a principal fonte de ocupação e renda, bem como a “base para a criação de novas alternativas econômicas e para o desenvolvimento de atividades de transformação e comercialização” (Wanderley, 2001, p. 38). Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2009), apenas 43% das terras são ocupadas por agricultores/as familiares, o que revela ainda uma grande concentração fundiária no semiárido.

A exploração na Região Nordeste é antiga, foi nesse território que se iniciou a colonização europeia no Brasil, e foi a primeira região a exportar mercadorias (madeira e açúcar), para o continente europeu, a partir da produção canavieira na Zona da Mata<sup>86</sup>. Com a dominação do povo indígena da região, os colonizadores passaram a explorar o trabalho escravo de negros africanos para a produção da cana-de-açúcar. Sendo esse tipo de cultivo a atividade agrícola de maior importância econômica da Capitania de Pernambuco. A produção da cana de açúcar envolve a tríade: latifúndio, monocultura e exploração do trabalho assalariado. O domínio do açúcar produziu problemas sociais, com consequências negativas ainda hoje existentes, como a exclusão social (precarização das condições de

---

<sup>85</sup> De acordo com o Decreto Federal nº 6.040 de 7 de fevereiro de 2000, “povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2000) No Nordeste temos: Catadoras de mangaba, Fundo e Fecho de Pasto, Povos Indígenas, Povos Ciganos, Comunidades Extrativistas, Pescadores Artesanais, Quebradeiras de coco de Babaçu, Ribeirinhos, Povos de Terreiros, Povos do Cerrado, Quilombolas, Geraizeiros.

<sup>86</sup> A denominação Zona da Mata, originou-se da imensa Mata Atlântica existente no local. No entanto, o desmatamento da vegetação nativa - iniciada com a colonização portuguesa, no século XVI - provocou mudança na sua configuração, com o extenso plantio de cana na faixa próxima ao litoral, o que deu origem a grandes engenhos com a produção de açúcar (Carvalho, 2018). Alguns autores (Freyre, 1961; Castro, 1984; Lima, 2011), afirmam que a designação zona da cana condiz muito mais com a realidade local, devido à predominância da monocultura canavieira na referida região. Desde o seu surgimento, a Zona da Mata ou zona canavieira, se caracteriza por ser uma região “rica e desigual, escravocrata e patriarcal, baseada no latifúndio e na monocultura destinada à exportação” (Cavalcanti, 2015, p. 38). Essas características macroestruturais ainda estão presente na região, são heranças que refletem na paisagem, na política, na economia e nas questões sociais desse território.

vida da maior parte da população do campo), a concentração de terras (devido à qualidade dos solos, são mais férteis e a localização do território oferece melhor infraestrutura para escoamento da produção), a insegurança alimentar e a destruição do meio ambiente (Machado e Albuquerque, 2013). Foi na Zona da Mata que os europeus, os negros escravizados e os nativos permaneceram radicados durante muito tempo, antes de espalhar-se para outras áreas da região (Monte, 2010). O açúcar, além de ocupar uma faixa significativa próximo ao litoral do Nordeste, expandiu a pecuária para as regiões do agreste e sertão designadamente em Pernambuco (Andrade, 1998; Sabourin, 2009).

A partir da sua posição geográfica e da extensão do seu território, Pernambuco apresenta divisão semelhante ao Nordeste, com três macrorregiões, também denominadas de Mata, Agreste e Sertão. Cada macrorregião tem suas particularidades com relação ao clima, cultura, calendário agrícola, atividades econômicas e sociais. Todas macrorregiões possuem estratégias territoriais para o desenvolvimento econômico e social, denominados de Arranjos Produtivos Locais (APL). Os de maiores destaques são a fruticultura, caprinocultura, avicultura, confecção (Leão, 2011; Lima e Gatto, 2014).

A Zona da Mata possui vegetação predominantemente de floresta atlântica e o Sertão com a caatinga. Bioma Caatinga é exclusivo do Brasil, predominante no Nordeste do país, e ocupa 77,3% da área total do estado de Pernambuco. É limitado ao semiárido e distinto pelo clima seco e quente, com chuvas escassas e mal distribuídas, e baixos índices de pluviosidade (Bezerra *et al.*, 2015). Caatinga e semiárido não são sinônimos, uma vez que o semiárido se limita ao clima do lugar, e a caatinga além do clima compreende também o relevo, os solos, a vegetação e a fauna. Nesse bioma, durante o período da seca, grande parte das plantas perdem as folhas e os troncos das árvores ficam expostos, dando visibilidade a sua aparência clara e esbranquiçada. Por isso, os primeiros habitantes desse território, os povos indígenas, nomearam de “caatinga (caa: mata e tinga: branca) que significa ‘mata ou floresta branca’ no tupi” (Sena, 2011, p. 13). Entretanto, na estação chuvosa, logo nas primeiras chuvas, a paisagem começa a mudar, pois as folhas das árvores voltam a nascer e exibem várias tonalidades de verdes, assim como brotam outras plantas características da região (Andrade, 1998; Sena, 2011), prova de que tem vida na caatinga e no semiárido.

A região Agreste apresenta aspectos tanto da mata como do sertão. Apesar do Agreste pernambucano estar localizado mais próximo da Zona da Mata e do litoral, região onde havia, e ainda há maior concentração de pessoas no estado de Pernambuco, a sua ocupação ocorreu bem mais tarde e de forma diferenciada da Mata e do Sertão. Suas características morfo-climáticas não favoreciam o cultivo da cana de açúcar, predominante na Zona da Mata, nem apresentava vantagens para instalação

de currais para criação de animais, dominante no Sertão, o que não despertava o interesse dos colonizadores (Andrade, 1998).

No século XVII iniciou-se a concentração demográfica no Agreste, após a expulsão dos holandeses, da destruição do Quilombo dos Palmares<sup>87</sup> e as lutas contra índios. A pecuária extensiva, também foi uma das responsáveis pela interiorização da colonização europeia. É nessa região, em áreas desprezadas pelos senhores de engenho, que peões passam a criar gado para subsidiar a cana, criando animais de força motriz, de forma extensiva. Assim, o povoamento dessa região ocorreu devido ao consórcio da pecuária extensiva, à policultura de alimentos e à rota comercial (Andrade, 1998).

O algodão, inicialmente semeado para comercialização na Zona da Mata, foi introduzido na Região do Agreste em meados do Século XVIII, devido a condições favoráveis de solo e clima, sendo um dos objetivos da sua produção introduzi-lo no mercado internacional juntamente com o açúcar. Assim, com sua inserção no mercado internacional, o algodão tornou-se uma das principais culturas agrícolas do Nordeste até o século XX. Vale destacar que os indígenas já conheciam e usavam essa planta nativa, encontrada em todo território pernambucano, na confecção de redes e artefatos<sup>88</sup>. A introdução da cultura do algodão contribuiu para a diversificação da produção na região, o que beneficiou a economia e a ampliou a ocupação local (Cavalcanti, 2015).

O sistema de produção era caracterizado pela associação do cultivo de algodão com o milho, a fava e o feijão, sendo uma lavoura de dupla funcionalidade (subsistência e comercialização) e, ao mesmo tempo, integrada à pecuária bovina, pois fornecia ração suplementar (palha do milho e rama do algodão) para o gado nos meses mais secos. A produção era comercializada a atravessadores<sup>89</sup>, com preços muito baixos. A introdução de outras lavouras, como o café e o fumo, também ajudou a mudar a estrutura econômica, a ocupação e a paisagem da região, com o aparecimento de centros urbanos e futuras cidades (Andrade, 1998; Barbalho, 2013; Souza e Barros, 2017).

O desenvolvimento da agricultura de gêneros de subsistência e a criação de gado ocorreu de forma tímida. Como o sertão estava bastante avançado na atividade pecuária, necessitava de rotas adequadas para o escoamento da produção, o que contribuiu para o povoamento e desenvolvimento

---

<sup>87</sup> O Quilombo dos Palmares foi um dos grandes símbolos de resistência dos escravos no Brasil, sendo o maior da América Latina, chegando a reunir 20 mil habitantes. Foi alvo de expedições organizadas por portugueses e holandeses, sendo destruído em 1694 e seu líder, Zumbi, foi morto no ano seguinte em uma emboscada. A destruição dos quilombos também colaborou para o povoamento do agreste. Eles/as foram responsáveis por estabelecerem certos níveis de trocas comerciais com as cidades mais próximas a eles, embora representassem temor a novos senhores que desejassem montar fazendas em suas adjacências (Florentino e Amantino, 2012).

<sup>88</sup> Alicerçados nos conhecimentos adquiridos com os indígenas, os colonizadores passaram a usar a pluma para fabricar tecidos de qualidade inferior para vestir os escravos. Assim, a roupa feita com algodão ficou estigmatizada como roupa de preto (Cavalcanti, 2015), bem como de pobre, devido seu valor econômico ser mais acessível para a população.

<sup>89</sup> Atravessadores são pessoas que têm mais facilidade na comercialização dos produtos. Geralmente são responsáveis pelos transportes e definição do lugar onde vão vender a produção. Pode ser pessoa física ou um estabelecimento, como supermercado, mercearia. Assim, contribui para escoar a produção ao comprar dos produtores, mas ao mesmo tempo encarece o produto ao vender para os/as consumidores/as tendo em vista o lucro sobre a produção.

do agreste, uma vez que é a área de transição. Outro fator fundamental para o povoamento do agreste, especificamente o setentrional, foi a existência do Rio Capibaribe<sup>90</sup>, que serviu de trajetória para o sertão. Daí o surgimento da policultura em pequenas propriedades que serviam de subsistência e abasteciam as necessidades dos viajante e de comerciantes na transição sertão-mata. Portanto, o agreste é basicamente composto por pequenas e médias propriedades de policultura, em alguns casos com associação da pecuária (predominância de bovinos e caprinos), o que caracteriza sua estrutura fundiária ser diferente das outras sub-regiões (Andrade, 1998).

Mesmo situado no Polígono das Secas, o Agreste contribui fortemente com a agricultura do estado de Pernambuco. Entre sua produção encontram-se os cultivos de frutas (abacaxi, banana, laranja, limão, manga), hortaliças, batata doce, café, cana-de-açúcar, feijão, macaxeira, milho, tomate e palma. Em relação à pecuária, destaca-se a criação e comercialização das espécies bovinas, ovinas, suínas, caprinas e equinas (Agência Condepe/Fidem, 2011/2012).

No entanto, vale mencionar que devido a expansão das áreas urbanas juntamente com o preço das terras, a agricultura familiar vem perdendo espaço no Agreste. Mesmo nos anos em que há chuva o semiárido sofre com a produção, a ausência de tecnologias de captação de água faz com que a produção apenas atenda às necessidades de subsistência das famílias produtoras, o que dificulta a expansão de forma contínua e conseqüentemente, os processos locais de desenvolvimento. Daqui decorre algumas das razões que fazem do Recife, capital do estado, o lugar dos sonhos de estudos e trabalho, reproduzindo os processos migratórios campo-cidade. A falta de investimentos suficiente na região no contexto de seca, a extinção da produção de algodão no tripé clássico (gado/algodão/policultura), e o processo de urbanização nas cidades interioranas, impactou negativamente a expansão da agricultura familiar (BNB, 2014). Desse modo, o meio rural segue acompanhado as mudanças ocorridas na economia regional.

Assim, além da agricultura e da pecuária, também estão presentes nesse território, atividades relacionadas com a indústria de transformação, comércio e serviços. A agroindústria (maior potencialidade de desenvolvimento para produtos alimentícios), as unidades produtivas têxteis (mais designadamente no setor de confecções<sup>91</sup>), o turismo e as festas (religiosas e carnaval), são setores que impulsionam a economia da região (Agência Condepe/Fidem, 2011/2012; Lima *at all*, 2016).

---

<sup>90</sup> O rio Capibaribe facilitou a entrada para o Sertão, uma vez que atravessa todo o agreste setentrional até chegar no rio Pajeú, em seguida ao rio São Francisco, localizado no alto sertão pernambucano.

<sup>91</sup> Esse setor da economia pernambucana, ganhou grande relevância nos últimos anos com a instalação do Polo de Confecção do Agreste, formado pelos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Taquaritinga do Norte, Vertentes, Riacho das Almas e São Caetano. Inicialmente a produção do vestuário estava voltada para população de baixa renda, a partir de investimentos por parte de governos e da iniciativa privada, foi se sofisticando e hoje é avaliado como o polo mais importante do Nordeste. Sendo considerado um exemplo exitoso de desenvolvimento econômico no estado (Monteiro Neto e Vergolino, 2014). No entanto, a população carece de investimentos em outros setores, especificamente o rural, para elevação da produção agrícola.

O Agreste<sup>92</sup> está dividido em três Regiões de Desenvolvimento: Setentrional, Central e Meridional. A economia do Agreste Central é formada pelo Polo de Confecção do Estado, a produção agrícola, a pecuária, o turismo e o comércio. No território do Agreste Meridional a economia local se baseia também no comércio, no turismo, na atividade agrícola e na produção agropecuária. Essa região se destaca pela criação de aves, bovinos, ovinos, caprinos e suínos. Também se sobressai pela Bacia Leiteira, tornando Pernambuco o segundo maior produtor do Nordeste. No que se refere a agricultura, predomina a produção de café, feijão, banana, castanha de caju, mandioca e milho (Agência Condepe/Fidem, 2011/2012).

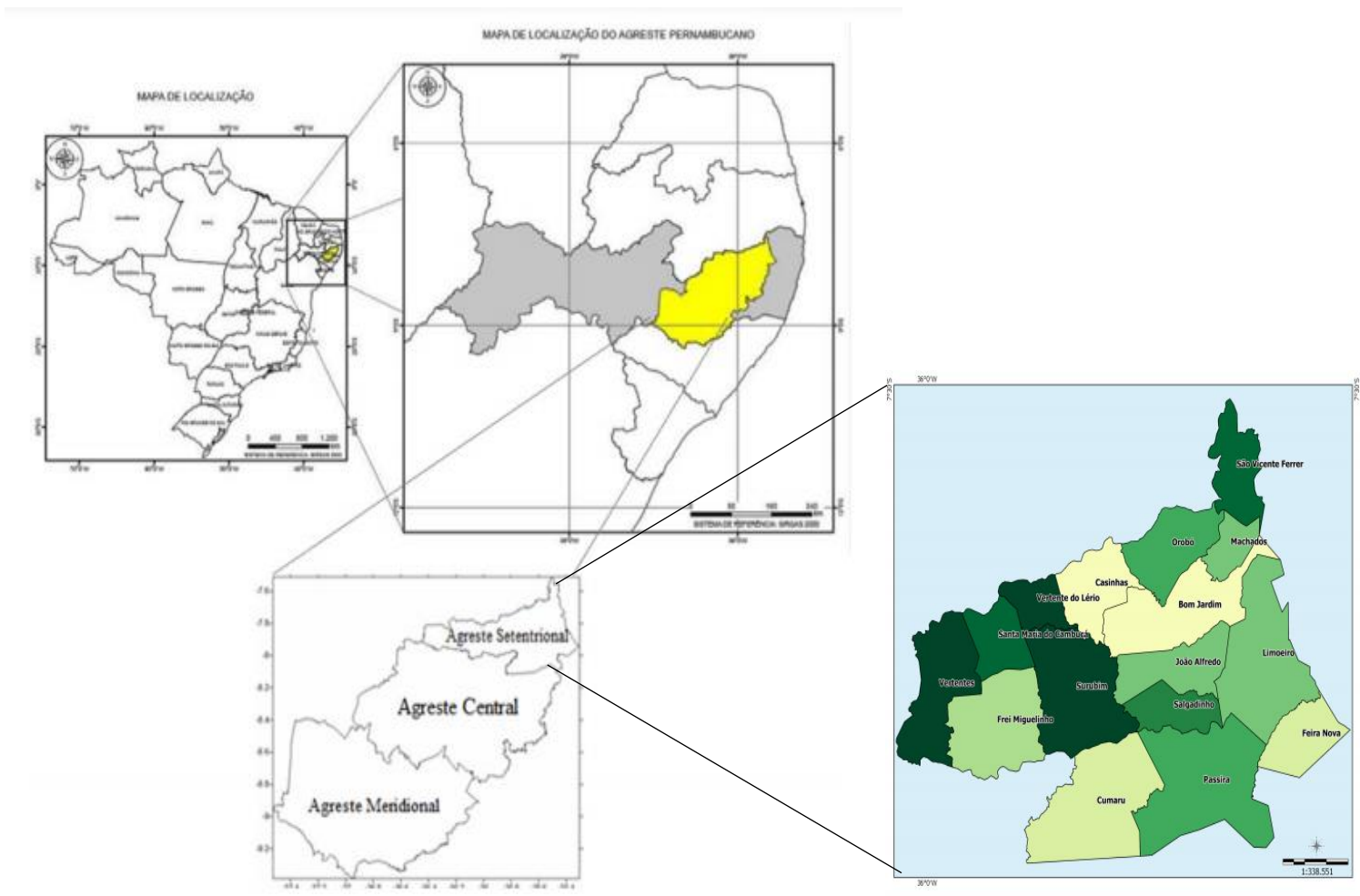
O Agreste Setentrional (Figura 3) será mais detalhado por ser o local da investigação. Esta mesorregião tem como característica um clima semiárido, com temperatura média de 25°. A região é formado por 19 municípios<sup>93</sup>, que ocupam uma área de 3.544,5 km<sup>2</sup>, com uma população estimada em 526.905 habitantes (348.860 na zona urbana e 178.045 na zona rural), o que equivale a 5,8% da população do estado. O índice de desenvolvimento humano é de 0,636, inferior ao de Pernambuco que é de 0,705 (IBGE, 2010).

---

<sup>92</sup> O Agreste possui uma área de 24.400 km<sup>2</sup>, formada por 71 municípios, distribuídos nas três mesorregiões: Setentrional, Central e Meridional. O Agreste Central compreende uma área de 10.117 km<sup>2</sup>, e é composto por 26 municípios. Enquanto o Agreste Meridional abrange uma área de 10.828 km<sup>2</sup>, com 20 municípios (IBGE, 2010).

<sup>93</sup> Municípios do Agreste Setentrional: Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelino, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, São Vicente Férrer, Surubim, Taquaritinga do Norte, Toritama, Vertente do Lério e Vertentes (IBGE, 2010).





**Figura 3:** Localização de Pernambuco no Brasil, com identificação do Agreste e destaque para o Agreste Setentrional  
**Fonte:** ITEP (2017), adaptado pela autora

A economia da região é baseada em atividades agrícolas (frutas, hortaliças e cana-de-açúcar), no turismo, na produção de móveis e na confecção e artefatos de tecido (herança do período em que predominava o cultivo do algodão). Alguns municípios se destacam na economia, entre eles estão: Toritama<sup>94</sup>, Santa Cruz do Capibaribe e Taquaritinga do Norte (setor de vestuário), Passira e Salgadinho (bordados artesanais), João Alfredo (fabricação de móveis em madeira), São Vicente Férrer (produção de hortaliças e frutas, sendo o 2º maior produtor estadual de frutas, com 9,32% de todo o setor), Taquaritinga do Norte (produção de café), Feira Nova (algodão, fava, mandioca e farinha de mandioca) (IBGE, 2010; Agência Condepe/Fidem, 2011/2012).

Nesta mesorregião estão concentrados 36.160 dos estabelecimentos da agricultura familiar, que equivale a 13,11% do total em Pernambuco, ocupando uma área de 102.591ha, com média de 2,8 ha por família. Segundo dados do INCRA (2015), apenas 44,5% do território de Pernambuco é ocupado por 92,9% dos estabelecimentos da agricultura familiar, o que configura uma concentração de terras para outros fins, guiados pelos interesses econômicos e de forças políticas, tendo em vista que o poder é essencial para dominação e produção do território. Assim, a formação sócio-política de uma região explica como a ocupação do espaço agrário afeta sobremaneira a população, o Estado tem papel relevante na produção e reprodução do poder sobre a terra (Andrade, 1989). A opção política por deter o controle nas mãos de poucos, amplia e fortalece as desigualdades em qualquer lugar no mundo, especialmente e de forma mais grave em regiões que desde sua “origem”, tiveram processos de colonização, o povo tem sido explorado, como é o caso da Região Nordeste do Brasil.

Portanto, dados referentes ao desenvolvimento da região e de sua população revela a fragilidade econômica e social, e no caso do semiárido ainda tem o agravante da fragilidade hídrica, o que interfere na qualidade de vida e no bem estar social das pessoas dessa região. Deste modo, como já expresso anteriormente o IDH do Nordeste é um dos mais baixos no Brasil, o que indica a vulnerabilidade da população, e a necessidade de maior atenção no que diz respeito às condições de vida da população, especialmente da população rural. Os indicadores socioeconômicos demonstram de modo geral a vulnerabilidade que vive essa população, cuja renda média per capita é bem abaixo do

---

<sup>94</sup> A criação de gado e o cultivo de mandioca e feijão eram as atividades mais produtivas em Toritama, juntamente com a produção de calçados de couro rústico. Com a crise econômica no Brasil nos anos de 1980, bem como a escassez de água devido à seca (que afetou e afeta diretamente a produção agrícola) e o declínio na produção de calçados, a população passou a produzir e comercializar jeans para enfrentar a pobreza e a falta de perspectiva econômica, de forma a garantir sua sobrevivência. Atualmente, a confecção de vestuário é a atividade predominante no município, fortemente desenvolvida tanto no setor urbano como no rural (“Agreste pernambucano troca roçado por indústria de jeans”, este foi o título de uma reportagem no início dos anos de 2003, para destacar o alcance do pleno emprego na indústria da confecção em Toritama). Praticamente toda população sobrevive desse setor econômico, muitas residências são transformadas em pequenos empreendimentos de base familiar precarizados, ou são produtores/as individuais subcontratados/as, terceirizados/as e na informalidade (Sebrae, 2019). Em 2019 foi lançado nos cinemas, o filme/documentário “Estou me guardando para quando o carnaval chegar”, que trata do setor de confecções em Toritama, considerada um centro ativo do capitalismo local. Mais de 20 milhões de jeans são produzidos anualmente em fábricas caseiras, onde os proprietários satisfeitos por serem os próprios chefes, trabalham durante todo o ano sem folga, menos no carnaval. Período que eles vendem tudo o que conseguiram para descansar em praias da região. (Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-270566/>).

salário mínimo. Em relação a pobreza, a porcentagem de pessoas que se encontram em pobreza extrema é de 18,85% da população e pessoas vulneráveis à pobreza é de 78,34% (IBGE, 2010). Em termos de acesso às Políticas Públicas no território, os dados do Banco do Brasil, do Sistema Informatizado de ATER - SIATER e a Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2015) apresentam as seguintes informações: o total de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família no ano de 2015 foi 64.075. Nenhuma proposta do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi aprovada na região e apenas 4 municípios acederam ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no ano de 2012.

Depois da breve exposição acima sobre o Agreste, no próximo tópico será explanado o lócus da investigação, ou seja, o município de Cumaru, nome oriundo de uma das árvores típicas da região semiárida.

#### 2.1.2. Município de Cumaru: local do trabalho de campo empírico

A investigação foi realizada no município de Cumaru, localizado na mesorregião do Agreste Setentrional (Figura 4), o qual faz fronteira com a mesorregião do Agreste Central, ao mesmo tempo em que fica próxima à Região da Zona da Mata. Administrativamente, Cumaru pertencia ao território de Limoeiro<sup>95</sup>, ainda que sua origem tenha se dado a partir do distrito de Malhadinha, localizado próximo às margens do rio Capibaribe na divisa com o município de Surubim. Ocupado desde os anos de 1709 como uma sesmaria, só em 1892 é que passa a ser distrito de Limoeiro. Em 1963, ascende a categoria de município, formado por dois distritos: Cumaru (sede do município) e Ameixas. O município de Cumaru também é formado por vários povoados<sup>96</sup>, entre eles destacamos: Cabugi, Dendê, Jurema, Pedra Branca, Queimadas e Serra Umari, locais onde residem as famílias que participaram dessa investigação (Barbalho, 2013; IBGE, 2017).

---

<sup>95</sup> O território, hoje chamado de município de Limoeiro, foi uma sesmaria rica em muitas árvores dessa espécie, ocupado por um aldeamento de índios no início do século XVII. Anteriormente pertencia aos municípios de Olinda e Vila de Igarassu, passou a ser distrito nos anos de 1786. Com o alto desenvolvimento econômico e por ser o maior exportador da província na época, esse povoado passou a ser considerado Vila em 1811, e finalmente em município em 1881 (Barbalho, 2013; IBGE, 2017). É considerado a porta de entrada para a Região do Agreste.

<sup>96</sup> Povoados existentes em Cumaru: Malhadinha, Umari, Poços, Pilões, Água Doce de Cima, Água Doce de Baixo, Jurema, Pedra Branca, Dendê, Pangauá, Riacho do Boi, Pau d'Arco, Cajá, Água Salgada, Poço de Pedra, Queimadas, Riacho de Pedra, Goiabas, Campos Novos, Tábuas, Serra da Banana, Serafim, Lagoa da Chã, Gavião, Logradouro, Camarada, Chã de Trinta, Cabaças, Taquari de Poços, Marinheiro.



**Figura 4:** Localização de Cumaru, Agreste Setentrional de Pernambuco

**Fonte:** Agência Condepe/Fidem, 2011

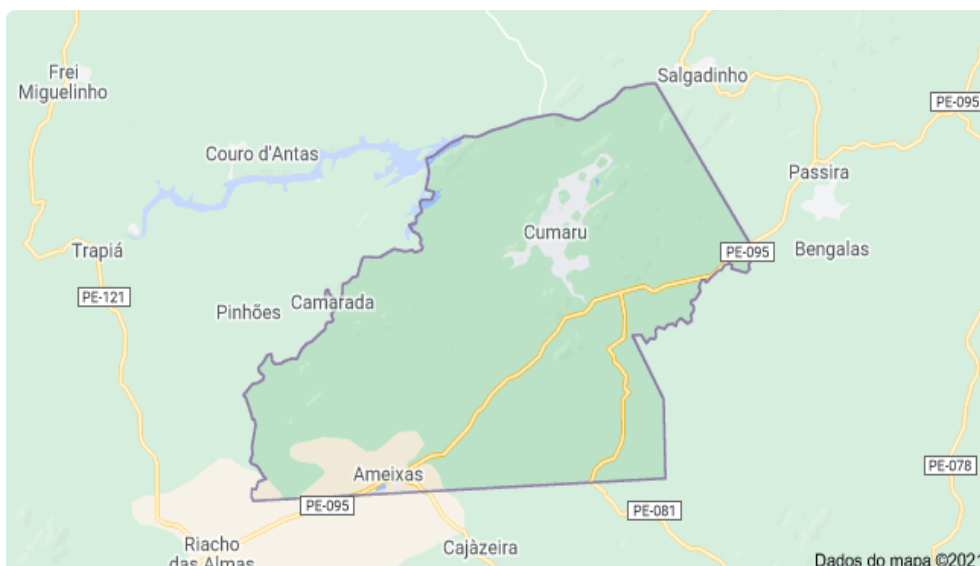
De acordo com o último Censo do IBGE<sup>97</sup>, o município possui uma área total de 293,47 km<sup>2</sup> e 17.183 habitantes, com maior número de pessoas no meio rural (9.144), e menor na área urbana (8.039), o que equivale a 53% e 47% de habitantes respectivamente. É uma população pobre, em situação de vulnerabilidade social, sendo 22,42% vivendo em situação de extrema pobreza e 86,57% vulneráveis à pobreza. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM<sup>98</sup>) encontrasse numa classificação baixa no ranking, com 0,572. O índice de Gini<sup>99</sup> é de 0,50, sendo a renda per capita equivalente a R\$ 232,22, o que revela uma desigualdade e concentração de renda significativa no município (IBGE, 2010). A Figuras 5 apresenta o mapa do município e a Fotografia 3 mostra a paisagem da sede do municipal.

<sup>97</sup> Nessa investigação tomamos como referência os dados do último Censo no Brasil, que foi realizado em 2010.

O IBGE estima que a população brasileira tenha aumentado, e atualmente o país tenha 211.755.692 habitantes, distribuídos nos 5.570 municípios. Em Cumaru a estimativa é que em 2020, o número tenha diminuído para 10.192 habitantes, mas não foram apresentados dados distintos entre o urbano e o rural (IBGE, 2020).

<sup>98</sup> Verifica a qualidade de vida da população levando em consideração os aspectos econômicos, considerando o acesso a serviços essenciais (educação, longevidade e renda), bem como os aspectos culturais e políticos.

<sup>99</sup> Indica as desigualdades sociais.



**Figura 5:** Mapa do município de Cumaru/PE  
**Fonte:** <https://www.google.com>



**Fotografia 3:** Paisagem da sede do município de Cumaru/PE  
**Fonte:** <https://www.google.co>

É um município de pouca extensão territorial, o que no Brasil significa ser precário e carente de serviços básicos. Como a maioria dos pequenos municípios brasileiros, a sede possui uma matriz da igreja católica, algumas igrejas evangélicas pentecostais (também presente na área rural), escolas estadual e municipais (também existente na área rural), uma biblioteca municipal, um cartório, a prefeitura e suas secretarias municipais, a câmara municipal de vereadores/as, um hospital que

atende pelo Sistema Único de Saúde (SUS), uma agência bancária do Banco do Brasil, uma casa lotérica, agência dos correios, um mercado público, um hotel municipal. Na sede do município também encontra-se o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cumaru, um pequeno comércio local e a feira livre, que acontece aos sábados. Por ser um município que tem pouca oferta e produção de bens e serviços, muitas vezes é passado despercebido por viajantes que seguem para outras cidades a negócios, estudos ou turismo, a exemplo de Gravatá, Caruaru, Garanhuns no Agreste, Petrolina, Triunfo e Serra Talhada no Sertão, cidades melhor estruturadas em produção e serviços, além do turismo (BNB, 2014).

Em relação às propriedades rurais, há um predomínio de agricultura familiar, com 2.698 estabelecimentos (90,75%). Dado que revela a importância desse segmento na dinâmica econômica e social local, mesmo abrangendo áreas muito pequenas de ocupação, avaliadas como minifúndios, uma vez que o tamanho é em torno de 4 ha. Além disso, as propriedades que tem por base a agricultura familiar ocupam 55,3% da área total do município, o que corresponde a 10.723,71 ha. Contrariamente, os 275 estabelecimentos do setor patronal possuem em média 31,5 ha. Estes abarcam 9,25% das propriedades, as quais estão instaladas em 44,7% (8.658,96 ha) da área total do município (IBGE, 2010; INCRA, 2015). Tais dados constataam a reprodução das desigualdades sociais, produtivas e reprodutivas regional e local, que com o avanço do capitalismo contemporâneo expõem a manutenção de uma das particularidade de Pernambuco, isto é, a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas e a monocultura predominante.

Por estar localizada numa região semiárida, com longos períodos de estiagem, um dos grandes desafios enfrentados pelos/as agricultores/as, especialmente os/as agricultores/as familiares/as camponeses/as, é a escassez de água, tanto para a produção de alimentos como para seu uso no cotidiano das famílias das classes subalternas no campo e na cidade. Desde 2011/2012 a região semiárida do Nordeste brasileiro vem sofrendo com a seca, o que agrava a vulnerabilidade das famílias no acesso a alimentos, devido à escassez de produção para o consumo e conseqüentemente para comercialização.

Após a realização da caracterização e contextualização do município estudado na região semiárida de PE, serão discutidas as questões metodológicas da investigação, onde será descrito seu processo de construção em convívio e diálogo com homens e mulheres do campo, ou seja, as famílias interlocutoras.

## 2.2. Aspectos metodológicos de investigação

Antes de abordar o caminho metodológico trilhado na investigação, é importante destacar algumas decisões que contribuíram para mudar o campo de estudo, sem comprometer o tema e universo a ser estudado, isto é, a produção e o consumo alimentar de famílias da agricultura familiar camponesas. Em seguida será exposto o percurso no decorrer do estudo; a realização das observações e das entrevistas. Por último, apresentarei alguns aspectos da pesquisa que aborda dimensões do capitalismo, campesinato e alimentação.

Inicialmente, a proposta seria investigar famílias rurais na Zona da Mata de Pernambuco. No entanto, o envolvimento enquanto pesquisadora colaboradora, desde 2017, no projeto “Construindo a segurança alimentar e nutricional a partir das práticas agroecológicas de agricultores familiares de Pernambuco”<sup>100</sup>, realizado tanto na Zona da Mata quanto no Agreste Setentrional, regiões vizinhas, onde nos últimos anos tem tido um aumento na inserção de indústria alimentícia de caráter internacional, a exemplo da Nissan Miojo e da JBS, especialmente na Zona da Mata, contribuiu para repensar o local do trabalho empírico.

Assim, como em todo o semiárido brasileiro, o município investigado possui uma predominância da agricultura familiar, que tem sofrido com a diminuição de investimentos em programas sociais estratégicos para produção de alimentos, tanto para o autoconsumo das famílias como para comercialização dos produtos excedentes. Nessa região, a agricultura familiar caracteriza-se basicamente por sistemas de produção que dependem da chuva, ou seja, associam a produção vegetal, o extrativismo e a criação de animais. Desse modo, a inserção no referido projeto possibilitou verificar a importância de investigar a cultura alimentar de famílias camponesas no município de Cumaru, distante 42 km do Recife, a capital do Pernambuco, mas próxima de municípios onde a presença de indústria de alimentos e supermercados, inclusive com venda em atacado é uma realidade, a exemplo de Vitória de Santo Antão e Glória de Goitá, na Zona da Mata e Caruaru e Riacho da Almas, no Agreste.

A metodologia e a realização da investigação foram divididas em etapas, primeiro foi feito um levantamento bibliográfico e documental referentes à questão do estudo, principalmente em termos teóricos e em relação à estudos científicos, sobre desenvolvimento e a direção do desenvolvimento na

---

<sup>100</sup>Projeto coordenado pela professora Maria Virgínia de Almeida Aguiar, vinculado ao Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar (NECEF), Departamento de Ciências do Consumo e ao Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC), Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), em parceria com o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá), Organização Não Governamental (ONG). O projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Brasil e teve como objetivo realizar ações de pesquisa, formação e extensão tecnológica sobre as estratégias produtiva e de consumo de agricultores familiares agroecológico do estado de Pernambuco contribuindo para a sua segurança alimentar e nutricional.

região estudada. Os resultados incorporados para a tese foram expostos ao longo do trabalho. Em seguida foi realizado o trabalho de campo, a fim de conhecer a vida dos/as camponeses.

Com o propósito de caracterizar o local da investigação, bem como conhecer mais profundamente as condições socioeconômicas da população residente fiz uso de várias fontes, entre elas: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira (IBGE, 2019), Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF) (IBGE, 2020), Censo Agropecuário (IBGE, 2006), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), órgão vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Pernambuco, além de dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da ONU.

As informações obtidas nas fontes acima citadas forneceram dados gerais sobre a região Nordeste e do Agreste (apresentadas no item anterior), no entanto com relação ao município de Cumaru não encontramos muitas informações, o que deixou lacunas nos dados mais específicos. Assim, outras fontes foram consultadas, como literatura sobre o município, também escassa.

Estudar os padrões alimentares de indivíduos de determinada região exige o resgate histórico e etnográfico direcionados para as questões social, cultural, econômica, política, nutricional, geográfica considerando principalmente às interações cotidianas estabelecidas nas famílias, territórios e sociedade. Por isso, adotamos uma postura compreensiva, que privilegia a indução. A leitura dos modos de vida das famílias e das suas práticas alimentares, a partir do convívio e da vivência com as mesmas, partilhando o seu cotidiano.

Neste sentido, o trabalho de campo desenvolveu-se no intento de apreender os modos de vida, as valorizações e as explicações que atribuem às práticas. A observação com recurso de entrevistas permitiu extrair informações que, conjugadas com outras obtidas na pesquisa documental e debatida, possibilitou estabelecer a conexão e as lógicas de dependência das famílias face aos modelos de produção e consumo dominante. Foram analisados os modos de vida das famílias, a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural, a fim de garantir a produção da agricultura familiar camponesa e a segurança alimentar e nutricional das famílias, assim como a participação dos membros da família (mulher, homem, jovem) nas atividades domésticas e no campo.

Assim, a observação etnográfica nas propriedades de 12 (doze) famílias (espaço de produção e consumo), nos estabelecimentos de venda de alimentos, como a feira livre, mercado público, açougue, mercadinhos, bem como a realização das entrevistas abertas visava compreender o funcionamento dos sistemas produtivos desses/as pequenos/as produtores/as, e saber qual é o lugar e a importância do alimento para família.



O contato inicial com as famílias ocorreu por meio do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá)<sup>101</sup>, uma Organização Não Governamental (ONG) que realiza trabalhos de assessoria técnicas com famílias rurais em Pernambuco. O trabalho de campo foi realizado no período de 2018 e 2020. Em 2018, foi realizado um primeiro contato da equipe de pesquisa e extensão com as famílias agricultoras, a fim de apresentar o projeto, e identificar o interesse das famílias em participar da pesquisa. Das famílias participantes, 3 (três) realizam produção de forma convencional e 9 (nove) famílias estão em processo de transição agroecológicas, receberam e/ou recebem assessoria técnica do Centro Sabiá. Das famílias assessoradas por esta ONG, apenas duas têm criança, com isso sentimos a necessidade de conversar com famílias que tinham crianças e jovens, uma vez que a presença delas no espaço doméstico representa interferência significativa nas relações de consumo estabelecidas pelas famílias. Assim, contatamos mais seis famílias, no entanto só realizamos o trabalho de pesquisa com três, pois com o surgimento da pandemia do Covid-19 não conseguimos seguir adiante com as outras famílias agendadas, devido ao início do isolamento social em Pernambuco iniciado em março/2020. Destarte, totalizamos 12 famílias, todas vinculadas ao sindicato de trabalhadores rurais de Cumarú. Como foi uma pesquisa de cunho qualitativo, considerou-se a compreensão dos fenômenos estudados, assim a representatividade numérica não foi colocada como preocupação direta. Quando as respostas não trouxeram novas informações, atingindo assim a saturação de questões centrais, as entrevistas foram encerradas.

A permanência na casa de cada família nos sítios<sup>102</sup> foi em torno de dois a três dias, de acordo com a disponibilidade das mesmas e o fluxo dos trabalhos. O que foi muito positivo, tanto para o aprofundamento das relações com as famílias agricultoras da localidade, como para a obtenção dos dados da família relativos a pesquisa. Ficar hospedada na casa de cada família para realizar a entrevista e observações possibilitou acompanhar um pouco do seu cotidiano, partilhar das atividades domésticas, refeições, ida ao roçado, conversas com diferentes membros da família (adultos, crianças, jovens, idosos/as), bem como com alguma visita que a família recebia. Quase sempre que estava na casa de uma das famílias estudadas chegava alguém, geralmente o pai ou a mãe de um dos membros do casal, ou algum vizinho. Percebia uma certa curiosidade com minha presença, dava a entender que era para saber quem era aquela estranha, o que ela queria e para que estava ali. Era uma novidade, pessoas residentes no Recife estarem visitando as famílias.

---

<sup>101</sup> O Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá (Centro Sabiá) é uma organização não governamental que atua em Pernambuco, Brasil, fundada em 1993. Tem o objetivo de promover a agricultura familiar de base agroecológica. Trabalha com crianças, jovens, homens e mulheres da agricultura familiar, tendo como fim um modelo de desenvolvimento rural sustentável. Mais informações: [centrosabia.org.br](http://centrosabia.org.br)

<sup>102</sup> O Sítio corresponde a aldeia em Portugal.

A aproximação com os interlocutores é base da riqueza na compreensão das informações recolhidas numa investigação qualitativa. Como afirma Minayo (2010, p. 70) “no trabalho qualitativo, a proximidade com os interlocutores, longe de ser um inconveniente, é uma virtude e uma necessidade”. Fato constatado no trabalho de campo. A abordagem metodológica utilizada, ou seja, o delineamento qualitativo à partir da etnografia, com atenção particular ao diálogo com o outro (Peirano, 1995), permitiu uma relação de confiança das famílias com a pesquisadora, uma vez que minha participação nas atividades domésticas e no descanso das famílias proporcionaram uma maior aproximação com o grupo familiar. Em determinados momentos, tive contatos com outras famílias dos sítios, o que me oportunizou conversar com algumas famílias à mais que não participaram do grupo investigado, porém eram da agricultura familiar, integrantes do mesmo território e das questões do estudo. Na conversa nos foi revelado/confirmado questões que já tinham sido verbalizadas pelas famílias participantes da investigação, como por exemplo, a vivência da chegada da cisterna na região: “a cisterna foi uma benção e o Bolsa Família<sup>103</sup> também” (fala da vizinha de uma das nossas interlocutoras). Frase muito frequente também entre os/as participantes da investigação.

Para conhecer a feira e o comércio local fiquei hospedada na sede do município, na casa da filha de uma família agricultora (casal de idosos e aposentados). Esses idosos não participaram da investigação, justificaram que não tinha muita coisa para dizer. Apesar de não participar da pesquisa, conversei bastante com o casal sobre o sítio e a vida no campo. A mulher foi do movimento dos/as trabalhadores/as rurais, ligada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município, ela nos ajudou a entrar em contato com outras famílias para participar da pesquisa. O casal informou que tem casa na “rua” (sede do município), mas não querem morar lá, pois a vida no campo é bem melhor, tranquila, e se sentem livres. Em relação aos/as filhos/as do casal, moram na sede de Cumaru ou em outro município. Para elas/eles o trabalho na roça não é atrativo, dada as dificuldades para dar continuidade às atividades dos pais na agricultura familiar. Essa é uma realidade muito presente no meio rural atualmente cujos estilos de vida são diferentes aos estilos urbanos “das ruas”. Também fui à biblioteca pública e na câmara de vereadores/as para conhecer alguma obra que tratasse do município, mas não obtive sucesso, o que evidencia a carência de informações sobre o lugar investigado.

Para sistematização da informação foi usado um roteiro norteador de questões (Apêndice 1) sobre o tema a ser investigado e os dados registrados no caderno de campo, nomeadamente procuramos observar: (i) Principais mudanças acontecidas nos últimos anos, com relação a produção e

---

<sup>103</sup> Refere-se ao programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família (PBF).

o consumo de alimentos e (ii) Permanências e mudanças nas relações entre produção e consumo de alimentos, cultura alimentar e os papéis de gênero e geração. Importante destacar que o nosso interesse na investigação foi conhecer as mudanças ocorridas nas famílias camponesas no avanço dos estilos de vida (Burker, 2008; Bourdieu, 1974), para outros modos de vida urbanos com relação ao consumo de alimentos, desde a produção para o auto consumo e o acesso a partir dos mercados. As técnicas de pesquisa utilizadas para obter as informações sobre a produção e o consumo foram a observação direta e a entrevista semiestruturada. A entrevista semiestruturada é uma forma confiável e permite aprofundar questões de interesse na pesquisa (Poulain e Proença, 2003b). Por ser uma técnica que admite reformulações ao longo da sua realização, o roteiro utilizado foi flexível e alterado na medida que o diálogo se estabelecia, tornando-o mais natural e dinâmico. Foi possível reelaborar, acrescentar ou remover perguntas durante o processo de investigação, dependendo da dinâmica da conversa. Os diálogos/entrevistas aconteceram em diferentes ambientes da casa (varanda, sala de visita, cozinha...), ou frente à casa, assim como no quintal, no espaço de produção e criação de animais. As informações recolhidas a partir das observações empíricas diretas e das entrevistas semiestruturadas constituíram a base material do estudo. A análise das falas incidiu na leitura e classificação do texto oral tendo como referência questões/eixos temáticos da pesquisa. Assim, as entrevistas foram transcritas, sistematizadas e analisadas com o propósito de atender aos objetivos da investigação. Esta forma de análise permite responder teórico-metodologicamente às informações qualitativas adquiridas (Minayo, 2010).

Com relação aos procedimentos éticos da investigação, faz-se necessário sublinhar que antes da realização do trabalho de campo, foram explicados os objetivos e a finalidade da pesquisa. Foi entregue e lido junto com cada família o Termo de Concordância Livre e Esclarecido (Apêndice 02) para assinatura do/a participante. Cada família foi identificada com o nome de uma planta da caatinga, a fim de manter no anonimato a sua identidade. O esforço de pesquisa foi no sentido de apreender e documentar as observações e os relatos coletados em campo. Daí os propósitos do registro dos aspectos observados. A partir do consentimento prévio dos/as informantes, as entrevistas foram gravadas (transcritas posteriormente). Além disso, foram registradas imagens do ambiente familiar, do local de produção e da região, constituindo-se em dados empíricos complementares.

Importante ressaltar que os homens contribuíram mais para responder a questões relacionadas com a terra e a produção, com a participação de algumas mulheres. Com relação às questões referentes à alimentação as mulheres foram as interlocutoras, tipificando desse modo a reprodução das relações sociais de gênero e sua divisão sexual do trabalho, conforme já tratado. Por

considerar esse fato relevante, mais adiante farei algumas considerações sobre a importância do trabalho das mulheres rurais.

### **Capítulo 3: Desenvolvimento e mudança social: a produção e o consumo alimentar das famílias investigadas**

O modelo de desenvolvimento capitalista impõe formas de produção e consumo prioritariamente uniformes, socialmente determinados nos diferentes lugares do mundo. Como já afirmado, desde os anos 60 do século XX com a instauração do complexo agro-industrial no Brasil, mudanças significativas tem ocorrido, tanto do ponto de vista econômico como sociais, na produção, distribuição de alimentos e consumo dos mesmo. O mercado capitalista passou a definir seus interesses para a agroindústria, o que promoveu mudança na produção e nos padrões alimentares das famílias, que foram se aprofundando com o avanço tecnológico, tanto na agricultura como na indústria de alimentos. De tal modo que novos estilos de vida foram incorporados no cotidiano urbano e rural das famílias, que passaram a consumir produtos industrializados a partir das várias opções disponibilizadas, inclusive nas pequenas cidades interioranas.

Assim, compreender as relações complexas entre a produção agrícola, a indústria alimentar, a comercialização e o consumo de alimentos torna-se questão necessária. Logo, é essencial a análise dos sistemas agroalimentares, com o olhar na produção e no consumo e suas articulações com a economia no processo de globalização. Assim sendo, a finalidade deste capítulo é apresentar e discutir os dados empíricos e as categorias de análises trabalhadas pelos/as autores/as referências nesse estudo. Serão analisados, numa perspectiva qualitativa, a produção e o consumo de alimentos, dando uma maior atenção aos produtos processados e ultraprocessados e sua implicação nos modos de vida de famílias camponesas residentes no município de Cumarú, no semiárido pernambucano. Os elementos para as análises serão os resultados encontrados através da observação direta e das informações obtidas com as famílias interlocutoras.

A análise dos resultados procurou identificar possíveis mudanças na cultura alimentar das famílias investigadas a partir do ano de 2003, tendo em vista a chegada de governo popular no Brasil, o que favoreceu a discussão e implementação de forma mais intensa de programas e políticas direcionados para agricultura familiar e camponesa<sup>104</sup>. Deste modo, foram observadas as formas de aquisição de alimentos e as práticas alimentares, problematizando o acesso, a soberania alimentar e a segurança alimentar e nutricional, articulada com o desenvolvimento local.

---

<sup>104</sup> Com a redemocratização no Brasil em 1985, o debate sobre o campo torna-se mais visível e relevante nacionalmente, a partir do surgimento de organizações sociais compostas por agricultores/as e acadêmicos/as, o que reforçou a luta pela Reforma Agrária e por políticas públicas concernente a preços e crédito rural, bem como geração e relações de gênero. O reconhecimento pelo Estado da categoria agricultura familiar foi imprescindível para implementar políticas públicas direcionadas à população do campo (Costa, 2014).

### **3.1. Famílias camponesas na nova dinâmica social em Cumaru/PE**

Nas últimas décadas, o Brasil passou por significativas mudanças econômicas, sociais e culturais, interrompidas em 31 de agosto de 2016, com o golpe atuado como impeachment com a presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Mudanças que afetaram os modos de vida dos/as habitantes dos centros urbanos como também dos municípios interioranos e rurais. Com relação à população que vive da agricultura familiar camponesa, as transformações políticas contribuíram significativamente para visibilizar essa categoria social enquanto sujeitos de direitos. Os programas e as políticas públicas implementadas nos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014 e 2015-2016) contribuíram com avanços expressivos na agricultura e na segurança alimentar e nutricional, a partir da implementação do Programa Bolsa Família (PBF)<sup>105</sup>, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), do Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido (Programa Cisternas), assim como da aposentadoria rural, entre outros direitos com o aumento significativo do salário mínimo, o que facilitou o acesso aos alimentos, especialmente para os grupos sociais mais precarizados<sup>106</sup> do campo e da cidade.

#### **3.1.1. Contexto social e trajetórias dos/as sujeitos/as da investigação: caracterização das famílias**

Essa investigação, como já informado, teve como sujeitos participantes, doze famílias agricultoras familiares residentes em pequenos sítios<sup>107</sup> na área rural de Cumaru – sítios de Dendê, Pedra Branca, Cabugi, Queimadas e Jurema. A fim de garantir o anonimato requerido em investigações, as famílias pesquisadas foram identificadas com nomes de plantas do Semiárido. A seguir encontra-se descrito informações sobre cada família, juntamente com a fotografia<sup>108</sup> da planta que as representam. O perfil foi traçado considerando aspectos relacionados à residência, educação, composição e ciclo de vida familiar, questões de gênero e geração, formas de acesso e propriedade da terra, tipo de cultivo, relações de trabalho e produção, de acesso à renda e ao mercado.

---

<sup>105</sup> O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003, a partir da unificação e redimensionamento de programas sociais já existentes no Brasil, como o Bolsa Escola Nacional, o Cartão Alimentação, o Auxílio Gás e o Bolsa Alimentação.

<sup>106</sup> Chamados de vulneráveis: pobres, população negra, quilombolas, indígenas, mulheres, crianças, pessoas em situação de rua.

<sup>107</sup> A categoria sítio é usada em oposição à fazenda, engenho e granja. O termo delimita a extensão total da propriedade, a área ocupada por pequenos produtores/agricultores, compreende a casa e a parcela da terra destinada ao cultivo, ou seja, o roçado (Heredia, 1979).

<sup>108</sup> Fonte das fotografias: <https://www.todamateria.com.br/flora-da-caatinga/>

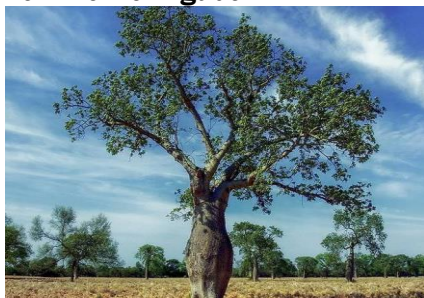
### Família Angico



Angico (*Anadenanthera colubrina*)

A agricultora (30 anos) reside em Pedra Branca, recém separada, sem filhos/as. Ela tem ensino fundamental, faz parte da coordenação da Associação dos agricultores e agricultoras agroecológicos (Associagro) do município do Cumaru e participa das atividades do Sindicato dos Trabalhadores (STR) e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Desde de julho de 2018 conduz sozinha sua pequena propriedade, onde produz horta, cria aves e suínos. Na propriedade ainda tem palma e arvores frutíferas. Após a participação nas reuniões e intercâmbios com a ONG Centro Sabiá deixou de queimar e desmatar a natureza, passou a produzir de forma agroecológica e diversificar a produção sob assessoria de técnicos/as dessa ONG. Comercializa galinhas, ovos e porcos. Além do trabalho de agricultora, faz faxina e cozinha para pessoas da comunidade e entorno (Entrevista em 2018).

### Família Barriguda



Barriguda (*Ceiba glaziovii*)

Composta pelo esposo (69 anos), esposa (71 anos) e um filho (26 anos). São agricultores, o esposo tem ensino superior completo, (Administração na Universidade Federal do Amazonas - UFAM), a esposa tem o ensino fundamental incompleto e o filho ensino fundamental completo. Fazem parte do STR, o filho participa da Associação de Agricultores de Pedra Branca (Entrevista em 2018).

### Família Bromélia



Bromélia (*Bromeliaceae*)

Formada pelo esposo (56 anos), esposa (51 anos), três filhas (30, 20 e 21 anos) e um filho (25 anos). O casal e a filha mais nova foram nossos interlocutores. O casal tem o ensino fundamental incompleto, as filhas tem o ensino médio completo e o filho cursa enfermagem em Caruaru, no agreste pernambucano. O esposo, a esposa e a filha mais velha são agricultor/as. Outra filha é babá em Cumaru e a filha mais nova é uma das Jovens Multiplicadora da Rede de Multiplicadores/as articulada pelo Centro Sabiá (Entrevista em 2019).

### Família Cactos



Cacto (*Cactaceae*)

Composta pela interlocutora (36 anos), seu esposo (32 anos) e um filho (7 anos). A entrevistada é agricultora, instrutora da ASA e artesã, é sócia da Associagro e tem relação com o MST. O esposo é agricultor, mas também trabalha como pedreiro. No período da investigação ele estava trabalhando em outro município como pedreiro. Ela já trabalhou como doméstica no Recife. A renda principal vem do trabalho do marido e do Programa Bolsa Família (Entrevista em 2019).

### Família Carnaúba



Carnaúba (*Copernicia prunifera*)

Formada pelo esposo (68 anos), a esposa (52 anos), uma filha (36 anos) e dois filhos (34 e 32 anos). Os agricultores participam do STR, são aposentados, ele há 20 anos por problema de saúde na coluna e ela há 3 anos por invalidez (amputou a perna). Ambos só sabem assinar o nome. A esposa trabalhou na Frente de Emergência construindo açude na comunidade e como doméstica em Jaboatão dos Guararapes, Região Metropolitana do Recife. Um dos filhos trabalha com construção civil e a filha é missionária da Igreja Mundial (já trabalhou como babá na comunidade), atualmente, ambos moram em São Paulo e têm ensino fundamental. O filho mais novo só sabe assinar o nome, é agricultor. Além de trabalhar na terra da família, trabalha como diarista nas casas de vizinhos. Mora na terra dos pais. A família sempre precisou de outras pessoas para ajudar na roça (Entrevista em 2019).

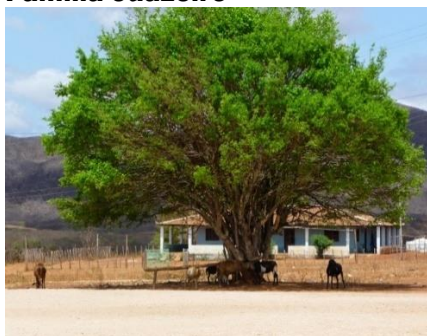
### Família Catingueira



Catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*)

Composta pelo esposo (56 anos), a esposa (46 anos), dois filhos (28 e 25 anos) e uma filha (26 anos). Devido a situação difícil no sítio, a família morou sete anos em São Paulo. Atualmente, os dois filhos trabalham na construção civil (operador de máquina de terraplanagem) em São Paulo e a filha é agricultora no Maranhão. O casal são agricultores e participam do STR. O esposo além de trabalhar como agricultor, trabalha também como pedreiro e carpinteiro. Ambos têm o ensino fundamental e os filhos e a filha têm o ensino médio (Entrevista em 2019).

### Família Juazeiro



Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*)

Composta pelo esposo (67 anos), a esposa (65 anos) e o filho (26 anos). O casal são agricultores aposentados, analfabetos e participam do STR de Cumaru e do Projeto do Centro Sabiá. O filho concluiu o ensino fundamental, não trabalha na agricultura, é eletricitista. Em 1970, o esposo foi trabalhar como servente da construção civil no Recife. A esposa participou da Frente de Emergência construindo açudes. Antes da aposentadoria a esposa recebia o Bolsa Família (2003-2009). Toda a infraestrutura do sítio foi obtida com apoio de governos. Quando precisam, contratam trabalhadores para ajudar na roça (Entrevista em 2019).



### Família Facheiro



Facheiro (*Pilosocereus pachycladus*)

Essa família é formada pelo pai (viúvo – 88 anos), pela filha (viúva - 64 anos) e por 5 netos/as (45, 44, 37, 34 e 29 anos) e 2 bisnetas (uma de 28 anos e outra de 4 meses). O pai é analfabeto. A filha, os netos e as netas têm o ensino fundamental incompletos. A bisneta concluiu o ensino médio. Nossa interlocutora foi a filha, com uma breve participação do pai. Ela e o pai são aposentados e administram a pequena extensão de terra, apesar da idade avançada dele. As netas e uma bisneta são agricultoras, uma das netas trabalha também com costura e outra presta serviço no STR. Nenhum dos netos trabalham com agricultura, um deles é porteiro em São Paulo, e o outro presta serviços (abate galinhas e vende gás). O pai, a filha, as netas e a bisneta fazem parte do STR. A renda da família é principalmente das aposentadorias do pai e da filha (Entrevista em 2019).

### Família Mandacaru



Mandacaru (*Cereus jamacaru*)

Formada pelo esposo (58 anos), esposa (55 anos), dois filhos (33 e 31 anos) e uma filha (33 anos). O casal tem pouco estudo (ensino fundamental incompleto). Um filho é professor no Recife, outro filho tem o ensino fundamental incompleto, e a filha tem o ensino médio completo, trabalha como costureira. Os dois são agricultores e participam da Associação do Sítio Maniçoba e do STR Cumaru. O esposo também participa de outras Associações de Pequenos Produtores Rurais. A esposa sofreu um acidente, atualmente trabalha como costureira. Além de agricultor, o esposo também exerce a função de cisterneiro. Trabalhou como servente de pedreiro e num supermercado no Recife. Essa família não mora nas terras onde produzem (Entrevista em 2019).

### Família Palma



Palma (*Opuntia cochenillífera*)

Formada pela esposa (28 anos), esposo (36 anos), um filho (11 anos) e uma filha (7 anos). São agricultores. Ela tem o ensino fundamental incompleto, ele é analfabeto. As crianças estão cursando o ensino fundamental. A esposa participa do STR. A esposa produz na terra do pai. O esposo, além de agricultor (presta serviço/diarista na propriedade de um fazendeiro do município), também é ajudante de pedreiro. A renda principal é do PBF (Entrevista em 2020).

### Família Caroá



Caroá (*Neoglasiovia variegata*)

Composta pela esposa (28 anos), esposo (32 anos) e o filho (8 anos). O casal tem o ensino fundamental incompleto e o filho está estudando o ensino fundamental. São agricultores. A esposa produz na terra do sogro e o marido trabalha para fazendeiros. Fazem parte do STR. A renda principal é PBF (Entrevista em 2020).

### Família Umbuzeiro



Umbuzeiro (*Spondias tuberosa*)

Formada pelo esposo (50 anos), esposa (43 anos), duas filhas (21 e 19 anos) e dois filhos (26 e 7 anos). O casal tem o ensino fundamental incompleto e são agricultores. Os dois fazem parte do STR. O filho mais velho e as duas filhas concluíram o ensino médio. O filho mais novo cursa o ensino fundamental. O filho mais velho trabalha em um mercadinho em Jaboatão dos Guararapes e a filhas mais velha trabalha numa loja de roupas no Recife. Devido as dificuldades da região os filhos não querem trabalhar na roça (Entrevista em 2020).

Com relação à geração, a idade dos/as interlocutores/as é de 32 a 89 anos, com uma prevalência de adultos na faixa etária de 32 a 59 anos de idade, e seis idosos/as com a idade de 68 anos. Encontramos apenas oito crianças com idade no intervalo de um a doze anos de idade, e dois jovens, na faixa etária de 17 e 30 anos. Os/as filhos/as e netos/as que vivem nas propriedades pertencem à faixa etária de um a trinta anos. Todos/as agricultores/as participam de alguma organização como Associação ou Sindicato de Trabalhadores Rurais, porém, nesse processo organizacional e identitário, uma pessoa também verbalizou participar do MST, e uma jovem agricultora participa da Rede de Jovens Multiplicadores.

A faixa etária dos/as filhos/as que residem fora do estabelecimento agrofamiliar é de 22 a 46 anos. Desses, quatorze estão na faixa de 25 a 39 anos. A migração ocorreu devido a casamento, estudo e/ou trabalho. Eles/as trabalham em atividades não agrícolas, podendo exercer mais de uma profissão, sendo que as mulheres trabalham como empregada doméstica, doceira, costureira, faxineira, babá, prestadora de serviço no STR e/ou comerciária em uma loja de roupas. Já os homens exercem a função de servente ou pedreiro na construção civil, operador de máquina, técnico em enfermagem, empilhador metalúrgico, porteiro, abatedor de galinhas, costureiro/fabrico, vendedor de gás, professor e/ou comerciário em um mercadinho de alimentos.

Apesar dos avanços nas políticas públicas ocorridos nos últimos anos, a pobreza ainda persiste no Nordeste, assim o grupo investigado é formado por famílias pobres, realidade do mundo rural, especialmente no semiárido pernambucano. A pobreza é herança da forte desigualdade regional, oriunda da formação socioeconômica colonial e da forma como as relações capitalistas foram instituídas no Brasil. Em outras palavras, desde a conquista e colonização e seu regime escravocrata, a partir da chegada dos portugueses ao território brasileiro, a falta de compromisso político dos diferentes governos coloniais e da nascente república não promoveram um desenvolvimento social e econômico que envolvesse as classes subalternas constituídas em sua grande maioria por indígenas e descendentes dos escravos africanos. O que gerou consequências negativas, especialmente para o campesinato e os/as trabalhadores/as rurais da região (Ávila, 2009). Faltou aos/às camponeses agricultores/as familiares, e atualmente ocorre de forma insuficiente e insatisfatória, o acesso à terra, à água, à tecnologia e à assistência técnica. As dificuldades no acesso à educação de qualidade e à saúde são outros fatores que contribuem para a pobreza e a precarização da vida no campo. Soma-se a isso, nos tempos atuais, a ausência da inclusão digital e o lazer, o que também aumenta a disparidade e interfere no desenvolvimento satisfatório na região.

Como em todo o Brasil, mas particularmente no Nordeste ainda perdura a desigualdade na distribuição de recursos fundiários, com concentração em um pequeno grupo de proprietários, seguindo o que ocorre no agronegócio em distintas partes do mundo. As famílias pesquisadas são proprietárias de terras com pequena extensão, que abrange 0,50 a 13,14 hectares. Apenas um agricultor possui uma área bem maior em relação aos demais, ou seja 22,7 hectares. As terras foram obtidas através de herança ou compradas por meio de economias provenientes da realização de trabalhos não agrícolas no período da seca, época em que homens e algumas mulheres jovens, devido à precariedade nas condições de vida, migravam para outros territórios para trabalhar e garantir o sustento do grupo familiar. Todas as famílias participantes da investigação, em algum momento da vida recorreram a programas sociais, tendo em vista serem sujeitos de direitos<sup>109</sup> de tais programas, a exemplo do PBF. Algumas delas, durante a investigação, demonstraram muita preocupação com um possível cancelamento deste programa, considerando que o atual governo tem diminuído o investimento em políticas sociais. Nove famílias recebem assessoria do Centro Sabiá, com objetivo de auxiliar no processo de transição agroecológica.

Na investigação, as pessoas de referências na interlocução foram os casais em oito famílias, em uma não foi possível a participação do esposo, pois estava trabalhando em outro município como

---

<sup>109</sup> Optei por essa expressão em detrimento de beneficiário por entender que programas assistenciais se constituem em direito da população que vive em situação de vulnerabilidade social.

auxiliar de pedreiro, e nas outras três famílias o contato com os esposos só ocorreu no final do dia, pois no período da pesquisa estavam trabalhando nas terras de um político fazendeiro da região. Todas as famílias entrevistadas revelaram que a vida sempre foi muito difícil desde a infância, tanto para os homens como para as mulheres. A história de vida é definida pelo trabalho árduo na agricultura, em que a divisão sexual do trabalho estabeleceu o processo de aprendizagem para tornar-se agricultor e agricultora, como é o caso do esposo, da família Barriguda:

*Se trabalhava [muito]... Quando chegava, cada qual tinha suas tarefas. Não tinha esse negócio de moleza não. Me lembro que com 3 a 4 anos de idade levei uma lapada com o arreador, pois cochilei com o candeeiro/lampião. Ele (pai) tirando leite da vaca de madrugada e o candeeiro virou, a vaca deu um coice e sobrou para mim (Esposo, Família Barriguda, 2019).*

No total, são famílias pobres com pequena extensão de terra, em que o trabalho é realizado principalmente pelos membros das famílias, o que as caracterizam da agricultura familiar. Ou seja, as próprias famílias decidem a gestão, o funcionamento e a reprodução de sua unidade de produção, consoante salienta Wanderley (2009). Conforme a Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, identificada como a Lei da Agricultura Familiar, os grupos familiares entrevistados se inserem no que a mesma preconiza:

I – área de até 4 (quatro) módulos fiscais; II – uso predominante da mão-de-obra da própria família; III – renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (Brasil, 2006).

De forma geral as famílias investigadas apresentam o seguinte perfil: são constituídas por casais com ou sem filhos/as vivendo juntos/as. Duas famílias apresentaram composição diferente, sendo uma formada por uma mulher separada e outra por uma família expandida (administrada pelo pai e uma filha viúva). São pequenos grupos domésticos. Segundo Heredia (1979), grupo doméstico é percebido como pessoas que residem na mesma casa, executam atividades no roçado e partilham a economia doméstica. Nesse ambiente é desenvolvido a reprodução física e em grande medida também a reprodução social dos membros da família. Nesse caso, são grupos formados por uma a oito pessoas, o casal com os/as filhos/as e agregados (pais, mães, sogros/as e netos/as) que residem com as famílias. Esse aspecto evidencia a mudança na composição das famílias que vem ocorrendo nas últimas décadas, onde antes eram extensas com um grande número de filhos e filhas que ajudavam na produção agrícola, tendo em vista que a agricultura familiar e camponesa depende e se sustenta do trabalho dos membros da família, geralmente pobres.

Como já sinalizado, os casais foram nossos interlocutores, os homens responderam mais às questões relacionadas com a produção e as mulheres se detiveram mais com os trabalhos domésticos, especificamente o relacionado com a elaboração e cocção dos alimentos. No entanto, as mulheres também participam do espaço de produção, nomeadamente cuidando dos animais e do roçado. Essa divisão no diálogo e nas respostas à pesquisa, considerada “natural” por parte dos/as interlocutores/as, revela que as atividades realizadas no âmbito privado/doméstico ainda não fazem parte do universo masculino como deveria, haja vista a participação expressiva das mulheres na produção agrícola. O trabalho doméstico e o cuidado, incluindo também carregar água (para cozinhar, realizar a higiene pessoal e da casa) ainda é entendido como obrigação da mulher, sendo muitas vezes desvalorizado por parte dos homens. Por ser uma região de difícil acesso à água, quando não chove o suficiente para encher as cisternas, é necessário buscar em lugares distantes da residência (água de poço ou fornecida pelo exército), trabalho quase sempre realizados pelas mulheres. Esses resultados são semelhantes aos de investigações realizadas com famílias rurais na Zona da Mata de Pernambuco (Heredia, 1979), como também pesquisas realizadas apenas com mulheres rurais, trabalhadoras da cana de açúcar na mesma da região (Silva, 1996).

Em uma das famílias conversamos com uma mulher e seu pai, um senhor já idoso que contribuiu com seu testemunho, principalmente quando questionamos sobre a chegada a esse território e sobre a forma de produção no passado. Sendo atualmente, os dois (pai e filha) responsáveis pela unidade familiar. Na maioria das famílias o casal é o responsável pela coordenação das atividades e produção agrícola, onde dividem os trabalhos. As mulheres tem um protagonismo nas atividades, pois além de serem responsáveis pelo roçado também participam de outras atividades no sítio. Sendo o roçado, consoante Heredia (1979), caracterizado como área produtiva que conta com a participação de toda família no trabalho agrícola para obtenção de bens necessários para o consumo e sobrevivência do grupo familiar. Contudo, afora a execução das atividades domésticas, há uma forte participação de algumas mulheres na produção, especialmente no roçado, onde têm um grande protagonismo nessa área da propriedade. Porém, o trabalho agrícola delas ainda é considerado “ajuda”, conseqüentemente, ainda continua sendo um trabalho desvalorizado/invisível. Uma das propriedades é dirigida por uma mulher separada, outra por um idoso e sua filha como já referido. Outras duas famílias produzem nas terras dos pais e duas outras nas terras do irmão. Apenas cinco famílias expressaram que filhos/as e netos/as participam do trabalho agrícola familiar. Essa informação revela a ausência da participação dos/as jovens, o que coloca em risco a continuidade da agricultura familiar camponesa.

Das famílias participantes na investigação, sete têm filhos/as que não vivem mais na propriedade. Residem em outra comunidade (um) ou na sede do município de Cumaru (dois), ou ainda em outros municípios de Pernambuco, tais como Caruaru (três), Recife (um) e Jaboatão dos Guararapes (seis), como também em outro estado do Nordeste, no Maranhão, em São Luís (um), capital deste estado, e outros moram na Região Sudeste, em São Paulo (quatro), no estado de São Paulo.

Pesquisa realizada por Ávila (2009), na Região Metropolitana do Recife em Pernambuco, revelou que a maioria das empregadas domésticas migraram do campo para a cidade devido às condições sociais das áreas rurais, consequência da pobreza na área rural, e da expulsão de centenas de famílias que migravam procurando emprego e renda, bem como pelas relações familiares marcada pelo poder patriarcal, origem da opressão e violência contra as mulheres. Algumas interlocutoras (esposas), em determinado momento na vida precisou ir trabalhar no Recife e/ou Região Metropolitana do Recife, exercendo justamente a atividade de empregada doméstica. A determinação de trabalhar como empregada doméstica e ter um salário significava a possibilidade de romper/sair da situação de pobreza vivida no campo e ser capaz de ajudar a família. Desse modo, amenizar/acabar com a fome. É importante destacar que o trabalho doméstico nos centros urbanos influenciou na introdução de novos hábitos de consumo, em particular os relacionados ao consumo alimentar nas famílias rurais. A diminuição na composição das famílias e a migração dos/as jovens significa também redução de mão de obra disponível para a atividade agrícola. Assim, é relevante apresentar um panorama sobre a juventude rural, considerando a importância desse grupo populacional para continuidade da agricultura familiar camponesa. Referente a isso, Marin (2020) anuncia que essa categoria social tem sido objeto de estudo e interesse, tanto dos movimentos sociais do campo como da academia, especificamente a partir da década de 1990 do século 20, tendo em vista reconhecer as necessidades, reivindicações e potencialidades dessa categoria social, dado seu potencial na contribuição para o desenvolvimento do meio rural.

Uma das explicações que podemos apontar para a diminuição da população de jovens no campo é que mesmo com o investimento dos programas de cunho estatal com o apoio de programas da cooperação internacional e do Banco Mundial, FAO, BID na agricultura familiar após a redemocratização no Brasil, tendo maior espaço e prioridade na agenda política<sup>110</sup>, fruto do atendimento

---

<sup>110</sup> Iniciou o processo de elaboração da nova Política de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, sob responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (Caporal 2006). Em 2009, a PNATER foi instituída pela Lei nº 11 de janeiro de 2010, Presidência da República, Casa Civil. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm)

das reivindicações dos movimentos rurais pelo governo federal<sup>111</sup> a partir de 2003, isso não foi suficiente para garantir a permanência dos jovens na terra. Com relação ao semiárido, uma das causas pode ter sido a grande estiagem que assola a região desde 2012, juntando a isso a falta de incentivo mais efetivo para esse grupo da população rural, que durante muito tempo estiveram invisibilizados/as. Cabe destaque também, no período recente, ainda que esse fenômeno tenha acontecido de forma tímida no caso das famílias estudadas, a migração de jovens do campo para as cidades com fins de qualificação profissional e educacional. Houve no Brasil nos anos 2000, durante as gestões do governo do Partido dos Trabalhadores, um amplo investimento na ampliação das Universidades públicas e dos Institutos Federais de Educação (Paulo, 2018).

As famílias chamam atenção para a necessidade de maior investimentos, significativos que possibilitem a convivência com o semiárido, isto é, condições objetivas que assegurem a reprodução social da agricultura familiar camponesa, através do acesso aos meios de produção, como o acesso à terra, crédito, assistência técnica e extensão rural, bem como recursos genéticos. O que só será possível com a implementação de políticas públicas direcionada para agricultura familiar camponesa, especificamente para os/as jovens camponeses e camponesas (Pires, 2011). Contudo, o que verificamos é que houve uma diminuição expressiva nos investimentos em programas sociais que possibilita o acesso à água, a exemplo do Programa Cisternas. Com isso muitos jovens não viram oportunidade ou não quiseram permanecer na terra, mostrando assim desinteresse em cuidar/assumir a terra, bem como dar continuidade na produção familiar camponesa. Alguns jovens não se identificam com o trabalho na agricultura. Somando a isso, acreditam que o mundo rural inviabiliza concretizar determinados projetos de vida, como o trabalho com a informática, a exemplo de um jovem, filho único, 26 anos, cujo sonho é voltar a morar no litoral pernambucano, investir no trabalho com tecnologias: *“Eu vivo no sítio, mas não sou do sítio. Meu sonho é voltar para Porto de Galinhas e trabalhar com informática”* (Jovem masculino, Família Juazeiro, 2019).

Não obstante alguns jovens considerarem o campo como um lugar bom e saudável para morar, porém não satisfaz seus anseios de vida melhor, haja vista as condições precárias no campo, especificamente no semiárido, com falta d'água e principalmente a escassez/ausência de programas e políticas públicas que possibilite viver dignamente no campo, com tecnologia e assessoria técnica, ou seja, acesso a trabalho e renda, bem como a educação de qualidade, saúde, transporte, lazer, entre outros, como já referido. Uma das jovens interlocutoras na pesquisa ressalta a indecisão com relação em permanecer ou não na propriedade para dar continuidade à produção familiar,

---

<sup>111</sup> Governos Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016). O investimento na agricultura familiar sofreu queda nos últimos anos do governo Dilma e foi intensificado após o golpe em 2016.

*Eu tenho vontade de sair, mas também tenho vontade de morar aqui. Morar não (é uma palavra muito forte!), mas gosto bastante do sítio. Aqui tem aquela carência de recursos, de água, de dar suporte. Aí, infelizmente, tem que ir para rua<sup>112</sup> (Jovem feminina, Família Bromélia, 2019).*

A jovem acima faz parte da Comissão de Jovens Multiplicadores da Agroecologia, criada pelo Centro Sabiá com o objetivo de envolver lideranças jovens na organização e multiplicação de práticas agroecológicas junto às famílias agricultoras (Centro Sabiá, 2010). No entanto, a dificuldade vivenciada principalmente no longo período de seca, sem o apoio necessário do Estado para viabilizar a produção e condições para continuar vivendo no campo pode ser um dos motivos que contribui para essa indecisão expressa na fala da jovem agricultora. Em pesquisas realizadas por Menezes (2009) e Scott (2010) foi constatado que a motivação para os/as jovens saírem do campo passa pela necessidade de assegurar sua empregabilidade, bem como o desejo de garantir outros bens de consumo fora os de subsistência (alimentação), como é caso de itens de higiene pessoal, vestuário e o lazer. Na investigação realizada por Lima (2015) foi destacado que a saída dos jovens também é motivada pela vontade de continuar os estudos, tendo em vista a busca de melhores oportunidades na vida, visto as dificuldades apresentadas no campo.

Esse cenário, ou seja, sair do campo em busca de emprego e a possibilidade de continuar os estudos por parte dos jovens, também encontramos no grupo de famílias investigadas em Cumaru, conforme anunciado na fala da jovem da Família Bromélia. Uma das interlocutoras ao justificar a causa da saída dos/as três filhos/as de casa para ir trabalhar na Região Metropolitana do Recife corrobora com o sinalizado anteriormente. A dificuldade com a escassez de água e as precárias condições de vida devido falta de assistência para superar as dificuldades oriundas do fenômeno climático adverso da seca, que interfere negativamente na produção de alimentos,

*... caiu à produção e os meninos não tiveram onde ganhar algum dinheiro, pra comprar roupa, essas coisas... porque trabalhava alugado, era trabalhar nos roçados dos outros, as pessoas pagavam pra eles trabalhar, aí tinha dinheiro, aí depois disso, que acabou, diminuiu, aí também teve todo mundo que correr pra fora pra conseguir..." (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020).*

Essa situação faz com que os/as jovens busquem no estudo e no trabalho assalariado não agrícola formas de melhores condições de vida, o que aumenta o êxodo rural da juventude camponesa e a superpopulação nas grandes cidades, tendo em vista que o destino de muito deles/as são as capitais de estados brasileiros ou grandes centros urbanos do país, que muitas vezes não oferecem condições adequadas de moradia e emprego, sendo submetidos/as a formas precárias e mal

---

<sup>112</sup> Rua significa centro urbano do município interiorano do NE.



remuneradas de trabalho, o que agrava também um outro problema social que é a questão da moradia.

A intensificação da urbanização no século XX e seus modos e estilos de vida no Brasil deu visibilidade às desigualdades sociais no país, decorrente tanto da má distribuição de renda, como também de falta de investimentos em políticas públicas para o setor rural e/ou políticas públicas mal formuladas para o semiárido, que permitisse a convivência com a seca. Foram e são insuficientes as ações que possibilitam ao agricultor/a familiar camponês produzir e viver no campo, o que evitaria a expulsão de milhões de famílias, bem como impediria o aumento de fluxos de pessoas no setor urbano com o êxodo rural. Desse modo, observa-se que as políticas econômicas e desenvolvimentistas não atenderam/atendem as demandas da população da cidade, muito menos a do campo. Almeida (2011) evidencia que são reflexos do sistema capitalista que cria espaços de exclusão social, que atinge principalmente a população rural ao migrar do campo para setores urbanos. Ao chegar à metrópole, devido a migração compulsória, fugindo da pobreza rural, se submetem a condições precarizadas de trabalho e renda, contribuindo assim para que um grande contingente de agricultores/as familiares ficassem segregados em áreas periféricas ou em bolsões de pobreza em volta de modernas propriedades, o que acarretou na formação de favelas com habitações precárias e sem serviços públicos essenciais, tais como saneamento básico, escola, posto de saúde, creches, ou seja, políticas públicas que promovessem a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento humano.

Ainda com relação ao perfil demográfico das famílias pesquisadas, a saída dos/as jovens revela o envelhecimento da população rural, sendo que a maioria dos membros das famílias são adultos e idosos/as. Dados que confirmam os resultados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2019), ao constatarem que a população é predominantemente masculina, com pouca ou nenhuma escolaridade e com a idade já avançada. Neste caso diferencia apenas com relação ao sexo, sendo que no grupo investigado há uma maior predominância de mulheres.

A presença de idosos/as na família indica a existência de uma renda complementar através da aposentadoria rural, fruto da política que garante direitos sociais aos trabalhadores e trabalhadoras rurais desde a promulgação da Constituição Federal de 1988. Algumas famílias tem um ou dois membros de grupo familiar aposentado, o que contribui para manutenção e permanência das famílias na propriedade rural, pois permite um espaço de reprodução social das famílias, ao mesmo tempo que configura uma dependência nos rendimentos do/a aposentado/a para essa reprodução social. Assim, a certeza de uma renda todos os meses possibilita acesso a alimentos, o que contribui para a segurança alimentar das famílias. Conforme a narrativa das próprias famílias,

*Se não fosse esse negócio de sindicato para os velhos [aposentadoria] e esse negócio de Fome Zero e Bolsa Família, como o povo ia viver? Não tinha comércio, não tinha nada (Esposo, Família Juazeiro, 2019)*

*Mudou muito, muita coisa mudou [na alimentação]. Quando a gente chegamos aqui, ia trabalhar na roça. Os aposentados, os velhinhos ajudava. Comia cuscuz, jerimum, macaxeira (plantava muita macaxeira na roça), batata... Vivia na roça. (...). Agora melhorou muito, a comida mudou. Agora, doente não pode trabalhar. A gente tem aposentadoria. Na época, a gente não comia as coisas por que não tinha o dinheiro para comprar, e agora a gente tem o dinheiro para comprar (Esposa, Família Carnaúba, 2019).*

Em função da renda decorrente da aposentadoria, a alimentação tem passado por um processo de mudança com a compra de alimentos que as famílias não produzem ou deixaram de produzir, especialmente com o avanço da urbanização nos modos de vida no campo. Também tem permitido realizar alguma melhoria nas condições básicas de vida da família, ajudando-os a sair da situação de extrema pobreza, transformando seu cotidiano ao dar suporte no orçamento familiar (Oliveira, 2017; Tavares *et al*, 2011). Quando é a mulher que recebe a aposentadoria, há uma preocupação maior em investir nos cuidados com a família e na moradia, no caso do homem a preocupação é centrada na propriedade (Oliveira, 2017). Dado revelador da divisão sexual das funções atribuídas ao casal, às mulheres cabe a responsabilidade com o trabalho doméstico/reprodutivo, além de participarem efetivamente do trabalho na agricultura, aos homens a preocupação destina-se efetivamente ao trabalho produtivo. Pesquisa realizada por Barros (2018), sobre a superação da precarização da vida em famílias rurais com aposentado, demonstrou que a previdência social rural tem possibilitado investir na propriedade, na plantação/roça, na criação (alimentos e medicamentos para os animais, como também na compra de animais). Com a garantia do rendimento é possível planejar algum investimento, por mínimo que seja. Importante considerar que a regularidade do recebimento de uma renda por parte dos/as agricultores/as rurais propicia também o dinamismo da economia do município, dado que é no comércio local que os/as aposentados/as obtêm em grande maioria seus produtos, alimentícios ou não.

Como em qualquer outra sociedade, no campesinato ou nas sociedades camponesas também faz-se necessário no seu cotidiano a alimentação, o vestuário, a habitação, assim como o acesso a bens e serviços. O que requer que as políticas públicas atendam às necessidades a partir da realidade de cada região, povo, comunidades (Jardim, 2018). Mesmo com as diversidades e dificuldades na região, principalmente pela falta de chuva nos últimos anos, no semiárido, o sítio é o lugar onde os/as agricultores/as têm vontade de continuar vivendo, produzindo. Uma das agricultoras justifica sua permanência no local,

*A gente gosta daqui, é sossegado, é um lugar tranquilo, sem muita violência ... É sossegado, mas pra sobreviver é muito difícil, a gente vive com a ajuda das pessoas da família, a nossa casa tem ajuda da minha sogra [aposentada] e dos meus cunhados [vivem no Recife], e tem também o Programa Bolsa Família. (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020).*

As dificuldades vivenciadas pelas famílias têm origens na forma como a distribuição de terra ocorreram no Brasil, assim como os Governos federal e estaduais lidam com a condição de seca, tendo em vista possibilitar a democratização do acesso a água, com vista a promover o desenvolvimento regional, onde o processo de inclusão social seja fulcral.

### **3.2. Terra, clima e água: incertezas e desafios para o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa em Cumarú/PE**

A questão do acesso à terra no Brasil é um problema ainda não resolvido, com grande concentração nas mãos de poucas famílias. No caso do semiárido, além da concentração de terras, há também a questão da água em propriedades privadas, o que limita o acesso por parte das famílias da agricultura familiar camponesa e, conseqüentemente o desenvolvimento da região e a qualidade de vida da população rural, principalmente tendo em vista que a água é necessária para a produção e consumo tanto das pessoas como dos animais, bem como para a plantação. A promoção da alimentação saudável perpassa lograr terra para plantar e produzir e, assim, contribuir para a segurança alimentar e nutricional, ao promover o autoconsumo e o sustento de famílias rurais. As famílias investigadas acessaram à terra por meio da compra, herança e/ou doação<sup>113</sup> e arrendamento. Geralmente a terra era obtida através de herança de pequenas propriedades, que com a divisão para grande número de herdeiros/as (comum na área rural), a tornava diminuta, o que gerava a necessidade de ter mais terra para produzir, criar e viver: *“Ele (o pai) foi botando os filhos todos pra morar na própria terra. Os filhos foram construindo, a terra foi diminuindo, e também o pasto”* (Esposa, Família Cactos, 2019). Assim, a falta de oportunidades para viver no campo e a ida de familiares para trabalhar em outras regiões do Brasil fez com que muitas das terras fossem adquiridas de familiares mais próximos, como irmão/ã e tio/a.

O tamanho mínimo de terras, a escassez de chuva e a dificuldade do acesso à água limita de forma significativa a produção e a criação de animais, realidade vivenciada pelas famílias investigadas no período da realização da pesquisa. Caso chova e tendo condições de armazenar água, como ocorre em grandes propriedades rurais, é possível desenvolver atividades produtivas e criação de animais para

---

<sup>113</sup> Permissão de familiares para uso da terra, com fins de produção para o autoconsumo e caso seja possível comercializam.

abastecer as famílias agricultoras. O armazenamento d'água é uma das grandes estratégias para a reprodução social da agricultura familiar camponesa e que durante muito tempo não foi considerado prioridade por governos federais e estaduais pelas políticas públicas, especificamente com relação à produção para o autoconsumo. Como o nome já sugere, trata-se de uma produção de alimentos para o consumo da família, a exemplo da horta, do pomar e da criação de animais (Grisa, 2010). Além de alimentar os membros da família, é possível gerar renda para atender outras necessidades da família.

O clima e o acesso à água influenciam sobremaneira a produção de alimentos e a vida dos/as agricultores/as do semiárido, especificamente nas famílias investigadas. A falta de chuva num longo período de tempo tem se expressado de forma muito mais severa e negativa devido às condições precárias de vida, fruto das desigualdades socioeconômicas e estruturarias que intensificam os efeitos deste fenômeno natural sobre os/as agricultores/as investigados. De acordo com o INEP (2013), as estiagens mais rigorosas e o aumento da temperatura acima do habitual ocorridas no semiárido desde de 2012 tem provocado a pior seca dos últimos 50 anos na região.

Para famílias empobrecidas, como é o caso das que participaram desta investigação, tem sido muito mais difícil uma agricultura familiar devido à falta de estrutura adequada para enfrentar um período tão prolongado de seca e de forma bastante excessiva. A falta de condições para garantir produção durante a seca afeta sobremaneira as famílias rurais, pois a perda da produção e do rebanho levam a uma situação de escassez que ocasiona insegurança ao agricultor com relação a obter rendimento no ano em vigência. Quando questionado sobre período de escassez, um agricultor respondeu:

*Parece que vai ser esse ano [2019]. Todo ano a gente lucrou e nunca perdeu nada, mas muita gente já perdeu nesse ano o roçado. Já faz uns 2 a 3 anos que a gente plantava e colhia. Agora, esse ano... Eu estou ainda na fé de plantar e colher esse ano ainda. Mas não vai ser mais como era... É, acho que esse ano vai ser o ano de faltar (Esposo, Família Catingueira, 2019)<sup>114</sup>.*

A falta de chuva para família significa ano difícil, que é amenizado com políticas de transferência de renda e de aposentadoria. Durante um período o semiárido vivenciou um momento de investimento em políticas públicas que proporcionaram melhores condições para viver numa região onde chove pouco. Foram políticas e programas que possibilitaram produção e criação de animais que além de servir para o consumo das famílias também gerou renda. Junto a isso foi implementado em todo o Brasil o programa energia elétrica para a área rural e políticas sociais que contribuíram para o acesso a renda através dos Programas Bolsa Família (PBF) e da aposentadoria rural. Todas essas

---

<sup>114</sup> Os/as agricultores/as usam a expressão lucrar quando o período de chuva foi bom e teve uma boa produção.

políticas contribuíram para um ensaio de desenvolvimento na região, com mudanças significativas ao ponto de muitos nordestinos que tinha sido expulsos do Nordeste devido à seca, à ausência de trabalho e à fome, fazerem a trajetória de volta ao semiárido, pois as condições e a qualidade de vida haviam melhorado. Estas políticas e como elas contribuíram para a convivência no semiárido serão discutidas adiante.

### **3.3. Políticas públicas e a convivência com o semiárido em Cumaru/PE**

A redemocratização no Brasil provocou mudanças significativas no país, principalmente com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário e do Ministério de Desenvolvimento Social<sup>115</sup>. Ambos implementaram políticas públicas que contribuíram para a melhoria das condições de vida da população, especialmente àquelas em situação de vulnerabilidade. Para a população rural foi especificamente importante, tendo em vista o destaque dado ao desenvolvimento rural sustentável e o reconhecimento da importância da agricultura familiar para o país (Wanderley, 2011). Os agricultores e as agricultoras familiares do município de Cumaru, enquanto sujeitos de direito, foram contemplados/as pelas políticas e programas destinados a essa população.

Em Cumaru como em todos municípios do Brasil foram implementadas políticas públicas para a agricultura familiar bem como para a segurança alimentar e nutricional, o que favoreceu a melhoria das condições de vida da população em determinado período, mas o desenvolvimento dos municípios não ocorreu efetivamente, dada ainda a permanência da dependência a ações governamentais, considerando que as estruturas econômicas e políticas não foram alteradas, a desigualdade prevalece, ou seja, houve mudança, mas não transformação estrutural. Hoje estão ainda mais fragilizadas com o posicionamento do atual governo federal, frente às necessidades para esse grupo populacional. Políticas públicas foram implementadas com o escopo de impulsionar a atividade produtiva, assim como o acesso a alimentos saudáveis, de qualidade diferenciada como denominam Luz e Maluf (2019), tendo em vista garantir a SAN e o DHAA das famílias. Importante ressaltar a existência de outras políticas públicas que articuladas com as políticas para agricultura familiar são essenciais para o sustento e a manutenção das famílias agricultoras, entre elas as políticas de seguridade social, especificamente as da previdência social como a aposentadoria (por idade ou invalidez), o auxílio doença e o auxílio maternidade. A chegada da aposentadoria rural provocou mudanças significativas,

---

<sup>115</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Teve continuidade no governo Lula (2003-2011). Além do MDA, criou o Ministério de Desenvolvimento Social (MDS). O MDA e o MDS também fizeram parte da estrutura do governo Dilma (2011-2016). O MDA foi extinto no governo de Michel Temer (2016-2018), após a destituição da presidente Dilma Rousseff.

sendo essa uma realidade para todos/as idosos/as das famílias investigadas. Para aqueles/as que estão próximos do alcance da idade necessária para usufruir desse direito essa é uma expectativa ansiosa, tendo em vista os benefícios que esse instrumento de proteção social trouxe para a população, especialmente para uma das mais pobres do país, como é o caso dos/as agricultores/as camponeses/as do semiárido brasileiro. Os rendimentos da aposentadoria complementa a renda, contribuindo para compra de alimentos no mercado, assim como suprem outras necessidades da família, como a realização de exames médicos, compra de remédios, pagamento de dívidas de familiares, transporte, entre outras. Com a aposentadoria também é possível planejar e realizar alguma melhoria na residência, na propriedade assim como adquirir eletrodomésticos, eletroeletrônico, celular ou um outro bem desejado.

Uma outra política pública de inclusão social que tem grande relevância para o setor rural, e também é acessada pelas famílias em Cumaru é o Programa Luz para Todos. Essa política possibilitou a chegada da energia elétrica, com isso provocou mudança não só no que se refere à alimentação como também na residência das famílias: “*A energia para nós foi uma riqueza*” (Esposa, Família Juazeiro, 2019). Melhorou um pouco as condições de moradia com a presença da televisão e do ventilador. Assim, é possível ter momentos de lazer com a televisão e o ventilador proporciona um mínimo de conforto num ambiente com temperaturas elevadas. As famílias consideram bastante relevante a possibilidade de ter geladeira<sup>116</sup>, sendo esse um dos primeiros itens a ser comprado, o fogão e eletrodomésticos que facilitam e otimizam as atividades na cozinha e na casa, como expresso pela esposa da Família Catingueira, no depoimento abaixo,

*A chegada da energia mudou, ficou bem melhor. Chegou para todo mundo. Foi projeto do governo. Mudou tudo. O candeeiro aposentou. ‘Apagaram o candeeiro e derramaram o gás!’ A comida ficou melhor por que tem a geladeira, já comprou a geladeira, um fogão melhorzinho, elétrico. A comida muda... o feijão tinha que botar no fogo todo dia e se sobrou, nem prestava. Um liquidificador, um ferro elétrico que ninguém tinha... (Esposa, Família Catingueira, 2019).*

Importante destacar que expandir e disponibilizar energia elétrica, principalmente para setores distantes como muitas vezes é a realidade geográfica das famílias rurais, pode ser entendida como manifestação de progresso, de um processo de mudanças sócio-culturais locais e regionais que podem trazer benefícios ao cotidiano doméstico familiar importantes para as famílias camponesas. Contudo, esse mesmo processo pode manifestar também contradições do capitalismo e a dinâmica das relações sociais de classe, segundo a raça e gênero e sua concretização nas desigualdades sociais das classes subalternas. Processo esse que pode ser entendido como um impulsionador para o desenvolvimento

---

<sup>116</sup> Frigorífico.

social e econômico rural da população, como preconiza o Programa. Entretanto, apenas o acesso a esse serviço não basta, a nossa investigação mostra que, junto a ele, são necessárias outras providências e intervenções, como assegurar serviços de educação e saúde de qualidade, assim como proporcionar condições apropriadas para produzir e comercializar seus produtos no mercado local e/ou regional. A introdução da energia elétrica no campo, além de favorecer o bem-estar dos que nele vivem, precisa contribuir também na realização de atividades fundamentais para sua população, a partir da realidade vivenciada, uma vez que a existência da energia elétrica além das contribuições com o acesso às mídias, sobretudo a TV, e na crise provoca custos e novos padrões de vida, sendo a alimentação umas das expressões dessa nova dinâmica no campo.

Dentre as políticas públicas implementadas no Brasil, pode-se dizer que o Programa Bolsa Família<sup>117</sup> é uma das principais na área social. É a mais importante fonte de renda de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza tanto no setor urbano como rural. O PBF atua sobre uma situação histórica no país, fruto da formação política, social e econômica desde sua origem, ou seja, sobre a enorme desigualdade de renda, onde os direitos básicos de um contingente significativo de cidadãos e cidadãs mais vulneráveis precisa que seja garantido pelo Estado, como o acesso à alimentação, a fim de assegurar a segurança alimentar e nutricional. Também procura estimular a demanda, assim como a disponibilidade de serviços de saúde e educação (Silva, 2018; Souza et al, 2019). No município estudado, o PBF é acessado por 3.796 famílias (1.452 na área urbana e 2.344 na área rural), o que garante uma renda mínima para compra de alimentos em cada mês. Mesmo sendo bastante reduzido, o recurso disponibilizado pelo Programa possibilitou o consumo de carne bovina pelas famílias investigadas. Antes do PBF, esse era um dos produtos que dificilmente fazia parte da alimentação devido ao elevado custo de aquisição. As famílias se referem justamente a essa melhoria relativa, afirmando que

*Antes do Lula, a gente não comia carne, o pobre. Comia assim uma galinha de terreiro, abatia uma galinha. Ele criou esse Programa Bolsa Família que ajudou muito. Melhorou muito a alimentação. Na época do Lula para cá melhorou, por que a gente não era acostumado a comprar carne. Às vezes, quando criava bicho em casa, a gente matava o porco. Naquela época tinha muita água e muito peixe. Hoje, é carne. A gente sempre come carne, carne de boi, de galinha, carne de porco. A carne é comprada no mercado de Cumaru. Antes do Lula a gente não tinha condições de fazer uma feira maior. Hoje a gente faz. Na feira, a gente compra quase tudo o que não lucra. O açúcar, a farinha, arroz, macarrão, café, uma fubá, a carne, o óleo, sal, ovo, tudo (Esposa, Família Bromélia, 2019).*

---

<sup>117</sup> Criado no Governo Lula (2003-2010)

A situação de pobreza vivenciada pelas famílias investigadas durante décadas, agravadas pelas desigualdades sócio econômica, assim como o acesso desigual de terras e recursos hídricos revelam a importância e a necessidade de políticas públicas federais e estaduais juntamente com atuações municipais no sentido de possibilitar conviver com a seca. Assim, os programas sociais e produtivos no âmbito governamental no área rural, especialmente no longo período de seca, com consequências na qualidade de vida da população rural assim como na economia dos municípios da região semiárida, tem sido fundamental para todas as famílias investigadas. Especialmente, o PBF, considerando que esse programa além de possibilitar o acesso a alimentos, atende a outras necessidades das famílias, como a compra do gás de cozinha, o pagamento da energia elétrica, a compra de ração/comida para os animais<sup>118</sup>. A família Bromélia é um exemplo, conforme expresso abaixo,

*O Bolsa Família foi muito importante, mas não é suficiente. Se cortar, os animais serão usados para fazer a feira. Tiro o Bolsa Família, vou pro mercado, compro o meu básico, pago minha energia. Agora é supermercado e venda e, praticamente, acabou* (Esposa, Família Bromélia, 2019).

A aplicação dos recursos do PBF para outras finalidade, como pagamento da energia elétrica ou a compra de gás de cozinha é possível devido à flexibilidade e à liberdade que o programa possibilita às famílias no uso do dinheiro. Esse programa, juntamente com outras políticas sociais e agrícolas, contribuíram para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014, conforme informe da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2014). No entanto, de acordo com a pesquisa da Rede Pennsan (2021), o país voltou a apresentar dados sobre a fome iguais aos de 2004, expressando um significativo retrocesso, mais acentuado a partir de 2019. Nesse período o país deu um salto de 10,3 milhões para 19,1 milhões de brasileiros/as em situação de insegurança alimentar grave, ou seja mais 9 milhões de pessoas passaram a vivenciar a fome, em decorrência do desemprego e a alta nos preços no gêneros alimentícios. A volta da fome no país é justificada, principalmente pela redução nos investimentos nas políticas sociais, sendo o PBF a grande referência para o combate à fome. Houve grande repercussão no país entre pesquisadores/as, movimentos sociais e representantes de governos contra a medida de dizimar do PBF, reforçada sobretudo, após a divulgação dos resultados da pesquisa, que apontou a necessidade de maiores investimentos no combate à fome e a insegurança alimentar no país. A mobilização dos diferentes segmentos sociais não foi suficiente para sensibilizar e evitar que o governo federal continuasse a reduzir investimentos destinados às políticas sociais e para a agricultura familiar e camponesa (Brasil, 2020).

---

<sup>118</sup> Reconhecido como o maior programa de transferência de renda, o PBF foi extinto em 2021, sendo substituído pelo Auxílio Brasil.



As populações rurais com sua situação de pobreza são as mais afetadas, a quase inexistência de assistência social e técnica repercute-se negativamente nas condições de segurança alimentar e no desenvolvimento local, o que contribui para manter o Nordeste na condição de pobreza e com grandes índices de insegurança alimentar grave.

Outro dado importante verbalizado pelos grupos familiares investigados e observado durante minha permanência nas suas casas diz respeito à dificuldade ao acesso à água, fundamental para a produção e o consumo de alimentos e conseqüentemente à garantia da segurança alimentar. A escassez de água é uma questão de grande relevância, especialmente para o semiárido, local onde a investigação foi realizada. Dado que a falta de água é um grande obstáculo para o desenvolvimento no campo, uma vez que prejudica a produção, com isso dificulta o consumo de produtos locais por quem produz e impossibilitando a entrada de uma renda proveniente do excedente da produção, vendido à população dos municípios da região.

As condições adequadas para conviver com o semiárido passa pelo acesso e o armazenamento da água, essenciais para o consumo humano e a produção. Sua ausência gera fome e pobreza, visto que não há condições para produzir. Na história das famílias investigadas, a falta de água sempre foi motivo de preocupação, uma vez que era constante. Antes do acesso as cisternas nos anos de 2003, o acesso a água frequentemente era obtido em barreiros privados ou através de alguma estrutura coordenada pelos governos, a exemplo de poços, dessalinizadores, caminhão pipa, entre outros. A família Facheiro conta a dificuldade que tinha em lidar com a falta de água,

*A água vinha por caminhão. Não tinha cisternas. As filas eram enormes, a água ruim, mas as pessoas queriam pegar para beber, cozinhar, lavar roupa. A quantidade era controlada; 4 latas independentemente da quantidade de pessoas* (Filha, Família Facheiro, 2019)

A forte seca vivenciada, principalmente no período de 2012 a 2017, juntamente com as poucas chuvas em 2018 e 2019, provocou muita preocupação aos agricultores e agricultoras, pois perderam produção e muitas árvores frutíferas não resistiram à seca. Destacaram grande preocupação com relação ao clima, que se mostra cada vez mais descontrolado, sem definição de regularidade constante de chuva, o que faz da agricultura e da pecuária atividades arriscadas, devido às incertezas sobre a plantação e a colheita, igualmente no tocante à criação de animais (Fotografia 4).

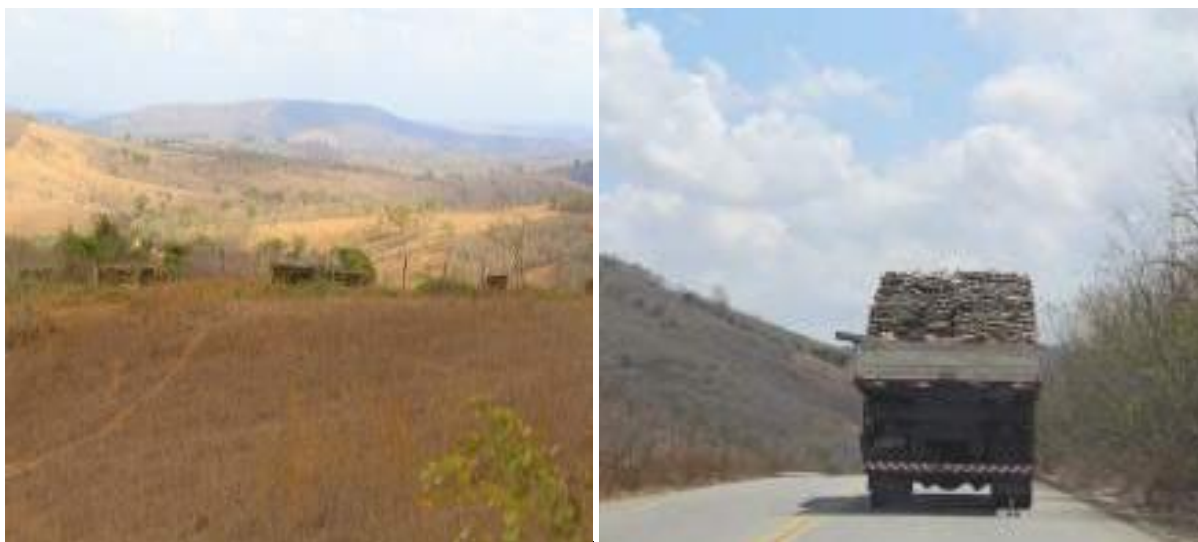
*A chuva aqui é muito fraca. Esse ano mesmo foi puxado, maio todinho sem chover. Choveu o mês de janeiro, em fevereiro choveu, em março foi escasseando... O tempo de chover mesmo é em março, o inverno. E abril, maio, junho, julho, agosto e setembro, já vai escasseando. Esse ano foi tudo 'descontrariando'.* (Esposo, Família Carnáuba, 2019).

*Hoje a seca dificultou muito os nossos trabalhos, a nossa produção. Porque se não fosse a seca, nós tínhamos produção. A gente tem falta de água, de ração...* (Esposo, Família Barriguda, 2018)



**Fotografia 4:** Situação de barreiros (reservatório de água) no período da investigação  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Os/as agricultores/as chamam a atenção de que antes chovia bem mais na região apontando a importância da relação mata-chuva: “*Na região, mudou tudo, porque antigamente tudo que a gente plantava dava, porque tinha muitas matas, as matas chamam a chuva*” (Esposa, Família Cactos, 2019). Atualmente, a destruição das matas é um dos graves problemas ambientais, não só no semiárido brasileiro, mas em todo o mundo. A Fotografia 5 abaixo, é uma amostra do desmatamento em Cumaru. O desmatamento, além de provocar alterações climáticas, desequilibra os ecossistemas e traz outros problemas socioambientais. O desequilíbrio dos ecossistemas, incluindo o alimentar, pode ter contribuído para o aparecimento de vírus, até então desconhecidos, e desencadear doenças nos seres vivos, provocando doenças antes não existentes, como o caso da Covid-19, sendo o atual sistema agroalimentar industrial uma das causas da destruição da natureza (Wallace, 2020).



**Fotografia 5:** Desmatamento em Cumaru

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Atinge principalmente as populações mais pobres, especialmente agricultores/as em todo o mundo, ao afetar diretamente a produção de alimentos. A interação entre o contexto ambiental e social, marcados por extensas desigualdades sociais, provoca a vulnerabilidade da população aos efeitos da seca. Entre os já citados falta de produção e o surgimento da fome, temos o aparecimento de outras doenças e a realização de trabalhos pesados, como o transporte de água de lugares distantes, geralmente na cabeça das mulheres e das crianças. Condição vivida, foi relatada pelas famílias investigadas em Cumaru, assim como observada durante a permanência na casa das famílias, nesse caso a água era abastecida pelo exército ou pela prefeitura em uma cisterna onde as famílias se encarregava de encher seus reservatórios para uso doméstico (Fotografias 6, 7 e 8)



**Fotografia 6:** Carro pipa levando água para os/as agricultores/as

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020



**Fotografia 7:** Moradores/as pegando água fornecida pela prefeitura  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020



**Fotografia 8:** Utensílios para armazenamento de água na cozinha  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Essa situação das famílias requer dos governos políticas e programas para reverter as disparidades sociais. No caso do semiárido são necessários investimentos em políticas públicas que democratize o acesso à água e a programas que viabilizem a comercialização dos produtos da agricultura familiar e camponesa. Com relação a isso, as famílias investigados acessaram algumas políticas que possibilitaram o armazenamento da água, com resultados positivos durante determinado período, fruto da mobilização social de organizações que atuam no semiárido.

Conforme já apresentado, durante muito tempo o estado brasileiro impulsionou políticas que objetivavam combater a seca, o que não surtiu em resultados esperados uma vez que não se pode

combater a natureza, além do mais as ações implementadas acentuavam as contradições e desigualdades existentes na região, ao investir num modelo de desenvolvimento desigual e conservador. As famílias investigadas salientaram a dificuldade com a escassez ou ausência de chuvas, e a importância da “ajuda” do governo para amenizar as dificuldades vivenciadas. Destacaram principalmente a chegada das cisternas: *“Depois do projeto de cisternas, deu vida no semiárido”* (Filha, Família Facheiro, 2019). As dificuldades apresentadas pelas famílias pesquisadas com relação a escassez da água, expõe a necessidade de estratégias de convivência com o semiárido respeitando os limites impostos pela natureza. Tendo em vista esse entendimento, organizações sociais que atuam no semiárido, a partir de suas experiências, propuseram um modelo de desenvolvimento onde o respeito pela natureza é o centro das ações, ou seja, assumir um desenvolvimento que promova a sustentabilidade, não só ambiental, mas também econômica, social e política, orientado pela ética. Assim sendo, partindo do escopo de melhorar a qualidade de vida e efetivar a cidadania da população semiárida, o desenvolvimento sustentável requer “iniciativas socioeconômicas e tecnológicas apropriadas, compatíveis com a preservação e renovação dos recursos naturais” (Silva, 2006, p. 272).

Vale salientar que investimentos em políticas públicas que priorizem a convivência com o semiárido, considerando o potencial econômico, social e ambiental dessa região tem na agricultura familiar camponesa um forte aliado para o seu desenvolvimento. Neste sentido, a partir de 2003 o governo federal articulado com governos dos estados que compõem o semiárido brasileiro implementaram políticas públicas com a incorporação das demandas dos/as agricultores/as da região. Foram executados o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o semiárido brasileiro<sup>119</sup>: Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC), o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e o Programa Cisternas nas Escolas. Todos com o objetivo de armazenar água e facilitar o abastecimento de água às famílias no semiárido, assim como às escolas rurais. Estas iniciativas promovem o acesso à água de qualidade, evitando a busca em lugares distante da propriedade. Trabalho realizado, principalmente pelas mulheres e crianças das famílias, realidade encontrada também nas famílias investigadas em Cumaru. Com relação às cisternas nas escolas, é significativa sua importância tendo em vista que evita o cancelamento de aulas por conta da estiagem e a falta d’água, igualmente aumenta a frequência e o desempenho das crianças e jovens nos estudos. Por conseguinte, tanto o alimento como a água potável são necessidades básicas e direito de toda população brasileira, fixado no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 2010), o que significa que é dever do Estado

---

<sup>119</sup> O Programa Um milhão de Cisternas Rurais (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) são responsáveis pelas construções de cisternas. A cisterna é uma tecnologia social para armazenamento da água de chuva. A cisterna de placa capta água através de calhas nos telhados das casas para abastecer a família e a cisterna calçadão armazena água para produção.

garantir água para a produção e consumo, especialmente em localidades onde o acesso é precário, o que compromete a segurança alimentar e nutricional da população. A fala a seguir expressa a dificuldade do acesso a água no passado. Esta dificuldade foi superada com a chegada da cisterna (Fotografia 9), pois garante segurança hídrica no período de estiagem e o acesso à água potável.

*Antes das cisternas nós íamos buscar água em uma média de 7 quilômetros, no animal. Quando não era eu, era meu menino. Ia buscar lá na PE-095 (estrada) em cima. A gente sofreu pegando água longe. Depois da cisterna, até hoje, não bota lata na cabeça mais não (Esposa, Família Mandacaru, 2019).*



**Fotografia 9:** Cisterna entre a residência e a roçada da família

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Como são programas que envolvem formação e mobilização social, a construção das cisternas previstas no Programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC), com o objetivo de armazenar água para consumo doméstico (cozinhar e beber), criado em 2003, ocorre de forma participativa pelos/as agricultores/as, que também recebem orientações sobre gestão de recursos hídricos e convivência com o semiárido (ASA, 2020a). Em 2007, foi incorporado ao P1MC o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2), tendo como propósito o acesso e manejo sustentável da terra e das águas na região. Assim, para ampliar o estoque de água das famílias, o programa prevê a construção de mais uma cisterna para captar e armazenar água para o cultivo e a manutenção da vida das plantas e animais, garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional das famílias, ao mesmo tempo que cria possibilidades de geração de trabalho e renda (ASA, 2020b).

Para as famílias estudadas, as cisternas caracterizam-se como principal fonte de água para consumo e uso nas atividades domésticas, no trabalho e nas plantações (irrigação de plantas frutíferas, medicinais e hortaliças) e para criação de animais. Uma nova configuração desponta no semiárido com a implementação de novas políticas que colocam famílias vulneráveis no centro das preocupações,

como é o caso das famílias investigadas, principalmente ao disponibilizar estrutura de armazenamento de água a fim de amenizar a escassez que vitima a região. A implementação de políticas como a energia elétrica, as cisternas (Fotografia 10), como novas alternativas de acesso à água e programas de incentivo à agricultura familiar camponesa, a exemplo do PAA, são imprescindíveis para o desenvolvimento da região. A água potável de fácil acesso possibilita às famílias autonomia na produção e comercialização, assim como a dignidade e a melhoria na qualidade de vida.



**Fotografia 10:** Produção no entorno da cisterna

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Outro importante programa executado em Cumaru, e que contribui para o desenvolvimento da produção rural no semiárido, é o Programa Sementes do Semiárido, desenvolvido pela ASA, através do Centro Sabiá. Esse programa tem como finalidade preservar as sementes locais e evitar seu desaparecimento. Entre as ações desenvolvidas pelo programa está a construção de casas de sementes para a proteção de sementes originárias (crioulas) do semiárido, uma vez que conservar a diversidade genética e garantir a produção do ano seguinte faz parte da história de vida das populações rurais tradicionais ao longo de várias gerações. Este é um programa imprescindível para valorizar e multiplicar as sementes das comunidades locais através dos cuidados das famílias agricultoras.

Em 2016, período de grande seca e risco de perda e deterioração genética de sementes, com a assessoria do Centro Sabiá, foi instalada a Casa de Sementes na comunidade Dendê. Os guardiões e guardiães (famílias rurais) de sementes são responsáveis pelo cuidado com as variedades de sementes de feijão, fava e milho, tendo em vista sua preservação. É relevante salientar que guardar sementes de uma safra para outra, especialmente de milho e feijão, é um costume antigo dos/as os/as

agricultores/as investigados, a diferença é que, agora, também acontece de forma coletiva e por meio da associação: “O povo já tinha o costume de guardar milho e feijão. Agora começaram com outras coisas...” (Esposo, Família Catingueira, 2019)<sup>120</sup> (Fotografias 11 e 12).



**Fotografia 11:** Banco de Sementes Doméstico  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020



**Fotografia 12:** Banco de Sementes Associado  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

A importância dessa prática é que salvaguarda sementes adaptadas às condições locais de solo e clima, assim como aos costumes, gostos e hábitos alimentares locais. Outra relevância é que a colheita de um ano, além de configurar a segurança alimentar das famílias, consegue sementes para assegurar o consumo do ano seguinte. Assim sendo, a Casa de Semente contribui para ampliar o acesso a outros tipos de sementes a partir das trocas e preservação das mesmas.

Significativo destacar que o Programa de Sementes da ASA, implantado em Cumaru, contrapõe a política de distribuição de sementes híbridas convencionais ou transgênicas realizada pelos Governos Federal e Estadual. Segundo as famílias investigadas, as sementes não são de boa qualidade e gera dependência ao que é disponibilizado pelo Estado. A fala abaixo retrata essa condição de dependência à política de distribuição de sementes governamentais,

*Tem muita gente que espera justamente a semente que vem do governo. Essa não dá muito bem! Você planta o primeiro ano, o milho dá. No segundo ano que você plantar, se nascer, é uns pezinhos. A gente ganha milho do governo, só vai receber aquelas sementes e a gente planta ela e muitas vezes, pega, e dá para os bichos. Dá aquele ano, e a palha não presta, não é boa pra ração. O milho que a gente tem dá muita palha, bom pra dar ração para o gado, e*

<sup>120</sup> Algumas famílias preservam a tradição de guardar sementes em casa para assegurar a produção no ano subsequente. São guardadas em garrafa *pet*, saco plástico e/ou pote de vidro.



*dá duas espigas, duas ou três espigas boas. E todo ano você tem sua semente de qualidade* (Esposa, Família Cactos, 2019).

A forma de distribuição de sementes tendo em vista a produção, sem valorizar as sementes tradicionais/crioulas, acaba por interferir na autonomia das famílias e em perda da soberania alimentar dos/as agricultores/as, o que afeta também o desenvolvimento da produção local, considerando a dependência que provoca, diferentemente do que defende o Programa de Sementes da ASA. A execução do programa por organizações não governamentais, como o Centro Sabiá, acontece por meio de metodologias participativas, incentivando a participação ativa dos/as agricultores/as com o objetivo de conservar a agrobiodiversidade no território. Como resultado, novas dinâmicas têm sido construídas.

No entanto, os grupos investigados têm enfrentado algumas dificuldades para a manutenção da Casa de Semente, tendo em vista que nem todos se envolvem como gostariam, o que pode ser justificado pela escassez de tempo, falta de conhecimento da escrita e leitura por parte do/a agricultor/a, ou talvez a própria indisposição para se envolver em mais uma atividade, como propõe a Casa de Sementes, o que significa mais envolvimento, trabalho coletivo e comunitário dos grupos familiares. Diante desses desafios, o “Programa Sementes do Semiárido” requer investimentos para sua continuidade, pois exige tempo, compromisso e dedicação dos/as agricultores/as, porém, nem sempre acontece, o que revela a necessidade de assessoria técnica sistemática através da extensão rural. Igualmente, carece de orientações sobre a importância do diálogo entre os membros/sócios da Casa, necessita da troca de experiências e de compartilhar conhecimentos técnicos com outras Casas de Sementes. Outra necessidade importante a ser atendida prende-se com as orientações com relação às questões administrativas, a exemplo do registro de entrada e saída das sementes e a imprescindível multiplicação das mesmas, tendo em vista aumentar o nível de organização social das famílias para preservar a agrobiodiversidade local, regional, conseqüentemente de projeção nacional. Entre as vantagens que traz a preservação das sementes de forma coletiva, temos o incentivo aos/às agricultores/as a contribuir e influenciar no debate sobre conservação das sementes locais, com isso preservando o futuro da biodiversidade e, conseqüentemente, o futuro da humanidade. Outro benefício da organização coletiva é a possibilidade de contribuir com propostas para futuras ações a serem realizadas pelo Estado através de políticas públicas, com o fim de garantir a soberania alimentar das populações rurais. Ou seja, a soberania só será possível através da produção local de alimentos, com respeito à biodiversidade regional, a cultura e o modo de vida de cada povo.

Diante do exposto, as políticas públicas voltadas para agricultura familiar são fundamentais para o desenvolvimento rural no semiárido. Entre as políticas públicas desenvolvidas, a Política

Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, conhecida como a Lei de Ater (Brasil, 2010), tem papel indispensável para as famílias rurais, ao promover “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuário, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Brasil, 2010: Art. 2º, I). Além de prestar assistência técnica para agricultores/as, a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) vem acompanhada de ações educativas no sentido da convivência com o semiárido e a preservação da natureza. Em Cumaru foram realizadas atividades de assistência técnica e extensão rural objetivando a transição agroecológica junto aos agricultores/as familiares sujeitos da pesquisa, assim como com assessoria técnica para construção de infraestrutura hidráulica e processo educativos, com fins de melhorar a produção e fornecer água de qualidade.

As políticas e os programas apresentados acima foram reconhecidos como de grande relevância para os grupos familiares estudados. Ao falar da infraestrutura que tem na sua propriedade, um agricultor ressalta: “*Tudo o que tem aqui é projeto do governo*” (Esposo, Família Juazeiro, 2019). Projeto esse realizado em parceria com organizações não governamentais, nesse caso com o Centro Sabiá, responsável pela execução do Programa Cisternas em Cumaru. Em 2017, o P1MC e o P1+2 (Programa Cisternas) foi reconhecido internacionalmente pela ONU como uma das tecnologias sociais de grande relevância à proteção da vida e à promoção de meios de subsistências em terras áridas, além de combater à desertificação, sendo este último um dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Objetivo 15, meta 3<sup>121</sup>) (ONU, 2017). A chegada da extensão rural e com elas as tecnologias sociais como as cisternas, principalmente por meio de ações de organizações não governamentais, contribuíram para o acesso à alimentos e água, proporcionando um tempo de fartura ou menor privação, de novas possibilidades, como destacam os testemunhos a seguir,

*O Centro Sabiá chegou em 2011, com a Chamada Agroecologia. Mudou muito aqui. Eu antes só trabalhava fazendo queimadas. Não podia ver um pé de pau que queria queimar. Veneno... apesar que eu nunca gostei de usar agrotóxicos, depois do Centro Sabiá, que não uso mesmo. Tive acesso ao conhecimento, ao acompanhamento, assessoria. Veio a Diocese<sup>122</sup>, o Sindicato também veio, a Diocese fez o biodigestor. Em 2011 foi feita a Segunda Água, a cisterna calçadão e o projeto produtivo para as cisternas* (Esposa, Família Bromélia, 2019).

*Quando o Centro Sabiá chegou foi em 2006, essa vinda foi através da associação da Pedra Branca. Houve esse conhecimento e trouxe esse pessoal para Cumaru. Melhorou muito a*

---

<sup>121</sup> Objetivo 15: Vida terrestre: proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação dos solos e travar a perda da biodiversidade. Meta 3: até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo (ONU, 2017).

<sup>122</sup> Instituição da Igreja Católica

*situação da gente. Veio com esses programas aqui para a gente aprender a trabalhar na agroecologia, produzir e comercializar. Também chegaram com programas de cisternas e foi gerando mais renda. Depois dessas cisternas, melhorou muito* (Esposo, Família Mandacaru, 2019).

O processo de transição agroecológica contribuiu para melhor adaptação em ambiente árido, com períodos de estiagem prolongada, realidade das famílias investigadas. A seca vivenciada no período de 2012 a 2017, uma das mais longas na história do Brasil, afetou o desempenho das atividades e a continuidade da transição agroecológica, devido à queda na produção. Além disso, a situação foi agravada ainda mais com a significativa redução nos investimentos em políticas públicas, especificamente para essa região. No atual momento vivenciado no Brasil e no mundo, num contexto de pandemia da Covid-19, programa Cisternas<sup>123</sup>, um dos mais expressivos para o semiárido, sofre com cortes de recursos, agravando a situação das famílias com relação a fome, fruto do desenvolvimento desigual, discriminatório e perverso (Belik, 2020b). A dependência das chuvas e das transferências de renda deixam as famílias rurais pobres em situação cada vez mais difícil, tendo em vista a queda de orçamento para políticas sociais e agrícolas, assim como a redução de recursos destinados à saúde e educação. É necessário que o estado brasileiro priorize a agricultura familiar camponesa para evitar que a fome avance cada vez mais no país. No último período de seca, mesmo com grandes dificuldades, especialmente com a volta da fome no Nordeste e em todo Brasil, as políticas direcionadas para as populações pobres, sobretudo para famílias rurais do semiárido, evitou saques a mercados em busca de alimentos, situação antes registradas no Brasil, notadamente na época da ditadura militar.

Durante as estadias nas casas das famílias, nas conversas e entrevistas os/as interlocutores ressaltaram melhorias nas propriedades e nas suas vidas vivenciado através das diferentes políticas para a região. Ao oferecer condições propícias para o desenvolvimento rural, priorizando o fortalecimento da agricultura familiar e camponesa, torna o semiárido um ambiente altamente produtivo, especialmente no que se refere à produção de alimentos para a subsistência, bem como a comercialização do excedente, transformando-o num lugar adequado para viver e trabalhar. Após o acesso a políticas públicas e assessoria técnica os grupos familiares afirmaram que têm mais diversificação na produção e o abandono do uso de veneno melhorou a qualidade dos alimentos, trouxe mais saúde e evita a compra de medicamentos. Portanto, ao possibilitar acesso a renda e novas formas de lidar com a terra, conduz também a mudanças sociais, entre elas na alimentação.

---

<sup>123</sup> Madeiro, Carlos (2012). Maior programa para armazenar água no sertão tem queda de 94% em seis anos. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/02/04/cisternas-sertao-nordeste-queda.htm#:~:text=Cotidiano-Maior%20programa%20para%20armazenar%20%C3%A1gua>

Corroborando com resultados de investigações realizadas em diferentes regiões do Brasil, entre outros estudos, estão os de Lima (2017) na região Sudeste, o de Jardim (2018) na região Norte e o estudo de Krone que envolve as regiões Nordeste e Sul (2018).

Tratar de alimentação com agricultores/as requer discutir não só a dimensão do consumo como é imprescindível discutir também a dimensão da produção. No nosso caso, analisar na perspectiva do desenvolvimento e sua interferência nas escolhas alimentares e de consumo. Desse modo, os desafios na produção de alimentos no cenário de semiárido no passado e no período recente serão discutidos a seguir.

### **3.4. Desafios na produção de alimentos no contexto do Semiárido**

Devido à pobreza e à insuficiência de terra para trabalhar com o propósito de garantir o sustento e a sobrevivência das famílias, os grupos investigados sempre tiveram dificuldades em permanecer em suas terras. Esse contexto exigia, principalmente dos homens, trabalhar em outros lugares para fazendeiros, grandes proprietários de terras, em condições precárias, muito difíceis. Ou trabalhavam como “alugados”, isto é, o agricultor trabalhava nas terras dos outros realizando, entre outras atividades, o plantio e colheita do algodão, o corte de lenha e o desmatamento. Dessa maneira garantia acesso a um pedaço de terra para produzir alimentos para família, em troca entregava uma parte da produção aos donos das terras. Cenário explanado por um dos agricultores das famílias participantes da investigação,

*Eu trabalhei na Pedra Branca, e criava no terreno do meu pai Ezequiel. Era difícil, a terra era pouca e a gente procurava terra dos fazendeiros, botava roça na terra dos fazendeiros vizinhos. Arrancava toco, limpava a terra, preparava o terreno, trabalhava por dois anos. Depois ele botava a gente para trabalhar em outro canto só para descobrir terra. (Esposo, Família Mandacaru, 2019).*

A concentração fundiária e as condições precárias dos agricultores tornavam a situação propícia para os fazendeiros exercerem seu poder político e econômico, como explorar a mão de obra destes no sentido de desbravar terras semiáridas do Agreste para produzir principalmente algodão. No entanto, apesar das adversidades, a convivência com a pobreza e o trabalho precário, a produção de alimentos sempre fez parte da vida dos grupos familiares estudados, principalmente para o autoconsumo, como alega um agricultor: “a comida é sagrado” (Esposo, Família Mandacaru, 2019). Uma agricultora chama atenção ao afirmar “a gente vivia basicamente de tudo da agricultura” (Esposa,

Família Cactos, 2019). A estratégia era aproveitar ao máximo a terra que tinha para diversificar a produção de subsistência, para o autoconsumo e o pouco que excedia assegurava uma renda para comprar alimentos que não produziam e outros bens necessários, a fim de garantir a reprodução social da agricultura familiar, como expressam as falas abaixo, das famílias Bromélia, Cactos e Carnaúba,

*Para ter comida em casa tinha que trabalhar fora. No inverno bom a gente lucrava. Aí guardava aquele lucro, o feijão e o milho pra comer... Mas também tinha que trabalhar porque precisa comprar roupa, calçado e a mistura, alimentar a casa: carne, farinha. Com o lucro não dava para alimentar a família. O milho deixava para as galinhas. O feijão para comer... A gente vendia 4, 5 sacos de milho só e o feijão era só para o consumo. O roçado era pequenininho, com duas pessoas trabalhando e ele (o marido) tinha que trabalhar fora, trabalho alugado (Esposa, Família Bromélia, 2019).*

*Não comprava nada não. Minha mãe guardava num depósito cheinho de milho em grão. Dois de 18 sacos, que era pra ter milho para as galinhas comer e pra a gente também. A gente fazia angu. Ficava um depósito e botava só as espigas, seleciona as espigas para a gente pegar o verão, fazer cuscuz. E também a gente selecionava semente que era de plantar, era tudo selecionado. Era o que a gente comia, era isso. A galinha que a gente criava, era a carne que a gente comia. Um porco, quando matava, era o que a gente comia. A vaca, criava a vaca, tinha leite, tinha queijo, tinha manteiga. Mas o gado era pra vender também! Os bois, assim, matava de vez em quando... e todos os vizinhos comiam dessa carne... Nessa época não fazia feira não, porque a farinha tinha, plantava macaxeira, a gente tinha macaxeira, tinha batata doce, tinha fava, tinha feijão, tinha milho. O que comprava, basicamente era quase nada. Eu lembro que ele [o pai] comprava muito a charque<sup>24</sup>, comprava açúcar, que antigamente o açúcar era uns bolos, era rapadura... O único doce era esse. Comprava café, entre aspas, porque mainha também fazia café... comprava também o sal. A banha era do porco pra cozinhar, para assar carne e para usar nos cabelos. Usei muito, viu. E também mainha fazia óleo de coco, aquele coco que a gente bota na tapioca e faz doce, tinha muito pé. Também comia peixe do rio, no rio tinha muito peixe (Esposa, Família Cactos, 2019)*

*A dificuldade era a carne. O resto, quando tinha chuva, a gente tinha. Plantava feijão, macaxeira, jerimum. Comia feijão com cuscuz e não tinha arroz. Farinha com cuscuz. Fazia um molho de cebola, de coentro, [quando] não tinha carne. Cadê dinheiro para comprar? No final de semana matava uma galinha e comia sábado e domingo. Na segunda, começava do mesmo ritmo. Naquela época meu marido pegava peixe lá em baixo no rio Capibaribe na Muruabeba. (...) Ali tinha muita poça d'água (Esposa, Família Carnaúba, 2019)*

Como o algodão teve uma grande importância para o Agreste, a ponto de ser considerado o ouro branco da região, era comum, as famílias que podiam, plantar o algodão junto com as outras culturas: milho, feijão, macaxeira/mandioca. A comercialização do algodão quase sempre teve a participação de atravessadores/as que adquiriam o produto das famílias agricultoras e comercializavam no município de Limoeiro, onde era beneficiado em algodoiras. Em seus estudos,

---

<sup>24</sup> Carne que se salga e seca ao sol aumentando o tempo de conservação. A diferença em relação à carne de sol é que a charque ou carne seca é mais seca e salgada do que carne de sol.

Andrade (2011) constata que um dos fatores que contribuiu para o desenvolvimento do algodão foi o fenômeno da modernização, com os investimentos no desenvolvimento técnico e econômico. Assim, é possível dizer que desde sempre os agricultores/as ficaram reféns ou de grandes fazendeiros ou de atravessadores, e principalmente da omissão do Estado em possibilitar, apesar da adversidade do clima, da seca, melhores condições destinadas para populações rurais do semiárido, ou seja, possibilidade de conviver com esse fenômeno da natureza. Como assevera Andrade (2011), investir num modelo de desenvolvimento que priorize o/a agricultor/a camponês, que seja mais inclusivo, igualmente, possibilite ampliar oportunidades para melhorar sua qualidade de vida. O que significa pautar o desenvolvimento nas pessoas e não apenas no avanço de tecnologias de industrialização moderna, melhor dizendo, não priorizar o crescimento econômico para alguns (Sen, 2009).

A concentração de terras ainda é muito grande no Brasil, sendo o Nordeste uma das regiões com maior concentração de renda e terra (IBGE, 2017). O acesso à água continua difícil, apesar de ter melhorado um pouco em relação ao armazenamento da água, com a construção de cisternas através de políticas públicas implementadas em um período muito curto. Entretanto, um grande número de famílias ainda não tem onde armazenar água para consumo e produção. Além desses fatores as mudanças climáticas agravam ainda mais a situação. O modelo de desenvolvimento vigente, centrado na exploração da natureza e concentração de riquezas, tende a ampliar os impactos negativos tanto ecológicos como sociais, visto que a ação humana interfere sobremaneira na degradação ambiental, nas mudanças climáticas e no aquecimento global.

Assim, é importante ressaltar que a investigação foi realizada num período em que as famílias estavam vivenciando um longo período de seca, sete anos, além da redução nos investimentos para agricultura familiar e camponesa, o que impactou nas estratégias de produção. Em consequência da carência de água para irrigação as famílias abandonaram algumas atividades no roçado ou permanecem apenas com o mínimo de produção, inclusive de alimentos básicos. Em função da vulnerabilidade econômica, alguns membros das famílias foram levados a deixar a atividade agrícola e forçados à migração, dificultando ainda mais a produção com a falta também de pessoas para trabalhar no campo. Assim, a carência de mão de obra para produzir a farinha também contribuiu para o abandono da produção de mandioca, considerando que o processamento da farinha exige muito tempo e trabalho. Vale chamar a atenção de que diferentemente do agronegócio, que empreende a agricultura de larga escala, com uso de maquinarias, estabelecida para mercados globais, o lucro e de frágil vida, na agricultura familiar camponesa não existe produção sem mão de obra, sem

agricultores/as. Assim, do ponto de vista social, as precárias condições faz as famílias perderem sua fonte de trabalho e renda, necessitando portanto de auxílio de governos para sua manutenção.

Ademais, os recursos provenientes do PBF e da aposentadoria não são suficientes para garantir a manutenção das famílias e adquirir ração industrializada para os animais. A produção dos alimentos básicos para as famílias investigadas está se tornado cada vez mais um desafio não só pelas questões climáticas, mas sobretudo pela falta de estrutura adequada de incentivo à produção para agricultores/as familiares em contexto de seca. A limitação na produção restringe o consumo dos alimentos produzidos pelas famílias, conseqüentemente reflete no consumo alimentar. Todas as famílias entrevistadas afirmaram que cultivam mais do que os mencionados, principalmente para o consumo familiar, no entanto, devido à estiagem, atualmente a produção está escassa. Contudo, em virtude de sua importância para o consumo humano e dos animais, durante a investigação verificamos que o milho é produzido por todas famílias, mesmo que seja minimamente, o que não garante abastecer as necessidades alimentares das famílias e dos animais o ano inteiro. O Quadro 1, construído a partir do que foi observado e citado nas entrevistas, mostra a variedade de produtos vegetais cultivados para subsistência pelos grupos familiares.

**Quadro 1:** Produtos vegetais (nome popular) cultivados para alimentação e saúde humana das famílias investigadas, Cumaru, 2018-2020

<b>Uso</b>	<b>Tipo</b>	<b>Espécies</b>
Alimentação Humana	Frutas	Abacate, abacaxi, acerola, banana (5 variedades), cajá, caju (2 variedades), castanhola, goiaba (2 variedades), graviola, incó, jabuticaba, jaca, jenipapo, laranja (6 variedades), limão (2 variedades), mamão (2 variedades), manga (3 variedades), maracujá (3 variedades), melancia, pinha, pitaia, pitanga, pitomba, seringueira, tamarindo, umbu
	Hortaliças	Couve, jerimum, maxixe, quiabo, tomate
	Raízes e tubérculos	Batata (8 variedades), macaxeira (3 variedades), mandioca (2 variedades)
	Leguminosas	Fava (7 variedades), feijão (8 variedades)
	Cereais	Milho (3 variedades)
	Condimentares	Alecrim, pimenta, cebolão, cebolinha, coentro
	Oleaginosa	Amendoim, catolé, coco (3 variedades)
	Outros	Cana caiana
Saúde Humana	Plantas medicinais	Alecrim, arruda, babosa, capim santo, catingueira, cumaru, erva cidreira, hortelã (2 variedades), jenipapo, maracujá, mastruz, romã, ubiratama.

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo

O feijão, o milho e a macaxeira são os mais produzidos, constituindo a base da alimentação dos grupos familiares investigados. Esses alimentos são considerados como aqueles que dão sustância<sup>125</sup> e saciam a fome:

*“A gente, tendo a fava, a macaxeira, o feijão e o milho, tem tudo. É forte! É comida forte. A gente come e demora, passa tempo, sem estar com fome”* (Esposo, Família Catingueira, 2019).

O milho é cultivado habitualmente em consórcio com o feijão para subsistência das famílias, a partir de sementes preservadas de safras anteriores, sementes adquiridas de outros/as agricultores/as ou recebida através de programas governamentais. Dentre os feijões, os mais consumidos são o comum, o pardo e a fava. O milho e a macaxeira/mandioca<sup>126</sup> e seus derivados tem uma grande importância na cultura alimentar do/a nordestino/a, podem ser consumidos apenas com um simples cozimento ou servindo de base para diferentes preparações da culinária nordestina, como bolos, biscoito, cuscuz<sup>127</sup>, munguzá, canjica, pamonha, broa, entre outras. Apesar da sua relevância na cultura alimentar, a produção da farinha, tanto de mandioca como de milho está cada vez mais distanciada do/a agricultor/a e atualmente são adquiridas prontas nos mercados, desde em barraquinhas na esquina aos pequenos, médios e grandes mercados. Não obstante ser considerada essencial na alimentação das famílias investigadas<sup>128</sup>, a produção de farinha de mandioca não tem mais a importância de tempos atrás, haja vista as dificuldades enfrentadas para sua fabricação: a falta de chuvas para plantação, a falta de mão de obra familiar (afastamento dos jovens), o longo tempo para fabricação, o preço do mercado é mais baixo, assim não compensa sua produção. Um agricultor, já idoso, justifica o motivo da compra de farinha de mandioca,

*Depois que a gente paremos [de produzir a farinha], vem da feira. Eu acho melhor para mim, do que a despesa que eu tinha para plantar, para arrancar, para chamar vizinhos para ajudar a raspar...* (Esposo, Família Juazeiro, 2019).

Deixar de produzir a farinha interfere na sociabilidade dos agricultores/as, considerando que o momento da produção da farinha de mandioca tinha sua importância para o autoprovisionamento, como também contribuía para a promoção da autonomia, na socialização e identidade dos/as agricultores/as que compreendem o autoconsumo, os mutirões de vizinhos como expresso na fala acima, assim como em trocas de informações e festividades: *“Fazia aquela tuia de mandioca no meio*

---

<sup>125</sup> Alimento com elevado valor energético

<sup>126</sup> Macaxeira é consumida com apenas cozimento ou serve de base para outras preparações, como o bolo. No caso da mandioca é usada na produção de farinha, beiju.

<sup>127</sup> O cuscuz é uma massa de milho socada, temperada com sal e cozida no vapor d'água.

<sup>128</sup> Para alguns/as agricultores/as ter farinha de mandioca e o cuscuz no sítio, significava barriga cheia, ausência da fome, pois serviam para comer com leite, com bacalhau seco torrado na brasa, com fava, entre outros acompanhamentos.



*da casa, aí sentava uma roda de gente conversando e raspando a mandioca”* (Esposa, Família Bromélia, 2019). Essa era uma ocasião em que histórias eram contadas e os laços de amizades se consolidavam.

Todas as justificativas para a desistência em produzir farinha de mandioca servem também para a produção da farinha de milho. Outro fator que contribuiu para o abandono da fabricação das farinhas, atividade considerada pesada, demorada e desgastante, especialmente para os mais velhos, diz respeito ao aumento do poder aquisitivo das famílias para compra de alimentos, muitas vezes de preço mais acessível, especialmente os industrializados, mesmo que seja de qualidade inferior e estranha a cultura alimentar local. Algumas agricultoras destacaram a perda de certas tradições no preparo de alimentos, provocando dessa forma, um distanciamento na cultura alimentar,

*A gente antes produzia o milho para fazer o fubá fininho no moinho (Fotografia 16) comunitário de Pedra Branca. Hoje não fazemos mais. Continuamos produzindo o milho, mas só para o xerém* (Esposa, Família Cactos, 2019).

*Antes a gente comia mais saudável, cuscuzeiro mesmo era do milho de casa, tudo que a gente produzia... não comprava essas coisas, pra fazer cuscuzeiro, farinha (fubá<sup>129</sup>) era a gente que fazia... desde criança, era tudo a gente que fazia natural, sem agrotóxico, tinha mais coisa, a gente lucrava mais, era mais saudável e hoje em dia a coisa não é mais saudável, tudo tem veneno* (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020).

*O fubá era ralado no moinho. Não cheguei a ralar porque eu era pequena, mas eu via, era uma festa, eu ia com minha avó na casa da vizinha, botava o milho naquele buraco... Cheguei a comer cuscuzeiro do milho mesmo.* (Esposa, Família Caroá, 2020).

---

<sup>129</sup> O fubá era produzido artesanalmente com moagem de milho em casa, principalmente por famílias rurais. Atualmente é produzido na indústria e vendido tanto no Brasil como no exterior, a exemplo de Portugal.



**Fotografia 13:** Antigo moinho de pedra para milho  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Alguns estudos apontam que o milho na alimentação humana tem relação com a pobreza, o que pode explicar a popularidade dele no Nordeste, região mais pobre do Brasil. Dados do IBGE (2020) revelam que quase metade da pobreza do país (47,9%) se concentra nessa região. Locais onde um número significativo de pessoas que vivem em situação de pobreza têm um elevado consumo desse cereal, em relação a países com maiores rendas, a prioridade é produzir para ração animal (Garcia; Duarte, 2011). O milho é usado de forma direta através de diferentes tipos de farinhas e de produtos transformados, assim como seus derivados. O fubá<sup>130</sup> é uma das farinhas de milho mais procurada, tendo em vista ser a base da preparação culinária mais popular da região, o cuscuz. Assim, a farinha de milho é comercializada em diferentes versões (farinha com flocos de milho fino ou flocão), quase sempre de origem transgênica e manejado por agrotóxico. A produção de determinado produto não se circunscreve apenas em si mesmo, implicam dimensões econômicas, políticas e sociais. No caso do milho (vinculado nos circuitos globais de *commodities*), em razão do processo de desenvolvimento centrado na monocultura faz da questão alimentar ponto essencial a ser considerado, tendo em vista provocar alterações nas práticas alimentares com a inserção do fubá, hoje produzido por multinacionais, base para elaboração do cuscuz, alimento tradicionalmente consumido no NE tanto no

---

<sup>130</sup> Agricultores/as também chamam de cuscuz (preparação culinário a base de fubá).

setor urbano como rural. O fubá (ou o cuscuz) embalado é um dos produtos industrializados que causou mudança significativas na produção e consumo das famílias:

*Mudou muito, a gente fazia o fubá e ia consumir. Fazia bem fininho, para fazer o cuscuz... Quando chegou o empacotado foi deixando de lado [a produção do fubá]... O milho que a gente produzia ficava para os animais, colocava no depósito para a gente vender no verão, na época difícil (Esposo, Família Mandacaru, 2019).*

*A fubá hoje é comprado no mercado, tem o Bolsa Família, vai lá e compra. Mas o milho [antigo] é muito mais saudável. Questão de saúde. Antes não tinha agrotóxico (Esposa, Família Bromélia, 2019).*

A fim de manter e fortalecer os costumes e a tradição, combater o consumo de transgênicos e o uso de agrotóxicos, agricultores/as do NE estão produzindo e comercializando a farinha de milho tipo flocão (mais apreciada pelos/as consumidores/as), a partir da produção de milho da agricultura familiar agroecológica. Os/as agricultores/as trabalham para escapar da dependência da indústria alimentícia, preservar a cultura alimentar, garantir sua autonomia e a soberania alimentar. Esta iniciativa contribui para fortalecer a produção sustentável de alimentos, uma vez que considera os aspectos social (preserva os costumes e a cultura alimentar), o econômico (evita a concentração de renda) e ambiental (não uso de transgenia e agrotóxico). E principalmente fomenta a agricultura familiar camponesa agroecológica.

Em se tratando de animais nas propriedades, as famílias possuem pequenas criações, principalmente de aves e bovinos, além de caprinos, suínos e abelhas (Fotografia 14). Os motivos para a pouca produção de origem animal vai desde o insuficiente tamanho da terra (para pastagem e produção de forragem), escassez de mão de obra para o manejo, mas principalmente o custo da manutenção, levando em conta a dificuldade para fornecer ração e água, principalmente em períodos de seca severa, situação observada durante o período da pesquisa. Como ocorreu com a plantação, a criação de animais também foi implicada com a escassez de água. Sem chuva não tem água para atender às necessidades dos animais, especialmente cabras e bovinos, já que a agricultura da mesma forma foi prejudicada e inviabilizou a produção de forragem para os animais.

*A gente por enquanto só cria galinha, mas já criou bode, porco, mas hoje só cria galinha devido à falta de chuva e não tem dinheiro pra comprar a ração, e criar animal de grande porte é mais caro, galinha é mais fácil (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020)*



**Fotografia 14:** Agricultora cuidando das aves  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Assim, os alimentos de origem animal é prioritariamente da criação de aves, suínos, bovinos, caprinos. Uma agricultora chama atenção para o custo da carne bovina, e da importância da criação de animais para ajudar na alimentação da família “*A carne é a coisa que mais gasta na casa, é a mistura. O fato de não comprar carne, já é bom*” (Esposa, Família Angico, 2019). Além de gerar uma economia para as famílias, ao fornecer carne e ovos, os animais também são uma forma de poupança, pois caso precise, são vendidos para atender alguma necessidade do momento, por exemplo, em caso de doença ou compra de medicamento.

A partir do exposto, fica evidente grandes desafios para produção de alimentos das famílias investigadas, o que vulnerabiliza sua situação frente ao consumo. Sobre essa questão serão apresentados e discutidos a seguir, os dados sobre alimentos e consumo dos grupos domésticos estudados em Cumaru, com base na discussão apresentada anteriormente.

### **3.5. Consumo alimentar e a SAN no cotidiano das famílias camponesas**

Considerando que as práticas alimentares sofrem influências que vão desde a cultura, religião, produção agrícola e questões socioeconômicas, o estudo sobre o consumo alimentar contribui para entender a sociedade e o seu desenvolvimento, uma vez que não é possível separar a alimentação do desenvolvimento. Como uma sociedade produz, processa, distribui, comercializa e consome seus

alimentos revela quais as estratégias de desenvolvimento adotadas no país a partir das opções políticas e econômicas, com rebatimento nas questões sociais e culturais, sendo traduzidas nos aspectos biológicos, ou seja, na saúde da população. Como destacado anteriormente, a questão alimentar é um problema que envolve diferentes dimensões, em outras palavras, é uma questão agrícola e industrial, higiênico-sanitário, econômico, político, social, cultural e ambiental. Assim, procuramos analisar a cultura alimentar e as possíveis mudanças dos grupos familiares pesquisados, a partir do acesso a programas e políticas direcionadas às famílias da agricultura familiar camponesa, além do acesso às outras políticas sociais, principalmente o PBF.

A existência de políticas que apoiaram, mesmo que minimamente, durante um tempo, a agricultura familiar, possibilitou produzir para o autoconsumo, contribuiu para a comercialização do excedente, possibilitou renda às famílias e condições de acessar outras formas de aquisição de alimentos, especialmente por meio do supermercado, o que os aproximou de produtos processados e ultraprocessados, principalmente os provenientes de organizações multinacionais, desde a indústria alimentícia aos grandes supermercados, presentes nos mais distantes lugares do mundo. Tendo em vista que a alimentação é um fato social (Maciel, 2005; Poulain, 2013), que não se restringe apenas aos aspectos biológicos, é um fenômeno social e cultural que passa por transformações intensificadas pelo processo da globalização ao unificar e massificar as representações humanas, a análise da aquisição dos produtos da alimentação será fundamentada na abordagem socioantropológica (Contreras e Gracia, 2011). Igual ao espaço urbano, a dinâmica no meio rural tem passado por transformações que vão desde a facilidade proporcionada pelo transporte nos dias atuais, que possibilita acessar com mais agilidade o comércio local, bem como às cidades circunvizinhas onde as opções de mercados locais, de redes de supermercados multinacionais (a exemplo do Carrefour), assim como de produtos são maiores, de igual modo a comunicação.

A comunicação ganhou grande dimensão com a chegada da energia elétrica na área rural, como já foi mencionado, mas que vale a pena retomar, pois ampliou o acesso a diferentes meios de comunicação como a televisão, o celular (telemóvel) e a internet, que disponibilizam informações não só da região, mas também de diferentes lugares do mundo, o que contribui para novos estilos de vida e altera as práticas alimentares ao fornecer informações, especialmente da publicidade sobre produtos que não fazem parte da dieta local, como os industrializados, com o argumento da praticidade de comidas industrializadas prontas ou semiprontas.

Destarte, como afirma Giddens (2008), o transporte e os meios de comunicação aproximam diferentes estilos e modos de vidas, e a alimentação não ficou à parte, visto que com a energia elétrica

foi possível adquirir equipamentos e eletrodomésticos, a exemplo da geladeira (frigorífico), equipamento de grande relevância ao permitir armazenar e conservar alimentos frescos por mais tempo, assim como produtos industrializados, vide os derivados do leite, como os iogurtes e os achocolatados, além dos embutidos, os congelados, entre outros.

A partir das observações, diálogos e entrevistas, verifiquei que as famílias investigadas também passaram pelo processo de mudança onde diferentes fatores contribuíram, como as políticas públicas de assistência social, a transferência de renda, as políticas agrícolas articuladas com as políticas de SAN, a exemplo das cisternas, que possibilitaram acesso a renda e uma melhoria na condição de vida, a partir da mudança proporcionada. No entanto, não houve transformações estruturais que garantissem às famílias a continuidade na melhoria na qualidade de vida, com condições contínuas de produção e estruturas básicas no campo, com melhor acesso à terra e a água, assistência técnica e extensão rural, assim como promover educação de qualidade, assistência médica adequada, melhoria nos serviços de transportes.

Atualmente, o Brasil passa por mais um processo de mudança, nesse caso muito desfavorável para famílias rurais, pobres e das classes subalternas. As mudanças atuais recaem principalmente sobre o desmonte de políticas públicas que objetiva assegurar alimentação saudável e acessível para população brasileira, ou seja garantir o DHAA<sup>131</sup>, e livrar a população da fome. Essas políticas, hoje fragilizadas e em processo de extinção, propõe uma nova forma de organização no sistema alimentar, onde os obstáculos existentes na reconexão entre quem produz e quem consome sejam superados. Um dos caminhos é o investimento e o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica, indispensável para o desenvolvimento sustentável, ao preservar os recursos naturais e a biodiversidade de cada região, produz alimentos livres de contaminantes químicos e transgênicos, o que contribui para mitigar os efeitos da mudança climática, a erradicação da pobreza, da fome e da má nutrição, ou seja garante a segurança alimentar e nutricional. A ausência de políticas públicas que favoreçam a produção de alimentos saudáveis expõe a população a um sistema agroalimentar que busca alta produtividade agrícola e disponibiliza através da indústria de alimento uma enorme variedade de produtos ultraprocessados de baixa qualidade, elevada durabilidade e mais acessíveis a população pobre. Com isso são construídos novos padrões no consumo alimentar nos setores urbanos ampliado para o rural. Posto isso, o próximo item abordará as mudanças no consumo alimentar das famílias rurais cumaruenses.

---

<sup>131</sup> Direito inserido, em 2010, no art. 6º de Constituição Brasileira.

### 3.5.1. Dos alimentos aos produtos ultraprocessados: mudança no consumo alimentar de famílias rurais em Cumaru/PE

*Ninguém sabe nem como é que vem, o que tem dentro.  
Mesmo fazendo mal à saúde, tem gosto bom.  
De vez em quando não faz mal não, né?*

Este item objetiva analisar as mudanças e permanências das práticas alimentares manifestadas pelos grupos domésticos estudados. A análise será realizada a partir das informações recolhidas nas entrevistas e observações feitas durante a estadia nas residências das famílias agricultoras. Terá como referência o acesso a programas sociais e a assistência técnica e extensão rural recebida, com programas e ações que ao possibilitar geração de renda e informações influenciaram o consumo alimentar. Assim, as atuais práticas de consumo alimentar das famílias rurais foram analisadas a partir dos aspectos relacionados à cultura alimentar, visando apreender manifestações de processos de desenvolvimento rural que as relações de consumo contemporâneo teriam trazido com seus estilos urbanos de vida, entre eles os relacionados ao consumo de alimentos, tratando das dimensões produção, disponibilidade, acesso e consumo. As escolhas alimentares estariam influenciadas pelos significados que representam para determinado grupo social, bem como pelos seus valores econômicos e culturais. Por ser um fato social, nas histórias das comidas perpassam pontos complexos que abrangem questões sociais, políticas, econômicas e simbólicas, que influenciam a construção do gosto, sendo este determinado pelas possibilidades de escolhas e de acesso (Mintz, 2001; Bourdieu, 2008).

Todas famílias investigadas referiram que diariamente fazem as três principais refeições, ou seja, o café da manhã (pequeno almoço)<sup>132</sup>, o almoço e o jantar. Considerando que a história de cada região é reconhecida também pelo o que compõe as refeições, alguns dos principais gêneros alimentícios serão apresentados neste item. De acordo com os dados recolhidos, o conteúdo das refeições dos grupos familiares estudados é muito homogêneo. Alguns tomam um café simples (bolacha com café puro/preto), logo cedo do dia, às 5h30, antes de irem realizar alguma atividade no sítio. Habitualmente o café da manhã, assinala a primeira refeição do dia. Em geral ocorre entre 6h e 8h, quase sempre de forma individualizada, ou seja, a família não se reúne para fazer essa refeição. É composto principalmente por: (i) café com leite ou chá, (ii) uma destas preparações: cuscuz, macaxeira, batata doce, jerimum ou inhame. Dependendo do que tem disponível, o acompanhamento

---

<sup>132</sup> Café da manhã é o pequeno almoço em Portugal.

pode ser algum tipo de carne (bovina, galinha ou peixe), ovo, queijo, manteiga ou nata. Todas as famílias verbalizaram que o cuscuz (feito com farinha de milho), é importante na alimentação, consideraram que é um alimento forte, nutritivo e que “*enche a barriga*”. “*O cuscuz com leite é o principal*”, nos fala um agricultor (Esposito, Família Barriguda, 2018). Como é um alimento que faz parte da tradição culinária do NE é bastante valorizado pelas famílias, inclusive muitas vezes compõe as três refeições. No entanto também foi destacado que a bolacha e o pão branco, fabricado em padarias, alimentos que não faziam parte da alimentação das famílias locais, estão substituindo o tradicional cuscuz com leite. Outra novidade na alimentação das famílias é a introdução do leite de soja e/ou o desnatado<sup>133</sup>, por motivo de saúde de adultos e idosos e o iogurte destinados para as crianças. O iogurte foi um dos produtos que começaram a fazer parte da dieta das famílias motivados pelo preço, mais sobretudo pela influência da televisão. Revelando o que Bourdieu (2008), numa outra abordagem trata como gosto, um produto das práticas que constituem o mundo social representado, ou seja o espaço dos estilos de vida.

O almoço acontece em torno das 12h. Assim como o café da manhã, o cardápio **do almoço** também é homogêneo. É considerado pelas famílias como a principal refeição, a que dá mais energia. Frequentemente, as famílias se reúnem nesse momento. Um dos traços da alimentação cotidiana no Brasil é misturar todos os alimentos no mesmo prato. Assim sendo, o almoço é composto por: feijão, acompanhado de arroz ou macarrão ou cuscuz e/ou farinha de mandioca. Assim como o cuscuz, a farinha de mandioca é bem tradicional na alimentação da população nordestina, principalmente na área rural, onde o consumo de feijão com farinha é maior do que o feijão com arroz, ou ainda junta feijão, arroz e farinha de mandioca. A combinação de feijão com arroz expressa a alimentação cotidiana no Brasil, apesar da sua redução nos últimos anos (Belick, 2020b; Barbosa, 2007), o que não exclui outras misturas, principalmente uma das mais antigas, já abordada, o feijão com farinha, e mais recente, o feijão com macarrão, já com o processo de urbanização ou modernização no campo. As hortaliças alface, tomate, pepino, cebola e pimentão foram citadas para o consumo, porém, têm pouca participação na refeição das famílias, seu consumo depende da produção, pois não são muito apreciadas na cultura alimentar local. Assim não tem o hábito de comprar, com exceção do tomate e o jerimum (abóbora), pois usam no preparo do feijão. Outro acompanhamento é a carne, bastante valorizada pelas famílias, tida como alimento principal, considerada um alimento forte e importante para saúde e para aguentar à fome. Verbalizaram que no almoço pode ter uma das seguintes carnes: bovina, galinha/frango, bode ou porco. Da carne bovina fazem diferentes preparações como o

---

<sup>133</sup> Uma das agricultoras consome, pois faz regime alimentar.



chambaril e o churrasco. Uma carne muito comum no NE, e muito consumida pelas famílias na área rural, é a charque, também mencionada pelos grupos investigados. Durante determinado período essa carne foi relacionada com a pobreza, pois era mais acessível. No livro *Geografia da fome* Castro (1946) faz referência a essa iguaria tão popular, muitas vezes consumida com farinha por falta de outras opções. Atualmente essa carne ganhou uma certa valorização, principalmente como item de preparações culinárias mais elaboradas. O que tornou seu preço mais elevado e de mais difícil acesso para famílias pobres. Apesar da variedade de carnes informadas, o consumo é restrito, principalmente a carne bovina, devido ao seu valor. No entanto, ressaltaram que sempre tem uma carne, sendo mais frequente a galinha que criam em casa, assim elas estão disponíveis nas propriedades. Uma agricultora lamenta a falta da carne e salienta sua importância, “*Não tem (carne) todos os dias, mas sou fã de carne. É fundamental, tem que ter, porque é bom mesmo*” (Esposa, Família Angico, 2019). Outra, aponta a dificuldade no consumo de alimentos, principalmente da carne, alimento raro para essa família.

*Quando não tem o peixe a gente vai de ovo de novo e vai levando. As coisas fica mais favorável quando recebo o Bolsa Família. Quando vai chegando o final de mês, vai ficando escasso, vai para as compras do básico. Carne de frango é mais no fim de semana. A carne de boi é mais no Natal, pois é mais cara* (Esposa, Família Bromélia, 2019)

A terceira refeição principal é o jantar. Os grupos familiares investigados consideram que essa é uma refeição “mais leve” em relação ao almoço, no entanto, muitas vezes é realizada com o que sobrou do almoço. O jantar também é um momento em que as famílias estão juntas, sendo que algumas também aproveitam esse ocasião para assistir televisão ou o faz antes de dormir. Em geral acontece entre as 17h e as 19h, sendo composto por uma dessas opções: batata doce, inhame, macaxeira ou cuscuz acompanhado com carne (peixe, porco, galinha ou charque), um produto industrializado ultraprocessado (fiambre enlatado, mortadela ou salsicha) ou ovos. Frequentemente tomam leite no jantar. Quando comem cuscuz com leite, a carne é dispensada. Devido à importância que a carne tem para esses grupos familiares, na medida do possível é consumida em todas refeições, com exceção do lanche da tarde.

Comumente o lanche é composto por café com pão ou bolachas, algum doce ou suco de frutas da época. Quando não tem produção compram as seguintes frutas banana, mamão, laranja, melão, goiaba, limão e maracujá. Com relação às refeições verificou-se que apesar de viverem no campo não têm o hábito de comer frutas, sendo o consumo parco. Observação confirmada quando questionados sobre o consumo das frutas, afirmaram que ocorre algumas vezes, no momento do lanche entre as refeições (manhã e tarde) ou no almoço. Essa informação revela um hiato entre

produção e consumo, ou seja, o consumo de frutas parece não ser valorizado o suficiente para que seja considerado essencial na alimentação. A precariedade no acesso a alimentos no passado gerou a necessidade de consumir alimentos mais energéticos, quando possível, isso permitindo suportar os longos intervalos entre as refeições. Assim, a alimentação era basicamente feijão e farinha com molho, em substituição da carne. O depoimento a seguir expressa um pouco a realidade vivenciada.

*Naquele tempo [antes dos programas sociais] fazia o molho para comer com feijão... Saudade sinto não. Faz com cebola de folha, coentro... fazia o bolo com o feijão e a farinha e molhava no molho. Era a carne naquela época... era o jeito de comer mesmo. Não tinha outra solução.* (Esposa, Família Catingueira, 2019).

A escassez de alimentos e a necessidade de consumir os que oferecessem mais energia e suportar um intervalo mais longo entre as refeições pode explicar a falta de costume em comer frutas, tida como um alimento fraco, que carece de substância que dê mais resistência e disposição para a lida na campo. Observa-se que as ementas e conteúdos alimentares das refeições das famílias investigadas são regimes alimentares monótonos, sem muitas diversidade de alimentos. O que pode ser justificado pelo histórico de pobreza e difícil acesso a alimentos, assim como a pouca ou inexistente produção, especialmente no período da investigação. Um dos agricultores justificou a monotonia alimentar afirmando: “*Aqui sempre é o básico*”, “*O mais eficiente na comida é a carne, farinha, feijão. É o mais importante*” (Esposo, Família Juazeiro, 2019) (Fotografia 15). As escolhas alimentares são influenciadas pelos gostos pessoais e determinados pelas condições de renda podendo rebater negativamente na saúde, provocando doenças evitáveis, como é o caso da obesidade e as complicações advindas dela: pressão alta e diabetes. Alimentos ricos em sal e açúcar, caso dos embutidos, molhos prontos e enlatados, entre outros, sempre fizeram parte do consumo alimentar da população em situação de pobreza, como é o caso das famílias dos/as agricultores/as participantes dessa investigação. Exemplo é a carne de charque e a sardinha de balde, rico em sal, mais acessíveis e com maior tempo de conservação, ou o tabaco de raposa, farofa à base de milho torrado com açúcar, rapadura ou mel.



**Fotografia 15:** Aspecto de uma alimentação básica  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Sobre a refeição nos dias de festas, como aniversário, casamento, Natal, final de ano, entre outras, é composta com pratos tradicionais da cultura nordestina (buchada de bode<sup>134</sup>, pirão de carne, mão de vaca), acompanhado de arroz e farinha ou farofa a base de farinha de mandioca, cebola e manteiga. Entretanto, novas preparações foram introduzidas, com os *habitus* urbanos “desenvolvendo um *gosto culto*” (Bourdieu, 2008), com as receitas aprendidas no período de vivência no setor urbano, principalmente nas grandes cidades, como o Recife, mas também conhecidas ao assistirem aos programas televisivos sobre culinária. Assim, foram introduzidos o bife à milanesa, churrasco, escondidinho de macaxeira, estrogonofe, lasanha, feijoada, frango de forno e torta de frango, macarrão de forno. Entre os ingredientes do estrogonofe, da lasanha e do macarrão de forno estão produtos ultraprocessados como o creme de leite, presunto e o queijo industrializado. Vale ressaltar que mais uma vez a hortaliça quase não foi mencionada, justificada pela falta de costume em consumir frutas e verduras, mesmo sendo estes alimentos comumente encontrados em áreas rurais.

Apenas duas famílias referiram que servem uma salada simples ou uma salada mais recheada (legumes com maçã, uvas passas e creme de leite). São servidos doces regionais, como o doce de mamão, goiaba, jaca, a salada de frutas e bolo de chocolate. As famílias que têm adolescentes e crianças evidenciaram que o brigadeiro (doce com chocolate, leite condensado e manteiga), beijinho

---

<sup>134</sup> Buchada de bode é um prato típico da região NE, feita com as entranhas (rins, fígado e vísceras) do bode.

(doce de coco com leite condensado e manteiga), os salgados coxinha de galinha e pastel estão presentes nas festas. Os doces como brigadeiro e beijinho de coco são produtos que na sua base tem como um dos ingredientes o leite condensado, produto ultraprocessado introduzido nos últimos anos, momento em que houve grande adesão de consumidores/as precarizados/as aos produtos comestíveis industrializados.

As informações sobre as refeições, expostas acima, revelam uma mudança na alimentação de famílias rurais em Cumaru, impulsionadas principalmente após convivência em setores urbanos, e pelo acesso à uma renda por meio da aposentadoria e/ou de programas sociais. Atualmente, na mesa das famílias camponesas estão presentes produtos provenientes da roça juntamente com produtos industrializados, ou seja o cardápio cotidiano tornou-se híbrido, composto de alimentos regionais (predominância de alimentos tradicionais como a macaxeira, o milho e o feijão), com uma crescente adesão de novos produtos proveniente principalmente da indústria da alimentação, a exemplo de carnes processadas e outros produtos ultraprocessados, já mencionados. Os dados encontrados nessa investigação corroboram os já apresentados por Ramos (2007), Krone (2018) e Jardim (2018) de pesquisas realizadas também em outros setores rurais no Brasil.

Outro aspecto que me instigou e interessou nesta investigação, ao tratar do consumo alimentar, diz respeito à relação das famílias com o mercado, especificamente a motivação da compra de gêneros alimentícios. Assim sendo, procurei observar algumas práticas que afetam a alimentação, dentre eles a forma de aquisição dos produtos, ou seja, o acesso aos mercados e a compra de alimentos (tipo de processamento dos itens comprados), pessoa responsável pelo cuidado com a alimentação (compra e preparo), os hábitos alimentares, tendo em vista a cultura alimentar e mudanças no consumo de alimentos.

### 3.5.2. Mercados e compras de alimentos

*Antes ninguém tinha esse privilégio de comprar!  
Custa setenta centavos, não é tão caro!*

Quando tratamos do item compras e preparo de alimentos, as mulheres tiveram maior envolvimento no diálogo, mas os homens também contribuíram, uma vez que alguns deles também fazem algumas compras. Ao serem questionados/as sobre as compras de alimentos, foi verbalizado que os alimentos são adquiridos no comércio local, na feira livre, no mercado público e nos mercadinhos do município, assim como em grandes lojas estabelecidas em outros municípios, especialmente nas duas maiores

redes de supermercados que vendem no varejo e atacado e dominam a comercialização de alimentos no Brasil (Peres e Matioli, 2020), nomeadamente o Atacadão, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes na Região Metropolitana do Recife, e no Assaí Atacadista, localizado em Caruaru, município polo do Agreste pernambucano. A compra de alimentos é facilitada principalmente pela renda que as famílias obtêm mediante a venda do excedente da produção, assim como pelo PBF e a aposentadoria. Revelaram que atualmente quase tudo o que consomem vem do mercado, particularmente o que não produzem. Citaram basicamente açúcar, trigo, café, arroz, macarrão, tomate, cebola, pimentão, carne e coentro. A compra de hortaliças e da carne foi justificada pela falta de água para criação de animais e produção de hortaliças. Também foram citados o feijão, o milho e a mandioca/macaxeira, produtos básicos essenciais que fazem parte da cultura de produção e consumo da região do agreste e, conseqüentemente, das famílias investigadas. A compra desses produtos básicos/essenciais foi explicada pela escassez de plantação, originada especialmente pela falta de estrutura, tanto para cultivo como para comercialização<sup>135</sup>. O feijão é comprado apenas quando a produção acaba, mesmo que reconheçam seu valor econômico nos mercados locais. O milho e a mandioca para consumo humano são comprados principalmente na forma de farinhas, motivados pela escassez na produção do milho e da mandioca e a desistência do fabrico, dado que exige muito trabalho e tempo, como já discutido. Com relação à carne, especificaram que compram carne de frango, bovina e suína, mas chamaram a atenção do valor, o que torna esse produto escasso e substituído por salsicha, sardinha em conserva ou ovos oriundo da criação de aves.

Outros produtos também passaram a fazer parte da dieta alimentar, como o biscoito recheado, a pizza pronta, o sorvete e o iogurte. Sobre esse último item, uma agricultora comenta “*custa setenta centavos, não é tão caro!*” (Esposa, Família Palma, 2020). O preço é uma grande porta de entrada para que famílias pobres urbanas ou rurais, como é o caso das famílias investigadas, passem a consumir novos produtos, desconhecidos que não fazem parte da sua cultura alimentar, de acordo com Claro *et al.* (2016). Maluf (2000) alerta que além das questões relacionadas à cultura, a alimentação também é sugestionada por questões econômicas. Noutras palavras, pelas promoções em mercados e supermercados, podendo-se dizer incentivando novos hábitos de compra, predisposições por compras antecipadas de mercadorias, quando os preços dos alimentos estão mais em conta (mais barato), contribuindo assim com o orçamento familiar. Agora, com a pandemia da Covid-19, mais

---

<sup>135</sup> Com relação a plantação, a dificuldade provocada pela existência de pouca chuva, devido ao longo período de estiagem requer do poder público providências para abastecer as famílias com água, e assim garantir que as terras fiquem em condições adequadas para produzir. Além disso, as famílias também carecem de assistência técnica, por meio das ações de extensão rural para produção e comercialização dos produtos. Apoio logístico, como transporte para levar os produtos a serem vendidos e estrutura física adequada para comercialização na feira, como barracas, balança e local para guardar material utilizado na feira. Essas são questões colocadas pelas famílias como essenciais para produção e disponibilidade de alimentos para o consumo local.

ainda, dado o aumento noticiado da cesta básica. Todavia, não é esta a causa principal para o aumento do custo da cesta básica, tendo em vista a opção de desenvolvimento do atual governo brasileiro. Outrossim, as condições de vida interferem no acesso, assim como os estilos de vida referentes aos símbolos resulta na qualidade da alimentação consumida. A distribuição da riqueza intervêm diretamente nas escolhas alimentares. Canesqui e Diez Garcia (2005), argumentam que

Comemos também de acordo com a distribuição da riqueza na sociedade, os grupos e classes de pertencimento, marcados por diferenças, hierarquias, estilos e modos de comer, atravessados por representações coletivas, imaginários e crenças (Canesqui e Diez Garcia, 2005, p. 11).

Assim, as desigualdades sociais e a concentração de renda no Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, resultam na complexa relação pobreza/extrema pobreza que interfere fortemente nas condições de acesso e na qualidade da alimentação da população, provocando a insegurança alimentar.<sup>136</sup>

No período de 2003 a 2016 o Brasil vivenciou diversas ações públicas na política de segurança alimentar e nutricional. Mesmo assim, o consumo de produtos ultraprocessados continuou aumentando progressivamente, refletindo de forma negativa na saúde, no meio ambiente e na sociedade. O consumo de alimentos naturais gradativamente foram reduzidos, tanto no meio urbano como no rural. Pesquisas realizadas no Brasil evidenciaram que o aumento da renda contribui para mudanças no consumo alimentar das famílias, especialmente no que se refere na diminuição de alimentos saudáveis. No caso de famílias que recebem o PBF, igualmente aumentou o consumo de produtos processados e ultraprocessados (Claro *et al*, 2007; IBASE, 2008; IBGE, 2011 Belik, 2020b; Rede Penssan, 2021). Estes dados também foram encontrados nas famílias rurais de Cumaru, o que significa o acompanhamento do que acontece no contexto nacional.

Os mercados ofertam uma grande variedade de produtos, sobretudo industrializados de diferentes origens, desde os frescos aos semiprocessados, processados e ultraprocessados, que podem ter sido produzidos próximos ao local de consumo como em lugares mais longínquos, com grandes deslocamentos, desconectados “de seu enraizamento geográfico e das dificuldades climáticas que lhe eram tradicionalmente associadas” (Poulain, 2006, p. 29). De acordo com Fischler (1995), a padronização e massificação alimentar provocada pela globalização tende a homogeneizar e destruir características regionais da alimentação com relação ao cheiro, sabor, mas também afasta a

---

<sup>136</sup> Em 2020, no contexto da pandemia, houve uma alta dos preços dos alimentos, especialmente do arroz e o feijão, 70% e 40%, respectivamente. Durante a pandemia houve um aumento no consumo de alimentos ultraprocessados, especialmente em grupos com menos escolaridade e renda, dados que revelam a influência que a renda provoca nas escolhas alimentares e no consumo de alimentos saudáveis (Rede Penssan, 2020; Belik, 2020a; Castro, 2021).

lembrança da infância, do lugar, das cores e formas dos alimentos, ao se desconectar da natureza. Por outro lado, as empresas de produtos alimentícios multinacionais procuram se adaptar aos mercados locais ao utilizarem estratégias na elaboração de produtos com características próximas ao gosto dos consumidores/comensais locais. Foi o que a Nissin Miojo fez ao lançar no mercado nordestino produtos com sabor de alimentos regionais (galinha caipira) ou o produto base (farinha de fubá) para elaboração de pratos regionais, a exemplo do cuscuz. A indústria procura se apropriar dos gostos/paladares regionais, disponibiliza no mercado produtos prontos (temperos), semiprontos (ou pré-cozido, caso das farinhas de fubá), com o argumento da praticidade e ganho de tempo, ao facilitar a rotina. Com isso desloca as atividades realizadas na cozinha doméstica para a indústria (Fischler, 1995; Contreras e Gracia, 2011), a serviço do capital, transformando cada vez mais a alimentação ao aumentar o consumo desses produtos. Paulatinamente, essa é a realidade também de agricultores/as camponeses, pois estão a transformar-se em compradores/as de alimentos. A fala da agricultora a seguir ilustra bem esse fato:

*“O [fubá] do supermercado pode ser transgênico ou pode ter agrotóxicos. Consumimos o fubá de fora, transgênicos, mas que dá menos trabalho. Traz sustança, mas não sei se tem a mesma qualidade [para a saúde]”* (Esposa, Família Cactos, 2020).

A opção pela praticidade e preço acessível ofertados pela indústria e mercado de alimentos estão progressivamente presente no campo brasileiro, como indicam os trabalhos de Lima (2017) e Jardim (2018) ao estudarem práticas alimentares de famílias rurais em Minas Gerais e no Amazonas, respectivamente. Assim, cultivar a terra, colher e comer estão gradativamente mais distante, tanto pela praticidade de produtos ofertados, mas também na medida em que a população do campo vai envelhecendo e os jovens não vêem perspectivas em continuar produzindo em condições tão adversas, precárias, como no caso do semiárido. Assim terminam por migrarem para outras regiões em busca de melhores condições de vida. Portanto, cada vez mais se distanciam da vivência no campo, na medida em que não é ofertado condições para trabalhar e viver, dessa forma fragilizando a continuidade da agricultura familiar camponesa.

A realidade da praticidade decorrente dos produtos industrializados foi observado, principalmente em grupos familiares com crianças e jovens. Nas entrevistas foi destacado que a diminuição do consumo de comida natural e o aumento da industrializada ocorreu sob influência das crianças e jovens, como afirma uma das entrevistadas, mãe de duas crianças (7 e 11 anos): *“eles gostam, é barato e o produto prático”* (Esposa, Família Palma, 2019). Outra família, também com criança (7 anos), adverte sobre a alimentação de hoje, salienta que houve muita mudança, que passou a comprar pescada em conserva, quitute (fiambre), salsicha e mortadela (embutidos): *“Antes ninguém*

*tinha esse privilégio de comprar, e hoje a gente tem condições de comprar”* (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020). Ela continua chamando atenção para mudança na alimentação e no poder de compra,

*Mudou porque a gente pode comprar as coisas que não comprava antes... Biscoito que ninguém podia comer uma bolacha... Recheado [biscoito], um salgadinho que ninguém conseguia comer, porque não tinha condições de comprar, refringente, às vezes. Um arroz, macarrão.* (Esposa, Família Carová, 2020)

*Compro salsichinha para fazer cachorro quente... compro carne moída, hambúrguer, tudo vem do mercado. Aquele achocolatado (aponta para o armário da cozinha) que vem nas caixinhas pra crianças... Nescau, Todinho... Esse mais novo comeu mingau de Mucilon, Neston, Leite Ninho... Por que antes não tinha, meu primeiro filho (20 anos) não tinha isso, era leite de vaca ou cabra... com esse (filho caçula de 07 anos) foi diferente, tem o privilégio de tomar um Danoninho... eu acho que a alimentação dele foi melhor que a dos outros, mas não saudável.* (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020)

Um dos motivos dessa família consumir mais alimentos industrializados, além do acesso ao PBF, pode ser explicado também pelo fato dos filhos mais velhos trabalharem em Jabotão dos Guararapes, grande centro urbano, e todos os meses quando vão visitar os pais, levam as compras de alimentos. O que igualmente está associado com a perspectiva de que a oferta e o consumo de alimentos também se relaciona com uma dimensão afetiva, de “cuidado”, de deferência aos membros da família. Com isso, novos hábitos alimentares vão surgindo influenciados pelos costumes urbanos e, conseqüentemente, interfere nos modos de vida alimentares da família (Fotografia 16).





**Fotografia 16:** Criança assistindo TV e comendo biscoito recheado; Uma das agricultoras com pacote de salsicha comprada após o recebimento do Programa Bolsa Família; Agricultora preparando leite industrializado: *“é mais barato e prático”*

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

De acordo com estudos de Goddy (1982), Gracia-Arniz (1997), Ascher (2005), Gracia-Arniz (2005) Mascarenhas (2007) e Maratoya *et al* (2013), a urbanização é uma das razões que alteram o padrão alimentar da população, juntamente com a globalização da economia, a renda e a publicidade. Sobre a população rural no Brasil, a publicidade e propaganda de alimentos assume um papel menos relevante (IBGE, 2011), tendo em vista que o consumo de alimentos tradicionais ainda está muito presente na dieta alimentar, questão também observada nas famílias investigadas.

Outro aspecto que chama atenção, destacado da família Umbuzeiro, é o fato de que a alimentação do caçula dessa família é considerada pela mãe como “melhor” quando compara com a alimentação dos filhos mais velhos. Tal está relacionado com o aspecto acima mencionado, da vinculação entre o alimento e a demonstração de cuidado e/ou afeto, estima a membros da família, neste aspecto ganha evidência a oferta destes alimentos para as crianças. No entanto, ela expressa que é melhor em quantidade de produtos consumidos, mas avalia que a qualidade não é saudável, por efeito da quantidade de produtos industrializados que ele consome, e compara com alimentação que ela consumia outrora: *“Antes era mais saudável, por que a gente comia galinha e ovo de casa, comia peixe do rio Capibaribe... não era poluído...”* (Esposa, Família Umbuzeiro, 2020). Essa interlocução chama atenção para os aspectos da alimentação e do meio ambiente, já destacado antes por outra

agricultora. A questão ambiental é uma das grandes preocupações dos/as agricultores/as devido à seca e às dificuldades na produção e criação de animais.

A incessante desigualdade social no mundo restringe o acesso à comida de verdade, alimentos saudáveis para população. Em relação a outras regiões do Brasil, no Nordeste persiste a desigualdade, com rendimentos inferior ao salário mínimo (Rede Penssan, 2021), A baixa renda e a pouca produção vivenciada pelas famílias participantes do presente estudo são fatores que contribuem para o consumo de produtos globalizados, de insalubridade alimentar e nutricional, e financeiramente mais acessível. Além do mais, os mercados desses produtos estão progressivamente espalhados em diferentes cantos do mundo (Peres e Matioli, 2020), desde os grandes centros urbanos e sua periferia como também nas áreas rurais. A partir do ponto de vista econômico, a precariedade das sociedades urbanas e rurais impedem o acesso a alimentos saudáveis, facilitando a entrada de produtos comestíveis industrializados de baixo custo, como é o caso dos ultraprocessados. Vale ressaltar que a entrada de ultraprocessados no consumo das famílias quase sempre é instigado pelos desejos das crianças, adolescentes e jovens:

*“Compro quitute, sardinha, mortadela, salsinha, calabresa, molho de tomate para o macarrão, miojo, danone, biscoito recheado. O biscoito é para [as crianças] levar para o colégio”* (Esposa, Família Palma, 2020)<sup>137</sup>.

Algumas crianças e jovens verbalizaram que não gostam de carne bovina, mas apreciam a salsicha, a mortadela e outros embutidos provenientes do boi/vaca, elaborada na indústria alimentícia com adição de produtos químicos, como a salsicha e a mortadela. Assim, vão se formando novos gostos, definidos pelo disponível e acessível para as famílias.

No caso das famílias investigadas, novos valores foram introduzidos no cotidiano alimentar a partir do acesso às políticas sociais e agrícolas que possibilitaram melhoria nas condições financeiras e com isso provocou mudanças alimentares. Famílias extremamente pobres, como as que estudamos, compram alimentos ultraprocessados, como biscoitos, bolos e bolachas industrializadas, salsicha, macarrão instantâneo, refrigerante, ou seja, atualmente consomem produtos distanciados do que produz e desconhece de onde vem, quem, onde e como é produzido, é um “desconhecido”:

*“Esses industrializados a gente não sabe a forma [de produção], mas vejo na televisão que não são saudáveis devido colocar muito produto químico, mas infelizmente a gente se submete, mesmo sabendo que vai fazer mal... Pela condição financeira, que não tenho como comprar o natural, por ser mais caro...”* (Esposa, Família Caró, 2020).

---

<sup>137</sup> Miojo é macarrão instantâneo reconhecido pelo nome marca, subsidiária da Nissin-Ajinomoto Alimentos Ltda. Igualmente o iogurte danone, reconhecido também pelo nome comercial do produto.

Ao inserir cada vez mais insumos químicos/artificiais na elaboração dos produtos comestíveis, as corporações afastam a comida da natureza, o que a torna menos perecível, aumenta sua durabilidade e gera mais lucro, visto que quanto mais afastado da matéria prima de origem, menos o produto estará vulnerável a perda. Ou seja, não é possível relacionar os ultraprocessados com a matéria que deu origem:

A comida se tornou um artefato misterioso, um GCNI, um 'objeto comestível não identificado', sem passado ou origem conhecida. Embrulhado, acondicionado, embalado a vácuo, em celofane, sob uma pele ou filme plástico, flutua, por assim dizer, numa terra de ninguém extratemporal: o frio, o vácuo ou a desidratação protegem-no da corrupção, isto é, contra o tempo; mas ao mesmo tempo, eles vão cortar suas vidas (Fischler, 1995, p. 210)

Não obstante desde 2003 existir no Brasil a obrigatoriedade dos rótulos de alimentos informar o/a consumidor/a sobre o que contém nos produtos, os termos técnicos, de difícil entendimento, é insuficientemente esclarecedor, para a população no geral, sobre o que realmente compõe o produto, independente do grau de escolaridade, (Silva, 2003; Idec, 2016). Essa realidade fere o direito do/a consumidor/a, preconizado no art. 6º do Código de Defesa do Consumidor<sup>138</sup> brasileiro, que trata do direito à informação adequada e clara sobre os diferentes produtos, especificando corretamente a quantidade, as características, a composição e a qualidade, além de informar os riscos que possam causar (Brasil, 1990). A dificuldade em compreender as informações podem ser explicadas pela falta de investimentos em política pública que propicie informações científicas, de linguagem adequada e que alcance de forma fácil e mais acessível a população (Silva, 2003; Lima, 2014; Idec, 2016), ou seja investimento na educação para o consumo, atrelada a formação cidadã.

No entanto, não basta só a orientação sobre o que consumir, são necessárias medidas que favoreçam mudanças de hábitos alimentares, o que requer políticas públicas que vão da produção à oferta e aos estímulos para o consumo de alimentos saudáveis, pois apenas informar/orientar o/a consumidor/a sobre a necessidade de mudanças no consumo de alimentos não é suficiente para alterar o padrão alimentar e, com isso evitar danos à saúde (desnutrição, obesidade e outras doenças advindas da obesidade), ao meio ambiente, e a própria sociedade. As escolhas saudáveis dependem do que está disponível, da renda e acesso, isto é, são reflexos globalizados das questões econômicas, sociais, geográficas e políticas do capitalismo contemporâneo, influenciam as escolhas condicionadas aos meios acessíveis enquanto grupos e indivíduos, o que retira deles/as a soberania de compra.

Um dos grandes instrumentos que serve para subsidiar e influenciar elaboração de políticas públicas adequadas às necessidades alimentares no Brasil é o Guia Alimentar para a População

---

<sup>138</sup> Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Brasileira (Brasil, 2014), cujo principal objetivo é disponibilizar informações para ajudar nas melhores escolhas alimentares, ou seja, orienta sobre alimentação saudável e na prevenção de doenças crônicas como obesidade e diabetes. Entre as recomendações para alimentação definidas no Guia, uma é fundamental, pois trata da “regra de ouro: prefira sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados” (Brasil, 2014, p. 47). Percebe-se que há todo um estímulo para o consumo de grãos, verduras e raízes em detrimento de biscoitos industrializados, principalmente os recheados, salgadinhos, bebidas lácteas/iogurtes com excesso de açúcar, macarrões instantâneos, embutidos, molhos industrializados e refrigerantes. O Guia brasileiro apresenta uma abordagem holística da alimentação, além da preocupação com o impacto ambiental, amplia para as questões sociais e econômicas advindas do consumo de ultraprocessados. Assim, as recomendações e a regra de ouro do Guia alimentar brasileiro são universais e podem ser aplicadas às populações de qualquer país, respeitando as especificidades da cultura alimentar de cada povo. O Guia levanta o debate e reflexão sobre as formas de produção e distribuição de alimentos, pois “a depender de suas características, o sistema de produção e distribuição dos alimentos pode promover justiça social e proteger o ambiente; ou, ao contrário, gerar desigualdades sociais e ameaças aos recursos naturais e à biodiversidade” (Brasil, 2014, p. 18). Contudo, as recomendações desagradaram tanto à indústria de alimentos, como outros setores que fazem parte do sistema alimentar, como a produção agrícola e pecuária e tantos outros segmentos que se beneficiam da produção, fabricação, publicidade e comercialização (supermercados) desses produtos comestíveis, visto que são divulgados como importantes para combater a fome.

O Guia é reconhecido internacionalmente como referência em orientar na promoção da saúde e conseqüentemente reduzir doenças, além de alertar sobre as questões ambientais, sociais e econômicas ligadas a produção e consumo de alimentos. Sugere também que a população priorize comprar de agricultores/as familiares. Assim, desde seu lançamento em 2014 pelo Ministério da Saúde, o Guia sofre vários ataques dos diferentes setores ligados ao agronegócio, particularmente da indústria de alimentos, a exemplo das empresas Nestlé, Coca-cola, Unilever<sup>139</sup>. Outrossim, em 2020, também passou a ser questionado pelo Ministério de Agricultura, Pecuária, e Abastecimento (MAPA), ao solicitar uma revisão do Guia com a justificativa que causa confusão, restringe a liberdade de escolhas alimentares, e não informa corretamente o que é importante para uma alimentação adequada e saudável<sup>140</sup>. A opção do Estado em atender as exigências dos setores do agronegócio, fere a

---

<sup>139</sup>Mais informações disponível em: <https://theintercept.com/2019/10/29/guia-comida-ministerio-saude-nestle-coca-cola/> - Associação bancada por Nestlé e Coca-cola tentou engavetar guia que recomenda comida de verdade.

<sup>140</sup>Nota técnica N° 42/2020/DAEP/SPA/MAPA. Disponível em: [https://ojoioeotrigo.com.br/wp-content/uploads/2020/09/SEI\\_21000-090207\\_2019\\_56-SolicitacaoRevisaoGuiaAlimentar-Sept2020.pdf](https://ojoioeotrigo.com.br/wp-content/uploads/2020/09/SEI_21000-090207_2019_56-SolicitacaoRevisaoGuiaAlimentar-Sept2020.pdf)

constituição brasileira, uma vez que ao se esquivar de sua responsabilidade em garantir o DHANA, desconsidera no Guia a contraposição que é feita ao consumo de produtos ultraprocessados no cotidiano da população. O que equivale dizer que, embora a alimentação adequada e saudável seja reconhecida como um direito inalienável, preconizado na legislação brasileira desde 2010, decorrente da mobilização social, ainda tem sido tratada na lógica do capital, ou seja, é considerada progressivamente no enfoque da mercadoria. O que significa desvalorizar a preservação da cultura alimentar, assim como o estímulo ao consumo de comida de verdade, cada vez mais distante da população, na medida em que a produção da agricultura familiar camponesa não tem o incentivo necessário por parte do governo.

Ao tratar dessa questão com os grupos domésticos pesquisados, estes expressaram certa preocupação com o consumo de alimentos industrializados, porém destacaram também sua conveniência ao reduzir tempo (ou ampliar o tempo para outras atividades, como cuidar da produção) e simplificar o trabalho doméstico das mulheres, um dos motivos que levou as famílias rurais a inserirem produtos industrializados no seu cardápio cotidiano. Ao transferir para a indústria alimentícia a responsabilidade na produção de alimento, as sociedades modernas se tornaram reféns e dependente da industrialização alimentar (Krone, 2018). Esse fato também é estendido às famílias agricultoras estudadas.

Como já exposto anteriormente, as compras são realizadas na feira livre, no mercado público e nos mercadinhos do município (Fotografias 17, 18, 19 e 20) ou em municípios próximos. A feira livre ou tradicional é abastecida por agricultores da região e pela Central de Abastecimento e Logística de Pernambuco (Ceasa), onde as famílias costumam fazer as compras da semana (principalmente verduras e carne). Os estabelecimento de comercialização em Cumaru não são incorporados às grandes redes de supermercados, são administrados numa lógica local e familiar. Tem uma relação próxima e de confiança com os/as clientes, alguns não trabalham com cartão de crédito, faz uso da caderneta para anotar as compras realizadas na forma de fiado. O pagamento é realizado no dia do recebimento da aposentadoria ou do PBF. Esse tipo de relação expressa a confiança, mas ao mesmo faz com o que o consumidor/a fique “preso”, visto que ao fazer o pagamento, realiza outras compras e dívidas. Quando questionamos o porquê de comprar fiado uma vez que tem o recurso todo mês, foi dito que dessa forma poderia comprar outras coisas que necessitavam.

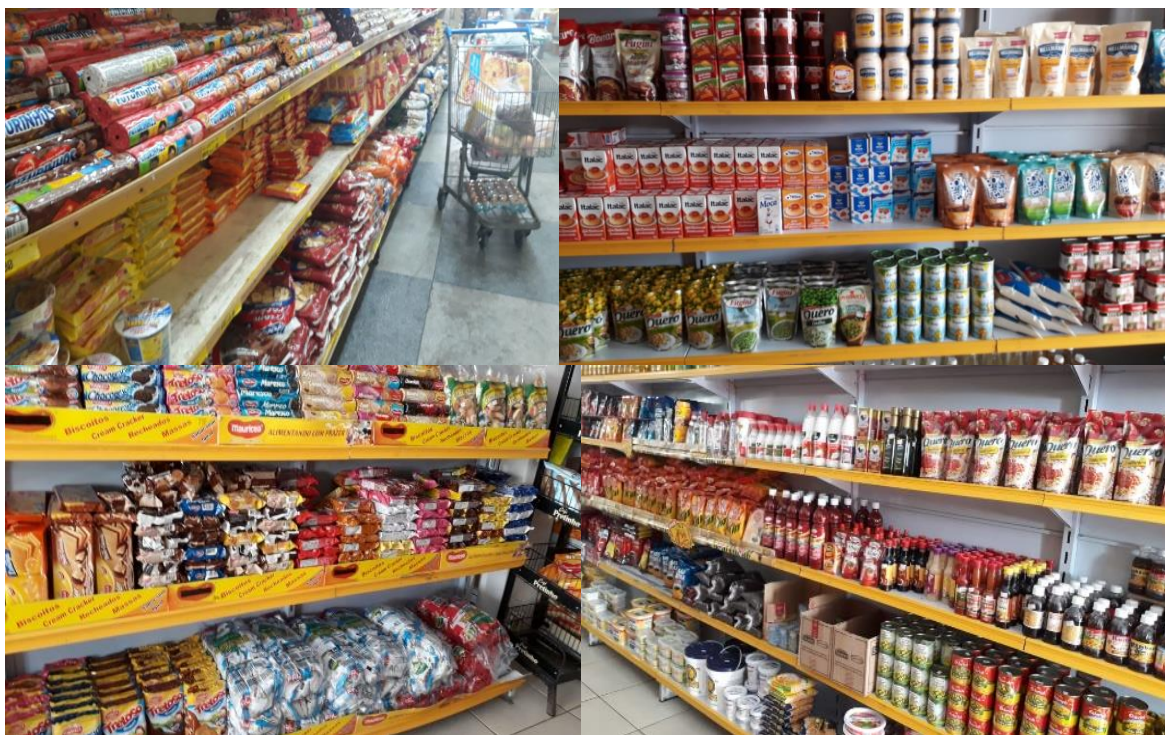


**Fotografia 17:** Feira livre de Cumaru  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020



**Fotografia 18:** Mercado Público de Cumaru  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

**Fotografia 19:** Balcão frigorífico com iogurte e refrigerantes expostos  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020



**Fotografia 20:** Prateleiras de um dos mercadinhos de Cumaru

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

A maioria prefere comprar fiado, diretamente com o dono do estabelecimento, pois a compra no cartão pode ser um pouca mais cara: “*Eu compro a prazo na minha caderneta. Pago uma e compro outra, quando recebo minha aposentadoria. Os aposentados tudinho compram lá*” (Filha, Família Facheiro, 2019). Apesar do município oferecer poucas opções de locais de compra, a informação revela que não fazem pesquisa de preço, e que a compra depende das condições postas pelo local de venda para pagamento: “*Do que eu precisar, eu compro lá..., a dinheiro, a fiado...Se eu tiver dinheiro eu compro, se não tiver, eu compro...*” (Esposo, Família Juazeiro, 2019). A praticidade em comprar para pagar um mês depois, mesmo que seja alimento, é considerada por eles/as como a melhor opção na forma de pagar. Embora tenham a garantia do recurso financeiro todos os meses, as famílias disseram preferir comprar a prazo devido à possibilidade de utilizar uma parte do recurso para outras necessidades, uma vez que o dono do mercadinho facilita a compra a prazo.

É preciso ponderar que a alimentação é uma necessidade básica, fazendo parte do cotidiano das pessoas, ou deveria fazer, pelo menos três vezes ao dia. No entanto, a compra de alimentos a prazo para garantir outras necessidades das famílias revela as condições precárias e vulneráveis em que estão sujeitas, mesmo com a existência da aposentadoria ou do PBF.

Entre os produtos que compram estão os processados e ultraprocessados, mais “baratos” e práticos. No período em que estive com as famílias observei alguns produtos (Quadro 2),

acondicionados nos armários de cozinha (Fotografia 21), na geladeira e/ou em outros locais. Ao analisar a pequena amostra de produtos encontrados, percebi que igualmente a outros estudos, há uma forte presença de embutidos (salsicha, salame, calabresa), macarrão instantâneo (miojo), biscoitos recheados, enlatados, salgadinhos de milho, iogurtes (adoçados e aromatizados), molhos prontos, temperos, entre outros, confirmando assim a tendência da homogeneização da alimentação, com a entrada cada vez maior de produtos artificiais no campo, contribuindo para insegurança alimentar da população rural.

**Quadro 2:** Produtos processados e ultraprocessados comprados e consumidos por famílias agricultoras em Cumaru/PE, 2018-2020

<b>Classificação</b>	<b>Tipo</b>	<b>Produto</b>
Processados	Cereais e derivados	Bolacha salgada (padaria), bolacha doce, pão, maisena, biscoito doce caseiro, torrada, farofa temperada, batata palha
	Hortaliças e derivados	Extrato de tomate, azeitona, ervilha (sachê)
	Laticínios	Queijo coalho, queijo ralado (tipo parmesão)
	Carnes e derivados	Carne de charque (carne seca), bacalhau salgado
	Outros	Cocada, doce de goiaba
Ultraprocessados	Derivados de cereais	Biscoito recheado, biscoito doce, bolacha salgada (tipo cream cracker, club social.), bolinho casadinho (tipo lanche), cereal infantil, floco de cereais, cremogema, miojo, massa para pastel, pizza.
	Derivados de Laticínios	Creme de leite, requeijão, leite condensado, achocolatado (todinho e nescau), bebida láctea (nequik), iogurtes (adoçados e aromatizados)
	Derivados de Carnes	Linguiça (calabresa ou toscana), fiambre (kitut), mortadela, salsicha, hambúrguer, carne de soja, sardinha enlatada
	Condimentares	Molho de pimenta, mostarda
	Bebidas	Suco em pó, refrigerante de diferentes sabores, inclusive coca-cola,
	Outros	Creme de cebola, maionese, margarina, calda de chocolate, leite de coco, ketchup, tempero pronto

**Fonte:** Dados da investigação, 2018-2020





**Fotografia 21:** Armazenamento doméstico das compras do mercado

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Os dados revelaram que as mudanças na alimentação ocorreram principalmente com o acesso a recursos, através de programas sociais e da aposentadoria, o que proporcionou acesso econômico e físico aos mercados, um vez que renda facilita ir também a outros municípios para fazer compras de alimentos, especialmente de industrializados. Apesar de afirmarem comprar produtos ultraprocessados, fato observado quando em permanência na casa das famílias, o consumo desses produtos não fazem parte do cotidiano de todas famílias investigadas, especialmente àquelas onde a presença do/a idoso/a é maior. O que difere quando há crianças e jovens.

Vale salientar que a investigação foi realizada antes da pandemia do Covid-19. A situação do Brasil piorou drasticamente tanto em relação ao acesso, por meio da produção no caso dos/as agricultores/as como também pela compra. Tendo em vista o desmonte das políticas sociais para garantir o acesso a comida de verdade para população brasileira.

Um outro ponto que chamou atenção durante a pesquisa de campo, juntamente com as leituras afetas ao tema, trata-se da situação das mulheres agricultoras, pois discutir sobre produção e consumo de alimentos com famílias rurais, requer falar também sobre as mulheres e relações de gênero. Mesmo não sendo objetivo da pesquisa, esse é um debate que ainda precisa ser aprofundado, visibilizado, questionado e refletido tendo em vista proposições para reverter as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Assim, antes de apresentar as considerações finais da tese,

gostaria de evidenciar que no período vivenciado com os grupos familiares, as conversas e as observações, permitiram perceber algumas questões importantes a serem consideradas sobre as mulheres rurais.

### **3.6. Velhas e novas questões: mulheres e relações de gênero dos grupos familiares investigados**

Na região Nordeste do Brasil vivem em torno de 29,4 milhões de mulheres, ou seja, 51,5% da população brasileira, sendo o NE a segunda região com esse contingente feminino. É na área rural dessa região que vivem quase metade das mulheres do país. No contexto da agricultura familiar e da divisão sexual do trabalho, as mulheres são as responsáveis pela busca da água e da lenha, bem como da preparação do alimento das famílias (BRK AMBIENTAL, 2018).

Pudemos confirmar que as crianças, por vezes, também participam da atividade de abastecer a casa com água e lenha. A responsabilidade é das mulheres no cuidar, o que significa dizer que elas tem um papel fundamental para preservação da cultura alimentar, tanto no âmbito da produção como do consumo. Como já abordado, verificamos que as tecnologias implementadas no semiárido nordestino provocam significativas mudanças na vida das famílias rurais camponesas. Essas tecnologias muitas vezes são consideradas “pequenas” por alguns, o que é um equívoco. Apesar de serem tecnologias de baixo custo, impactam fortemente na vida da população do semiárido, principalmente na das mulheres, uma vez que as liberam de abastecer a casa de água, facilitando a realização das atividades domésticas, garantem a produção de alimentos e a criação de animais, e elaboração dos alimentos. Todos esses benefícios repercutem positivamente na saúde da família, ao possibilitar produção e consumo de alimentos, viabiliza a higiene pessoal, do ambiente e da alimentação. Dessa forma, preserva a saúde e libera a mulher dos cuidados com possíveis doentes na família, atividade também considerada de sua responsabilidade.

Assim, analisar o papel de cada componente das famílias nas atividades realizadas na propriedade, tanto no campo como dentro do espaço doméstico, ou seja, nas esferas da produção e reprodução da vida, teve como objetivo discernir o trabalho da mulher, uma vez que de forma geral continua bastante desconsiderado, marginalizado e invisibilizado, especialmente o trabalho reprodutivo não remunerado, ainda visto como obrigatoriedade exclusiva ou prioritariamente das mulheres. Além de exercerem de forma bastante efetiva as atividades na agricultura desde a produção e criação de animais, dos cuidados com os quintais produtivos, as mulheres são as responsáveis pelo cuidado dos

integrantes das famílias (Ávila, 2012, Siliprandi, 2013, Zarzar, 2017). Observa-se nesta sequência que o cuidado com a família, distribuído de forma desigual entre homens e mulheres, aumenta a sobrecarga do trabalho delas, visto que a atenção e o cuidar exigem disponibilidade e tempo para executá-los. Um dos cuidados mais banal, automático e cotidiano atribuído às mulheres, é a responsabilidade pela elaboração e distribuição dos alimentos (Fotografias 22 e 23).



**Fotografia 22:** Agricultora servindo a refeição do marido  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020



**Fotografia 23:** Agricultora preparando o jantar e ensinando as tarefas escolares das crianças  
**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

A escassez de tempo as tem feito acessar produtos industrializados, e introduzi-los na dieta das famílias, especialmente naquelas onde crianças e adolescentes estão presentes. Com o objetivo de “facilitar” a vida das mulheres, a indústria tem assumido tarefas domésticas destinadas a elas, mesmo que ainda sejam as encarregadas de organizar e colocar à mesa (Mascarenhas, 2007; Contreras e Gracia, 2011). No entanto, o tempo “livre” das mulheres muitas vezes é ocupado com outras atividades na roça, ficando o cuidado pessoal quase sempre em segundo plano, uma vez que as atividades domésticas não são divididas entre os integrantes da família. Fato constatado em todas as famílias participante desse estudo. Um dos entrevistados, o esposo da família Juazeiro, justifica não fazer as atividades domésticas por considerar que é uma função da mulher, pois naturalmente ela já nasceu para isso,

*Eu não faço [comida] porque sou do campo. Eu vou falar: Uma mulher casada, se o marido morre, é melhor de viver do que o marido. Se a mulher morre e o marido fica, ele passa uma necessidade grande. A mulher lava roupa, a mulher varre casa, a mulher lava prato, a mulher cozinha, a mulher ganha campo, trabalha por outro ainda, e faz tudo... Se a mulher morre, o homem sofre mais do que a mulher. Ele vai fazer as coisas da casa e do campo. E a mulher é própria para isso. A mulher nasceu para cuidar da casa e o homem é do campo. Na minha mente é assim... (Esposo, Família Juazeiro, 2019).*

A associação das mulheres com os cuidados domésticos, entre eles a alimentação da família, expresso na fala acima, é consequência das relações de gênero, melhor dizendo, da construção social do feminino e do masculino e da divisão sexual do trabalho que as originam. De acordo com Hirata e Kergoat, (2007), dois princípios organizam a divisão social do trabalho: o da separação, que considera a existência de trabalhos de homens e de trabalhos de mulheres; e o princípio hierárquico, que compreende o trabalho do homem de mais valor que o da mulher. Princípios mediados pela ideologia naturalista, onde o sexo biológico sobrepõe o gênero, com isso correspondem as práticas sociais a papéis sociais sexuados. No Brasil, a agricultura familiar camponesa pode ser considerada um dos campos que melhor espelham as diferentes manifestações de desigualdades, sendo a de gênero uma delas. Além, é certo, da classe, raça, geração e região geográfica.

As mulheres das famílias investigadas tem sobrecarga de trabalho, como a grande maioria das trabalhadoras rurais, pois exercem as atividades domésticas e o trabalho no campo (Fotografia 24), algumas ainda participam de forma mais efetiva nas atividades da Associação e do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de Cumaru. As atividades cotidianas são diversificadas, entre elas estão: o cuidado com a casa e a alimentação da família, além da criação de pequenos animais (aves, caprinos, porcos) e o cultivo de hortaliças, frutíferas e plantas medicinais. Geralmente são realizadas em espaços próximos a casa, que por alguns são chamados de quintais, terreiro ou ainda ao redor da casa. Esses

espaços são importantes para garantir a segurança e soberania alimentar das famílias, em outras palavras, como são atividades principalmente para o autoconsumo, ao não gerar renda monetária ou recursos financeiros muitas vezes são invisibilizados e desvalorizados (Siliprandi, 2013; Jalil, 2017; Zarzar, 2017).



**Fotografia 24:** Agricultora cuidando do roçado

**Fonte:** Acervo da pesquisa, 2018-2020

Por motivo de saúde, dificuldade de locomoção, duas donas de casa não participam das atividades do campo, mas são as responsáveis pelo cuidado da casa. Todas elas fazem parte de alguma organização social, mas apesar de serem cadastradas no sindicato e na associação nem todas mulheres participam das reuniões. Algumas delas assumiram cargos de coordenação e atualmente uma das entrevistadas faz parte da secretaria do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cumaru, e tem grande envolvimento com as questões relacionadas com esta organização trabalhista.

Elas também relataram que ocorreram mudanças em suas vidas a partir do acesso à renda através da aposentadoria ou de programas de transferências de renda, principalmente por esses programas exigir a obrigatoriedade da titulação do cartão de recebimento ser no nome das mulheres. Afirmaram ter mais liberdade, principalmente em como aplicar o recurso, que prioritariamente é destinado para compra de alimentos, remédios, vestuário ou outra necessidade da família, como investir em alguma melhoria na casa. Apesar da certa independência financeira com relação aos maridos, algumas das entrevistadas revelaram que ainda são subordinadas a vontade de seus companheiros, no sentido da tomada de decisão no ambiente da produção e até mesmo em alguns

casos, no espaço doméstico, especialmente a cozinha, lugar “por excelência” destinados às mulheres, ou seja, em certa medida sofrem situação de violência doméstica.

Dois casais me chamaram muito atenção sobre a relação entre eles, a família Juazeiro, casal de idosos, e o jovem casal da Família Palma. Percebi na fala dos casais uma relação de violência e opressão das mulheres, o que é muito comum no meio rural brasileiro (Carvalho, 2019). O casal da família Juazeiro estão juntos (casados) há 30 anos. Quando estávamos com eles percebemos que a esposa, apesar de ser a responsável pela elaboração da comida, o marido era quem definia o cardápio e ela não fazia a refeição junto às visitas, comia por último. Na presença dele, ela quase não participou da conversa. Só quando estávamos sozinhas na cozinha ela começou a se colocar, falar um pouco de como gostaria de organizar o ambiente físico da cozinha. Estavam planejando uma reforma, mas ele estava definindo tudo sem ouvir a opinião dela sobre um espaço que ele diz que é próprio da mulher, “*ela já nasce para isso*”, ou seja, para trabalhar na cozinha.

A esposa da família Palma disse que sofria tanta violência que passou a ser evangélica<sup>141</sup> para ter ajuda espiritual:

*Desde o nascimento de meu filho mais velho [11 anos] que meu marido me agride. Ele me batia tanto que os vizinhos passaram a me proteger e ameaçar chamar a polícia... Hoje ele me agride de forma verbal e ameaça bater em mim, quebrar meus dentes, toda vez que chega bêbado... Isso na frente das crianças... (Esposa, Família Palma, 2020)*

A justificativa para permanecer no casamento é que não tem condições financeiras para largar o marido e seguir com as crianças. Mesma justificativa para não denunciá-lo à polícia. Os dados obtidos revelam a importância de ampliar a discussão sobre relações de gênero com as famílias agricultoras, especificamente pelos órgãos que realizam a extensão rural, tanto instituições públicas como ONG. Essa é uma agenda que as feministas brasileiras pautam há bastante tempo, tendo em vista que não pode haver um desenvolvimento justo se não há justiça de gênero.

---

<sup>141</sup> Muitos/as agricultores/as estão deixando a igreja católica para tornarem-se evangélicos. De acordo com o IBGE (2010), dados do último Censo realizado no Brasil revelaram que o segmento religioso que mais cresceu no país foi o evangélico. Passaram de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010. Embora o crescimento seja maior no setor urbano, também estão crescendo no meio rural. Uma das explicações para a expansão desse fenômeno pode ser o fato de que, inicialmente, o pentecostalismo se espalhou pela população de baixo poder aquisitivo, sendo essa uma realidade da periferia das cidades. Igualmente da sociedade rural, que em grande maioria é formada por pessoas pobres. Outra explicação é o fortalecimento das relações primárias, favorecidas pelo pentecostalismo. Os cultos muitas vezes são realizados nas casas dos fiéis, o que torna mais fácil a entrada de várias denominações evangélicas no campo, especialmente a Assembleia de Deus, caso encontrado no grupo estudado, assim como diferentes outras igrejas neopentecostais.

Mais informações em Ferreira, Fabio Alves (2016). Teoricamente produzido e o empiricamente recorrente: hipóteses, experiências e sugestões sobre a população pentecostal (Sem Terra). *Revista de teologia e ciências da religião*, v. 6, n. 1, janeiro-junho, p. 217-243.

## **Considerações finais**

A motivação para a realização deste estudo foi a preocupação com a questão alimentar na sociedade brasileira contemporânea, especialmente no setor rural, analisando com mais profundidade as práticas de produção e consumo de alimentos e os seus constrangimentos socioeconômicos, naturais e culturais.

Com o argumento da importância da industrialização para o desenvolvimento do Brasil e seus estados, entre eles o estado de Pernambuco, foram instaladas indústrias de alimentos em municípios de pequeno porte, o que também contribuiu para a mudança alimentar da população brasileira. A questão estudada ganhou grande relevância nos últimos anos, tendo em vista as mudanças no consumo alimentar ocorridas nos setores urbanos brasileiro, posteriormente no meio rural. Assim, tendo em vista entender a dinâmica do processo econômico, produtivo, os modos de vida das famílias rurais, o sistema agroalimentar e a ação do Estado nesse processo, a presente investigação teve como objetivo analisar as formas como o consumo alimentar de famílias camponesas no Brasil estruturam-se hoje, no contexto da produção e organização capitalista globalizada e suas consequências para os modos de vida e a saúde da população camponesa.

Procurar estudar a sua dimensão sistêmica, a questão alimentar traz para a centralidade da discussão não só os aspectos biológicos e da saúde, mas questões sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais atreladas ao ato de alimentar-se. A ênfase dada à abordagem qualitativa da investigação possibilitou refletir sobre as condições de vida, produção e consumo alimentar das famílias estudadas. Desvelar a realidade vivenciada por agricultores/as familiares camponeses no contexto do semiárido, possibilitou não só ampliar o debate sobre a pobreza rural, a vulnerabilidade social e alimentar em um contexto de seca, como apontar caminhos a seguir e executar ações com os princípios do desenvolvimento rural sustentável.

O alimento na sociedade capitalista contemporânea tornou-se uma mercadoria, adquirindo valor de troca a partir do processo de produção agrária e industrial, atrelada ao argumento de desenvolvimento, em que essas mercadorias passaram a ser redimensionadas e ressignificadas pelo capital e a cultura do consumo na contemporânea sociedade de consumo. O interesse por esta pesquisa foi motivado principalmente pela inserção de indústrias alimentícias no Nordeste do Brasil, especificamente em Pernambuco, com o discurso ideológico da chegada do desenvolvimento na região. Assim sendo, este trabalho foi realizado com famílias camponesas de Cumaru, município do agreste pernambucano que, apesar da aridez da região, tem uma tradição em agricultura familiar,

principalmente de subsistência. A pesquisa partiu de um estudo sócio-histórico sobre a produção e o consumo de famílias da agricultura familiar camponesa. Foram detectadas e analisadas as mudanças ocorridas no setor rural, especialmente as relacionadas com os alimentos e a alimentação na esfera familiar.

As famílias estudadas são pobres e dependentes de políticas e programas sociais do estado. Apesar de algum avanço nas condições de vida da população nordestina nos últimos anos, também identificado nas famílias estudadas, a pobreza e as desigualdades são marcas que ainda especificam o Nordeste, haja vista que a desigualdade ainda é bastante persistente e acentuada nessa região.

No processo contemporâneo de industrialização dos alimentos, particularmente as indústrias instaladas em Pernambuco, a sua produção é direcionada para produtos ultraprocessados, o que traz graves danos para o meio ambiente, a saúde e a sociedade, como expresso no decorrer desta tese.

A disponibilização para o consumo da população produtos das indústrias de ultraprocessados, formulados comestíveis, despreza a comida de verdade, a partir do que conceitua o Manifesto da Comida de Verdade (Anexo 2), fruto da Conferência de SAN (Brasil, 2015). Como salientado na tese, a falta de conhecimento por parte significativa da população sobre as consequências provenientes do consumo de produtos ultraprocessados faz com que menos pessoas tenham condições de pautar debates públicos de interesse populacional, não só em relação à saúde como também ao meio ambiente, à economia e às questões sociais.

O trabalho de tese fez perceptível o vácuo que deixa o pouco ou ausência de conhecimentos de grande por parte da população brasileira, em particular as camadas sociais precarizadas das classes subalternas urbanas e rurais. O que permite que a indústria, fabricantes de ultraprocessados em articulação com o Estado, manipulem políticas públicas, muitas vezes usando a ciência (ao financiar pesquisas com interesses próprios), em favor de produtos comestíveis, não reconhecidos como comida de verdade, mesmo que procurem parecer cada vez mais um produto natural, da natureza.

A indústria alimentícia invade progressivamente a sociedade e as pesquisas científicas, investem recursos vultuosos na publicidade e propaganda dos seus produtos, com isso criam novos hábitos de consumo alimentar e estilos de vida urbanos. Estes, presentes no simples ato cotidiano de comer, realizado quase sempre de forma espontânea e corriqueira provoca intensos efeitos econômicos, ambientais, sociais e na própria cultura alimentar. A forma predominante de produção, circulação e o consumo de alimentos afeta a dinâmica da sociedade e compromete o futuro do planeta. Essa é uma ação que necessita ser refletida e politizada no sentido de estimular e fortalecer a



produção de comida de verdade, ou seja, tornar acessível a alimentação adequada e saudável, direito humano básico, reconhecido na Constituição Federal do Brasil.

Os hábitos e as práticas alimentares de todos os grupos familiares investigados, são parecidos, tanto no que cultivam e criam nos sítios, como no que adquirem nos mercados. Produzem milho, macaxeira, feijão, algumas hortaliças e criam, principalmente, galinhas. A investigação revelou que há um maior consumo de industrializados nas famílias mais jovens, mesmo acompanhado da crítica sobre a qualidade desses produtos para a saúde individual e para o meio ambiente. Entre os produtos comprados estão os ultraprocessados: macarrão instantâneo, biscoito recheado, embutidos (salsicha, calabresa, salame), enlatados, iogurtes açucarados. Este tipo de consumo é bastante parecido com o de famílias residentes nas periferias urbanas do Brasil.

As famílias investigadas não estão livres em relação às facilidades ofertadas pela indústria alimentícia. No entanto os membros familiares mais velhos destacaram o interesse e o cuidado em evitar o consumo de produtos modernizados, como os ultraprocessados, ou seja, escolhem o que mais os aproximam da natureza. O processo de transição agroecológica vivenciado por algumas famílias contribui para essa forma de pensar, diferente do que ocorre com as famílias que não produzem de forma agroecológica. É nas famílias mais jovens, com a presença de crianças e adolescentes, que a modernidade alimentar da indústria adentra com mais facilidade, sendo a televisão, através da publicidade, um dos meios de comunicação que mais influencia o consumo, assim como alguns ambientes alimentares frequentados, como supermercados, mercadinhos, lanchonetes, e até mesmo no entorno das escolas, comprados a vendedores ambulantes, entre outros locais.

Os produtos alimentícios industrializados fazem parte do consumo das famílias investigadas, proporcionalmente ao que está disponível no mercado e acessíveis economicamente. São produtos que não são produzidos localmente, mas que passaram a fazer parte da dinâmica da cultura alimentar local, especialmente nas últimas décadas. As transformações ocorridas na sociedade atual, com repercussão também nas práticas e hábitos alimentares, tem dificultado a manutenção de hábitos alimentares regionais, o que afeta a dinâmica social e econômica dos grupos estudados, como já assinalado.

Os mercados que comercializam sobretudo produtos que imitam alimentos, como os supermercados e as lojas de atacarejos, a exemplo do GPA e o do Carrefour no Brasil, promovem um modelo de consumo insustentável. Estes estão cada vez mais presentes nos diferentes países de todos continentes. Especialmente nas periferias urbanas, mas não só, caso dos municípios interioranos, a exemplo de Cumaru, prejudicando especialmente a população pobre e que vive em extrema pobreza,

que, se por um lado, tem a possibilidade de acessar produtos comestíveis (alimentícios) em maior volume, devido ao custo dos produtos ultraprocessados, por outro, acessam os de pior qualidade, de baixo valor nutricional, rico em açúcares, sal e gorduras, e geradores de Doenças Não Transmissíveis (DNT), como o diabetes, a hipertensão, a obesidades e todos os transtornos delas advindos, crescente nas populações mais pobres. No caso das famílias estudadas, foram identificados algumas dessas doenças, como a hipertensão e a diabetes.

As famílias investigadas adquirem os alimentos em mercadinhos locais, com estratégias de pagamento um mês após as compras serem realizadas. Estas estratégias de compra facilitam a comercialização desses produtos, tanto para quem vende como para quem compra. No entanto, é preciso considerar que estas escolhas não são de ordem individual, há no processo de aquisição o imperativo das configurações assumidas pelo capitalismo global e suas repercussões sobre as mudanças sociais locais. Os mercadinhos das periferias das grandes cidades e de municípios interioranos, como Cumaru, geralmente são abastecidos por lojas de atacarejos, comandadas por multinacionais. Assim, as escolhas alimentares muitas vezes são impostas, devido aos desertos alimentares, que impedem as famílias o acesso à comida saudável, sendo estes resultado de uma forma de fazer política. O Estado, governos estaduais e municipais ao escolherem políticas de incentivo à produção de alimentos industriais ou provenientes de uma agricultura e pecuária industriais, privilegiam um tipo de emprego e um desenvolvimento social e econômico que propõem implementar, influenciando sobremaneira a direção dos sistemas alimentares e o impacto ambiental, assim como a saúde das populações. Destarte, os desertos alimentares só serão superados com um novo sistema de abastecimento, o que passa necessariamente pela arena política.

Assim como o cigarro, os produtos ultraprocessados, dificilmente vão ser banidos do mercado e/ou dos diferentes ambientes alimentares, considerando nomeadamente o poder das corporações, desde a produção, industrialização, abastecimento e comercialização. Trata-se de um poder imenso e consolidado historicamente, materializando nas redes transnacionais de supermercados e suas lojas de atacarejos, como mostra este estudo. O sistema de autosserviço, propagado pelos supermercados e a industrialização, impulsionou a rotulagem como um importante instrumento para auxiliar nas compras. Na relação entre consumidores/as e a indústria, o rótulo dos produtos, considerado o elo entre o fabricante e o/a consumidor/a, demanda disponibilizar informações que orientem nas escolhas alimentares, sobre questões antagônicas aos interesses da indústria alimentícia, ou seja, informações referentes ao processo, à qualidade, à origem e à composição nutricional. Considero que esse tipo de

informação, se dada de forma idônea e acessível ao entendimento do/a consumidor/a, contribuirá para escolhas conscientes e poderá intervir na forma de produzir e industrializar.

Pesquisas mostraram que as informações contidas nos rótulos não são compreendidas, independente da escolaridade e do nível social do/a consumidor/a. Além de serem insuficientes, são de difíceis entendimento, devido à linguagem empregada e à forma de apresentação. Este é um problema que pode ser minimizado ou solucionado através de campanhas educativas para suprir a ausência de conhecimento, mas principalmente ações de educação para o consumo, não só o alimentar, mas para entender o consumo como uma ação política e cidadã.

Para além do acesso à informação e à educação para o consumo, no campo da ação individual deve estar o objetivo de alterar o sistema vigente. Daqui decorre o reconhecimento da dimensão política do consumo, implicando aspectos como a restrição nas compras, as escolhas a partir das informações dos rótulos ou a utilização do carrinho e da cesta de compras nos supermercados como instrumento de ação política, através do boicote a determinados produtos, o que no entanto, por si só, não resolve o complexo problema alimentar, visto que é uma questão social, de ordem mundial, que exige articulação e organização social e política. Mas não só, os processos educativos de grande repercussão e a exigência de acesso à informação de modo confiável e democrático passam também por processos políticos de regulamentação, a exemplo da rotulagem dos alimentos. O Guia Alimentar para a População Brasileira é um importante instrumento para subsidiar e influenciar elaboração de políticas públicas apresenta uma abordagem holística da alimentação, além da preocupação com o impacto ambiental, amplia para as questões sociais e econômicas advindas do consumo de ultraprocessados.

Desde os anos 2000, a produção do conhecimento sobre a soberania alimentar, a SAN e o DHAA têm sido relevantes e crescentes no Brasil. Com a participação e a mobilização social logrou avanços nas políticas públicas na área. No entanto, a partir de 2016, com o golpe no país, as políticas sociais tem sofrido restrições por parte do governo federal, perdendo forças, sendo desmontadas, tendo em vista a retirada e a fragilização de direitos e a desestabilização/precarização da vida de milhões de pessoas, com aumento significativo do subemprego, ocupação precária e desemprego. Essa ação do governo brasileiro tem acentuado e agravado ainda mais as desigualdades existentes no país, em particular no setor rural nordestino. Assim, este trabalho de pesquisa procura também, dando a devida relevância, tratar da problemática do desenvolvimento na sociedade capitalista contemporânea, o que necessariamente passa pela discussão das desigualdades, a importância das políticas públicas, especialmente de SAN e da soberania alimentar.

Os resultados da investigação apontam que nas cidades de pequenos porte, a exemplo de Cumaru, tem havido mudança na alimentação, favorecida principalmente pelo acesso à renda, programas sociais e ao aumento do salário mínimo. Fato que se observa no Brasil, principalmente nos anos 2000 até 2016, a partir da gestão de governos populares, ocasião em que se deu uma confluência política relacionada com o acesso ao DHAA e aos direitos sócio assistenciais, o que levou o Brasil a sair do mapa da fome em 2014 e reduzir os números relativos à pobreza extrema, com forte incidência no campo. Mas a partir de 2016, progressivamente, o país retoma ao mapa da fome, agravado com o surgimento da Covid-19.

A fonte de renda monetária proveniente das políticas sociais de transferência de renda ajuda na consolidação dos orçamentos familiares, o acesso à educação (ainda que frágil, pois necessita ser contextualizada para população do semiárido), à energia elétrica, à água, particularmente por meio das cisternas, entre outros benefícios, propicia uma melhoria na qualidade de vida das famílias rurais. A renda evitou que as famílias necessitassem recorrer a doações e outras formas de obter alimentos no período de estiagem (2012 a 2018) como já aconteceu em outras épocas.

As políticas públicas de assistência social, ao proporcionar renda e condições de produção, contribuíram para mudanças expressivas na existência das famílias do semiárido, ou seja, ajudaram a equilibrar as condições sociais dessas famílias. No entanto, a questão da terra e do acesso a água ainda é um grande problema para a região. Essa realidade exige a quebra do monopólio do acesso à água e à terra. A pobreza persistente e as difíceis condições de vida nas áreas rurais, ainda nos dias atuais, é fruto do desigual acesso às políticas implementadas na região, que prioriza os grandes proprietários de terra em detrimento dos pequenos agricultores familiares, impedindo assim o desenvolvimento da agricultura familiar e camponesa e, conseqüentemente, condições adequadas para viver. Foi verificado no estudo que um dos grandes entraves para permanência do jovem no campo diz respeito à pobreza, a qual tem se agravado sobremaneira nos últimos anos. Além disso, temos também a escassez/ausência de políticas públicas, de assessoria técnica, de materiais produtivos, bem como a precariedade com relação às condições de trabalho e vida na agricultura familiar camponesa.

O contato presencial durante o trabalho de pesquisa de campo permitiu perceber manifestações de enfraquecimento das políticas públicas de SAN, que visavam, entre outras, a construção de mercados, tomando como referência a agricultura familiar camponesa, em vista sistemas alimentares sustentáveis. A preocupação com a questão alimentar, tendo em vista a sustentabilidade não só ambiental mas também social e econômica tem feito da soberania e da

segurança alimentar, juntamente com a agroecologia questões centrais para entender as mudanças ocorridas. Com a Covid-19 a questão alimentar ganhou uma dimensão significativa, tendo em vista que a forma hegemônica como os sistemas alimentares estão organizados favorecem muito provavelmente o surgimento de outras pandemias, com as já existentes antes da Covid-19. É o caso da desnutrição, da obesidade e das mudanças climáticas. A combinação sinérgica dessas três pandemias (desnutrição, obesidade e mudanças climáticas), que atualmente ameaçam a segurança alimentar e a vida, levou a revista científica *The Lancet* a utilizar a expressão sindemia global. São pandemias que

“interagem umas com as outras, compartilham determinantes e, portanto, exercem uma influência mútua em sua carga para a sociedade. Suas causas passam pelos interesses comerciais que orientam o modelo hegemônico do sistema agroalimentar global, pela falta de vontade das lideranças políticas e pela frágil e insuficiente ação da sociedade em geral” (Relatório da Comissão *The Lancet*, 2019, p. 3).

A expressão sindemia Global busca salientar a necessidade de medidas que alterem o sistema alimentar, tendo em vista que o vigente não responde às pandemias atuais: (i) desnutrição (“invisível”), que atinge milhares de pessoas no mundo, (ii) obesidade (visível), cada vez mais crescente, especialmente nos países pobres e em desenvolvimento, consequência principalmente do consumo de ultraprocessados, (iii) alterações climática (bastante visível), acarretando mudanças ambientais irreversíveis.

As pandemias são frutos do capitalismo, uma vez que este sistema utiliza e transforma a natureza com objetivo de lucrar, destrói o meio ambiente e o planeta e cria um clima hostil aos seres vivos, tendo em vista que contaminações são resultados de um avanço capitalista sobre as áreas naturais mantidas como florestas e o uso dos solos em áreas preservadas.

Neste sentido este estudo também analisou a contribuição da agricultura de base agroecológica, contrapondo o atual sistema agroalimentar, como alternativa viável para convivência com o semiárido e o acesso a alimentação saudável em detrimento ao consumo de produtos globalizados oriundo de indústrias multinacionais. O modelo de desenvolvimento baseado numa estrutura hegemônica no modo de produzir, distribuir e consumir alimentos está cada vez mais insustentável, tendo em vista o impacto socioambiental, cultural e na saúde da população. Nesse sentido os processos produtivos agrários revelam as condições ambientais no mundo, exigindo da agricultura uma base fortemente social e agroecológica. No entanto, para que isso ocorra a vontade política para tal é essencial. O Brasil tem todas as condições necessárias para investir na agricultura familiar e camponesa, devido à vasta dimensão territorial do país, seu enorme potencial econômico, social e ambiental. Ao investir na agricultura familiar que geralmente é baseada em pequenas

propriedades, o Estado gera trabalho e renda no campo, aumenta a produção local de alimentos, favorece o fortalecimento da soberania alimentar; mobiliza a economia local com a venda dos produtos da própria região. Dessa forma diminui o êxodo rural, contribui para o aumento da qualidade de vida das famílias rurais e urbanas, ao proporcionar alimentos saudáveis e o cuidado com o ambiente.

Destarte, a agroecologia pode ser um caminho possível ou melhor dizendo, o caminho para os sistemas alimentares ao proporcionar menos efeitos ao ambiente devido à relação de respeito do indivíduo com a natureza. Tornando-a um sistema mais sustentável em diferentes aspectos, desde as questões ambientais e da natureza às questões sociais e humanas ao respeitar também as relações entre os diferentes sujeitos envolvidos na forma agroecológica de produzir e viver, o que confere a viabilidade desse modelo, confirmado cada vez mais com a produção de conhecimento, troca de saberes e experiências entre agricultores/as, movimentos sociais do campo e da cidade e a academia. Esta última envolvendo a tríade, ensino, pesquisa e extensão<sup>142</sup>. Esta premissa contribui tanto para as pesquisas e produção dos conhecimentos universitários, como também a universidade cumpre seu papel social ao construir junto à sociedade novos conhecimentos.

O trabalho de campo realizado nesta pesquisa revelou a possibilidade de saídas para a agricultura familiar camponesa, destacando-se a agroecologia e nela revelando a importância da produção para o autoconsumo, tendo em vista possibilitar um mínimo de autonomia e a garantia da segurança alimentar e nutricional. Além de fornecer alimento, contribui para a autonomia da reprodução dos que fazem a agricultura familiar camponesa, uma vez que a dependência ao mercado assim como às suas instabilidades diminui.

O Estado tem papel fundamental para a mudança no sistema de produção e igualmente na mudança no sistema de consumo. Ao implementar políticas agrícolas que favoreçam a produção, o abastecimento e a comercialização de produtos de qualidade, livre de contaminantes, significa que o Estado está indo na contramão do que oferece o agronegócio e a industrialização de produtos. São questões complexas, mas possíveis de realizar. O Estado brasileiro já viveu a experiência de que é possível investir em políticas de produção e comercialização para a agricultura familiar e camponesa de base agroecológica, com garantia de êxito, como aconteceu com o PAA e o PNAE, sobretudo ao considerar e valorizar os conhecimentos dos povos tradicionais e a cultura local.

Atualmente cada vez mais os recursos destinados à produção da agricultura familiar e camponesa e da agroecologia estão sendo reduzidos ou até extintos, ao mesmo tempo que são realizados grandes investimentos para expandir e fortalecer o agronegócio com políticas agrícolas e

---

<sup>142</sup> O artigo 207<sup>o</sup> da Constituição da República Federativa do Brasil preconiza a obrigatoriedade da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão nas universidades.

econômicas direcionadas para esse segmento, com liberação de uso indiscriminado de agrotóxicos, concentração de terras, redução de impostos, permissão da expansão das fronteiras agrícolas, acarretando uma ampliação das desigualdades sociais, com sérias agressões ao meio ambiente e à sociedade. O estímulo ao desenvolvimento agrícola que privilegia o agronegócio e a industrialização alimentar contribuem e aprofundam o consumismo, e progressivamente mais produtos que imitam comida de verdade estão fazendo parte da composição de refeições e de lanches, tanto em áreas urbanas como rurais.

Programas como o PAA e o PNAE questionam o atual sistema agroalimentar e apontam caminhos para evitar a exclusão de agricultores/as familiares com o estímulo à produção de uma agricultura sustentável de base agroecológica que promova o desenvolvimento rural e fortaleça a cultura alimentar, produza e assegure, na mesa e no prato da população, alimentos que tragam seus significados culturais e simbólicos, afetivos, históricos, econômico e sociais, ou seja, é servido comida de verdade, saúde e vida, tanto para quem produz como para quem consome.

A produção alimentar requer uma agricultura com potencial econômico, social e ambiental para o desenvolvimento local, melhor dizendo, uma agricultura familiar camponesa, baseada em pequenas propriedades, com princípio vigorosamente social e de base agroecológica, diretamente relacionada com a produção de alimentos *in natura*. Isto é, diferentemente do que é produzido com fins de industrialização.

A agricultura familiar e a questão alimentar cada vez mais se encontra no centro das atenções no mundo e particularmente no Brasil, diante da enorme desigualdade existente no país que volta à tona, expondo todas as nossas contradições enquanto sociedade fundamentada em extrema desigualdade. Com a pandemia, o problema alimentar (disponibilidade, acesso e qualidade) ganhou maiores evidências, como mostram os dados divulgados nos noticiários, em relatórios de pesquisas, entre outros meios<sup>143</sup>. A pandemia suscitou assim, além da crise sanitária, a alimentar e a socioeconômica, fruto das desigualdades, da agressão ao meio ambiente e de um sistema público de saúde fragilizado. Vale ressaltar que o Sistema Único de Saúde (SUS) mesmo com toda dificuldade, mostrou-se essencial e fundamental no contexto da pandemia no Brasil. Evidente a importância das políticas públicas como forma de inclusão social, a participação da sociedade civil no debate sobre as escolhas e estratégias para o alcance de uma alimentação adequada e saudável, tanto no campo como na cidade, além de importante e necessária, requer um Estado acessível e democrático para o diálogo.

---

<sup>143</sup> Pesquisas Rede Penssan, Oxford, MG

É a agricultura familiar camponesa que garante a soberania alimentar dos povos ao proteger o patrimônio cultural e sua biodiversidade, nos dizeres do Consea (2015), que impacta o desenvolvimento de uma agricultura livre de veneno e de transgênicos, considerando que é a agricultura familiar camponesa, especificamente de base agroecológica, que produz comida de verdade, saudável para o ser humano e para o planeta, ao ser produzida com base nos conhecimentos tradicionais e regionais, livre de transgênicos, de agrotóxicos, de fertilizantes ou de qualquer tipo de contaminante. O desenvolvimento, anunciado por governos, com a instalação de indústria de alimentos multinacionais, especialmente em regiões pobres economicamente como é o caso do Nordeste torna-se bastante questionável, principalmente quando não há o investimento necessário na produção local, que favoreça as famílias rurais.

Esta tese demonstra que a indústria de alimentos que penetra no setor rural como expressão de desenvolvimento contemporâneo e da modernidade é a mesma que destrói conhecimentos, se opõem à agricultura familiar camponesa e de base agroecológica. Apesar dessa realidade, em certa medida, indivíduos e famílias resistem em pequenas extensões de terra na forma de produção agroecológica, algumas com o protagonismo das mulheres. Por outro lado, a redução do consumo de produtos ultraprocessados exige políticas públicas que interfiram no sistema agroalimentar, desde a produção, industrialização, assim como na ação dos supermercados sobre o consumo desses formulados, que imitam alimentos. Uma das estratégias é o investimento no varejo tradicional para promoção da alimentação saudável, as feiras livres, particularmente a feira de produtos agroecológicos.

Portanto, é urgente a realização de investigações que articulem a produção e o consumo, sobretudo o papel dos supermercados enquanto elo nessa conexão, tendo em vista o processo de desenvolvimento do país. Investigação articulada com a extensão universitária. Cabe aqui, principalmente no momento atual de ataques às universidades brasileiras, especialmente às universidades públicas federais, falar da importância de uma ciência cidadã, crítica e comprometida com as causas sociais, como salienta a Rede Penssan. O compromisso com a superação da fome e a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, ou seja, com a questão alimentar, requer do/a pesquisador/a realização de investigação cidadã, independente, com autonomia e que contribua para a redução das desigualdades. Atrelada a isso, faz-se necessária a democratização de conhecimentos e saberes através do ensino e da extensão. A ciência cidadã carece de articulação e de diálogo com organizações e movimentos sociais a fim de conhecer suas demandas e incorporar nas ações universitárias.



Em síntese, a sindemia global e a pandemia de Covid-19, são não só grandes desafios para os seres humanos, o meio ambiente e o planeta, como estão aí para provar que o atual sistema agroalimentar, com seu modelo de desenvolvimento predatório, não se sustenta.

## Referências Bibliográficas

- Abia – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (2017). *Indústria de alimentação em 2017*. Disponível em: <https://www.abia.org.br/vsn/temp/z2018412NumerosdoSetor2017oti.pdf>.
- Abia, Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação. Coletiva de Imprensa: ABIA divulga balanço do setor de alimentos e bebidas. São Paulo, SP: 06 fev. 2017. Disponível em: < [https://www.abia.org.br/vsn/tmp\\_2.aspx?id=319](https://www.abia.org.br/vsn/tmp_2.aspx?id=319) >
- Abrandh - Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos (2013). *Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Brasília: Abrandh, 263p.
- Alcoforado, F. (2003). *Os condicionantes do desenvolvimento do estado da Bahia*. (Tese de doutoramento). Doctorado en planificación territorial y desarrollo regional, Universidad de Barcelona.
- Alem, D.; Oliveira, G. G. de; Oliveira, J.; Imbirussú, É. (2015). *Segurança alimentar e soberania alimentar: construção e desenvolvimento de atributos*. XX Encontro Nacional de Economia Política, Foz do Iguaçu.
- Almeida, I. F. Gottschall de (2011). *Desigualdades e políticas públicas de habitação no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Economia), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador/BA.
- Altieri, M. (2004). *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 5.ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Alves, A. M. e Rocha Neto, J. M. da (2014). A nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, julho/dezembro, p. 311 a 338.
- Andrade, M. C. de (1989). *Lutas camponesas no Nordeste*. 2 ed. São Paulo: Ática.
- Andrade, M. C. de (1998). *A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. Ed. Recife: Editora Universitária da UFPE
- Antunes, R. (2002). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Asa – Articulação do Semiárido (2020a). Ações – P1MC. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1mc>.
- Asa – Articulação do Semiárido (2020b). Ações – P1+2. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>.
- ASA (2020c). Ações - Sementes do Semiárido. Disponível em <https://www.asabrasil.org.br/acoes/sementes-do-semiarido>.
- Ascher, F. (2005), *Le Mangeur Hypermoderne*, Paris, Éditions Odile Jacob.
- Assis, S. C. R. de, Priore, S. E. e Franceschini, S. do C. C. (2017). Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, nº 2, p. 617-626
- Ávila, M. B. de M. (2009). *O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência* (Tese de doutorado), Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Azevedo, E. de (maio 2021). Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Ano 14, No 166. Disponível: [www.diplomatique.org.br](http://www.diplomatique.org.br).

Baptista, N. de Q. e Campos, C. H. (2013). Caracterização do semiárido brasileiro, In: *Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (org.). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS, REDEgenteSAN, Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS/Editora IABS, Brasília-DF, Brasil.

Baptista, N. de Q. e Campos, C. H. (2013). Fatores históricos, sociais, culturais e políticos do Semiárido, In: *Estratégias de convivência com o semiárido brasileiro: textos e artigos de alunos/as participantes*. Irio Luiz Conti e Edni Oscar Schroeder (organizadores). Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – FAURGS, REDEgenteSAN, Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS, Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome – MDS/Editora IABS, Brasília-DF, Brasil. p. 27-34.

Barbosa, L. (2007). Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no preto dos brasileiros. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 87-116, jul./dez.

Barbosa, L.; Campbell, C. (2006). *Cultura, Consumo e Identidade* (orgs), Rio de Janeiro: Editora FGV.

Barros, V. A. M. de (2018). *Um modo de viver livre do temor e da miséria: a superação da precarização da vida nas famílias rurais com aposentados* (Tese de doutorado), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG.

Bauman, Z. (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Belik, W. (org.) (2020a). *Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições*. Ibirapitinga. Disponível em <https://www.ibirapitanga.org.br/>.

Belik, W. (org.) (2020b). *Estudo sobre a cadeia de Alimentos*. Ibirapitinga. Disponível em <https://www.ibirapitanga.org.br/>.

Bello, W. F. (2010). *A guerra pelos alimentos*. São Paulo: Leopardo Editora, 184p.

Bezerra, F. J. A.; Bernardo, T. R. R. e Ximenes, L. J. F. e Valente Junior, A. S. (2015). *Perfil socioeconômico de Pernambuco*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil.

Bleil, S. I. (1998). O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. *Revista Cadernos de Debate*, vol. VI, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, pág. 1-25.

BNB - Banco do Nordeste do Brasil (2014). *Nordeste 2022, Estudos Prospectivos - Documento Síntese/Banco do Nordeste do Brasil e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura*. Fortaleza: Banco do Nordeste. 155 p.

Bourdieu, P. (1974). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 361p.

Bourdieu, P. (2008). *A Distinção: crítica social do julgamento*, São Paulo: Edusp, Porto Alegre RS: Zouk.

Braga, V. (2004). Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. *Saúde em Revista*, 6(13): 37-44.

Brandão, C. R. (1981). *Plantar, colher e comer*. Rio de Janeiro: Graal.

Brasil (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília; Senado Federal.

- Brasil (1989). Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. *Diário Oficial*, Brasília, p. 11.459, 12 jul. 1989.
- Brasil (2006). Decreto-Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 18 set.
- Brasil (2006). *Lei 11.326, de 24 de julho de 2006*, Estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm).
- Brasil (2010). *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 até os dias atuais*. Brasília/DF.
- Brasil (2010). *Lei Nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010*. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNTER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei Nº 8.666, 21 de junho de 1993 e dá outras providências, Brasília.
- Brasil (2012). Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012. *Institui a Política Nacional de Agroecologia de Produção Orgânica* [DOU] 21/08/2012, p. 4. Retificação [DOU] 22/08/2012, p. 1: Art. 34, 2012. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)>.
- Brasil (2014). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Guia alimentar para a população brasileira*. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 156p.
- Brasil (2015). Ministério do Desenvolvimento Agrário. Perfil territorial: Agreste Setentrional PE. *Caderno de Desenvolvimento Territorial*. Brasília: CGMA.
- Brasil, Ministério da Saúde (1986). Documento final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde, mimeo, 1986
- Bravo, E. (2007). *Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina: aquecendo o debate sobre agrocombustíveis*. São Paulo: Expressão Popular. 112p.
- BRK Ambiental (2018). *O saneamento e a vida da mulher brasileira*. Freitas, Fernando Garcia de e Magnabosco, Ana Leila (analistas) Exante Consultoria Econômica.
- Burker, P. (2008). Modernidade, cultura e estilos de vida. In: Maria Lucia Bueno e Luiz Octávio de Lima Camargo (orgs). *Cultura e consumo: estilos de vida na contemporaneidade*. São Paulo: Editora Senac, p. 25-39.
- Burlandy, L. (2009). A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 14(3), p. 851-860.
- Campello, T.; Gentili, P.; Rodrigues, M.; Howell, G. R. (2018). Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. *Saúde Debate*, Rio De Janeiro, v. 42, n. especial 3, P. 54-66, novembro.
- Cancline, N. G. (1997). *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ

- Canesqui, A. M. e Diez-Garcia, R. W. (org.) (2005). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Coleção Antropologia e Saúde.
- Caporal, F. R. (2008). Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis. In: FALEIRO, F. G.; FATIAS NETO, A. L. (Ed. Tec.) SAVANAS: *Desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina-DF: Embrapa Cerrados, pp. 895-929.
- Caporal, F. R. (2019). Agroecologia: redesenhando sistemas agroalimentares mais sustentáveis. In: *Estrangeirização de terras e segurança alimentar e nutricional: Brasil e China em perspectiva*. Marcos Costa Lima, Eduardo Matos Oliveira (orgs.). Recife: FASA.
- Caporal, Francisco Roberto e Costabeber, José Antônio (2004a). *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA.
- Caporal, Francisco Roberto e Costabeber, José Antônio (2004b). *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA.
- Carneiro, H. (2003). *Comida e sociedade. Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Campus.
- Carneiro, M. J. (2008). "Rural" como categoria de pensamento. *Rurais*, v. 2, n. 1, março 2008.
- Carvalho, A. V. de (2019). Violência contra a mulher no meio rural brasileiro: uma revisão integrativa. *Aletheia*, v. 52, n. 2, jul./dez.
- Cascudo, L. da C. (2004). *História da alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global.
- Cassol, A. e Schneider, S. (2015). Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, 95, maio-ago.
- Castells, M. (1999). *A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra.
- Castells, M. (2005). A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política. In: *A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Ação Política*. Castells, Manuel e Cardoso, Gustavo (organização). Imprensa Nacional - Casa da Moeda, p. 17-30.
- Castro, A. M. de. (org.) (2003) *Fome, um tema proibido – últimos escritos de Josué de Castro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Castro, C. N. (2012). *A agricultura no Nordeste brasileiro: oportunidades e limitações ao desenvolvimento* (texto para discussão). Instituto de Pesquisa Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: IPEA.
- Castro, J. de (1966). *O Livro Negro da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Castro, J. de, 1908-1973 (1984). *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. Rio de Janeiro: Edições Antares.
- Castro, T. P. de (2021). *Informe : o Dhana e a Covid-19 [livro eletrônico] : o direito humano à alimentação e à nutrição adequadas no contexto da pandemia*. Brasília: FIAN Brasil
- Cavalcanti, M. A. (2015). *Os sistemas logísticos de transportes e a estruturação do território pernambucano: gênese e produção* (Tese doutorado em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco), Recife: 252p.
- Centro Sabiá (2010). *Relatório Anual de Atividades*, Recife. Disponível em: [http://www.centrosabia.org.br/assets/uploads/pdf/b273-rel\\_atvt\\_2010.pdf](http://www.centrosabia.org.br/assets/uploads/pdf/b273-rel_atvt_2010.pdf).

- Chesnais, F. (1995). A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 5, p. 1-30.
- Claro, R. M.; Maia, E. G.; Costa, B. V. de L.; Diniz, D. P. (2016). Preço dos alimentos no Brasil: prefira preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 32(8), ago.
- Coca, E. L. de F. (2016). *A soberania alimentar através do estado e da sociedade civil: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no Brasil e a Rede Farm to Cafeteria Canadá (F2CC), no Canadá* (Tese de doutorado em Geografia), Presidente Prudente. 357p.
- Coelho, L. B. e Paula, N. M. de (2015). Entre o global e o local; um estudo sobre a agricultura familiar e a produção de alimentos. *III Jornada Questão Agrária e Desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar*. Curitiba/PR.
- Concha-Amin, M. e Aguiar, D. R. D. de (2006). Concentração industrial, Fusões e Turnover no Setor Supermercado Brasileiro. *Gestão & Produção*, v. 13, n. 1, p. 45-56, jan-abr.
- Condepe/Fidem - Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (2011). *Pernambuco em Mapas*. Recife, 2011. 159p.:il  
[http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?p\\_l\\_id=78583&folderId=26149757&name=DLFE-121823.pdf](http://www2.condepefidem.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=78583&folderId=26149757&name=DLFE-121823.pdf)
- Consea. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2018). Encontro Nacional 5ª Conferência +2: segurança Alimentar e Nutricional, *Relatório Final*, Brasília.
- Consea (2010). *A segurança alimentar e nutricional e o direito humano à alimentação adequada no Brasil: indicadores e monitoramento da Constituição de 1988 até os dias atuais*. Brasília, DF.
- Consea (2017). *Legislação básica do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*, Brasília: Presidência da República, 86p.
- Consea (2015). *Relatório Final da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Comida de Verdade no Campo e na Cidade*. Brasília: CONSEA, 143p.
- Consea (2011). *Relatório Final da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Alimentação adequada e saudável: direito de todos*. Brasília: CONSEA, 71p.
- Consea (2007). *Relatório Final da 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um desenvolvimento sustentável, com soberania e segurança alimentar*. Brasília: CONSEA, 91p.
- Consea (2004). *Relatório Final da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: A construção da Política Nacional de segurança alimentar e nutricional*. Brasília: CONSEA, 48p.
- Consea e Secretaria Executiva Nacional da Ação da Cidadania (1995). *Relatório Final da 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar: Fome: uma questão nacional*. Brasília, 102p.
- Conselho Editorial (2008). Apresentação geral. In: *História Social do Campesinato no Brasil* (coletânea), Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história vol 1: concepções de justiça e resistência nos Brasis/Márcia Motta e Paulo Zarth (Orgs.). São Paulo, UNESP; Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), NEAD.
- Conti, I. L. (2009). *Segurança Alimentar e Nutricional: noções básicas*. Passo Fundo: IFIBE.
- Conti, I. L.; Bazottl, A.; Finokie, M. (2015). Interfaces entre Direito Humano à Alimentação Adequada, Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar. *III Jornada Questões Agrárias e Desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar*. Curitiba, 12-13 novembro.

Contreras, J. e Gracia, M. (2011). Alimentação, sociedade e cultura. Tradução Mayra Fonseca e Barbara Atie Guidalli, Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

Costa, K. V. da (2014). *Permanência e transformação na agricultura familiar: um estudo de caso sobre a resistência dos agricultores no submédio São Francisco* (Tese de doutorado), Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife/PE.

Costa, M. F. (2009) Consumo alimentar: discurso científico em anúncios publicitários. *Contemporânea*, n. 13.

Costa, S. M. G. da (2016). Agronegócio, produção de alimentos e segurança alimentar na América Latina. *Revista de Políticas Públicas*. São Luís, Número Especial, p. 149-156, novembro de 2016.

Disponível em:

<http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5963/3580>.

DaMatta, R. (1986). *O que faz o brasil, Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco.

DaMatta, R. (1997). *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco.

Delgado, G. C.; Conceição, J. C. P. R. da e Oliveira, J. J. (2005). *Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar*. Brasília: IPEA (Texto para discussão 1145).

Diez-Garcia, R. W. (2003). Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, Campinas/São Paulo, v. 16, n. 4, p. 483-492, out/dez.

Dowbor, L. (2020). *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 196p.

Duque-Arrazola, L. S.; Silva, M. Z. T. da e Silva C. A. C. da (2012). As relações de gênero e suas marcas na Microrregião de Itambé/PE. In: *Segurança alimentar e desenvolvimento local*. Organização Maria Zênia Tavares da Silva. Recife: EDUPE

Erthal, R. (2000). A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. *GEOgraphia. Revista do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense*, Niteroi. Ano 2, n. 4, 2000. p. 49-75. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13386/8586>

Estenssoro, L. (2003). *Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina* (Tese de doutorado), Departamento de Sociologia. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

Esteve, E. V. (2017). *O negócio da comida: quem controla nossa alimentação?* São Paulo: Expressão Popular, 269p.

Fao, Fida, Oms, PMA y Unicef (2021). El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2021. Transformación de los sistemas alimentarios en aras de la seguridad alimentaria, una nutrición mejorada y dietas asequibles y saludables para todos. Roma, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4474es>

Fao, Ifad and WFP (2014). The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.

FBSSAN (2019). *Carta Convocatória Conferência Nacional, Popular, Autônoma: Por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional*, Rio de Janeiro. Disponível: [fbssan.org.br](http://fbssan.org.br)

Felício, M. J. (2006). Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. *Geografia* - v. 15, n. 1, jan./jun., Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências.

- Fernandes, B. M. (org.) (2008). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular
- Fernandes, B. M. e Welch, C. A. (2008). Agricultura e mercado: campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In: Eliane Tomiasi Paulino e João Edmilson Fabrini (orgs.). Campesinato e territórios em disputa*. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular
- Fernandes, B. M. *Questões da Via Campesina*. Presidente Prudente: NERA, 2004.
- Fernandes, G. B. e Romano, J. O. (2016). Aliança pela agroecologia na América Latina: potencialidades e desafios. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 13, n. 3.
- Fiesp – Ciesp (2018). *A mesa dos brasileiros: transformações, conformações e contradições*. Disponível em: <http://www.fiesp.com.br/agenda/mesa-dos-brasileiros-transformacoes-confirmacoes-e-contradicao/>.
- Fischler, C. (1995). *El (h)omnívoro: El gusto, la cocina y el cuerpo*. Traducción de Mario Merlino Barcelona. Editorial Anagrama.
- Fischler, C. (2001). A “McDonaldização” dos costumes. In J. L Flandrin, M Montari (dir), *História da Alimentação, 2. Da Idade Média aos tempos atuais*. Lisboa: Terramar.
- Flexor, G. (2006). A globalização do sistema agroalimentar e seus desafios para o Brasil. *Economia Ensaio*, Uberlândia, 20(2) e 21(1): 63-95, jul/dez.
- Flexor, G. G. (2007). A globalização do varejo e seus impactos no Brasil: o caso do Wal-Mart. In: *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/>.
- Florentino, M.; Amantino, M. (2012). Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, supl., dez., p.259-297.
- Fonseca, A. B.; Souza, T. S. N. de; Froze, D. S. e Prereira, R. A. (2011). Modernidade alimentar e consumo de alimentos: contribuições sócio-antropológicas para a pesquisa em nutrição. *Cienc. Saúde coletiva* (online). Vol. 16, n.9, pp. 3862. ISSN 1413-8123. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011001000021>.
- Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, Havana, 2001, p. 1
- Fredericq, A. (2009). A Nestlé: empresa líder do setor alimentício brasileiro. In: Odacir Luiz Coradini e Antoinette Fredericq. *Agricultura, cooperativas e multinacionais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p.110-125. Disponível: <http://books.scielo.org>
- Freyre, G. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* (1961). 1º Tomo. 10. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora.
- Freyre, G. *Manifesto regionalista*. (1996) 7. ed. Recife: FUNDAJ, Ed Massagana,
- Freitas, M. do C. S. de (2003). *Agonia da fome*. Salvador: EDUFBA; FIOCRUZ, 281p.
- Freitas, M. do C. S. de e Pena, P. G. L. (2007). Segurança alimentar e nutricional: a produção do conhecimento com ênfase nos aspectos da cultura. *Revista Nutrição*, Campinas, 20(1):69-81, jan./fev.
- Friedmann, Harriet (2002). Refazendo “tradições”: mudanças na economia política da alimentação. In: Nalu Faria e Miriam Nobre (org.), *Economia Feminista*, São Paulo: SOF (Sempreviva Organização Feminista).
- Furtado, C. (2009). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro.



- Ghizelini, A. A. M. (2018). Programa de Aquisição de Alimentos e diversificação: possibilidades para a recampesinização e suas limitações estruturais. In: Julian Perez-Cassarino; Rozane Marcia Triches; Jose Giacomo Baccarin; Carla Rosane Paz Arruda Teo (Orgs.), *Abastecimento Alimentar Redes Alternativas e Mercados Institucionais*. Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV.
- Giddens, A. (1984). *Sociologia: uma breve porém crítica introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. 6 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 747p.
- Giordani, R. C. F.; Bezerra, I.; Anjos, M. de C. R. dos (2013). Semeando agroecologia e colhendo nutrição: rumo ao bem e bom comer. In: *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi *et al.* Brasília: Ipea.
- Gliessman, S. R. (2000). *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- Goidanich, M. E. (2012). *Mamãe vai ao supermercado: uma abordagem etnográfica das compras para o cotidiano* (Tese de doutorado), Programa de Pós Graduação em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Gomes Jr. N. N., Aly Júnior, O. (2015). Soberania Alimentar e Agronegócio: notas além da porteira. *Retratos de Assentamentos*, v. 18, n. 2, p. 305 -319.
- Gomes Júnior, N. N. (2015). *Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Gomes Júnior, N. N.; Pinto, H. S.; Leda, L. C. (jan./jun. 2016). Alimento e comida: sistema de abastecimento e consumo alimentar urbano. *Guaju*, Matinhos, v. 2, n. 1
- Goody, J. (1998). *Cozinha, Culinária e Classes: um estudo de sociologia comparativa*, trad. Portuguesa Oeiras, Celta Editora (1ª. Ed, 1982)
- Gouvêa, M. M. (2020). A culpa da crise não é do vírus. In: Elaine Moreira, Raquel Gouveia... *et all*, (org.), *Em tempos de pandemia: propostas para defesa da vida e de direitos sociais*. Rio de Janeiro: UFRJ, Centro de Filosofia e Ciências Humanas de Serviço Social.
- Gracia-Arnaiz, M. (2005). Em direção a uma Nova Ordem Alimentar?. In.: Canesqui, A. M. e Garcia, R. W. D. (Orgs.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ
- Gracia-Arnaiz, M. (1997). *La transformación de la Cultura Alimentaria, Cambios y permanencias en un contexto urbano (Barcelona, 1960-1990)*. Madrid: Ministério de Educación y Cultura.
- Grenha, P. A. M. (2011). *Transformações do consumo alimentar na época contemporânea*. (Dissertação de Mestrado em Alimentação – Fontes, Cultura e Sociedade, área de especialização em Gastronomia e Sociabilidade na Época Contemporânea). Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Grisa, C. e Porto, S. I. (2015). Dez anos do PAA: as contribuições e os desafios par o desenvolvimento rural. In: Catia Grissa e Sergio Schnaider, *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora de UFRGS
- Grisa, C. e Schneider, S. (2014). Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, pp.125-146.

- Grisa, C.; Schmitt, C. J., Mattei, L. F.; Maluf, R. S. e Leite, S. P. (2011). Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Revista Agriculturas*, v. 8, n° 3.
- GTDN, Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1959). Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste. Recife.
- Gumiero, R. G. (2017). A trajetória das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste: balanço entre a operação Nordeste e a PNDR. *Revista Política e Planejamento Regional*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, julho/dezembro, p.189-210.
- Harvey, D. (2006). *Produção capitalista do espaço*. 2ª edição, São Paulo, Brasil Annablume Editora, 2006, 251ps
- Heller, A. (2000). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
- Heredia, B. M. A. de (1979). *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Heredia, B.; Palmeira, M. e Leite, S. P. (2010). Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 25 N° 74
- Hilário, W. (2017). “Esse setor sempre foi essencial”. In: *Abras Brasil SuperHiper*, ano 43, n. 493, agosto.
- Hirata, H.; Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução Fátima Murad. In.: *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132. p. 595-6609, set/dez.
- Holt-Giménez, E. (2017). *El capitalismo también entra por la boca. Comprendamos la economía política de nuestra comida*. New York: Monthly Review Press y Food, FirstBooks.
- Ianni, O. (1995). *Teorias da globalização*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 228p.
- Ibase – Instituto Brasileiro de Análises sociais e Econômicas (2008). *Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional das Famílias Beneficiadas*. Documento síntese.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2009). Censo Agropecuário 2006: Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2010). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Avaliação Nutricional da Disponibilidade Domiciliar de Alimentos no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2011). *Pesquisa de Orçamento Familiar 2008-2009*, Rio de Janeiro: IBGE
- IBGE (2019). *Censo agropecuário: resultados definitivos*, Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2020a). *Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil/IBGE*, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2020b). *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil/IBGE*. Coordenação de Trabalho e Rendimento, Rio de Janeiro: IBGE.
- IBGE (2017). “Pesquisa industrial anual – produto”. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/quadros/brasil/2017>.
- Jalil, L. M. (2017). Rede feminismo e agroecologia do Nordeste. Laécia Medeiros Jalil, Gema Galgani Silveira Leite Esmeraldo, Maria do Socorro de Lima Oliveira. – 1. ed. - Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017.

- Jardim, C. M. (2018). *Do rural ao urbano: abordagens sobre as mudanças nos padrões alimentares de moradores de áreas de assentamentos rurais do Amazonas* (Tese de Doutorado em Sociedade de Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas.
- Kosik, K., *Dialectica de ló Concreto*, Mexico: Grijalbo, 1967
- Krone, Evander Eloi (2018). *Da colônia ao sertão: um estudo antropológico sobre conflitos na construção da qualidade dos alimentos entre famílias rurais do Nordeste e do Rio Grande do Sul* (Tese de doutorado em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Recife.
- Lima, H. F.; Vasconcelos, F. P.; Moraes, A. de A. e Andrade, G. S. (2016). Análise da população rural e urbana do território agreste central e setentrional pernambucano: notas iniciais. *Revista Rural & Urbano*, Recife. v. 01, n. 01, p. 89-95.
- Lima, J. P. R. e Gatto, M. F. (2014). A economia do semiárido de Pernambuco: ainda “sem produção”? *Economia e Desenvolvimento*, Recife (PE), v. 13, nº 1.
- Löwy, M. (s.d). A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. *Revista Outubro*, São Paulo, p. 73-80.
- Luz, L. F. da (2020). *Cardápios, paisagens e políticas no semiárido Baiano: o abastecimento alimentar sob a ótica das interações entre sistemas alimentares e do acesso a alimentos com qualidade diferenciada* (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Luz, L.; Maluf, R. (2019). Social participation in political spaces and the valuing of culture as empowering resources to promote acces to quality food in Brasil. *Revue internationale des études du développement*, n. 237, 2019-1
- Machado, P. P. (2016). *Influência dos supermercados na disponibilidade e preço de alimentos ultraprocessados consumidos no Brasil* (Dissertação). Programa de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Machado, P. P.; Oliveira, N. R. F. de e Mendes, A. N. (2016). O indigesto sistema do alimento mercadoria. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 505-515
- Maciel, M. E. (2005). Olhares antropológicos sobre a alimentação: identidade cultural e a alimentação. In.: Canesqui, Ana Maria e Garcia, Rosa Wanda Diez (Orgs.). *Antropologia e nutrição: um diálogo possível*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 306p.
- Maciel, M. E. e Castro, H. C. (2013). A comida boa para pensar: sobre práticas, gostos e sistemas alimentares a partir de um olhar socioantropológico. *Demetra: alimentação, nutrição & saúde*; 8(Supl.1); 321-328.
- Malet, J. (2017a). A história do capitalismo contada pelo ketchp. *Le Monde Diplomatique*. Edição Portuguesa. Mensal. II série, n. 128. Junho 2017. p. 14- 15.
- Malet, J. (2017b). Para a África, produtos adulterados. Disponível: <https://diplomatique.org.be/para-africa-produtos-aduoterados/>.
- Maluf, R. S. (2000) *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas locais de Segurança Alimentar*. São Paulo: Instituto Pólis.
- Maluf, R. S. (2007). *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis/RJ: Vozes, 174p.

- Maluf, R. S. (2013). Prefácio, In: *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Organizadores: Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba: Kairós.
- Maluf, R. S. e Reis, M. C. (2013). Segurança alimentar e nutricional na perspectiva sistêmica. In: Rocha, Cecília. Burlandy, Luciene, Magalhães, R. *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 43-67. ~~225 p.~~
- Maluf, R. S.; Reis, M. C.; Magalhães, R. (2013). Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: Cecília Rocha; Luciene Burlandy; Rosana Magalhães. (Orgs) *Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 15-42.
- Maluf, R. S; Menezes, F.; Marques, S. B. (2014). *Caderno Segurança Alimentar*. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>.
- Mandel, E. (1982). *O Capitalismo Tradio*, São Paulo: Abril Cultural (Os Economistas), 417 p.
- Marin, J. O. B. (2020). Juventudes Rurais: projetos de emancipação social. *Desenvolvimento em Questão*, 18(52), 33-54. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.33-54>
- Marques, M. I. M. (2008). A atualidade do uso do conceito de camponês. *Revista Nera*, Presidente Prudente, ano 11, n. 12, p. 57-67., jan-jun
- Martins, A. P. B.; Levy, R. B.; Claro, R. M.; Moubarac, J. C. e Monteiro, C. A. (2013). Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista de Saúde Pública*, vol. 47, n. 4, p. 656-65
- Marx, K. (2011a) Introdução, *Grundrisse*, São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Marx, K. (2011b). *O Capital, Vol 1*. Ed. 2. Rubens Enderle (Tradução). Coleção Marx e Engels. São Paulo: Boitempo.
- Mascarenhas, M. P. de V. (2007). *A cultura alimentar nos grupos domésticos: Cascais 160-2005* (Tese de doutoramento) Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga.
- Mauss, Marcel (2003), *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify.
- Mazoyer, M. e Roudart, L. (2010). História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea; [tradução de Claudia F. Falluh Balduino Ferreira]. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: NEAD. 568p.
- McMichael, P. (2016). *Regimes alimentares e questões agrárias*. São Paulo; Porto Alegre: Editora Unesp; Editora da UFRGS.
- Medeiros, R. M. V. (2017). Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. *Dinâmica do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos*. Org.: Rosa Maria Vieira Medeiros, Michele Lindner (orga.). Porto Alegre: Evangraf.
- Menezes, I. G. de (2009). Enxada versus caneta: educação como prerrogativa do urbano no imaginário de jovens rurais. *Revista Eletrônica de Educação*. São Carlos, SP: UFSCar, v.3, no. 1, p. 24-38, mai. 2009. Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.
- Minayo, M. C. S. (2009). O desafio da pesquisa social. In: Cecília Minayo (org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* 28. Ed. Petropolis, RJ: Vozes. São Paulo: Hucitec.

- Minnaert, A. C. de S T. (2008). A feira livre sob um olhar etnográfico. In: Maria do Carmo Soares de Freitas; Gardênia Abreu Vieira Fontes, Nice de Oliveira (orgs.). *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura* [online]. Salvador: EDUFBA, 422p.
- Mintz, S. W. (2001). Comida e antropologia: uma breve revisão. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(47), p. 31-41.
- Monte, E. (2010). Agreste pernambucano: gado, culturas agrícolas e os índios xukuru do ororubá1. In: *XII Encontro de Ciências Sociais da UFPE*. Disponível em:
- Monteiro Neto, A. e Vergolino, J. R. de O. (orgs) (2014). *Pernambuco 2000-2013: sociedade, economia e governo* (Estudos Estados Brasileiros). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 191 p.
- Monteiro, C. A. (2009) Nutrition and health. The issue is not food, nor nutrients, so much as processing. *Public Health Nutrition*, 12(5), 729-31, 2009. doi: 10.1017/ S1368980009005291
- Monteiro, C. A.; Cannon, G.; Levy, R. B.; Moubarac, J.; Jaime, P. C.; Martins, A. P.; Canella, D.; Louzada, M.; Parra, D. (2016) NOVA. A estrela brilha. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública]. *World Nutrition*, 7(1-3), 28-40, janeiro-março
- Monteiro, C. A.; Levy, R.; Claro, R. M.; De Castro, I. R. R.; Cannon, G. (2011) Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impact on human health: evidence from Brazil. *Public Health Nutrition*, 14(1), 5-13, 2011. doi: 10.1017/ S1368980010003241
- Moratoya, Elsie Estela; Carvalhaes, Gracielle Couto, Wander, Alcido Elenor e Almeida, Luiz Manoel de Moraes Camargo (2013). Mudanças no padrão de consumo alimentar no Brasil e no mundo. *Revista de Política Agrícola, Brasília*, v. 1, p.72-84, jan./mar.
- Moreira, R. M.; Carmo, M. S. do (2004). Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez.
- Moreira, S. A. (2010). Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. *Ciência e Cultura*. vol. 62, n. 4. São Paulo. Out.
- Moruzzi Marques, P. E. (2010). Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. *Revista Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 17(2): 78-87.
- Mota, A. E. (2012). Questão social, pobreza e serviço social: em defesa da perspectiva crítica. In: Gomes, Vera, L. B.; Vieira, Ana Cristina de S., Nascimento, Maria Antônia C. (orgs,) *O Avesso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Editora Universitária-UFPE, p. 25-40
- Murrieta, R. S. S. (2001). Dialética do sabor: alimentação, ecologia e vida cotidiana em comunidades ribeirinhas da Ilha de Ituqui, Baixo Amazonas, Pará. In: *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 44, n. 2, p. 39-88
- Mussoi, M. R. e Anjos, M. de C. R. dos (2018). Entre produzir e reproduzir a vida: o cultivo do feijão preto graúdo por uma guardião de sementes crioulas. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 14, n. 2.
- Nascimento, A. L. e Andrade, S. L. L S. de (2010). Segurança alimentar e nutricional: pressuposto para uma nova cidadania? *Revista Ciência e Cultura*. vol. 62, n. 4, São Paulo, out., p. 34-38
- Nascimento, E. R. M.; Oliveira, L. D. de e Silva, V. L. da (2020). A alimentação como estratégia para proteção social. In: Preiss, P. V. e Schneider, S. (org.). *Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 360p.

- Nestle, M. (2019). *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos* (tradução Heloisa Menzen), São Paulo: Elefante
- Oliveira, A. U. (2007). *Modo de produção capitalista: agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH, 184p.
- Oliveira, M. S. da S. e Amparo-Santos, L. (2020). *Guias alimentares para a população brasileira: uma análise a partir das dimensões culturais e sociais da alimentação*. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(7): 2519-2528.
- Oliveira, R. P. de (2017). *Transferências governamentais e previdência social rural nas microrregiões do Rio Grande do Norte, 2010 a 2014* (Dissertação de mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.
- OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde (2018) *Alimentos e bebidas ultraprocessados na América Latina: tendências, efeito na obesidade e implicações para políticas públicas*. Brasília, DF: OPAS.
- Padrão, S. M. (2015). Guia alimentar para a população brasileira: uma expressão das contradições e de aspectos ideológicos inerentes às sociedades de classe. In: Alimentação, consumo e tecnologias. Shirley Donizete Prado *et al* (org.). Curitiba, PR: CRV.
- Paiva, J. B. de; Magalhães, L. M.; Santos, S. M. C. dos; Santos, L. A. da S. e Trad, L. A. B. (2019). A confluência entre o “adequado” e o “saudável”: análise da instituição da noção de alimentação adequada e saudável nas políticas públicas do Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, vol. 35, n. 8.
- Parry S. (2010). Gênero e Geração em contextos rurais: algumas considerações. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (organizadores). *Gênero e geração em contextos rurais*. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- Paula, N. de (2017). A Insegurança Alimentar e a Ordem Neoliberal: desafios para uma agenda contra-hegemônica. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, v.38, n.133, p.23-37, jul./dez.
- Paulo, M. de A. L. de (2018). A interiorização das universidades federais e o acesso de jovens rurais ao ensino superior: o caso da UAST/UFRPE. *Raízes*, v. 38, n. 1, jan-jun.
- Peirano, M. (1995). *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará.
- Peres, J. e Matioli V. (2020). *Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade*. São Paulo: Elefante.
- Petersen, P. (2013). Agroecologia e a superação do paradigma da modernização, In: *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Organizadores: Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba: Kairós.
- Pires, A. H. B. (2011). *Extensão rural, agroecologia e juventude rural: a experiência dos Agentes Promotores de Agroecologia (APAS), no Sertão do Araripe – Pernambuco*, (Dissertação de mestrado), Programa de Pós Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- Ploeg, J. D. van der (2008). *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: editora UFRGS
- Pollan, M. (2008). *Em defesa da comida: um manifesto*. Tradução Adalgisa Campos da Silva. Rio de Janeiro: Intrínseca.

- Poulain, J.(2013). *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. Tradução de Rossana Pacheco da Costa Proença, Carmem Silva Rial e Jaimir Conte. 2ª edição; Florianópolis: Editora UFSC.
- Poulain, J.e e Proença, R. P. da C. (2003a). O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Revista de Nutrição*. Campinas, 16(3):245-256, jul./set.
- Poulain, J.e e Proença, R. P. da C. (2003b). Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Revista de Nutrição*. Campinas, 16(4):364-386, out./dez.
- Preiss, P. V. e Schneider, S. (2020). Mercados e segurança alimentar e nutricional. In.: Potira V. Preiss, Sergio Schneider e Gabriela Coelho-de-Souza (org.). *A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável*. [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 275p.
- Proença, R. P. da C. (2010). Alimentação e globalização: algumas reflexões. *Ciência e Cultura*. vol. 62 n .4. São Paulo.
- Rede Penssan (2021). VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
- Resende, G. M.; Moreira, P. G.; Alves, A. M.; Rocha Neto, J. M. da (2015). Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, IPEA, n. 11, jan.-jun.
- Ribeiro, F. B. (2017). *Uma sociologia do desenvolvimento*. 1ª ed. V.N. Famacião, Ed. Húmus.
- Ribeiro, F. B.; Leite, I.; Felizes, J. (2020). Um objeto complexo e fugidio? Uma introdução crítica ao desenvolvimento. *Configurações*, vol. 25, 2020, pp. 9-24
- Ricardio, L. (2011). A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. *En Cuad. Desarro. Rural*. 8 (67): 231-249.
- Rigotto, R. M. (2008). Desenvolvimento, ambiente e saúde: implicações da (des)localização industrial. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- Rocha, E. P (2002). Guimarães. Cenas do Consumo: Notas, Idéias, Reflexões. *Revista Semear*, n. 06, Rio de Janeiro: PUC – Rio.
- Rosaneli, C. F.; Ribeiro, A. L. C.; Assis, L. de; Silva, T. M. da, Siqueira, J. E. de (2015). A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. In: *Rev. bioét.* (Impr.). 23 (1): 89-97. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231049>. Acesso: 25/07/2019.
- Sabourin, E. (2009). *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 336p.
- Sambuichi, R. H. R.; Moura, I. F. de; Mattos, L. M. de; Ávila, M. L. de; Spínola, P. A. C.; Silva, A. P. M. da (2017). *A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável*. Organizadores: Regina Helena Rosa Sambuichi *et all*. Brasília: Ipea.
- Santos, E. L.; Braga, V.; Santos, R. S.; Braga, A. M. da S. (2012). Desenvolvimento: um conceito multidimensional. *Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade de Contestado*. Ano 2, n. 1, jul. p. 44-61

- Santos, M.; Glass, V. (org.) (2018). *Atlas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Boll.
- Santos, T. S. dos (2001). Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 3, nº 6, jul/dez, p. 170-198
- Schimitt, C. e Grisa, C. (2013). Agroecologia e a superação do paradigma da modernização, In: *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Organizadores: Paulo André Niederle, Luciano de Almeida, Fabiane Machado Vezzani. Curitiba: Kairós.
- Schimitt, C. J. (2005) Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. *Revista de Política Agrícola*, Ano XIV, n. 2, p. 78-88.
- Schmitz, H. e Mota, D. M. da (2010). Agricultura familiar: elementos teóricos e empíricos. In *Agricultura familiar: extensão rural e pesquisa participativa*, Schmitz, Heribert (org.) São Paulo: Annablume.
- Schneider, S. e Escher, F. (2011). A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. *Sociologias*, v. 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago.
- Schottz, V. (2017). Programa Nacional da Alimentação escolar (PNAE): controvérsia sobre os instrumentos de compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar (Tese doutorado), 232p.
- Sebrae (2019). Estudo econômico das indústrias de confecções de Toritama/PE. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/RELATORIO-TORITAMA-FINAL.pdf>. Acesso em: 03/10/2020
- Sen, A. (2000). *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia da Letras.
- Sena, L. M. M. de (2011). *Conheça e conserve a caatinga – Bioma Caatinga*. Vol. 1. Fortaleza: Associação Caatinga, 54 p
- Sevilla-Guzmán, E. (2006). *La agroecología como estrategia metodológica de transformación social*. [s.l.]: [s.n.], 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/2ZZa5e>>. Acesso em: 07 jan 2021.
- Shanin, T. (2008). Lições camponesas. In: Paulino, Eliane Tomiasi; Fabrini, João Edmilson. (Orgs.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular.
- Siliprandi, E. (2013). Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: Neves, D. P.; Medeiros, L. S. *Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos*. Niterói: Alternativa, p. 329-343.
- Siliprandi, E. e Cintrão, R. (2011). As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Segurança alimentar e nutricional*, Campinas, v. 18, n. 2, p. 12-32
- Silva, C. H. C. da (2010). “Ditadura no varejo”: Globalização e Modernas Formas de Comércio no Brasil. *Anais do III CINCCI - Colóquio Internacional sobre Comércio e Cidade: uma relação de origem*, FAUUSP, São Paulo.
- Silva, D. T. da; Lucena, F. C. de; Santos, J. C. dos (2016). *A construção social do mundo rural pelos jovens da comunidade do São Félix*. Diversitas Journal. Santana do Ipanema/AL. vol. 1, n. 2, p. 182-191, mai./ago.
- Silva, J. de R. S. (2006). *Segurança alimentar, produção agrícola familiar e assentamentos de reforma agrária no Maranhão*. São Luís (Tese de Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Maranhão.
- Silva, J. G. da; Grossi, M. E. del (1996). *O Novo Rural brasileiro*. IE/Unicamp, Porto Alegre.



- Silva, M. C. (2009). *Classes sociais: condições objectiva, identidade e acção colectiva*. V.N. Famalicão: Edições Húmus
- Silva, M. C. (2017). Prefácio, In: RIBEIRO, Fernando Bessa. *Uma sociologia do desenvolvimento*. 1ª ed. V.N. Famalicão: Ed. Húmus.
- Silva, M. T. da (2011). Violação de direitos e resistência aos transgênicos no Brasil: uma proposta camponesa. In: Zanoni, Magda; Ferment, Gilles (orgs). *Transgênicos para quem? Agricultura, Ciência e Sociedade*. Brasília: MDA, 2011.
- Silva, M. Z. T. da (1996). *“Garra e Coragem”*: um estudo das representações femininas sobre gênero e patriarcado no meio rural (monografia), Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife/PE.
- Silva, M. Z. T. da; DUQUE-ARRAZOLA, L. S. (2012). Questão social, fundiária e desenvolvimento local desde o campo da segurança alimentar e nutricional na sociedade brasileira: apontamentos para um debate. In: Zênia Tavares, *Segurança alimentar e desenvolvimento local: Zona da Mata Norte de Pernambuco*. Recife: Edupe
- Silva, M. Z. T. da; DUQUE-ARRAZOLA, L. S. (2007). Mulher, Política de Segurança Alimentar e Relações de Gênero: proposta para um debate. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 7: Gênero e Preconceitos*. Florianópolis: Editora Mulher
- Silva, R. M. A. da (2006). *Entre o combate à seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento* (Tese de doutorado), Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília/DF.
- Silva, S. P. (2014). A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. In.: *Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea.
- Silva Filho, O. J. e Gomes Júnior, N. N. (2020). O amanhã vai à mesa: abastecimento alimentar e COVID-19. *Caderno de Saúde Pública*, v. 36, n. 5
- Soares, L. T. R. (1995). *Ajuste neoliberal e o desajuste social na América Latina*. Campinas/SP (Tese de Doutorado), 451p.
- Souza, L. E. S. de e Barros, R. A. de A. (2017). *Territorialidade Econômica da Pecuária em Manuel Correia de Andrade. Economia-Ensaios*, Uberlândia, 32 (1): 113-130, Jul./Dez.
- Stédile, J. P.; Carvalho, H. M. de (2013). Soberania alimentaria: una necesidad de los pueblos. In: ILSA (Instituto Latinoamericano para una Sociedad y un Derecho Alternativos); FOOD FIRST (Institute for Food and Development Policy). ¡Movimientos alimentarios uníos! Estrategias para transformar nuestros sistemas alimentarios, Bogotá: Colección en clave de sur.
- Tavares V. O.; Teixeira, K. M. D.; Wajnman, S. e Loreto, M. das D. S. de (2011). Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos e Contextos*. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 93-108, jan./jul. Disponível <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8725/6427>.
- Triches, R. M. (2010). *Reconectando a produção ao consumo: a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa de Alimentação Escolar* (tese doutorado). Porto Alegre.
- Triches, R. M. (2015). O mercado da alimentação escolar: novas institucionalidades para o desenvolvimento rural. In: Catia Grissa e Sergio Schnaider, *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora de UFRGS

- Triches, R. M. e Grisa, C. (2015). Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. In: *Revista Nera*, Ano 18, nº 26. Edição Especial, p. 10-27.
- UFRPE/DEd/DCD/NAC/NECEF (2015). *Relatório final do projeto de pesquisa: Plantar, colher, comer: Avaliação dos impactos dos sistemas agroflorestais para a segurança alimentar de famílias assentadas na região canavieira pernambucana*, Recife/PE.
- Valente, F. L. S. (2002). *Direito humano à alimentação adequada: desafios e conquistas*, São Paulo: Cortez Editora.
- Valério, V. J. de O. (2019). Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos. *Revista Retratos de Assentamentos*, vol. 22, n.1.
- Vicentini, M. S. (2015). Alimentos industrializados: abordagem da indústria, consumidores e governo. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, 22(1):671-682.
- Vieira, A. C. de S. (2012). Redução da pobreza e da desigualdade de renda no Nordeste: subsídios para aprofundar a discussão. In: Gomes, Vera, L. B.; Vieira, Ana Cristina, Nascimento, Maria Antônia C. (orgs,) *O Averso dos Direitos: Amazônia e Nordeste em questão*. Recife: Editora Universitária-UFPE, p. 119-144.
- Wallace, R. (2020). *Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciências*. Tradução Allan Rodrigo de Campos Silva. 608p. São Paulo: Elefante.
- Wallerstein, I. (2001). *Capitalismo histórico e civilização capitalista*, tradução de Renato Aguiar, revisão da tradução de César Benjamin, Rio de Janeiro: Editora Contraponto.
- Wanderley, M. de N. B. (1997). A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *Revista Reforma Agrária*, n. 25. Campinas: ABRA, p. 37-57.
- Wanderley, M. de N. B. (2001). Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (org.). *Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas*. 2a. ed., Passo Fundo: EDIUPF, cap. 1, p. 21-55.
- Wanderley, M. de N. B. (2003) Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades, In, *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, out., nº 21, p. 43-61.
- Wanderley, M. de N. B. (2009). O agricultor familiar no Brasil: um ator em construção do futuro. In.: Paulo Petersen (org.). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS;PTA.
- Wanderley, M. de N. B. (2009). O mundo rural: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, vol. 17, n. 1, p. 60-85.
- Wanderley, M. de N. B. (2011). *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 152p.
- Wanderley, M. de N. B. (2014). Gênese da Abordagem Territorial no Brasil. Cavalcanti, J. S. B.; Wanderley, M. N. B.; Niederle, P. A. (Orgs.). *Participação, Território e Cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil*. Recife: Editora UFPE. p. 79-102.
- Wanderley, M. de N. B. (2015). O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *RESR*, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1.
- Wilkinson, J. (2008). A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar no Brasil e na América Latina, In Costa Luis FC, Flexor George, Santos Raimundo (org), *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*, Rio de Janeiro: Mauad X: Seropédica, RJ: EDUR.

Zarzar, A. L. B. (2017). *Movimentos sociais de mulheres rurais no Brasil: a construção do sujeito feminista* (Tese de doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

Ziegler, J. (2012). *Destruição massiva: geopolítica da fome*. São Paulo: Cortez.

## APÊNDICES

### Apêndice N° 01: Roteiro de entrevistas

Entrevistado/a: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

Local da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome	Grau de parentesco com o entrevistado	Vínculo de moradia e trabalho com a propriedade	Nascimento (mês/ano)	Local de nascimento	Ocupação atual	Escolaridade	Caso seja estudante. Onde estuda? (Município, comunidade)	Participação em associação/sindicato/cooperativa (qual e que função?):

i) Principais mudanças acontecidas nos últimos anos, com relação a produção e o consumo de alimentos

1. Como estava organizada a terra: O que produzia? O que criava? Quem trabalhava? Qual era a estratégia camponesa (trabalhavam para quê, produziam para quê)?
2. Recebia apoio/assessoria de alguém ou de alguma instituição? Quando?
3. Relação com o mercado? Compra? Venda? Feiras tradicionais? Feiras agroecológicas?
4. Quais políticas públicas acessou/acessa e em quais momentos?
5. Energia elétrica, estrada, saúde, educação? (como chegou no tempo)
6. Apontar elementos do histórico do território que influenciaram sua permanência na terra; Essa região mudou muito desde que veio morar aqui?
7. Como é a alimentação antes e a alimentação hoje?
8. Já passou por momentos de falta completa de comida, de não ter o que comer?
9. Momento de fartura de alimentos? Momento de escassez de alimentos? Por quê?
10. As mudanças que teve na produção influenciaram no consumo? (Sempre comeu tudo que produziu? Sempre comprou do mercado?)
11. Quando começou a comprar alimentos no supermercado?
12. Tem alguma comida que sente saudade? Que costumava comer e parou? Tem algum comida que começou a comer?

ii) Permanências e mudanças nas relações entre produção e consumo de alimentos, cultura alimentar e os papéis de gênero e geração.

1. Quais as refeições da família? Em que horários são realizadas? O que come ao longo do dia? (come algo entre as refeições? Leva algo pra comer durante o trabalho?)
2. A partir da pergunta acima: o que geralmente tem no/na \_\_\_\_\_?
3. Come isso todos os dias?
4. Onde são guardados os alimentos?
5. O que tem nesse local hoje?
6. Sempre tem esses alimentos? Tem outros que não estão aí?
7. Faz “feira”? Onde? Quando? (periodicidade) Quem faz? (pedir notas fiscais caso tenha e fotografar) O que compra? (incluir na tabela o que ainda não estiver na lista)
8. Compra na feira o que produz? Por quê?
9. Tem algum alimento que você produz mas não consome? Por quê?
10. Os produtos beneficiados (pela família) fazem parte da sua alimentação? (Como? Com que frequência? Por quê?)
11. Onde é preparada a comida?
12. Quem prepara? (os jovens, os homens também participam da preparação?)
13. Foi preparada comida hoje? Qual? Que outras comidas são feitas?
14. Quem ensinou a cozinhar? Quem ensinou a fazer as comidas que comem geralmente?
15. Existem comidas novas que foram conhecidas nos últimos anos? Quais? (na mesa ou fora)
16. Tem alguma comida que é feita só em momentos especiais? (quando e quais)
17. Tem comidas que foram deixadas de comer? Quais? Por quê?
18. Houve mudança na forma de cozinhar/lidar com os alimentos? Como?
19. Come fora de casa? Onde? Com que frequência? Qual comida? Por que lá e não em casa?

## Apêndice N° 02: Termo de consentimento



Instituto de Ciências Sociais  
Departamento de Sociologia  
Programa de Pós Graduação em Sociologia

Universidade do Minho

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (PARA MAIORES DE 18 ANOS OU EMANCIPADOS)

Convidamos o/a Sr./a para participar como voluntário/a da pesquisa **Capitalismo, alimentação e mudança social: um estudo sobre o consumo de alimentos ultraprocessados em famílias camponesas no Agreste de Pernambuco**, que está sob a responsabilidade da pesquisadora **MARIA ZÊNIA TAVARES DA SILVA**, residente na Avenida Barão de Bonito, 671, Apto. 07, Cidade Universitária, Recife/PE, CEP 50740-080, telefones (81) 3453 9245 e 9 9799 8935, e-mail: zeniatavares@yahoo.com.br, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro (e-mail: fbessa@ics.uminho.pt) e da Professora Doutora Maria Paula Vilhena Mascarenhas (e-mail: pmascarenhas@ics.uminho.pt).

Todas as suas dúvidas podem ser esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Apenas quando todos os esclarecimentos forem dados e você concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Você estará livre para decidir participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

#### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Esta pesquisa tem como tema o capitalismo e o consumo de produtos ultraprocessados entre famílias camponesas no Agreste de Pernambuco. As perguntas que serão feitas abordarão os seguintes aspectos: produção e consumo de alimentos, como o consumo interfere na segurança alimentar das famílias, na produção agrícola e no desenvolvimento rural local.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos/as voluntários/as, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (gravações, entrevistas, fotos, filmagens, etc), ficarão armazenados em pastas de arquivo, computador pessoal, unidades de armazenamento externas, sob a responsabilidade da pesquisadora, no endereço acima informado, pelo período de mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pela pesquisadora (ressarcimento de transporte e alimentação).

MARIA ZÊNIA TAVARES DA SILVA  
Pesquisadora e Doutoranda em Sociologia

### CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, \_\_\_\_\_, CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo **Capitalismo, alimentação e mudança social: um estudo sobre o consumo de alimentos ultraprocessados em famílias camponesas no Agreste de Pernambuco**, como voluntário/a. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Cumaru, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2019.

Assinatura do participante: \_\_\_\_\_

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do/a voluntário/a em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe da pesquisa):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura:

## ANEXOS

### Anexo 01: Fotografias do local da pesquisa de campo



Uma das entradas da área rural



Escola Rural Municipal



Criação extensiva de gado



Fogão a lenha



Atividades econômicas acessórias entre agricultores/as familiares



Feira Agroecológica



Armazenamento doméstico das compras do mercado



Armazenamento doméstico das compras do mercado



Cozinha e sala de refeições de uma das famílias



Jovem agricultora cuidando da horta





## **Manifesto da 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar**

*A comida de verdade é salvaguarda da vida. É saudável tanto para o ser humano quanto para o planeta, contribuindo para a redução dos efeitos das mudanças climáticas. Garante os direitos humanos, o direito à terra e ao território, a alimentação de qualidade e em quantidade adequada em todo o curso da vida. Respeita o direito das mulheres, a diversidade dos povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana/ povos de terreiro, povos ciganos, povos das florestas e das águas, demais povos e comunidades tradicionais e camponeses, desde a produção ao consumo. Protege e promove as culturas alimentares, a sociobiodiversidade, as práticas ancestrais, o manejo das ervas e da medicina tradicional, a dimensão sagrada dos alimentos.*

*Comida de verdade começa com o aleitamento materno. Comida de verdade é produzida pela agricultura familiar, com base agroecológica e com o uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios da sustentabilidade e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes.*

*Comida de verdade garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético; reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado.*

*Comida de verdade é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. Deve atender às necessidades alimentares especiais. Comida de verdade é aquela que é compartilhada com emoções e harmonia. Promove hábitos alimentares saudáveis no campo, na floresta e na cidade.*





*Comer é um ato político. Comida de verdade é aquela que reconhece o protagonismo da mulher, respeita os princípios da integralidade, universalidade e equidade. Não mata nem por veneno nem por conflito. É aquela que erradica a fome e promove alimentação saudável, conserva a natureza, promove saúde e a paz entre os povos.*

A alimentação no Brasil é resultado do encontro de povos e culturas que formaram nossa nação e carrega em sua história a dor e o sofrimento dos povos originários e africanos escravizados, que se perpetuaram nas restrições de acesso à terra e aos modos de produção.

Nos últimos anos, registram-se grandes conquistas no âmbito da Política de Segurança Alimentar e Nutricional, com a participação dos povos e comunidades tradicionais, organizações e movimentos sociais em sua construção e implementação orientadas pelo respeito à sociobiodiversidade.

Em 2010, foi aprovada a Emenda Constitucional N° 64, na qual o Direito Humano à Alimentação Adequada foi consagrado. O despertar da sociedade e governo sobre a importância da alimentação saudável gerou grande impacto, por meio do fortalecimento da agricultura familiar e camponesa e a priorização das populações mais vulneráveis, o reconhecimento da diversidade dos Povos Indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto n° 6.040/2007) com a promoção da visibilidade da matriz produtora de alimentos na diversidade cultural e alimentar. Além disso, houve fortalecimento do controle social; redução da mortalidade infantil, que estava vinculada a altos índices de desnutrição; estímulo ao consumo de alimentos in natura e à redução no consumo de produtos alimentícios ultraprocessados. Outros avanços se destacam, a exemplo da edição do Guia Alimentar para a População Brasileira e a revisão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome. Essa importante conquista é resultado de intensos debates e mobilização da sociedade civil na construção de políticas públicas, criação e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) por meio de programas como: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); acesso à água (Projeto 1 Milhão de Cisternas - P1MC e P1+2 Uma Terra e Duas Águas); e promoção da agricultura agroecológica.





Apesar das lutas e conquistas, ainda persistem elevada concentração fundiária, crescimento da monocultura, liberação de transgênicos e incentivo ao uso de agrotóxicos. Enfrentamos uma grave crise hídrica, bem como a expansão do consumo de produtos alimentícios ultraprocessados nas dinâmicas alimentares da população brasileira.

### **Para comer uma comida de verdade, conheça a verdade sobre a comida!**

Conclamamos toda a população brasileira a tomar conhecimento sobre Comida de Verdade e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA)! E a envolver as instituições de ensino, pesquisa e extensão, organizações da sociedade civil, escolas públicas e privadas como parceiros na orientação para uma produção, comercialização e consumo de uma alimentação adequada e saudável, participando e exercendo controle, cobrança e fiscalização social das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Inspirados por uma ética alimentar, reafirmamos o valor da diversidade alimentar e cultural do país.

Que as três esferas de governo garantam políticas públicas de acesso à terra, à água potável, ao saneamento ambiental urbano e rural, às sementes crioulas e assistência técnica de qualidade e à regularização fundiária dos territórios indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, bem como dos assentamentos e territórios de identidade de cidadania; que fortaleçam a agricultura familiar e camponesa e os povos e comunidades tradicionais para a produção, o consumo e a comercialização socialmente justa e sustentável de alimentos livres de agrotóxicos e aditivos químicos e transgênicos. Além disso, é necessário que sejam fortalecidas e ampliadas as ações de promoção e proteção da saúde, especialmente a regulamentação da publicidade de alimentos, a rotulagem e o acesso à informação para as pessoas com deficiência e necessidades alimentares especiais.

Chamamos a sociedade civil e o poder público a celebrar os avanços no âmbito da segurança alimentar e nutricional e a revitalizar a comida de verdade do Brasil para conquistar a soberania alimentar e consolidar a segurança alimentar e nutricional.

Brasília, 06 de novembro de 2015

